

RELATÓRIO ANUAL

BANCO SANTANDER TOTTA, SA



2013

Proposta

3	Principais Indicadores
4	Órgãos Sociais
6	Factos relevantes e prémios obtidos em 2013
8	Informação Corporativa
9	Responsabilidade Social Corporativa
16	Enquadramento da Actividade
25	Áreas de Negócio
32	Áreas de Suporte ao Negócio
37	Informação Económica e Financeira
46	Gestão de Risco
53	Proposta de Aplicação de Resultados
54	Informação Complementar e Anexos
63	Governo Societário
86	Demonstrações Financeiras Consolidadas
92	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
236	Relatórios e Pareceres Consolidados
242	Demonstrações Financeiras Individuais
248	Notas às Demonstrações Financeiras Individuais
373	Relatórios e Pareceres Individuais

PRINCIPAIS INDICADORES

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	dez-13	dez-12	%
Activo Líquido	38.811	38.527	+0,7%
Crédito Líquido	26.108	26.980	-3,2%
Recursos de Clientes	26.436	28.105	-5,9%
Capital Próprio e Passivos Subordinados	2.735	2.329	+17,4%
Margem Financeira Estrita	507,3	541,5	-6,3%
Comissões Líquidas e Outros Res.Atividade Bancária	281,1	318,0	-11,6%
Produto Bancário	821,0	987,1	-16,8%
Resultado de Exploração	354,5	528,1	-32,9%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	124,6	73,4	+69,9%
Resultado Líquido	89,2	88,1	+1,2%

RÁCIOS	dez-13	dez-12	%
ROE	5,1%	6,4%	-1,3 p.p.
ROA	0,2%	0,2%	+0,0 p.p.
Rácio de Eficiência	56,8%	46,5%	+10,3 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I) *	14,2%	11,4%	+2,8 p.p.
Core Capital *	12,4%	9,9%	+2,5 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,8%	3,5%	+0,3 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,9%	4,3%	+1,5 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	8,7%		
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	5,4%		
Cobertura de Crédito com Incumprimento	104,7%	97,4%	+7,3 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	67,7%	79,7%	-12,0 p.p.
Rácio de Transformação**	125,3%	126,6%	-1,3 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING	dez-13	dez-12	%
FitchRatings			
curto prazo	F3	F3	
longo prazo	BBB-	BBB-	
Moody's			
curto prazo	NP	NP	
longo prazo	Ba1	Ba1	
Standard & Poor's			
curto prazo	B	B	
longo prazo	BB	BB	
DBRS			
curto prazo	R-1L	R-1L	
longo prazo	BBBH	BBBH	

OUTROS DADOS	dez-13	dez-12	%
Colaboradores	5.572	5.663	-91
Colaboradores em Portugal	5.523	5.613	-90
Pontos de Atendimento	640	667	-27
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	625	652	-27

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Carlos Manuel Amaral de Pinho João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Manuel António Amaral Franco Preto Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

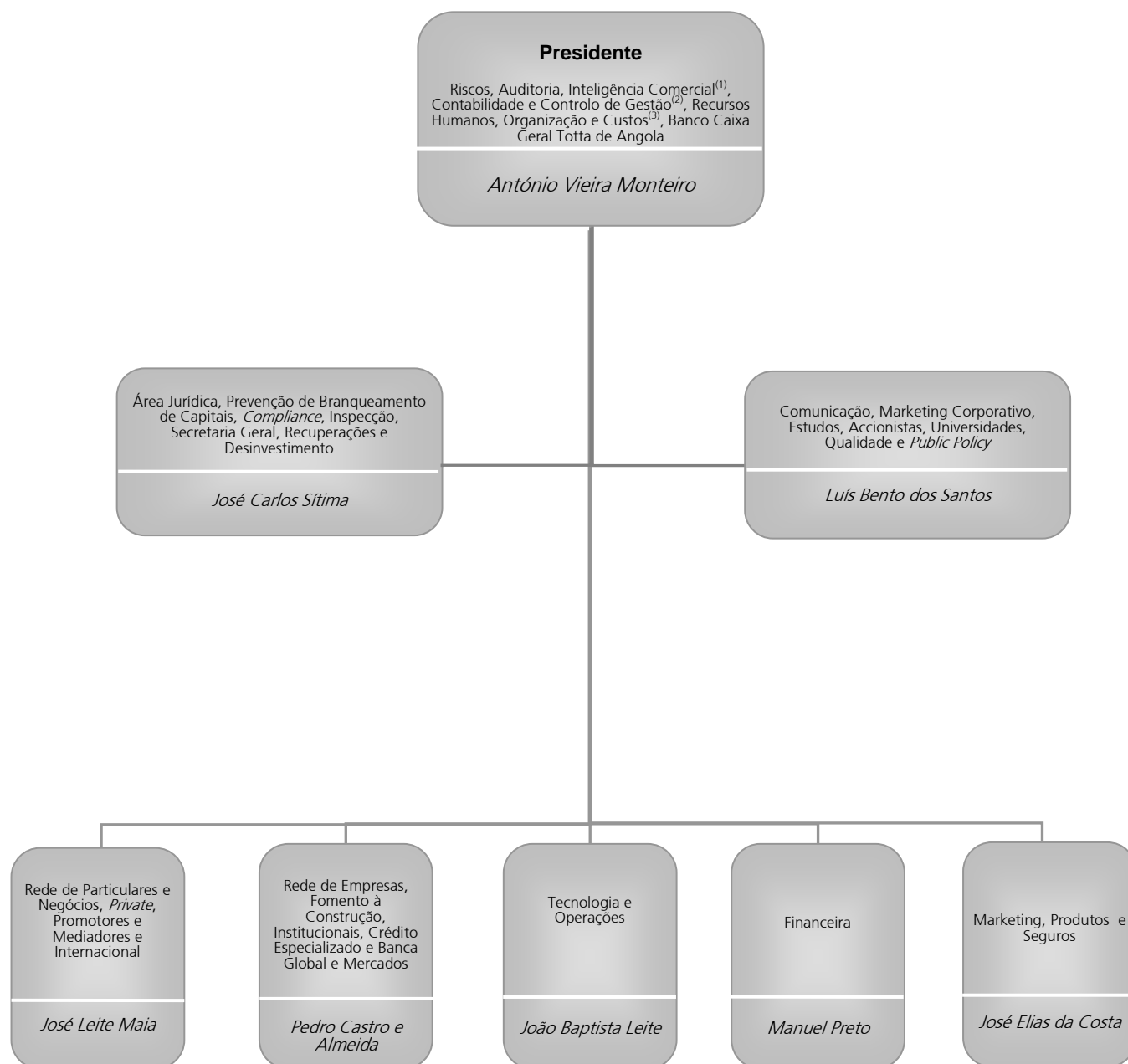
Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Manuel António Amaral Franco Preto Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

Nota: Eduardo José Stock da Cunha renunciou ao cargo de Administrador em 11/10/13

Organigrama Funcional da Comissão Executiva



(1) Na área de Inteligência Comercial, o Presidente é coadjuvado pelo Dr. Manuel Preto

(2) A gestão da área de Contabilidade e Controlo de Gestão é assegurada pelo Dr. Ignácio Centenera, Director Agregado à Comissão Executiva

(3) A gestão da área de Recursos Humanos, Organização e Custos é assegurada pelo Dr. Nuno Frias Costa, Director Agregado à Comissão Executiva

Prémios em 2013

Principais distinções

Banco do Ano em Portugal - *The Banker*
Melhor Banco em Portugal - *Euromoney*
Melhor Banco em Portugal - *Global Finance*
Grande Banco que Mais Cresceu – *Exame*



Outros reconhecimentos

Melhor *Private Banking* - *Euromoney*

Em seis categorias de serviços: "Privacidade e Segurança", "Gama de Produtos e Serviços", "Serviços de Family Office", "Melhor Banco no segmento Super *Affluent* (\$ 500.000- \$1.000.000 Dólares)", "Melhor Banco no segmento High Net Worth I (\$1.000.000 - \$10.000.000 Dólares)" e "Melhor Banco no segmento High Net Worth II (\$10.000.000 - \$30.000.000 Dólares)"

Best Foreign Exchange Provider 2013 em Portugal - *Global Finance*

Melhor Empresa para Trabalhar no sector Banca e Seguros - *Accenture e Exame*

Prémio Igualdade É Qualidade - *CITE e CIG*

Melhor Contact Center do Sector Banca 2013 - *APCC*

Melhor Contact Center - *IFE*

Na categoria "Qualidade de Atendimento Telefónico – Operações com mais de 50 posições"

Outros factos relevantes em 2013

Janeiro

- João de Deus Ramos é o vencedor do Prémio Universidade de Coimbra

Fevereiro

- Lançamento do Prémio de Jornalismo Económico 2013
- Santander Totta entre as Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal
- Santander Totta como o melhor em Portugal
- Santander Totta assina compromisso para a igualdade de género

Março

- Prémio Universidade de Lisboa distingue João Lobo Antunes
- Santander Totta cria depósitos que dão entrada para o Optimus Alive
- Santander Totta lança terminal de pagamento em multibanco que emite e gere facturas
- Investigação sobre cancro da mama recebe Prémio de Mérito Científico ST/NOVA

Abril

- Santander Totta realiza 1º Leilão Internacional de Imóveis

Mai

- Santander Totta distingue estudantes de mobilidade na Universidade do Porto
- Santander Totta tem o "Melhor Contact Center do Sector Banca"
- Proximidade com colaboradores e clientes marcam "Semana Santander És Tu"

Junho

- Relatório de Sustentabilidade: Santander Totta intensifica apoio ao Ensino Superior
- Universidade Técnica integra RedEmprendia
- Prémio *Primus Inter Pares*. Finalistas são estudantes de mestrado em Finanças
- Universidade de Coimbra património mundial da UNESCO, com patrocínio do Santander Totta

Julho

- Santander Totta é o “Melhor Banco em Portugal”, segundo a revista Euromoney
- Santander Totta oferece cabazes de produtos tradicionais a clientes no estrangeiro
- Estudante do ISCTE vence 10ª Edição do Prémio *Primus Inter Pares*

Setembro

- Portugal recebe 5ª edição da Corrida Santander

Outubro

- Santander Totta premiado pela Igualdade de Género no Trabalho
- BEI e Banco Santander Totta assinam acordo para apoiar as PME e as empresas de média capitalização
- Global Finance elege Santander Totta como o “Melhor Banco em Portugal”
- Colaboradores do Banco ajudam a reflorestar o concelho de Cascais

Novembro

- 1100 Universidades irão assistir ao III Encontro Internacional de Reitores Univesia que decorrerá no Rio de Janeiro
- Santander lança plataforma de negócio internacional para empresas
- Santander Totta aposta na retoma económica com forte campanha publicitária dirigida às PME's

Dezembro

- Mais de 350 voluntários do Santander Totta celebram a 10ª Edição do Pão de Todos, distribuindo pão nas cidades de Lisboa e Porto
- Santander lança campanha *Ajude-nos a multiplicar este pão*, no Facebook para ajudar a Associação Cais
- Prémio Casa da América Latina/Santander Totta distingue doutorados portugueses e brasileiros
- Renovação do acordo de colaboração com a Universidade da Madeira

VISÃO

O Santander é um grande grupo financeiro internacional, cujo principal negócio é a banca comercial que satisfaz de modo integral as necessidades financeiras dos seus clientes e proporciona um elevado valor aos seus accionistas. Para o conseguir, conta com uma presença muito relevante em dez mercados principais, onde opera com filiais autónomas em capital e liquidez, às quais faculta políticas globais de negócio e capacidades corporativas de organização e tecnologia.

VALORES

Dinamismo	Tomamos a iniciativa, temos agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos nossos concorrentes, e somos flexíveis para nos adaptarmos às mudanças de mercado
Solidez	A solidez do nosso balanço e a prudência na gestão do risco são as melhores garantias da nossa capacidade de crescimento e de geração de valor para os nossos accionistas a longo prazo
Inovação	Procuramos permanentemente produtos e serviços que cubram as novas necessidades do cliente e nos permitam obter aumentos de rentabilidade superiores aos dos nossos concorrentes
Liderança	A nossa vocação é a liderança em todos os mercados onde estamos presentes, contando com as melhores equipas humanas, e estando orientados para o cliente e para os resultados
Qualidade de serviço e satisfação dos clientes	O cliente está no centro do modelo de negócio do Banco Santander, somos um banco para as suas ideias. Queremos compreender as suas necessidades, responder com soluções inovadoras e construir relações de confiança a longo prazo
Ética profissional e sustentabilidade	Para além do estrito cumprimento das leis, códigos de conduta e normas internas, todos os profissionais do Santander trabalham com a máxima transparência e honestidade, integrando no desempenho da sua actividade o compromisso do Banco com o progresso económico, social e ambiental das comunidades onde está presente

INTEGRAÇÃO NUM GRUPO FINANCEIRO GLOBAL

A diversificação geográfica entre mercados maduros e mercados emergentes garantem a sustentabilidade do Banco Santander.

O Santander é o primeiro Banco da zona euro por capitalização bolsista. Fundado em 1857, tem €1,24 mil milhões de fundos geridos, 103 milhões de clientes, 13.927 balcões – mais que qualquer outro banco internacional – e 182.958 empregados, no final de 2013. É o principal Grupo financeiro em Espanha e na América Latina, com posições relevantes no Reino Unido, Portugal, Alemanha, Polónia e nordeste dos Estados Unidos da América. O Santander obteve um resultado líquido de 4.370 milhões de euros em 2013, mais 90% que no ano anterior.

Política de Responsabilidade Social Corporativa

O Santander Totta desenvolve uma política de responsabilidade social, alinhada com a política do Grupo Santander, tendo como eixo principal o apoio ao ensino, promoção do conhecimento, mérito e empreendedorismo, especialmente no Ensino Superior, através dos acordos de colaboração que mantém com as Universidades e Politécnicos portugueses.

O Banco mantém também uma actuação dinâmica: (1) na área de solidariedade social, através de apoios a vários projectos sociais e da participação de colaboradores voluntários em iniciativas de cariz social; (2) na área ambiental, através da adopção e promoção de medidas de combate às alterações climáticas, de redução de consumos e de desenvolvimento sustentável; e (3) na área cultural, através do apoio a iniciativas e mecenato cultural. A promoção da saúde e bem-estar e do desporto são também áreas importantes na política de responsabilidade social.

Em 2013, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 5,5 milhões de euros, um ligeiro aumento em relação ao ano anterior.

Universidades

Actualmente, o Santander Totta tem 46 acordos de colaboração com Instituições do Ensino Superior em Portugal. Em 2013, o Banco continuou a estreitar as relações com as Universidades e Politécnicos portugueses, com a consolidação das parcerias existentes e o início de novos acordos de colaboração.

Ao longo dos anos foram realizadas várias iniciativas de entregas de prémios de mérito científico e académico, bolsas de estudo e mobilidade, que permitiram a mais de 200 estudantes, professores e investigadores terem uma experiência de mobilidade.

- **Universidade de Coimbra reconhecida como Património Mundial da UNESCO**

O Santander Totta apoiou desde o início, em 2004, o projecto de candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Humanidade, através do financiamento do projecto. Patrocinou ainda o restauro da Torre da Universidade, principal símbolo da Instituição.

- **Distinção de estudantes de mobilidade na Universidade do Porto**



O Santander Totta homenageou os estudantes que participaram, este ano lectivo, no Programa de Mobilidade Internacional entre a Universidade do Porto (UP) e as Universidades Ibero-americanas. Ao todo, participaram no programa 90 estudantes portugueses e estrangeiros. Ao longo dos 6 anos do programa, foram mais de 500 estudantes, no âmbito da UP, a participarem.

- **Renovação do Protocolo com a Universidade do Porto**



O Santander Totta e a Universidade do Porto (UP) renovaram a parceria iniciada em 2008. Esta parceria teve como face mais visível o lançamento do Cartão UP, um cartão que serve para identificar os mais de 30 mil membros da Universidade, bem como o apoio do Banco para a realização da melhoria das suas instalações, no incentivo ao empreendedorismo e à investigação jovem e na promoção da mobilidade estudantil.

- **Renovação do Protocolo com a Universidade da Madeira**

A Universidade da Madeira (UMA) e o Santander Totta assinaram a renovação ao seu convénio de cooperação. Esta parceria, que foi iniciada no ano de 2002, tem permitido e continuará a permitir a realização de projectos científicos, desportivos e académicos organizados pela Universidade da Madeira, nos próximos quatro anos, nomeadamente as actividades de ensino e investigação, podendo a UMA destinar os fundos para a

cátedra de Nanotecnologias e para a constituição de uma cátedra associada de Turismo.

- **Renovação do Protocolo com a FCSH**



A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e o Santander Totta assinaram uma renovação ao seu convénio de cooperação, válida durante cinco anos. Através desta renovação, o Banco continuará o seu apoio às iniciativas da Faculdade, como o Prémio Santander de Internacionalização da Produção Científica da FCSH, os prémios aos melhores alunos ou o prémio de empreendedorismo. Paralelamente, irão alargar-se as funcionalidades associadas ao cartão universitário.

- **Renovação do Protocolo com a Escola Naval**



O Banco Santander Totta renovou a sua parceria com a Escola Naval para o próximo triénio. Através desta parceria, o Banco reforça o seu apoio à Marinha em geral e à Escola Naval em particular, sobretudo no apoio tecnológico associado ao cartão universitário inteligente. Através deste protocolo fica também salvaguardado o apoio do Banco às Jornadas do Mar, um Colóquio de Estudantes para Estudantes, bienal, que tem como objectivo dinamizar a comunidade universitária em torno dos saberes relacionados com o mar.

- **Convénio com o ISMAI**



O Santander Totta celebrou um convénio de parceria com o ISMAI (Instituto Superior da Maia). Através deste convénio o Banco irá apoiar iniciativas do ISMAI sobretudo no apoio à investigação e à realização de congressos, na mobilidade internacional dos estudantes e a iniciativas de eventos na área do desporto, bem como a emissão do TUI para todo o colectivo.

- **Prémio de Mérito Científico Santander Totta/Universidade Nova (6ª Edição)**



O projecto “Engenharia de anticorpos para tratamento de cancro de mama”, liderado pela investigadora Paula Videira, da Faculdade de Ciências Médicas da NOVA, foi o vencedor da 6ª edição do Prémio de Mérito Científico Santander Totta/ Universidade NOVA de Lisboa. Com esta investigação, a equipa pretende desenvolver uma terapia inovadora, mais eficaz e com menor toxicidade que as actuais soluções terapêuticas do cancro da mama.

- **Prémio Universidade Lisboa/Santander Totta (7ª edição)**

O prémio tem um valor pecuniário de 25 mil euros e visa distinguir e premiar uma individualidade de nacionalidade portuguesa ou estrangeira, a trabalhar em Portugal há pelo menos cinco anos, cujos trabalhos, de reconhecido mérito científico e/ou cultural, tenham contribuído de forma notável para o progresso e o engrandecimento da ciência e/ou da cultura e para a projecção internacional do país. O neurocirurgião João Lobo Antunes foi o distinguido nesta edição.

- **Prémio Universidade Coimbra/Santander Totta (10ª Edição)**

O antigo embaixador João de Deus Ramos foi o vencedor do Prémio Universidade de Coimbra 2013, um dos mais relevantes prémios nas áreas da ciência e da cultura, no valor de 25 mil euros.

- **Concurso de Ideias de Negócio da Universidade do Porto - iUP25k - (4ª Edição)**

Ao fim de quatro edições, o iUP25k é já um dos mais importantes galardões nacionais ao nível do incentivo ao empreendedorismo no contexto do Ensino Superior, que visa a inovação de projectos científicos e tecnológicos e que fomenta o empreendedorismo e a criação de novas empresas.

- **Prémio de Empreendedorismo FCSH/NOVA - Santander Totta – Melhor Ideia de Negócio 2013 (2ª Edição)**

O Prémio Empreendedorismo visa estimular o empreendedorismo inovador e promover a concepção de novas ideias de negócio em diversos domínios junto dos alunos e diplomados da FCSH e de outras unidades orgânicas da Uni. NOVA.

- **Prémios Santander de Internacionalização da Produção Científica da FCSH**

Os prémios Santander de Internacionalização da Produção Científica da FCSH distinguem docentes, investigadores e a Unidade de Investigação da FCSH/NOVA que mais tenham contribuído para a notoriedade internacional da produção científica da Faculdade, através da publicação de artigos indexados na Web of Science em 2012. Nesta edição foram distinguidos 15 investigadores.

- **Prémio de Mérito Científico Universidade Beira Interior/Santander Totta (3ª edição)**

Os prémios foram criados com o objectivo de estimular o interesse e a dedicação dos docentes e investigadores que no âmbito da sua actividade docente conjugam o ensino e a investigação e nesta última se distinguem pelo seu mérito científico e por uma intervenção particularmente relevante e inovadora.

- **Prémios aos melhores alunos da UBI**

O Santander Totta entregou 6 prémios de mérito académico aos melhores alunos das diferentes faculdades da UBI, que mais se destacaram no ano lectivo 2011/12.

Nesta cerimónia foi também inaugurada a UbiMedical, uma nova estrutura de incubação de empresas que pretende dar apoio e ajudar a desenvolver empresas

criadas no âmbito da universidade cuja actividade esteja ligada à área da saúde.

- **Prémio de Inovação Pedagógica em Ensino a Distância e Bolsas para o Instituto Politécnico do Porto**

O prémio, resultante da parceria com o Instituto Politécnico do Porto tem por objectivo contribuir para o fomento da utilização do ensino a distância, ao mesmo tempo que dá a conhecer projectos que valorizem métodos de ensino e aprendizagem dinâmicos e inovadores, com recurso a novas tecnologias, através de conteúdos *online* diferenciadores. No âmbito do prémio, ficou também definida a entrega de 50 bolsas de integração na investigação.

- **Prémio de Jornalismo Económico Universidade Nova de Lisboa/Santander Totta (7ª edição)**



O PJE é uma iniciativa do Santander Totta, em colaboração com a Universidade Nova de Lisboa, que visa reconhecer a qualidade da criação jornalística em 3 categorias: Gestão de Empresas e Negócios, Mercados Financeiros e Sustentabilidade Empresarial.

- **10ª Edição do Prémio *Primus Inter Pares***



Ao longo de 10 anos de existência, o *Primus*, lançado pelo Banco Santander Totta e pelo jornal Expresso, é hoje um prémio de excelência, que tem permitido distinguir e premiar os melhores estudantes de economia, gestão e engenharia, concedendo-lhes acesso a uma formação académica complementar de grande prestígio, através da oportunidade de frequentar um MBA numa Business School de prestígio nacional e internacional.

- **Prémio Científico Casa América Latina / Santander Totta**



O prémio universitário Santander Totta/Casa da América Latina tem como objectivo premiar o mérito e estimular a formação de estudantes universitários latino-americanos em Portugal, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de rigor e de excelência. O prémio consiste na atribuição de um valor pecuniário de 5 mil euros.

Universia Portugal

A actividade da Rede Universia, enquadrada no seu Plano Director 2011-2013, está orientada pelas seguintes linhas estratégicas: a colaboração entre a universidade e a empresa, o emprego para universitários, a difusão do conhecimento e o futuro do Ensino Superior.

- **Ação de matrículas 2013/14 Santander Universidades**

A Universia apoiou a Divisão de Universidades do Santander Totta, na campanha de matrículas do ano lectivo 2013/2014, na emissão dos cartões universitários a nível nacional, na gestão operacional desta acção, que permitiu emitir mais de 14.000 cartões universitários inteligentes (TUI).

- **Seminários 2013**

Foram realizados, em 2013, três seminários em Miami, organizados pela rede Universia, dirigidos a vice-reitores, administradores, directores e outros cargos das Universidades pertencentes à rede e contaram com o apoio de várias instituições de prestígio internacional, com um total de 237 inscritos de mais de 13 países.

- **Universia e Jornal Público lançam curso de Mandarim**

O Jornal Público editou em Maio, em parceria com a Universia, um curso de Mandarim, composto por dez módulos com a duração aproximada de 60 horas.

- **CRUP e a Universia organizam seminário sobre *Visibilidade Internacional da Investigação das Universidades***

Sob o tema “Visibilidade Internacional da Investigação das Universidades”, o seminário organizado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e pela Universia Portugal teve como principal objectivo abordar o papel da investigação em instituições de ensino superior e o seu impacto na reputação institucional.

- **Lançamento de portais na Rede Trabalhando**

O ano de 2013 representou o arranque dos portais universitários da Rede Trabalhando em Portugal, com o lançamento de treze portais em nove instituições, o lançamento do portal de emprego da RFM e a consolidação da secção de emprego do jornal Público, parceiros de comunicação desta rede profissional.

- **4ª Edição - U>Rock Universia**

A 4ª edição do concurso de bandas universitárias U>Rock decorreu de Setembro a Dezembro e teve um total de 68 bandas inscritas, representantes de várias instituições do ensino superior.

- **Universia ajuda a desenvolver aplicações móveis para as Universidades**

A Universia Portugal desenvolveu a plataforma UNI>COM através de uma parceria com a Mooestro - uma empresa norte-americana com experiência comprovada no mobile e responsável pelo desenvolvimento das aplicações móveis em Universidades nos Estados Unidos da América e no Chile.

Com esta parceria foi possível desenvolver aplicações móveis para as universidades portuguesas, como é o caso da Nova School of Business and Economics (Nova SBE) e da Universidade Católica Portuguesa, que desenvolveram aplicações para os seus estudantes.

Acção Social e Cultura

- 10ª Edição do Pão de Todos



Pelo 10º ano consecutivo, o Santander Totta associou-se à CAIS na realização do evento Pão de Todos, com a colaboração de cerca de 350 colaboradores voluntários do Banco. Ao longo de dez anos, milhares de voluntários do Banco participaram nesta iniciativa e ajudaram a fazer do Pão de Todos um grande sucesso.

O Pão de Todos acontece uma vez por ano, no mês de Dezembro, e visa promover o sentimento de partilha e entreajuda através da distribuição gratuita de pão e chocolate quente a todos os que visitam a tenda montada para o efeito no centro de Lisboa e do Porto.

- Caixas Solidárias



Durante a “Semana Santander És Tu”, que em 2013 teve como tema: “Mais Próximos”, e que visou aproximar o Banco dos seus colaboradores, reforçando o espírito de equipa e de relação com os clientes e com toda a comunidade envolvente, decorreu uma iniciativa solidária para ajudar famílias carenciadas.

Um dos dias da semana foi dedicado à solidariedade. Em todos os locais de trabalho foi feita uma recolha de alimentos, doados pelos colaboradores, angariando mais de 1.600 caixas solidárias com alimentos, que foram entregues a várias instituições de solidariedade social.

- V Corrida Santander És Tu em Portugal



Realizou-se em Portugal, a 5ª Edição da Corrida Corporativa Santander És Tu, que juntou 57 participantes de todas as geografias do Grupo, que correram cerca de 200 quilómetros entre Lisboa e o Porto. Durante o evento, os participantes dedicaram um dia a reabilitar a zona de jogo da Casa do Caminho, uma instituição de acolhimento para crianças vítimas de abandono e maus tratos.

A solidariedade é um dos eixos deste evento corporativo que reflecte a dimensão global e os valores do Grupo.

- Apoio à “Casa do Caminho”



O Santander Totta apoiou a Associação Casa do Caminho, através de um donativo efectuado pelos colaboradores que aderiram à iniciativa solidária promovida durante a Corrida Santander És Tu e durante a campanha de *Clean Desk*, na qual foram enviadas para reciclagem mais de 40 toneladas de papel revertendo o valor para a Associação.

- Feira de Natal BIPP 2013

O Santander Totta marcou presença com mais de 50 colaboradores voluntários na Feira de Natal BIPP – Banco de Informação de Pais para Pais, durante dois dias. A BIPP é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade.

- Canto Solidário

Em 2013, manteve-se o espaço “Canto Solidário”, dedicado à promoção e divulgação de projectos e

iniciativas de solidariedade social de instituições como a Acreditar, BIPP e Unicef.

- **Mini Maratona Santander Totta**



Cerca de 700 colaboradores do Santander Totta e seus familiares participaram na 7ª edição da Meia e Mini Maratona do Porto, uma prova que conta com o apoio do Banco pelo quarto ano consecutivo.

O Santander Totta aliou-se à vertente solidária da prova, que todos os anos apoia um projecto de cariz social, com a comparticipação de 1 euro por cada inscrição na Mini Maratona, totalizando 6.105 euros. Este ano, a Associação eleita foi a GAS Porto, Grupo de Associação Social do Porto vocacionada para a ajuda e desenvolvimento humano em Portugal e nos países em desenvolvimento.

- **Campanha – “Ajude-nos a multiplicar este Pão”**

No âmbito do 10º aniversário do Pão de Todos e da parceria com a Associação Cais, o Santander Totta lançou, na sua página de Facebook, uma campanha de solidariedade em que por cada novo fã da sua página doou um pão à CAIS no valor de 0,20€cada.

- **Fundação CEBI**

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI, uma instituição particular de solidariedade social cujo objectivo é apoiar crianças, jovens, idosos e famílias mais desfavorecidas, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração.

- **Seminário de Fundraising**

O Santander Totta patrocinou a participação de cinco instituições do terceiro sector no 5º seminário de *fundraising* organizado pela “Call to Action”. O principal objectivo do seminário foi o de capacitar as empresas participantes a gerirem de forma sustentada e angariarem de forma adequada os seus recursos.

- **Outros apoios**

No âmbito da sua política de responsabilidade social corporativa, o Banco mantém um apoio próximo ao terceiro sector através de apoios, patrocínios e donativos, a diferentes Instituições de solidariedade social, associações e ONG’s.

- **Plano Nacional de Literacia Financeira**

Participação no Plano Nacional de Literacia Financeira, desenvolvido pela CMVM, BdP e ISP e que visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adopção de comportamentos financeiros adequados.

- **Rubrica sobre literacia financeira nas redes sociais**

Utilização das redes sociais para divulgação de informação com o objectivo de explicar conteúdos económicos e financeiros. Promoção de uma rubrica, através de vídeos feitos com alunos universitários, na qual se explicam, de forma divertida, diversos conceitos económicos e financeiros.

- **Encontro Presente no Futuro**

O Santander Totta apoiou o 2º Encontro Presente no Futuro, que decorreu sob o mote, *Portugal Europeu. E agora?* O evento, que decorreu durante 2 dias, reuniu mais de 1.200 pessoas, com a presença de mais de 100 oradores e moderadores, e teve por objectivo debater o futuro de Portugal e da Europa.

- **Festival de Música de Sintra**

O Santander Totta apoiou a 48ª edição do Festival de Sintra, que se realizou sob o signo da juventude. As gerações do futuro foram assinaladas por um conjunto de jovens intérpretes, entre os quais diversos pianistas de elevado talento artístico e com carreiras internacionais de sucesso, tanto portugueses como estrangeiros.

- **Ordem de S. Jerónimos - Jornadas - Mostra Espanha 2013**

O Santander Totta apoiou a iniciativa *Ordem de S. Jerónimo: Uma história partilhada entre Portugal e Espanha*, que decorreu no âmbito da Mostra Espanha 2013. O evento incluiu dois concertos de abertura e encerramento das jornadas, o primeiro de música antiga e barroca pelos Segréis de Lisboa e o segundo de música renascentista pelo grupo Camerata Ibéria que contaram com a presença de clientes convidados do Banco.

- **Presença no *Green Fest***

O Santander Totta voltou a associar-se ao Green Fest, o maior evento de sustentabilidade do país que, na 6ª edição, teve como tema a “Economia da Partilha”.

Durante o evento, o Banco organizou a conferência “Redes Cooperativas”, seguida de um painel de debate, que contou com a presença de várias personalidades das áreas. O Banco patrocinou, também, o “Networking Lounge”, um espaço dedicado a que empresas, organizações e cidadãos empreendedores possam estabelecer contactos e partilhar conhecimentos de forma simples e eficaz.

- **Compensação das emissões de carbono**

Aquisição de créditos de carbono para benefício de um projecto nas Honduras, na América Central, que consiste na distribuição de fornos eficientes em 200 comunidades rurais, permitindo a redução do tempo de cozimento e a diminuição da quantidade de biomassa necessária, reduzindo, assim, a pressão sobre as florestas.

Sensibilização dos colaboradores para práticas e hábitos sustentáveis

- **Colaboradores do Banco ajudam a reflorestar a Serra de Sintra**



Cerca de 20 colaboradores voluntários participaram numa acção de plantação de árvores na serra de Sintra, no âmbito do projecto Pronatura em parceria com a ANEFA – Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente e com o município de Cascais.

Esta acção está enquadrada na campanha de sensibilização que o Santander Totta lançou no final de 2011, com a denominação “Dê uma pausa ao Planeta”. Através desta campanha, o Banco pretende sensibilizar os seus colaboradores para a importância da redução de consumos, divulgando entre eles algumas “pausas” que todos podemos dar ao planeta, mediante a adopção de hábitos e práticas correctas.

- **Campanha de *Clean Desk***

A Direcção de Risco Tecnológico e Operacional, em colaboração com a Direcção de Coordenação de Recursos Humanos, voltaram a desenvolver, em 2013, uma campanha de *Clean Desk*, com o objectivo de: (1) melhorar a produtividade e satisfação reduzindo o *stress*; (2) proteger a informação confidencial sobre os clientes ou sobre o negócio; (3) reduzir o risco de um incidente de segurança; e (4) preservar o meio ambiente reduzindo a quantidade de papel usado.

Medidas de eficiência energética e de redução de consumos

Em 2013, o Santander Totta continuou a desenvolver esforços na melhoria da eficiência das infra-estruturas e desenvolvimento de mecanismos para redução de consumos, num investimento total de 1,7 milhões de euros.

Balcões:

- Instalação de detectores de presença, em salas de reuniões, gabinetes, instalações sanitárias, *back-offices*, arquivos e arrumos para desligar a iluminação quando os locais estão desocupados (200 balcões);
- Substituição dos sistemas de climatização obsoletos por outros de menor consumo (9 balcões);
- Regulação do *set point* de equipamentos AVAC (50 balcões);
- Regulação da iluminação de acordo com o índice de luz natural (10 balcões);
- Alteração de letreiros luminosos para sistemas *LED* (150 balcões).

Edifícios centrais:

- Instalação de sistema de *free cooling* para funcionamento com temperaturas exteriores inferiores a 20°C desligando o sistema de climatização;
- Automatização do controlo da iluminação, instalação de luminárias com regulação de fluxo para aproveitamento da luz natural;
- Regulação do *set point* do AVAC.

Economia Internacional

Em 2013, o crescimento económico manteve-se moderado, em linha com o observado em 2012, mas com importantes diferenças de dinâmica, quer entre regiões, quer entre períodos: o crescimento evidenciou uma tendência mais favorável nas economias desenvolvidas, relativamente aos mercados emergentes, em especial no segundo semestre.

Crescimento Económico Mundial			
	2011	2012	2013E
Mundo	3,9	3,1	3,0
Países Avançados	1,7	1,4	1,3
EUA	1,8	2,8	1,9
UEM	1,5	-0,7	-0,4
Reino Unido	1,1	0,3	1,7
Japão	-0,6	1,4	1,7
Países em Desenvolvimento	6,2	4,9	4,7
África	5,5	4,8	5,1
Ásia	7,8	6,4	6,5
China	9,3	7,7	7,7
Europa de Leste	5,4	1,4	2,5
Médio Oriente	3,9	4,1	2,4
América Latina	4,6	3,0	2,6
Brasil	2,7	1,0	2,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2014)

No primeiro semestre, a actividade continuou a caracterizar-se por uma relativa debilidade, em linha com as tendências iniciadas no final de 2012, com as sucessivas ondas de choque da crise da dívida soberana na zona euro.

Fruto desta dinâmica, as perspectivas, em meados do ano, quer para o ano de 2013, quer para 2014, eram menos favoráveis, pelo que o FMI reviu em baixa as perspectivas de crescimento, em ambos os períodos. Essa revisão seria generalizada, não se limitando à zona euro, mas estendendo-se aos mercados emergentes.

A debilidade da procura nos mercados desenvolvidos afectou os seus principais fornecedores, como a China, onde as autoridades iniciaram um debate sobre o novo objectivo de crescimento, abaixo do "referencial" de cerca de 8%. No final do ano, os mercados emergentes foram afectados pelo debate e posterior início da moderação dos estímulos quantitativos por parte da Reserva Federal dos EUA, que resultou numa saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas

autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já em 2014, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Os EUA destacam-se, em termos de crescimento económico. Apesar de alguma volatilidade, a economia tem crescido, com a recuperação da procura interna a compensar os efeitos negativos dos cortes automáticos da despesa pública. O consumo privado beneficia claramente da descida da taxa de desemprego para os níveis mais baixos desde 2008 e da valorização dos mercados accionistas para máximos históricos. No final do ano, o impasse no Congresso quanto à estratégia orçamental a seguir e a elevação do limite da dívida resultaram no encerramento temporário do Governo Federal, o que penalizou pontualmente o crescimento no final do ano, mas que ainda assim permaneceu sólido.

No Verão, fruto da melhoria económica, a Reserva Federal anunciou estar a estudar a possibilidade de terminar a sua política monetária expansionista não convencional. Os investidores leram nestas declarações a quase retirada imediata da liquidez excedentária injectada na economia, reagindo em conformidade (as *yields* a 10 anos subiram de forma acentuada), levando os responsáveis pela definição da política monetária a várias declarações visando acalmar os receios e indiciando que a liquidez permanecerá.

No final do ano, a Reserva Federal começou a reduzir o volume mensal de aquisições de títulos de dívida pública e securitizações ("*tapering*"), para 75 mil milhões de dólares /mês, face aos anteriores 85 mil milhões, e em Janeiro de 2014 fez nova redução, para 65 mil milhões. Em contrapartida, a autoridade monetária assumiu o compromisso explícito de manter as taxas de juro de referência em níveis mais baixos por um período de tempo mais prolongado, mesmo que as condições económicas recuperem mais rapidamente, em especial se o desemprego descer abaixo de 6%.

No Reino Unido, as perspectivas económicas foram sucessivamente revistas em alta, fruto da recuperação dos serviços, mas também das actividades de construção e imobiliárias. Apesar disso, o Banco de Inglaterra manteve a sua política expansionista, deixando uma eventual alteração das taxas de juro de referência dependente de uma melhoria mais pronunciada da actividade económica.

No Japão, o Banco Central lançou um agressivo programa de "quantitative easing", no qual se propõe duplicar a base monetária nos próximos dois anos, para elevar a

inflação até 2%. Em Dezembro de 2013, a inflação situava-se já em 1,6%, fruto de uma subida dos preços da energia e transportes. A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia situou-se em 0,7%, assim retomando máximos de cerca de 5 anos.

A deterioração da confiança económica foi agravada por outros dois factores de relevância elevada. Em Itália, as eleições gerais de Fevereiro resultaram num impasse, sem uma maioria clara, o que dificultou o processo de formação do novo Governo (que demorou mais de um mês). Apesar do acordo alcançado, o equilíbrio parlamentar permanece ainda delicado.

Em Chipre, o sector bancário necessitou de um plano de recuperação, após os impactos negativos, em termos de resultado e de capital, da exposição pelas instituições cipriotas à Grécia. Os maiores bancos do país não só tinham uma presença física de relevo na Grécia, como detinham elevados volumes de dívida pública grega, sofrendo assim perdas maciças com a reestruturação da dívida grega, ocorrida no ano transacto. O montante de apoio necessário (cerca de 17 mil milhões de euros) equivale a cerca de 100% do PIB, o que conduziria a uma situação insustentável das contas públicas. Para minimizar o plano externo de apoio, foi decidido que os depositantes cipriotas incorreriam em perdas, assim quebrando um tabu inviolado desde o início da crise: a defesa dos depositantes.

Numa primeira versão, todos os depositantes, de todos os bancos, seriam taxados, sendo esse montante (até 7 mil milhões de euros) utilizado para a recapitalização do sector. Em contrapartida, os depositantes receberiam acções do banco. As ondas de choque e os riscos de contágio a outros países levaram a uma revisão do plano. O Banco Laiki, o segundo maior do país, foi encerrado, com os depósitos até 100 mil euros transferidos para o Banco do Chipre (o maior do país), enquanto os depósitos mais elevados foram transferidos para um "bad bank", e serão recuperados com a recuperação dos activos mais problemáticos, igualmente transferidos para essa instituição.

O Banco do Chipre foi intervencionado: os accionistas e detentores de dívida viram a sua posição virtualmente eliminada contra perdas, enquanto os depositantes com depósitos superiores a 100 mil euros sofreram uma conversão forçada dos seus depósitos em acções do banco, num montante equivalente a 47,5% do depósito. Deste modo, o banco cumpre o requisito de um rácio de capital core Tier I mínimo de 9%.

Fruto desta evolução económica, o Banco Central Europeu desceu as taxas de juro de referência, para o mínimo histórico de 0,5% e, já em Julho, alterou pronunciadamente a sua estratégia de comunicação: abandonou o tradicional discurso de não pré-

compromisso, adoptando antes uma indicação clara de que as taxas de juro permanecerão em mínimos históricos (os actuais ou mesmo níveis inferiores) durante um período de tempo prolongado, até que a recuperação económica ganhe sustentação. A avaliação desta sustentabilidade será efectuada com recurso a indicadores de preços, de actividade e de condições financeiras nos mercados monetário e de crédito.

Em Novembro, foi adoptada nova descida, para 0,25%, devido às perspectivas de que a inflação, que estava em desaceleração, permanecesse muito abaixo do referencial do BCE (de "próximo, mas abaixo de 2%"), e apesar dos dados económicos mais favoráveis, que o BCE considerou apenas validarem o seu cenário central. No final do ano, a inesperada desaceleração da inflação, que caiu abaixo de 1,0%, começou a alimentar expectativas de que o BCE poderia reagir, com uma nova descida das taxas de juro de referência ou com medidas não convencionais.

	PIB	Inflação
UEM	-0,4	1,3
Alemanha	0,5	1,6
França	0,2	1,0
Espanha	-1,2	1,5
Itália	-1,8	1,3

Fonte: FMI (Janeiro de 2014)

Durante todo o segundo semestre, os dados económicos europeus sinalizaram uma recuperação, mais forte do que o inicialmente antecipado, destacando-se a melhoria do indicador de actividade industrial PMI para o nível mais elevado em dois anos, que permitiu uma melhoria das perspectivas económicas para 2014, o que se reflectiu numa revisão em alta das previsões de crescimento.

Nos países dito "periféricos" as condições económicas também melhoraram, de um modo quase generalizado, no decurso de 2013, do ponto de vista económico e financeiro.

Espanha e Irlanda concluíram os seus programas de ajustamento, sem necessidade de apoios suplementares. Em Espanha, a reestruturação do sector bancário prosseguiu, com uma menor utilização de fundos públicos face ao montante inicialmente estimado e disponibilizado.

Na Irlanda, o programa de ajustamento concluiu em Dezembro, tendo o Governo já realizado o pré-financiamento para o ano de 2014, o que, juntamente com o facto de o *rating* soberano estar, por todas as

agências de notação de risco, em "investment grade"¹, lhe permitiu prescindir de um programa cautelar.

Na Grécia, contudo, os riscos subsistem, apesar das perspectivas económicas serem algo menos adversas. No final do Verão, aumentou o tom das discussões sobre a necessidade de um terceiro programa, sendo que o actual termina em 2014. Já em 2014, o sentimento de mercado é de que poderá haver uma revisão das condições dos empréstimos internacionais, com uma nova extensão de maturidades.

A União Europeia continuou a tomar medidas para avançar, ainda que mais lentamente, no sentido da criação de uma União Bancária². Num primeiro passo, o BCE assumirá, no final de 2014, a responsabilidade pela supervisão bancária, sendo responsável directo pelo acompanhamento de mais de uma centena dos maiores bancos europeus, e ficando os demais sob supervisão conjunta do BCE com os bancos centrais nacionais.

No final do ano, o Conselho Europeu chegou a um consenso sobre o Mecanismo Único de Resolução (MUR) e sobre o Fundo de Garantia de Depósitos comum (FGD). O MUR estará totalmente em vigor dentro de 10 anos, sendo que no período transitório os bancos deverão contribuir para a criação de um fundo de resolução, que assumirá progressivamente os custos da reestruturação/resolução das instituições. Numa fase inicial, estes custos serão responsabilidade das autoridades nacionais. A decisão quanto ao futuro das instituições com problemas será decidido por uma comissão intergovernamental, criando uma estrutura operacional complexa. O FGD terá, ainda, uma base nacional, mas há regras claras para a recapitalização dos respectivos fundos, que dependerá do perfil de risco de cada instituição.

Durante o ano, os bancos europeus iniciaram o processo de amortização antecipada dos empréstimos de muito longo prazo (LTROs) que tinham obtido junto do BCE em 2011 e 2012.

A liquidez total cedida à economia mantém-se em máximos, mas a liquidez excedentária, que estava ou em reservas excedentárias ou aplicada na facilidade de depósito reduziu-se marcadamente, o que influenciou a dinâmica das taxas de juro de curto prazo.

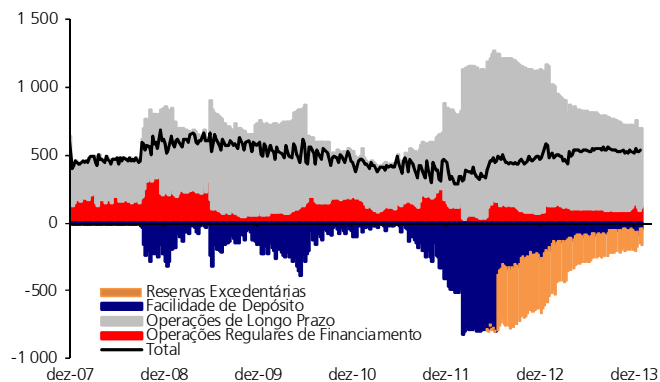
A taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do *overnight* realizadas no mercado interbancário europeu, subiu dos mínimos históricos, em

¹ A Moody's reviu o *rating* da Irlanda para Baa3, em 17 de Janeiro de 2014.

² A União Bancária pressupõe a quebra da relação entre o risco bancário e o risco soberano, através da criação de três mecanismos, simultâneos: (i) mecanismo único de supervisão, atribuído ao BCE; (ii) mecanismo único de resolução bancária; e (iii) fundo de garantia de depósitos comum.

redor de 0,07%, para mais de 0,3% no final do ano. Após a descida da taxa refi pelo BCE, a taxa Euribor 3 meses, que tinha tocado um mínimo de 0,19%, subiu de forma sustentada, aproximando-se de 0,3%. A expectativa de que o BCE tinha fechado o ciclo monetário contribuiu para esta evolução.

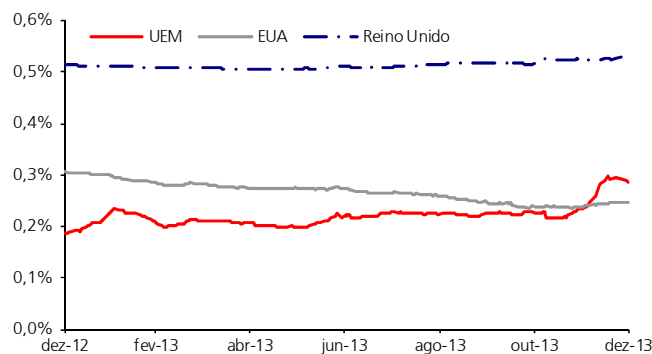
Cedência de liquidez pelo BCE (€bn)



Fonte: BCE

Nos EUA, as taxas de juro desceram gradualmente, para mínimos, fruto do compromisso explícito da Reserva Federal em manter as taxas de referência em mínimos por um período de tempo mais prolongado. Já no Reino Unido, o Banco de Inglaterra não alterou as taxas de juro de referência nem o montante total de aquisição de dívida pública, pelo que as taxas de juro 3 meses se mantiveram estáveis durante todo o ano.

Taxas de Juro 3 Meses

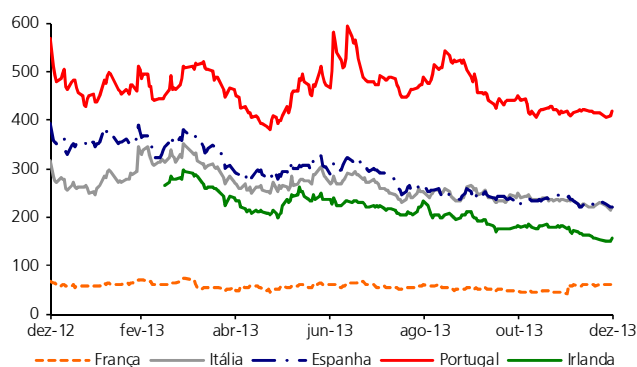


Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, desceram de forma sustentada durante o ano de 2013, incorporando em pleno o compromisso anunciado pelo Presidente do BCE de que faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro. O BCE anunciaria as grandes linhas do seu programa de "Transacções Monetárias Directas" (*OMT – Outright Monetary Transactions*), mas sem nunca entrar em detalhes.

A execução orçamental, em linha com o esperado, nos principais países, e os sinais de que a economia europeia estava a sair da recessão, deram um contributo de relevo para a descida das *yields*. A Irlanda, apesar de ter metas orçamentais elevadas (um défice previsto de 7,5% do PIB em 2013), continuou a beneficiar de taxas de juro muito mais baixas do que Espanha e Itália, e no final do ano, realizaria uma emissão de dívida a 10 anos que lhe permitiu anunciar uma saída do programa de ajustamento sem necessidade de um programa cautelar ou de outra forma de apoio pelas instituições europeias.

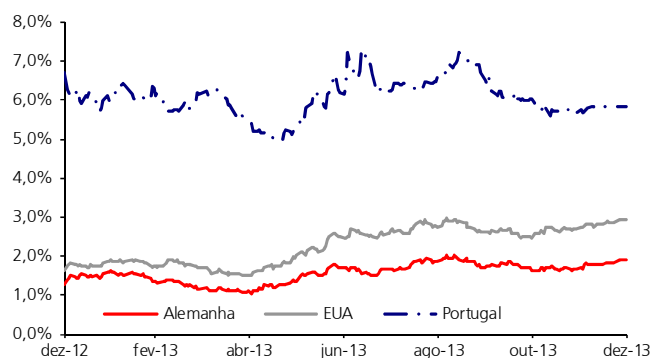
Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Portugal acompanhou a tendência geral até Maio, quando a demissão do Ministro das Finanças e a subsequente crise política resultaram numa subida das taxas de juro de longo prazo: a *yield* a 10 anos, que tinha caído para cerca de 5%, retomaria níveis acima de 7%, apenas retomando a tendência descendente no final do ano, com os melhores dados económicos, que auxiliaram a execução orçamental, e com a apresentação da Proposta de Orçamento do Estado para 2014. Já em 2014, a *yield* a 10 anos caiu para 4%, assim recuperando níveis inferiores aos observados antes do período anterior ao pedido de auxílio económico e financeiro, em 2011.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

As *yields* dos principais mercados desenvolvidos – EUA e Alemanha – subiram de forma sustentada a partir do segundo trimestre de 2013. Nos EUA, os melhores dados económicos, em especial a descida da taxa de desemprego, levaram a Reserva Federal a publicamente anunciar que estava a avaliar a necessidade de manter os estímulos quantitativos. A subida demasiado pronunciada das *yields* a 10 anos, acima de 3% (uma subida de mais de 100pb face aos mínimos do ano) levou a um retrocesso pontual no discurso, mas que seria retomado no final do Verão.

As *yields* alemãs subiram, acompanhando a tendência dos EUA, e também devido à dissipação dos principais riscos extremos na zona euro (em 2013, o risco percebido de possível fractura na união monetária reduziu-se significativamente).

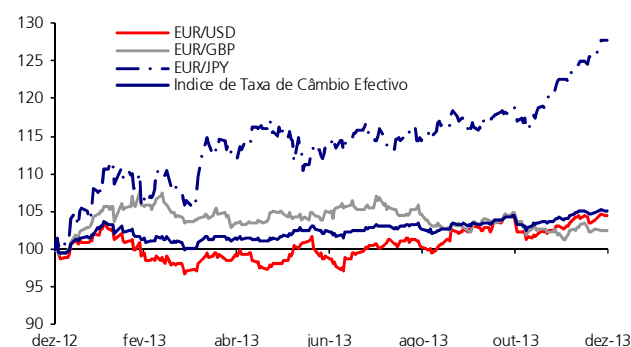
No mercado cambial, a volatilidade permaneceu elevada, com as principais divisas a reflectirem as expectativas quanto à evolução da política monetária, no caso do euro associada também à percepção de risco sobre a viabilidade da UEM. Ainda assim, a generalidade das moedas (excepção face ao iene) oscilou num intervalo de +/- 5% face ao euro, em relação ao valor de início do ano.

O euro recuperou dos mínimos de 2012, quando cotou a 1,20 dólares, tendo oscilado entre 1,28 e 1,38 dólares. Os valores mínimos foram observados no início do Verão, quando a Reserva Federal iniciou o debate sobre a redução dos estímulos, mas, no final do ano, em véspera de descida das taxas pelo BCE, atingiu os máximos.

O euro, em termos de taxa de câmbio efectivo (considerando as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) apreciou, em linha com a dinâmica das demais divisas.

O iene depreciou cerca de 28% face ao euro, e quase 25% face ao dólar, fruto das medidas quantitativas que foram adoptadas pelo Banco Central nipónico.

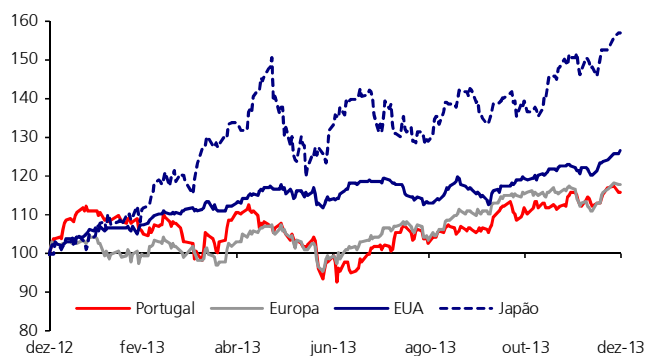
Principais Taxas de Câmbio (Dez-2012 = 100)



Fonte: BCE

Os mercados accionistas globais caracterizaram-se por um movimento generalizado de valorização, que seria mais pronunciado no segundo semestre do ano. As perspectivas de que as taxas de juro de referência permanecerão em mínimos, apesar dos progressivos sinais de recuperação da actividade económica, juntamente com melhores resultados por parte das principais empresas cotadas, contribuíram para esta dinâmica, que conduziu os principais índices para máximos de 5 anos (ou seja, para os máximos observados antes do agravamento da crise financeira, com a falência da Lehman Bros, em Setembro de 2008).

Mercados Accionistas (Dez-12 = 100)



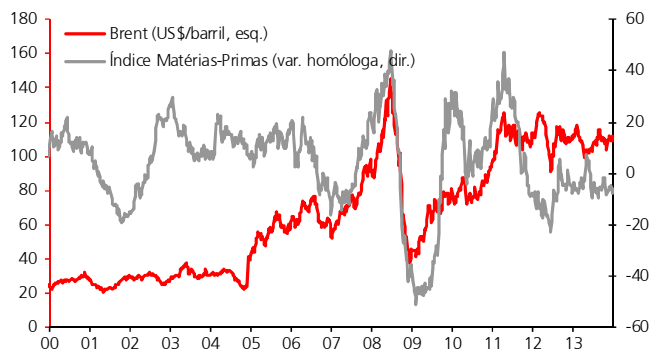
Fonte: Bloomberg

Portugal não foi excepção, com o índice PSI-20 a registar uma valorização de 16%, em grande medida apoiada pelo sector bancário. A conclusão do processo de recapitalização dos principais bancos (com a recapitalização do Banif), assim como dos acordos entre a DG Concorrência da UE e os bancos que obtiveram fundos públicos foi um factor chave para a recuperação das cotações, apesar de os resultados, em 2013, terem sido ainda afectados pela diminuição da margem financeira e pelas elevadas provisões para imparidade.

A generalidade das matérias-primas caracterizou-se por uma relativa estabilidade de preços, em 2013, depois da maior volatilidade dos anos anteriores. O petróleo manteve-se no intervalo de 100-115 dólares para onde tinha convergido ainda em 2012, apesar de alguns picos pontuais próximo de 120 dólares. As perspectivas de procura permaneceram relativamente débeis, já que a melhoria da actividade nas economias desenvolvidas foi insuficiente para compensar a desaceleração das economias emergentes.

As demais matérias-primas caracterizaram-se por uma tendência de depreciação, que foi mais acentuada no caso dos cereais, com destaque para o milho e trigo, fruto de uma melhor época de colheitas. O preço dos metais de base caiu também, no contexto da desaceleração das economias emergentes.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



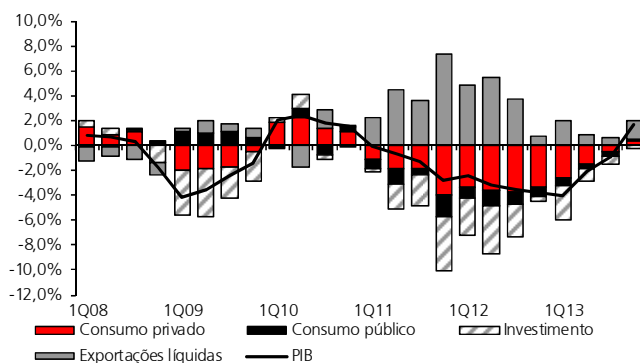
Fonte: Bloomberg

O ouro continuou a desvalorizar, caindo para mínimos de 2010, em redor dos 1.200 dólares por onça. A progressiva redução da aversão ao risco, que foi mais pronunciada no segundo semestre do ano, contribuiu em grande medida para esta dinâmica.

Economia Portuguesa

A dinâmica da economia portuguesa não diferiu da tendência global observada na zona euro, com uma moderação do ritmo de contracção, no primeiro trimestre do ano (quando o PIB caiu 0,4% em cadeia, após uma contracção de 1,9% no último trimestre de 2012), que daria lugar a uma tendência de recuperação logo no segundo trimestre, e que se manteria até final do ano. No último trimestre, o PIB já cresceu, em termos homólogos, com um crescimento de 1,7%.

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

Em resultado, a contracção da actividade económica no ano de 2013 foi menos pronunciado do que o previsto, -1,4% face a -2,3%, sendo assim o terceiro ano consecutivo de contracção da actividade económica, e

que conduziu a criação anual de riqueza para o nível absoluto mais baixo desde o ano 2000.

A melhoria da actividade resulta da conjugação da estabilização progressiva da procura interna, em especial do consumo privado, mas também do investimento, com a continuação do dinamismo das exportações.

Dados Macroeconómicos

	2011	2012	2013
PIB	-1,3	-3,2	-1,4
Consumo Privado	-3,3	-5,3	-1,7
Consumo Público	-5,0	-4,7	-1,7
Investimento	-11,1	-13,4	-7,3
Exportações	6,9	3,2	6,1
Importações	-5,3	-6,6	2,8
Inflação média	3,7	2,8	0,3
Desemprego	12,7	15,7	16,3
Saldo Orçamental (% do PIB)	-4,3	-6,4	-4,9
Dívida pública (% do PIB)	108,2	124,1	129,0
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-5,8	0,3	2,6

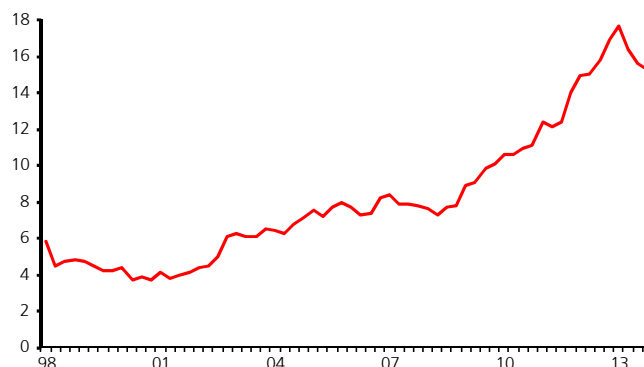
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

Ao nível do consumo privado, a contracção anual resultou sobretudo da dinâmica observada no final de 2012 e no primeiro trimestre de 2013. A discussão, ainda em 2012, sobre a subida da TSU para os trabalhadores, e a posterior subida dos impostos, para compensar a reposição dos subsídios à função pública e pensionistas, resultou numa retracção profunda da despesa pelas famílias (acumulada de 2,6% nesse período).

A partir do segundo trimestre do ano, quando as famílias ajustaram aos novos níveis de rendimento (porque se tornou então perceptível o verdadeiro impacto das alterações em sede de IRS), a despesa começou a recuperar gradualmente, sendo esse efeito mais visível no terceiro trimestre do ano.

Particularmente importante para a melhoria da despesa de consumo pelas famílias, contudo, foi a dinâmica favorável do mercado de trabalho. Após um máximo histórico de 17,4% para a taxa de desemprego, no primeiro trimestre, houve uma descida, gradual, mas sustentada, até ao final do ano. No 4T2013, a taxa de desemprego foi de 15,3%, o que revelou mesmo uma redução em termos homólogos. No conjunto do ano, a taxa de desemprego foi de 16,3%, que ficou abaixo das projecções mais adversas do início do ano.

Taxa de Desemprego



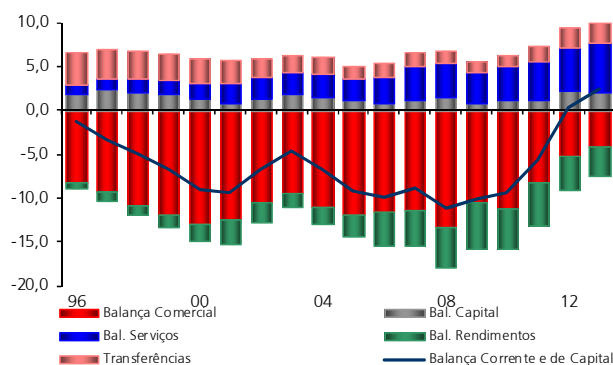
Fonte: INE

Apesar da redução da população activa no ano de 2013 que, em parte, pode ser explicada por um aumento da emigração, houve uma efectiva criação de emprego durante os três últimos trimestres do ano, que viria a ser mais distribuída entre sectores, ao nível dos serviços. Face ao 4T2012 foram criados 30 mil empregos, um número que passa a 128 mil se comparado com o 1T2013. O desemprego reduziu-se em cerca de 100 mil pessoas.

A melhoria das condições no mercado laboral esteve também reflectida na avaliação das perspectivas de desemprego/emprego dos inquiridos de confiança dos consumidores e dos empresários.

O investimento, apesar da contracção acumulada no ano, começou a recuperar no segundo trimestre de 2013, ainda que em parte auxiliado pela aquisição de material aeronáutico. No final do ano, o investimento terá continuado a expandir, apoiado pela renovação das frotas de transporte pesado e pelo início de projectos associados ao incentivo fiscal ao investimento.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)

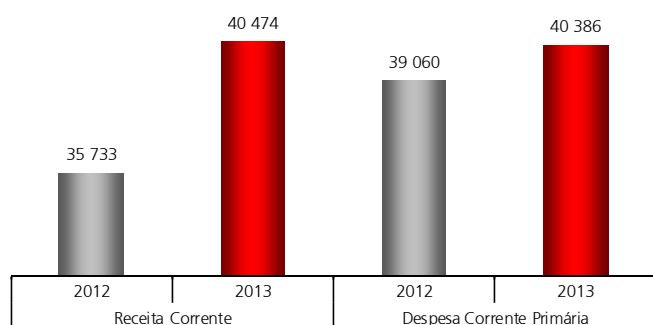


Fonte: Banco de Portugal, INE

A procura externa líquida continuou a ter um importante contributo para o crescimento do PIB. Em 2013, as

exportações de bens e serviços cresceram 5,7%, em termos nominais, enquanto as importações cresceram 1,1%. Em resultado, o saldo positivo ampliou-se para 2,5 mil milhões de euros (que compara com um saldo global de 300 milhões no ano de 2012). A recuperação das exportações foi generalizada, incluindo as vendas para a zona euro (as exportações para Espanha, o principal parceiro comercial, cresceram 7,4% em 2013). Excluindo combustíveis, as exportações de bens cresceram 2,1%, em termos nominais, em 2013.

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€mn)



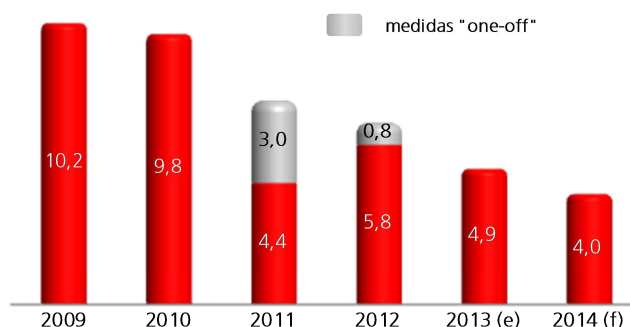
Fonte: Ministério das Finanças

A execução orçamental, numa óptica de caixa, evoluiu de forma positiva, com uma recuperação da receita fiscal, em especial em sede de IRS (reflectindo o aumento significativo da carga fiscal implementado em 2013, com a redução do número de escalões de imposto e reposição da sobretaxa extraordinária de 3,5%). No final do ano, começou a ser visível um crescimento homólogo da receita de IVA, em linha com a melhoria da procura interna. A receita fiscal beneficiou, igualmente, do regime de regularização extraordinária de dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social, que permitiu uma arrecadação adicional de 1,2 mil milhões de euros.

No conjunto do ano, o défice das Administrações Públicas, no âmbito do PAEF, foi de 7,2 mil milhões de euros, abaixo do limite definido (de 8,9 mil milhões).

Em contabilidade nacional, de acordo com o Governo, o défice foi de 4,9% do PIB, abaixo do inicialmente previsto. Contudo, quando corrigido de factores pontuais (a regularização de dívidas, do lado da receita, e a recapitalização do Banif, do lado da despesa), o défice ter-se-á situado em redor de 5,2% do PIB.

Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

Em Julho, a substituição, no Ministério das Finanças, de Vítor Gaspar por Maria Luís Albuquerque gerou uma crise política, com divergências na coligação PSD-CDS/PP, a qual seria sanada no final do mês, com uma remodelação governamental, na qual o CDS obteve maiores responsabilidades na coordenação das políticas económicas e da relação com a Troika. Fruto do impasse vivido durante cerca de três semanas, a oitava avaliação do PAEF foi adiada para o final de Agosto, sendo realizada conjuntamente com a 9ª avaliação.

Em resultado, a percepção do risco político deteriorou-se, levando agências de notação de risco a rever as suas perspectivas de *rating* para a República. No final do ano, e concluída a 10ª avaliação, após a apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2014, a percepção de risco começou a melhorar, com uma descida pronunciada dos *spreads* de crédito, o que permitiu à República retomar o financiamento nos mercados financeiros globais, que estava suspensa desde o início do ano.

Em Janeiro, o Tesouro realizou uma emissão de dívida a 5 anos, através de uma emissão sindicada, de 2,5 mil milhões de euros, da OT Outubro 2017, com a procura, contudo, ainda concentrada em investidores com perfis de investimento de mais curto prazo.

Em Maio, realizou uma nova emissão, desta vez a 10 anos, com o novo *benchmark* a 10 anos (OT Fevereiro 2024), com um cupão de 5,65%. O Tesouro aproveitou a descida das *yields* abaixo de 6%, num contexto de procura forte por investidores estruturais (incluindo fundos de pensões e companhias de seguros) não residentes.

Em Dezembro, foi realizada uma operação de troca de dívida, num total de 6,6 mil milhões de euros, em que parte dos vencimentos de OTs de 2014 e 2015 foram substituídos por OTs com vencimentos em 2017 e 2018, assim aliviando uma parte da pressão sobre as

necessidades de financiamento após o término do programa de ajustamento.

Já em 2014, o Tesouro realizou duas emissões, a 5 e a 10 anos, num total de 6,25 mil milhões de euros, assim cobrindo a totalidade das necessidades de financiamento para o corrente ano (o remanescente está coberto pelos fundos das instituições internacionais). A procura em ambas as emissões foi bastante significativa (11,2 e 9,8 mil milhões de euros, respectivamente), com uma diversidade geográfica de investidores, mas sobretudo com a entrada de "real money", em particular de investidores de longo prazo (bancos, seguradoras).

Ao longo de todo o ano, a República manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, com a emissão de Bilhetes do Tesouro. A procura tem permanecido elevada e as taxas de juro têm vindo a diminuir de forma sistemática. No leilão de Julho, realizado ainda durante o período de maior incerteza política, as taxas de juro subiram, mas apenas marginalmente, para corrigirem no final do ano.

O sector bancário, ainda no primeiro semestre de 2013, concluiu em grande medida o processo de ajustamento que lhe foi imposto no âmbito do programa de assistência económica e financeira. A redução do rácio crédito/depósitos ocorrida até ao final de 2012 (quando se situava já em 127,5%) levou a que o mesmo deixasse de ser obrigatório, embora os bancos devam manter-se em redor desses níveis. Em Setembro, o rácio crédito/depósitos do sistema situava-se em 120,8%. Isso permitiu flexibilizar a política de captação de recursos, o que, num contexto de pressão sobre a margem financeira, se reflectiu numa descida ligeira das taxas de juro praticadas. Ainda assim, a captação de depósitos permaneceu, com um crescimento de cerca de 2% nos depósitos de particulares.

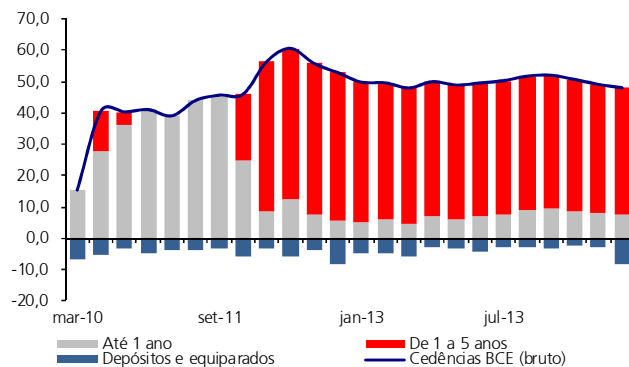
O inquérito mais recente às condições nos mercados de crédito revela uma moderação nas condições de concessão de crédito, por parte do sector bancário, enquanto as empresas começam a evidenciar alguns sinais tímidos de procura de crédito.

No entanto, o *stock* de crédito continua a reduzir-se, com uma queda no crédito aos privados de cerca de 4% em 2013, especialmente ao nível do crédito a empresas (uma redução de quase 6%). O sector não financeiro continua a desalavancar e os vários processos de análise da carteira de crédito conduzidos pelo Banco de Portugal estão, também, a contribuir para a redução do *stock* de crédito.

A recapitalização do Banif, com recurso a fundos públicos, concluiu também o processo iniciado em 2012. No final do primeiro semestre, todos os bancos tinham rácios de capital Core Tier I acima dos 10% exigidos, enquanto BCP, BPI e CGD concluíam as negociações com

a DGCom da UE para definir as medidas correctivas necessárias em contrapartida ao acesso ao fundo público de recapitalização.

Financiamento no BCE (€bn)



Fonte: Banco de Portugal

O financiamento obtido pelo sistema financeiro português junto do BCE era de 48 mil milhões de euros, no final do ano, em termos brutos. Durante o ano, e à semelhança dos congéneres europeus, os bancos nacionais iniciaram a amortização dos financiamentos de mais longo prazo (LTROs). Ajustado dos depósitos no BCE, o financiamento líquido foi de 39,8 mil milhões, uma redução face aos 44,4 mil milhões observados no final de 2012.

Principais riscos e incertezas para 2014

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2014 são, em grande medida, as mesmas que condicionaram a actividade bancária, e económica, nos últimos anos.

A nível internacional, os factores de risco estão relacionados com a sustentabilidade da recuperação económica na Europa e, em particular, na zona euro. Apesar dos dados económicos mais fortes nos últimos trimestres, a retoma económica está ainda numa fase inicial, suportada pela procura externa, e com diferenças de ciclo entre países "core" e "periféricos". A nível global, há riscos associados à recente instabilidade nos mercados emergentes, tendo-se assistido a uma desaceleração do crescimento em algumas economias. Caso a incerteza permaneça por um período de tempo prolongado, pode afectar a retoma nascente na economia europeia. As autoridades também dispõem de um mais limitado arsenal de instrumentos para responder à materialização de eventuais riscos, devido aos ainda elevados défices orçamentais e rácios de dívida pública, e aos baixos níveis das taxas de juro de referência.

O *Asset Quality Review* (AQR) a desenvolver pelo BCE em 2014 pode revelar-se um factor de risco adicional, pela incerteza que manterá sobre as dinâmicas do sector, a nível europeu.

A nível doméstico, um factor de incerteza prende-se com a conclusão do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, em Maio, não havendo ainda uma decisão quanto à forma de saída: sem auxílios explícitos, como a Irlanda, ou se com alguma forma de programa cauteloso. A melhor dinâmica económica, e o facto de a República já ter coberto as necessidades de financiamento para o ano de 2014 reduzem alguns dos riscos que ainda estavam latentes há alguns meses.

Do ponto de vista da execução orçamental, em 2014, uma importante medida de redução da despesa, que é a redução mais profunda dos salários dos funcionários públicos, está em avaliação pelo Tribunal Constitucional, o que poderá, caso seja considerada inconstitucional, exigir medidas adicionais de consolidação, que poderão afectar a confiança dos agentes económicos e/ou a percepção de risco quanto à economia portuguesa, com efeitos sobre a recuperação económica em curso. Após o Verão, a proposta de Orçamento do Estado para 2015 é um factor importante, com a materialização das medidas necessárias para reduzir o défice orçamental para 2,5% do PIB.

Ao nível do sector financeiro, os riscos estão agora menos associados ao ciclo económico e à qualidade da carteira de crédito, após os vários programas de avaliação dos activos desenvolvidos pelo regulador. No entanto, também o AQR será um factor de incerteza, porque alguns dos critérios de avaliação não são ainda conhecidos. Os grandes desafios são o regresso sustentado aos mercados financeiros globais e a restauração da rentabilidade.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

O ano de 2013 foi marcado por grande incerteza por efeito da crise económica e financeira. No entanto, na segunda metade do ano começaram a surgir alguns sinais de recuperação a nível nacional e internacional.

A solidez de balanço do Santander Totta permitiu continuar a política sustentada de concessão de crédito quer a particulares quer ao segmento de Negócios/PME's.

Em recursos, prosseguiu-se uma política de colocação de produtos de margem controlada, com uma gestão adequada entre o preço e os volumes para a captação de novos recursos, privilegiando a diversificação do património dos clientes. Foram lançados, nomeadamente, 12 depósitos estruturados de capital e rendimento mínimo garantidos com um total colocado de 1.019 milhões de euros, em moeda estrangeira (USD) foram colocados 98 milhões de euros em 8 emissões, em seguros de capitalização 327 milhões de euros, no conjunto de 9 emissões e 2 Fundos Especiais de Investimento com 109 milhões de euros.

No ano de 2013, a colocação de seguros de protecção dos clientes, nomeadamente nos seguros de saúde, de vida e de protecção ordenado, superou as 107 mil apólices.

Manteve-se, ao longo do ano, grande foco na captação de novas domiciliações de ordenados e no controlo de todas as rubricas de risco, visando o crescimento da transaccionalidade.

No crédito pessoal, foi lançada a campanha interna do "Crédito Outono", destinada ao apoio das famílias através da concessão de crédito pessoal responsável, prosseguiu ao longo de 2013, tendo resultado numa produção de 518,5 milhões de euros. O "Crédito Pessoal Activação", uma linha de crédito com taxa promocional durante o 1º ano, foi também uma campanha essencial para captação de crédito.

Para retenção de actuais clientes com crédito pessoal, o Banco continuou a disponibilizar o "Crédito Mais", uma linha de crédito que permite renovação de empréstimos a decorrer e que possibilita a redução da prestação e/ou incremento do financiamento em curso sem aumento dos encargos mensais. No final do ano, foram ainda lançados 2 novos produtos: o "Crédito Certo", uma linha de crédito que permite adequar o valor da prestação do empréstimo ao valor mensal que o cliente indica ter

disponível para pagamento da prestação; e o "Crédito Flexível", uma linha de crédito que permite ao cliente beneficiar de prestações mais baixas durante os primeiros meses do empréstimo, período durante o qual apenas há lugar ao pagamento de juros.

Consolidou-se a política de implementação de novas soluções de regularização e renegociação de dívida, adaptadas à capacidade de cumprimento de cada cliente, apoiando as famílias em função das suas disponibilidades. Apesar da conjuntura difícil, foi possível cumprir as metas, no que diz respeito ao controlo do crédito vencido.

O Banco lançou, ainda, ao longo do ano, campanhas e soluções direccionadas especificamente para outros segmentos de clientes, nomeadamente: i) Júniores/Jovens – campanhas "Conta a Crescer" e "Já Ká Konta"; ii) Universitários – *packs* específicos para o programa Erasmus e iii) Residentes no Estrangeiro – dinamização nas áreas de transferências e de captação de recursos, através de condições atractivas em diferentes moedas.

Os cartões de crédito também tiveram um grande foco através da campanha interna, lançada no 2º trimestre, "Crédito Verão", com o objectivo de colocação de cartões de crédito em clientes novos. Foi criada uma oferta específica para os clientes com condições vantajosas. O número de novos clientes de cartão de crédito, no ano, atingiu 58.610 novos clientes que passaram a privilegiar o Banco para as suas principais transacções.

No que diz respeito à aceitação, foi reforçada a posição do Santander Totta como banco de referência junto dos principais grandes comerciantes, nomeadamente nas principais cadeias de distribuição, alimentar, vestuário, transportes e gasolneiras, o que se traduziu numa quota de mercado de 17,8%.

No segmento de Negócios foi mantida uma política comercial de grande foco na concessão de crédito a novos clientes, na vinculação dos actuais clientes e no aumento da transaccionalidade.

A campanha interna designada de "Crédito Primavera", destinada ao segmento de Negócios/PME's, iniciada no 1º trimestre do ano, resultou no crescimento anual de 19% das produções de crédito. Em destaque o crescimento de 33% no montante contratado, no segmento de Negócios/PME's, na linha PME Crescimento, quando comparado com igual período de 2012.

Private Banking e Premium

No segmento *Premium*, o ano de 2013 revelou-se um ano importante para o reforço da quota de mercado neste segmento de clientes, tendo sido alcançados os principais objectivos de negócio. As campanhas lançadas para captação de clientes de rendimentos elevados assim como o trabalho desenvolvido no aproveitamento de acordos estabelecidos com colectivos de elevado potencial de rendimento, tiveram um contributo muito importante.

Paralelamente, o investimento no acompanhamento na “Experiência do Cliente” deste segmento tem permitido ao Banco apresentar as soluções mais adequadas para a satisfação crescente das necessidades detectadas.

Na área de *Private Banking*, e não obstante a contínua procura por activos de risco controlado e elevada liquidez, assistiu-se, principalmente no último trimestre do ano, a um aumento da apetência dos clientes por activos financeiros com maior risco, que por sua vez conferem um maior potencial de rentabilidade.

Nesse sentido, o *Private* do Santander Totta disponibilizou uma nova ferramenta de assessoria, utilizada a nível global no Santander, que permite fazer o aconselhamento financeiro de produtos e serviços de acordo com o perfil e objectivos individuais de cada cliente, garantindo que em assessoria os produtos subscritos estarão de acordo com o seu nível de experiência e conhecimentos em matéria financeira. Esta nova metodologia, em conjunto com a contínua formação dos gestores *Private*, permitiu aumentar a rentabilidade das carteiras, crescer em número de clientes e alargar o portefólio de produtos e serviços que o Santander Totta disponibiliza.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Santander Totta foi reconhecido com o prémio da Euromoney na categoria “Best Private Banking in Portugal”.

Empresas

Fruto da solidez, liquidez e capacidade de financiamento, o Santander Totta tem vindo a desempenhar um papel fundamental no apoio ao tecido empresarial Português, contribuindo para a retoma da economia, nomeadamente através de uma dinâmica de fomento do crédito concedido e de aumento do negócio internacional com forte apoio às empresas exportadoras, às empresas internacionalizadas ou que estão em processo de internacionalização.

Em 2013, sentiu-se uma pressão forte sobre o preço, que se intensificou no último trimestre do ano, face à disputa do mercado de empresas pelo sector, mantendo a Rede de Empresas uma estratégia assente na gestão

equilibrada entre os volumes da carteira de crédito e de recursos garantindo o crescimento sustentado da rentabilidade da rede comercial.

Nas linhas PME Investe/Crescimento, o Santander Totta mantém uma intervenção de relevo com uma quota de mercado de 17%, tendo colocado até ao final do ano de 2013, mais de 17,9 mil operações, no montante global de cerca de 1,9 mil milhões de euros. Na linha PME Crescimento 2013, cuja comercialização se iniciou em Fevereiro, a quota de mercado do Banco é de 16% em montante de financiamento de operações enquadradas pela PME - Investimentos. Adicionalmente, o Banco Santander Totta é líder na linha PME Alargamento, com uma taxa de adesão de 41%.

De destacar, ainda, que o Santander Totta mantém igualmente a liderança em *factoring* e *confirming*, com uma quota de mercado de 22,5%, o que comprova o compromisso e a disponibilidade do Banco no apoio à tesouraria das Empresas.

No âmbito do compromisso que o Banco assumiu em apoiar a economia portuguesa, em particular as empresas exportadoras e em fase de internacionalização, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Organização de uma série de conferências sob o tema “Exportar sucesso, Importar o futuro”;
- Lançamento, pelo segundo ano consecutivo, da chancela “Top Exporta Santander 2013”, uma distinção que reconhece o bom desempenho das empresas exportadoras clientes do Banco Santander Totta, de acordo com uma metodologia desenvolvida pela Informa D&B, que poderá ser consultada em detalhe no site santandertotta.pt. Contribuiu desta forma para a distinção e divulgação das melhores empresas exportadoras, através de boas oportunidades nos mercados onde está presente e da partilha de experiências de internacionalização de empresas;
- Lançamento, em Novembro de 2013, do portal “SantanderTrade.com” que representa mais uma ferramenta para os clientes do Santander Totta terem acesso a informação sobre os mercados onde actuam e, sobretudo, onde querem vir a actuar. Este portal, ordenado de forma fácil e evidente, oferece, pela primeira vez, um grande volume de informação de todos os sectores do comércio, em mais de 186 países, reunindo num mesmo sítio mais de 40 bases de dados, incluindo dados governamentais. O SantanderTrade.com pretende aproximar do mundo empresarial português as oportunidades de negócio que surgem noutros mercados.

Os clientes exportadores têm o apoio de uma equipa multinacional especializada e com experiência em internacionalização, sendo de destacar a rede de



contactos de elevado valor nos países onde o Grupo está presente.

Para apoiar a internacionalização das empresas portuguesas, o Santander Totta disponibiliza o *International Desk*, que tem por objectivo estabelecer uma eficaz ligação comercial da Rede Empresas do Santander Totta com as suas congéneres nos vários bancos do Grupo Santander, situados em mercados diferentes, sendo de especial relevância o fluxo de negócio com o Brasil e restante América Latina (nomeadamente México, Chile, Perú, Uruguai e Colômbia), Angola e Espanha, possibilitando o aproveitamento da sua dimensão internacional para potenciar o negócio internacional das empresas portuguesas.

Promotores e Mediadores

A DCPMI – Direcção de Coordenação de Promotores e Mediadores Imobiliários, área do Banco responsável pela dinamização destes canais externos de captação de negócio, manteve, em 2013, uma estratégia de grande proximidade e de seguimento permanente dos seus principais parceiros.

Com uma equipa de gestores já muito especializada na identificação, dinamização e acompanhamento de Promotores Externos e uma política de comunicação e divulgação de prioridades muito claras, assentes em diversas ferramentas, tem sido possível alcançar um dos principais objectivos desta área que passa por aumentar ainda mais o vínculo e o compromisso que os parceiros externos já têm com o Banco.

Nesse sentido tem vindo a ser reforçada a importância das reuniões trimestrais com os principais Promotores Externos e onde são apresentadas as linhas orientadoras da estratégia definida para cada trimestre.

Com o objectivo de manter uma relação bastante próxima com os mediadores imobiliários com quem temos protocolos estabelecidos e uma relação de confiança e de parceria de vários anos, o Banco esteve presente, uma vez mais, no SIL – Salão Imobiliário de Portugal, com um *stand* próprio.

Importante vector de crescimento da actuação da DCPMI nestes canais tem sido o crescimento permanente do número de lojas de Promotor que cada vez mais permite assegurar uma cobertura à escala nacional de uma rede complementar à rede de balcões do Banco, traduzida em mais de 270 postos de promoção de produtos e serviços.

Banca Transaccional

Durante o ano de 2013, continuaram a ser implementados os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, que foram delineados juntamente com a área comercial. Estes planos contaram com o envolvimento das equipas de especialistas/dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos oferecendo produtos e serviços que visam a satisfação das necessidades das empresas.

Foram ainda constituídas equipas de trabalho específicas e multidisciplinares com vista a acompanhar as empresas no processo de preparação para a migração para a SEPA (Single European Payment Area).

Reconhecendo a importância de uma correcta gestão da liquidez, o Santander Totta continuou a oferecer produtos exclusivos, tendo consolidado o lançamento do “Home Deposit”, um produto que distingue o Banco no mercado e que permite às empresas uma mais eficiente gestão dos seus recursos bem como de todo o processo operativo de recolha e tratamento de numerário.

O lançamento de produtos, como os anteriormente descritos, permite ao Santander Totta o reconhecimento como um dos principais prestadores de serviços de *cash management* em Portugal, cada vez mais consolidando a sua presença nas empresas.

Canais Complementares

SelfBanking

A actividade, durante o ano de 2013, assentou numa estratégia de optimização transaccional do actual parque de ATM's da rede Multibanco, dando assim continuidade às deslocalizações destes equipamentos para locais com maior potencial de transaccionalidade e à desinstalação de equipamentos com rentabilidade negativa. Como consequência, as quotas de mercado situaram-se nos 12,1% em número de ATM's e em 12,8% em número de movimentos.

Sempre numa óptica de proximidade com o cliente, deu-se continuidade também ao ajustamento e incremento das soluções de automatização de depósitos, atingindo já os 565 equipamentos instalados e uma cobertura de cerca de 70% da rede de balcões.

NetBanco

Nos canais Internet e no Netbanco Particulares iniciou-se a contratação de novos tipos de produtos de poupança como os Planos Programados. Destaque ainda para o lançamento de uma nova funcionalidade que permite a

recolha de ordens para colocações em mercado primário, que no caso em apreço deu suporte à OPV dos CTT e também a disponibilização de novas funcionalidades de cartões.

Verificaram-se melhorias na disponibilidade e performance dos *websites* e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos no NetBanco Particulares a aumentar 6%, enquanto o número de utilizadores frequentes registou um crescimento de 4,5%, em 2013. Foi também registado um crescimento no número de clientes que realizam transacções.

Ao nível do NetBanco Empresas, destacam-se os desenvolvimentos para a adequação do Regulamento (CE) 2560/2001 para Transferências e Débitos Directos SEPA. Foram ainda lançadas funcionalidades que permitem aos clientes, com toda a autonomia, emitir (neste caso em exclusivo no Netbanco Empresas) e carregar cartões refeição permitindo uma importante poupança fiscal, tanto para os empregadores como para os colaboradores da empresa no que ao pagamento do subsídio de refeição diz respeito. Em paralelo, no domínio dos pagamentos de serviços, destaca-se a emissão de facturas simplificadas de forma automatizada no canal.

Foi lançado o Mobile Particulares em versão aplicação para dispositivos móveis Android e Apple e lançado o Depósito Mobile, com constituição exclusiva neste canal que teve boa adesão por parte dos clientes. Foi efectuada forte comunicação junto dos clientes relativamente às vantagens de aceder através deste novo Canal.

Contact Center

Durante o ano de 2013, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado pelo 5º ano consecutivo o “Melhor *Contact Center* de Portugal no Sector Financeiro”, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

Foi, igualmente, o vencedor do Troféu *Call Center* na Qualidade de Serviço no Atendimento Telefónico em *Contact Centers* com mais de 50 postos de assistentes, prémio atribuído pela IFE – International Faculty for Executives.

O número total de contactos de clientes em 2013 com operadores do *Contact Center* foi ligeiramente superior ao do ano anterior. O atendimento a clientes por *chat* foi alargado, existindo actualmente no site de particulares do Banco mais pontos de pedido de contacto.

Foi reforçado o investimento no aumento da autonomia do *Contact Center* na resolução de várias solicitações e implementadas medidas para garantir resposta mais rápida aos pedidos efectuados pelos clientes para o qual ajudou a atribuição de um número de pedido, permitindo assim um melhor seguimento por parte dos clientes.

Redes Sociais

Ao longo de 2013, observou-se o lançamento de novas iniciativas nas páginas do Facebook, verificando-se um aumento significativo do número de passatempos. O número de fãs da página oficial do Banco cresceu substancialmente e superou os 50.000 fãs.

Actividade Internacional

Em 2013, a conjuntura económica caracterizou-se pela manutenção de um clima de austeridade e procura de equilíbrio orçamental, em especial nos países da Europa comunitária, persistindo, até meados do ano, alguma incerteza face à capacidade das economias periféricas.

A estratégia prosseguida na área Internacional manteve o reforço da proximidade aos clientes residentes no estrangeiro, visando apoiar, também, através das unidades no exterior, os que iniciam o seu percurso laboral fora de Portugal, dinamizando a oferta de serviços e de soluções em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

Nesse sentido, actualizou-se a oferta da “Super Conta Residentes no Estrangeiro” e disponibilizaram-se diversas soluções para gestão de poupanças.

Para reforçar a ligação entre clientes e empresários luso descendentes, escritórios de representação e balcões em Portugal realizaram-se visitas e promoveram-se eventos em Paris, Londres, Zurique e Caracas. O Banco esteve, também, presente na 9ª Conferência Anual da Câmara de Comércio Luso-Britânica que, pela primeira vez, organizou em Londres, um evento para promoção de ofertas de imobiliário em Portugal.

A campanha de Verão constituiu um importante vector estratégico na relação e no apoio aos clientes portugueses que residem no exterior. Nos aeroportos nacionais e meios de comunicação, foi visível uma campanha de boas-vindas, disponibilizando-se a oferta de soluções de poupança para que, além de rentabilidades interessantes, partilhassem a segurança e confiança no Santander Totta.

A sucursal de Londres, no âmbito da sua actividade comercial, focou-se na relação com os portugueses residentes no Reino Unido, em especial no que respeita a alguns grupos de clientes, nomeadamente com suporte de protocolos de colaboração com grupos profissionais e técnicos que optaram por trabalhar naquele país.

Manteve-se, ainda, uma especial atenção ao seguimento e recuperação da carteira de crédito, cujos mecanismos

de controlo foram reforçados, além da realização de reuniões e da procura de soluções com clientes.

Face à estratégia comercial, o volume de negócios na área de residentes no estrangeiro apresentou uma ligeira redução com crescimento na rentabilidade média da carteira e maior fidelização. Obteve-se ainda um crescimento significativo de novos clientes no segmento.

No que respeita à evolução da carteira de crédito detida por residentes no exterior, verifica-se uma ligeira redução que decorreu essencialmente de amortizações normais.

Finalmente, e no que respeita a transferências de residentes no estrangeiro, canalizadas através do Santander Totta, prosseguiram acções de promoção e dinamização nos países mais importantes para o segmento, destacando-se a forma fácil e flexível dos clientes concretizarem o envio de fundos para Portugal, o que se traduziu numa quota de mercado de 16%.

Realizaram-se, ainda, dois concursos que visaram premiar os clientes que optam pelos serviços de transferências do Banco tendo-se verificado uma boa evolução no volume de transferências.

Global Banking and Markets

A área de *Corporate Finance* consolidou a sua posição como um dos principais actores do mercado nacional em assessoria financeira, sendo de destacar as seguintes operações: (1) assessoria financeira à Beijing Enterprises Water Group na aquisição do negócio de concessões de água à Veolia em Portugal; (2) assessoria à British Columbia Investment Management Corporation na aquisição à Galp Energia da participação de 5% no capital da Companhia Logística de Hidrocarburos (CLH); (3) assessoria à Riverside na emissão de Fairness Opinion para efeitos da alienação da ONI à Altice; (4) assessoria à Optimus na fusão com a ZON; (5) assessoria à Sodim na avaliação económico-financeira da Cimigest e emissão de Fairness Opinion; e (6) co-líderança do sindicato de colocação da operação pública de venda/IPO dos CTT – Correios de Portugal, S.A., realizada no âmbito da 1ª fase de privatização da empresa.

Durante 2013, o portefólio de operações de *Corporate Finance* foi também reforçado e estão em curso diversos outros processos de assessoria em transacções a concluir nos próximos meses.

Na área de *Credit Markets*, o ano de 2013 reforçou o clima de optimismo iniciado no final de 2012, com os investidores internacionais a olharem novamente com bastante interesse para Portugal procurando boas oportunidades de investimento. As empresas aproveitaram a tendência de *spreads* de crédito mais

baixos para tomarem decisões de alongamento do seu endividamento e antecipação de necessidades de refinanciamento, tanto no mercado de empréstimos sindicados como no mercado obrigacionista, neste último também com um aumento do número de emissões para investidores particulares e de emissões de colocação privada.

No entanto, a manutenção de uma conjuntura económica restritiva continuou a manter uma pressão negativa sobre novas decisões de investimentos privados e públicos. Ainda assim, apesar deste contexto, o Santander Totta manteve-se como uma das instituições com presença constante na análise das oportunidades existentes e no apoio aos promotores na concretização dos seus projectos.

No campo do financiamento de aquisições, o Santander Totta manteve uma actividade forte no apoio e estruturação de financiamento de operações de aquisições de empresas e activos portugueses para clientes corporativos portugueses e internacionais e no apoio ao plano de privatizações.

Em *Asset & Capital Structuring*, o Santander Totta continuou a analisar e a explorar as oportunidades de mercado que foram surgindo fruto da conjuntura.

Através da área de *Fixed Income & FX*, o Banco manteve-se como parceiro natural das empresas portuguesas, ajudando a gerir os riscos associados ao mercado de taxa de juro e ao comércio internacional e investimentos em países com diferentes moedas. Dentro desta actividade é de salientar o apoio dado a empresas portuguesas exportadoras e importadoras, apostando na capacidade de oferecer produtos que permitam a gestão eficiente do risco cambial. Esta actividade é desenvolvida em ligação com outras áreas do Banco prestadoras de serviços relevantes para a actividade internacional. De realçar o facto de o Banco Santander Totta ter sido considerado pela revista *Global Finance* com sendo, uma vez mais, a melhor instituição financeira na área de FX (câmbios) em Portugal, tendo sido nomeado *Best Foreign Exchange Provider*.

O ano ficou marcado por uma recuperação nos mercados accionistas não só ao nível da valorização dos títulos, como também no reforço dos volumes transaccionados. O crescente optimismo, em particular durante a segunda metade do ano, sobre a recuperação económica na zona euro e nos Estados Unidos, levou o EuroStoxx50 a consolidar acima dos 3.000 pontos durante o último trimestre do ano, enquanto se assistia à renovação de máximos sucessivos nos mercados americanos. Na actividade de *Cash Equities*, assistiu-se a uma recuperação significativa na apetência dos clientes pelo mercado de acções, reflectida no aumento em 150% das comissões geradas pelos clientes com acesso directo à corretora. No

mercado obrigacionista, verificou-se uma redução dos volumes transaccionados face ao ano de 2012, em particular no último trimestre do ano.

A actividade da área de Custódia Institucional do Santander Totta mantém os seus volumes estáveis e o 2º lugar no ranking nacional de Custodiantes, com cerca de 21% de quota em volume de activos sob custódia, segundo os últimos dados disponibilizados pela CMVM.

Os clientes institucionais residentes e não residentes tiveram a oportunidade de avaliar a qualidade dos serviços de custódia prestados pelo Banco através da publicação da especialidade *Global Custodian*, sendo que o destaque foi para a atribuição do prémio de *Commended* nas 3 categorias – *Leading Clients*, *Cross-Border* e *Domestic*.

No final de 2013, os fundos de investimento mobiliário geridos pela SAM representavam uma quota de mercado de 11,5%.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário geridos pela Santander Asset Management, no final de 2013, totalizaram 526,2 milhões de euros, representando cerca de 4,4% de quota de mercado.

Gestão de Activos

Mantendo a visão conservadora que tem pautado a actuação da sociedade gestora nos últimos anos, a Santander Asset Management (SAM), procurou, uma vez mais, gerir os seus produtos com um nível de risco controlado, com foco na manutenção de níveis elevados e adequados de liquidez, não deixando de beneficiar das oportunidades que o mercado tem proporcionado. O ano fica ainda marcado pela dinamização da gama de fundos (com claro destaque para o fundo Multitesouraria com um total de subscrições líquidas de 84,6 milhões de euros) e pela forte actividade comercial.

Merece destaque o lançamento de dois novos FEI's: FEI Ibérico Maio 2013, no 1º semestre (num total de 38,9 milhões de euros) e FEI Ibérico Premium Julho 2013, no 2º semestre, (num total de 70,3 milhões de euros). Verificou-se o vencimento de três FEI's: o FEI Estratégias Europeias (num montante total de 18 milhões de euros), o FEI Valor Invest (num montante total de 98,8 milhões de euros) e o FEI Valor Invest II (num montante total de 36,4 milhões de euros).

No final do ano, todos os fundos de investimento mobiliário geridos de forma activa pela Santander Asset Management apresentavam rendibilidades positivas, nomeadamente, o Santander Multitesouraria (1,5% rendibilidade líquida), o Santander Multicrédito (3,5% rendibilidade líquida), o Santander Global (2,4% rendibilidade líquida) e os fundos de acções: Acções Portugal (31,9% de rendibilidade líquida), Acções Europa (21,3% rendibilidade líquida) e Acções América (18,3% rendibilidade líquida). De realçar, ainda, que o fundo Santander Acções Portugal tem vindo, consecutivamente ao longo do ano, a ser o melhor fundo nacional no que concerne a rendibilidades a 12 meses.

Perspectivas para 2014

No ano de 2013, a evolução da economia portuguesa continuou muito condicionada pelo processo de ajustamento iniciado em 2011, num enquadramento externo desfavorável, de abrandamento da actividade.

Em 2014, as previsões apontam para uma melhoria do ciclo económico, o que será favorável para o sistema financeiro português, mas por outro lado existe, ainda, um factor de incerteza relevante que tem a ver com a forma como vai ser concluído o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal.

Em 2014, um dos maiores desafios do Santander Totta é o aumento dos níveis de rentabilidade. A evolução da margem financeira será um factor crítico para o aumento das receitas do Banco, através da gestão equilibrada entre a normalização do custo do passivo e o crescimento dos volumes de negócio.

O foco no cliente manter-se-á como uma prioridade estratégica através da implementação de planos para a captação de novos clientes, reforçando a posição em clientes 1º Banco, aumentando a sua vinculação e transaccionalidade.

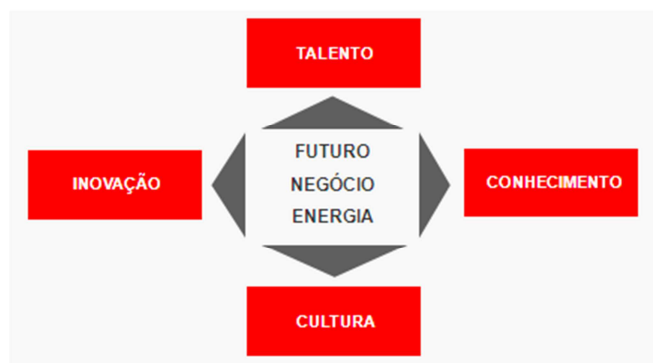
A posição confortável em termos de capital e liquidez que o Banco apresenta, permite a prossecução de uma política de apoio ao sector empresarial português, com particular destaque para o negócio internacional apoiando as empresas exportadoras, as empresas internacionalizadas ou que estão em processo de internacionalização, tendo em vista um maior equilíbrio na estrutura da carteira de crédito em termos do aumento do peso relativo do segmento de Empresas e da respectiva quota de mercado, bem como o incremento dos níveis de transaccionalidade.

Por outro lado, a optimização de custos, associada a um novo enquadramento concorrencial manter-se-á também como uma prioridade estratégica em 2014.

Mantendo uma grande prudência na gestão dos riscos, eixo fundamental de actuação do Grupo, em 2014 serão implementados modelos mais ajustados a cada segmento de cliente, agilizando todo o processo de decisão de riscos.

Recursos Humanos

Estar mais próximos dos colaboradores e do negócio constituiu um dos principais objectivos da área de Recursos Humanos em 2013, que estabeleceu como pilares de desenvolvimento: o Talento, a Inovação, o Conhecimento e a Cultura, orientados por três vectores de actuação: o Futuro, o Negócio e a Energia.



O apoio e acompanhamento directo dado ao processo de optimização da rede de balcões requereram uma acentuada proximidade às áreas de negócio, reflectida nas mais de 450 visitas efectuadas pelos gestores de Recursos Humanos.

Com o objectivo de melhorar a qualidade de atendimento nos balcões identificados no indicador "tempo de espera" deu-se continuidade ao programa "Be Up", iniciado no exercício anterior, tendo sido efectuadas 224 visitas e acompanhados 109 balcões, através de intervenções de carácter comportamental baseadas nas técnicas de "coaching", visando a excelência na relação com os clientes.

A atribuição de 361 novos níveis salariais, o facto de 96% dos colaboradores terem recebido remuneração variável e o aumento salarial de 0,5% ilustram a importância dada ao reconhecimento do mérito e contributo individual dos colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

Na área de Conhecimento e Desenvolvimento destacam-se os programas na vertente do "Customer Engagement" com a realização dos programas "Experiência 100%", "To be excelente" e "Energia Comercial", sempre com o objectivo de desenvolver competências que incrementem a relação de confiança do cliente com o Banco.

No domínio do Desenvolvimento, realizaram-se programas de "Executive Coaching" e integrou-se o "Mentoring" nos seguintes programas: "Mentoring para Universitários" e "Santander Futuro para Jovens Directivos".

De um total superior a trezentas mil horas de formação, 46% foram realizadas em regime de *E-Learning*. O Banco conta com uma plataforma que integra 125 cursos em *E-Learning*, permitindo assim uma maior oferta para responder às necessidades individuais e à dispersão geográfica.

É de salientar a formação feita na categoria Jurídica e Normativa, com particular destaque para as acções em prevenção e branqueamento de capitais e sobre os regimes *Pari e Persi*.

No âmbito da colaboração junto das Universidades, o Santander Totta participou em feiras de Emprego, *Jobpartys*, e realizou 4 acções de *Junior Consulting* em projectos internos do Banco. No âmbito dos programas de estágio, o Banco recebeu 196 alunos de várias escolas e universidades.

Nº horas formação – 300.194

Nº horas formação por colaborador – 57

% formação *e-learning* – 46%

Investimento em formação – 1 800 000 €

Investimento em formação/massa salarial – 1,07%

Enquanto "Empresa Familiarmente Responsável, desenvolveram-se algumas iniciativas formativas para filhos de colaboradores: "Aprende a Criar o teu negócio, YA?" sob o tema do empreendedorismo, realizado em parceria com uma universidade e o curso "Em Busca da Magia (TEEN)" que abordou como traçar o seu caminho de sucesso, utilizando conceitos básicos de Programação Neuro Linguística (PNL).

Em 2013, foi confirmada, pela Fundación Más Familia, a certificação do Santander Totta como "Empresa Familiarmente Responsável" (EFR). No âmbito da auditoria de renovação, o Banco melhorou a sua notação na escala de empresas EFR, passando de "C" para "B+", reflexo de um contínua melhoria e atenção dada a esta matéria. São mais de 40 as medidas de conciliação e equilíbrio que se encontram ao dispor dos colaboradores que mereceram a atenção e reconhecimento dos auditores externos e que sustentam esta distinção.

O contexto económico e social desfavorável que se viveu em 2013 continuou a requerer uma atenção especial e o reforço e desenvolvimento de medidas extraordinárias que visaram minorar os efeitos da crise, o que se traduziu nas seguintes iniciativas: (1) implementação do "Ticket Infância" e do "Cartão Refeição" com benefícios fiscais directos para os colaboradores; (2) renovação da medida de comparticipação de 310€ a todos os colaboradores com filhos a estudar no ensino superior e com um salário

mensal igual ou inferior a 2.090€, (3) comparticipação de 50% do valor do passe social dos colaboradores com enquadramento até ao nível 7 do ACT do sector bancário; e (4) a atribuição de 60€ aos colaboradores que têm filhos a estudar entre o 5º e o 12º ano, e com um salário mensal igual ou inferior a 1.500€, para apoio à compra de livros escolares.

O reconhecimento interno foi mais uma vez expresso nos resultados obtidos no estudo de satisfação interna, “Que Tal de Clima”, que se realizou em 2013 e no qual 92% dos colaboradores considera que o programa “Santander És Tu” se deverá manter. Também o reconhecimento externo evidenciado através dos prémios atribuídos em 2013 – “Melhor Empresa para Trabalhar no Sector Banca e Seguros” atribuído pela Accenture e revista Exame, “Prémio Igualdade é Qualidade”, atribuído pela CITE e CIG”, e a nomeação para o “Top Ten das Best Companies For Leadership” pela HayGroup, atestam o valor das medidas que o Banco vem introduzindo para os seus colaboradores.

A 6ª edição da “Semana Santander És Tu” teve por mote “+ Próximos” : dos Colaboradores, das Equipas, dos Clientes, e “+ Solidários”. Pela 1ª vez integraram-se os clientes nas actividades da semana, dedicando-lhes um dos dias, inovação que recolheu o agrado da área comercial e o apreço dos clientes convidados a visitarem o seu balcão nessa ocasião. Para além dos tradicionais “Dia do Colaborador” e “Dia do Contacto Directo”, são de destacar a iniciativa solidária em que se fez a recolha de alimentos posteriormente doados a instituições indicadas pelas equipas locais (mais de 1.600 “caixas solidárias”) e que fomentou a aproximação com as comunidades onde o Santander Totta está presente. O encerramento da semana foi assinalado por um “foot paper” para promoção da saúde, que contou com a participação de cerca de 100 colaboradores de várias áreas do Banco e regiões do país.

O “Desafio +” foi uma iniciativa que decorreu entre Abril e Junho. Ter hábitos de vida saudáveis, uma alimentação salutar, estimular o exercício físico e combater o sedentarismo foram os temas chave desta iniciativa que se desenvolveu com desafios consecutivos lançados semanalmente.

Ainda no âmbito do “Santander És Tu”, decorreu em Portugal a V edição da “Corrida Santander És Tu”, uma iniciativa corporativa que já passou por Espanha, Chile, Reino Unido e México. A corrida contou com a participação de 57 colaboradores representantes de 17 países onde o Santander está presente. A “solidariedade” foi um dos valores presentes nesta iniciativa com a participação dos corredores numa acção de recuperação e melhoria de vários espaços (na limpeza do jardim, organização da horta pedagógica e pintura de muros) da “Casa do Caminho”, uma instituição da região do Porto

que acolhe crianças dos 0 aos 6 anos abandonadas ou vítimas de maus tratos.

Foram 34 os filhos de colaboradores premiados no âmbito da iniciativa “Banco Premeia Filhos de Colaboradores” que se destina a valorizar o mérito e esforço destes jovens que se distinguiram pelo seu desempenho académico na conclusão do ensino secundário. Nas sete edições desta iniciativa, já foram premiados 137 filhos de colaboradores.

Como já foi referido anteriormente, as actividades de solidariedade continuaram a fazer parte da agenda de iniciativas promovidas e apoiadas pela área de Recursos Humanos. A dinamização do “Canto Solidário” no Centro Totta, criado em 2012, enquanto espaço para as instituições de carácter social promoverem as suas acções, trouxe a presença da ACREDITAR, da UNICEF e do BIPP. Também os voluntários tiveram um papel activo na dinamização e participação em várias iniciativas como a Feira de Natal do BIPP, a acção desenvolvida na Casa de St. António, a iniciativa de plantação de árvores na Malveira da Serra e no já tradicional Pão de Todos. Internamente foram lançadas, ainda durante a “Semana Santander És Tu” e por ocasião do Natal, duas acções de recolha de alimentos, Caixa Solidária”, destinada a apoiar instituições de carácter social e/ou famílias indicadas pelas equipas a nível local tendo o Banco doado 4.057 euros à “Casa do Caminho”, instituição que acolhe crianças abandonadas.

No que se refere aos níveis de satisfação interna e de acordo com o compromisso de realizar uma medição deste tipo de 2 em 2 anos, foi realizada a 5ª edição do questionário “Que Tal de Clima”.

Na globalidade os resultados demonstram que o Santander Totta mantém, com consistência, um bom clima interno e um forte orgulho em trabalhar no Santander Totta (96% dos colaboradores), indicador revelador de um elevado grau de compromisso.

DIMENSÕES	2006	2007	2009	2011	2013
CONCILIAÇÃO	n.a.	n.a.	n.a.	66%	73%
CREDIBILIDADE	74%	78%	83%	85%	85%
DINÂMICA	52%	56%	59%	64%	63%
ESPÍRITO DE EQUIPA	59%	69%	76%	81%	81%
IMPARCIALIDADE	49%	57%	63%	65%	66%
INOVAÇÃO	70%	75%	80%	81%	81%
LIDERANÇA	71%	73%	77%	80%	81%
ORGULHO	64%	71%	77%	92%	90%
QUALIDADE	68%	75%	82%	85%	85%
RESPEITO	64%	64%	73%	76%	81%
SANTANDER ÉS TU	n.a.	n.a.	87%	89%	89%

Tecnologia e Sistemas de Negócio

A área de Tecnologia e Processos é responsável pela disponibilização e gestão da infra-estrutura tecnológica, pelo desenvolvimento de processos e pela gestão de meios de rede do Santander Totta, garantindo em permanência a adequação das aplicações e das plataformas de tecnologia (*hardware, software, comunicações*, entre outras), de processos de negócio e controlo operativo para suportar de forma eficiente a actividade do Banco, com níveis de risco operativo e tecnológico controlados.

No decurso de 2013, manteve-se o foco na gestão da qualidade de serviço de tecnologia, destacando-se, pela sua relevância, a redução do risco tecnológico, o desenvolvimento de acções de melhoria no suporte aplicacional ao negócio, bem como no cumprimento das actividades de controlo, definidas no Modelo de Controlo Interno do Banco, na vertente de tecnologia. Por outro lado, foram desenvolvidos diversos projectos de carácter regulatório, de redução de incidências, de estabilização e optimização da exploração dos recursos tecnológicos, bem como de aumento da disponibilidade dos serviços oferecidos pelo Banco, com particular incidência nos canais disponíveis na Internet e no *Mobile Banking*.

No âmbito desta actividade, foi desenvolvido, para entrar em produção em 2014, o novo *site* do Netbanco Particulares, componente pública, visando proporcionar ao Banco uma plataforma actualizada com maior dinamismo e eliminar o risco tecnológico inerente às componentes obsoletas. Foi, também, realizado o projecto de actualização do sistema de gestão de base de dados de clientes, incluindo a instalação dos componentes de gestão de moradas e a funcionalidade do cartão de cidadão, dotando-se, ao mesmo tempo, os balcões com a nova agenda comercial destinada aos respectivos gestores, o que constitui um instrumento de gestão moderna e integrada com as restantes componentes do sistema de informação.

Foi concluído e está em fase de lançamento, o processo de migração para o sistema operativo Windows 7, que integrou diversos projectos técnicos com vista a reduzir incidências e a manter o risco tecnológico das aplicações envolvidas em níveis adequados.

Merece ainda especial relevância o investimento realizado em projectos para dar cumprimento à nova legislação e regulamentação, donde se destaca a adaptação dos sistemas para pagamentos SEPA¹, FACTA².

¹ SEPA - Garantir a migração em tempo, de forma progressiva e eficiente das transferências a créditos e débitos directos para a normativa SEPA e a sua transcrição para a normativa Portuguesa.

² FATCA - Implementação dos requisitos da normativa FATCA, cujo objectivo consiste em identificar e reportar a US Treasury todas as US Persons e seu património, como elemento de dissuadir a evasão fiscal.

Na área de Processos de Negócio, foi realizado um conjunto de projectos que visaram a melhoria dos processos e o contínuo aumento da eficiência, assim como o cumprimento das normas emanadas, quer pelos reguladores, quer pelo Grupo. Salienta-se: (1) a optimização operativa e funcional da Rede Empresas; (2) a adaptação de todo o *hardware* e *software* dos equipamentos da rede comercial para dar cumprimento à implementação da nova nota de 5 Euro, mantendo os equipamentos homologados pelo BCE; (3) a implementação da normativa do regulador (BdP) sobre o tratamento das notas *Unfit*; (4) a implementação de um novo processo que garante o escrupuloso cumprimento da norma MiFID por parte da rede comercial; e (5) a implementação de um novo processo que garante o cumprimento da norma do Grupo sobre a concentração de património e a optimização operativa e funcional da Rede *Private*. Continuou, a bom ritmo, a implementação da regulamentação Norte Americana FATCA.

O Departamento de Meios da Rede tem vindo a actuar de forma sistemática, através de visitas e acções periódicas junto das unidades de negócios, garantindo o cumprimento dos procedimentos instituídos e o normativo em vigor, identificando debilidades de controlo e funcionamento interno e promovendo várias acções mitigadoras, formativas, de apoio e melhoria.

No âmbito do seguimento operativo centralizado, tem vindo a ser efectuada uma revisão de recorrência mensal sobre os principais aspectos de controlo operativo que devem ser assegurados pelas unidades de negócio da rede, visando a mitigação / minimização dos impactos em matéria de risco operacional.

Qualidade

A qualidade de serviço é um dos pilares do modelo de gestão do Santander Totta.

Num mundo em constante mudança e num mercado tão competitivo como o mercado bancário onde todos os "players" procuram a melhoria e a qualidade de serviço, nos últimos anos o Banco assumiu como objectivo a melhoria da "Experiência do Cliente com o Santander Totta".

Experiência do cliente

Num mercado em que os produtos e serviços são facilmente replicáveis, a diferenciação e a qualidade de serviço percebida pelos clientes em cada contacto com o Banco depende fundamentalmente dos detalhes que marcam o atendimento. Em 2013, o Santander Totta continuou a desenvolver as prioridades de actuação para

a melhoria do atendimento a clientes, tanto em termos de atitude, como de tempo de espera nos balcões e ainda no atendimento telefónico.

A aposta no “valor do atendimento” levou ao envolvimento de todo o Banco no objectivo comum de ser o 1º Banco dos nossos clientes.

Foi desenvolvida uma peça individual e personalizada ao nível de todas as figuras comerciais, para passar a fazer parte da rotina diária de cada colaborador, tendo o significado de recordatório para as quatro atitudes essenciais para um bom atendimento, ou seja, como acolher, saber ouvir e sorrir, dar toda a atenção ao cliente e como fazer a despedida.

Após a introdução da inovadora classificação em estrelas dos balcões do Banco, através dos indicadores de qualidade de balcão e de Banco, prosseguiu-se em 2013 um trabalho de redução de assimetrias deste *ranking*. Para esse efeito, o programa para a melhoria comportamental denominado “Be Up”, o qual trabalha um *cluster* de cerca de 100 balcões classificados com 2 e 3 estrelas, com um plano de seguimento “in loco” e objectivos claros de melhoria, teve continuidade, dados os bons resultados das anteriores acções com cerca de 50% dos balcões intervencionados a subirem pelo menos um nível na escala.

Desenvolveu-se, também, um plano de visitas designado “como ser 5 estrelas” em cerca de 158 balcões, excluídos do *cluster* “Be Up”, que consistiu num plano de trabalho conjunto atento às debilidades encontradas nos indicadores de qualidade percebida obtido pelos inquéritos a clientes ou qualidade operativa a nível de resposta aos problemas e atendimento telefónico, no qual se seleccionaram as melhores práticas e acções aplicáveis à realidade de cada um dos balcões inseridos neste plano com compromissos de melhoria, que foram depois avaliados com a sua evolução no *ranking* de estrelas.

Certificação de qualidade

A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade assumiu já uma fase de velocidade cruzeiro e é já prática corrente na gestão das mais diversas áreas do Banco.

O objectivo do Banco é prosseguir uma política de contínuo reforço dos mecanismos previstos na norma ISO 9001-2008 e de melhoria das práticas de gestão tendo sempre como orientação a satisfação dos clientes.

Nesse sentido, o Banco aproximou-se ainda mais dos requisitos de excelência, nomeadamente com a implementação de um modelo de Governo da Qualidade em 2013, que deu maior foco na orientação ao cliente em toda a estrutura do Banco e reforçou o compromisso

dessa mesma estrutura com esse pilar do Grupo Santander.

Reclamações

No que respeita a reclamações totais de clientes registou-se uma redução de 22% em 2013 face ao ano anterior, evolução muito positiva tendo em conta o programa de ajustamento implementado em Portugal com efeitos directos na actividade bancária e na economia do País, já que as maiores dificuldades traduzem-se em maiores desgostos por parte dos clientes.

Em 2013, foram dados alguns passos importantes para fomentar o empenho da rede comercial no sentido de antecipar e de resolver com maior celeridade as reclamações de clientes, como seja, o projecto “Be Up”, com directo impacto na redução de reclamações.

Reforçado o investimento no apoio à rede comercial, numa perspectiva de tratamento descentralizado das incidências dos clientes, foi desenvolvido, no Portal de Qualidade, uma área no qual estão as principais tipos de respostas aos desgostos dos clientes no caso que o mesmo pretenda uma resposta formal e uma maior actuação dinâmica dos serviços centrais nos esclarecimentos solicitados pela rede comercial.

Foi concluída a uniformização de registo e métricas de incidências e reclamações, nas principais áreas de suporte e canais, possibilitando uma adequada monitorização dos temas mais críticos com impacto negativo nos clientes.

Métricas e indicadores de gestão

Como foi referido atrás, em 2013, o Banco criou o indicador de Estrelas. Seguindo a lógica da hotelaria, são determinadas através dos indicadores de qualidade, as estrelas de cada balcão. O objectivo de ter cinco estrelas passou a ser transversal e a todos os níveis da Rede de Particulares e Negócios. As estrelas são determinadas através do cruzamento dos dois modelos implementados. Por um lado o “Meta 100” que mede o serviço prestado nos balcões e por outro lado o indicador CEM que mede indicadores relacionados com o Banco como instituição.

No fecho de 2013, a rede de balcões do Banco tinha 36% dos balcões com 5 Estrelas sendo que o objectivo proposto no início era terminar o ano com 35% de balcões com 5 Estrelas.

No segmento Premium/Select, os indicadores tiveram um aumento muito significativo para o qual contribuiu um modelo de qualidade implementado até ao nível do gestor o que possibilita uma análise de múltiplos indicadores de satisfação.



Ao nível da Rede de Empresas, mantém-se o funcionamento pleno do META 100, indicador que incorpora diferentes avaliações (métricas operativas e de satisfação de clientes), continuando a apresentar uma evolução muito positiva na maioria dos indicadores de satisfação, o que está reflectido no resultado final do modelo Meta 100 no qual 52% das Direcções Comerciais de Empresas cumprem ou superam os objectivos.

O controlo dos níveis de serviço interno é também efectuado ao nível dos serviços centrais. O modelo Meta 100 SSCC, que combina um conjunto de indicadores comuns a todas as áreas e indicadores específicos de cada uma, já determinou, em 2013, uma notação para cada uma das áreas. Com este indicador pretende-se uma dinâmica de melhoria contínua do serviço prestado aos clientes e através de medições “end-to-end” o envolvimento de todo o Banco no serviço ao cliente.

Na grande maioria dos indicadores de qualidade houve uma tendência muito positiva. Nos vários canais e segmentos houve evolução dos indicadores em termos de clientes muito satisfeitos (valores médios superiores a 50%), satisfeitos (valores médios superiores a 90%) e mesmo os clientes insatisfeitos registaram uma queda, registando valores que variam entre os 4% e os 6% consoante os canais/segmentos.

Posicionamento face à concorrência

Durante o ano de 2013, o Santander Totta registou uma evolução positiva nos vários estudos de mercado chegando mesmo a ocupar em vários momentos a primeira posição face aos principais concorrentes quer no Estudo Corporativo quer no Estudo BASEF. Os vários indicadores destes estudos revelam melhorias e os indicadores onde o Banco não está tão forte têm já um plano de acção específico com medidas concretas para a melhoria dos mesmos.

Actividade Consolidada

Introdução

A actividade do Banco Santander Totta, baseada principalmente no negócio bancário doméstico, foi impactada pelo enquadramento económico que tem penalizado o volume de negócio, a qualidade dos activos e os resultados do sector financeiro.

No entanto, o Banco demonstrou uma forte capacidade de geração interna de fundos, sem necessidade de aumentar o capital nem de recorrer a qualquer ajuda pública, mantendo a solidez da estrutura do balanço, demonstrada numa robusta situação de solvência, com o rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I a alcançar 14,2% (+2,8 p.p. em relação a 2012) e o rácio Core Capital a situar-se em 12,4% (com variação homóloga de +2,5 p.p.).

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, atingiu 125,3% no final de 2013, abaixo dos 126,6% alcançados em 2012.

O crédito concedido a empresas atingiu 9,8 mil milhões de euros, apresentando um crescimento homólogo de

+0,3%, relevante num contexto de contracção económica homóloga, com destaque para o financiamento concedido no âmbito da campanha Crédito Ativação e das Linhas PME Investe/Crescimento.

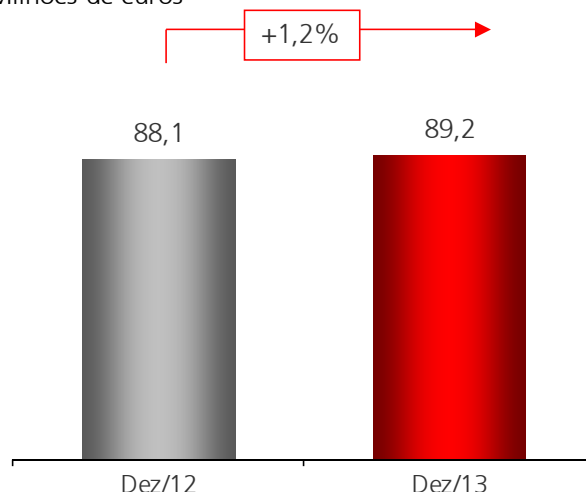
O rácio de crédito em risco fixou-se em 5,9% (+1,5 p.p. do que o verificado no período homólogo).

A carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema cifrou-se em 12,9 mil milhões de euros, no final de 2013, aumentando 10,0% no último ano. O financiamento líquido obtido no Banco Central Europeu atingiu 4,5 mil milhões de euros, 8,5% inferior ao valor registado em 2012.

No final de 2013, o Banco Santander Totta registou um resultado líquido de 89,2 milhões de euros, que compara com 88,1 milhões de euros no período homólogo (+1,2%).

RESULTADO LÍQUIDO

Milhões de euros



Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (milhões de euros)

	dez-13	dez-12	%
Margem Financeira Estrita	507,3	541,5	-6,3%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,3	1,7	-22,7%
Margem Financeira	508,6	543,2	-6,4%
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Atividade Bancária	281,1	318,0	-11,6%
Margem Comercial	789,7	861,3	-8,3%
Resultado de Operações Financeiras	31,4	125,8	-75,1%
Produto Bancário	821,0	987,1	-16,8%
Custos Operacionais	(466,5)	(459,0)	+1,6%
Resultado de Exploração	354,5	528,1	-32,9%
Imparidade e Provisões Líquidas	(244,0)	(466,6)	-47,7%
Equivalência Patrimonial	14,1	11,9	+18,6%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	124,6	73,4	+69,9%
Impostos	(44,4)	14,7	<-200%
Interesses Minoritários	8,9	0,0	>200%
Resultado Líquido	89,2	88,1	+1,2%

A margem financeira estrita totalizou 507,3 milhões de euros, equivalente a um decréscimo homólogo de 6,3%, com estabilização nos últimos trimestres, evidenciando que os menores volumes de crédito concedido foram compensados com a descida do custo de financiamento do Banco, em particular dos depósitos de clientes.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária atingiram 281,1 milhões de euros, reflectindo uma variação homóloga de -11,6%, em comparação com o valor verificado no final de 2012, para a qual contribuíram comissões inferiores de contas, de meios de pagamento e de serviços prestados a clientes, e menos valias de reavaliação de imóveis, pela incorporação em 2013 no perímetro de consolidação do fundo de investimento Novimovest, parcialmente compensadas por comissões superiores de papel comercial.

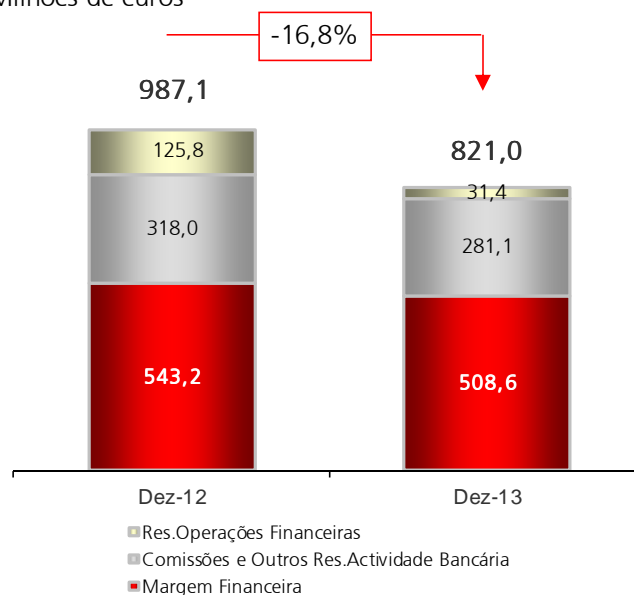
A margem comercial totalizou 789,7 milhões de euros, descendo 8,3% em termos homólogos.

O resultado de operações financeiras ascendeu a 31,4 milhões de euros (-75,1% do que em igual período do ano passado), principalmente em consequência do registo, em 2012, do ganho não recorrente obtido com a operação de recompra de títulos emitidos no âmbito de operações de securitização de créditos.

A evolução das receitas traduziu-se num produto bancário de 821,0 milhões de euros, com uma descida de 16,8% em relação a 2012.

PRODUTO BANCÁRIO

Milhões de euros



Os custos operacionais apresentaram um valor de 466,5 milhões de euros em 2013, ficando acima do verificado um ano antes em +1,6%. Por agregado, os custos com pessoal de 269,6 milhões de euros aumentaram 4,6%, evolução que foi afectada pela alteração legislativa, ocorrida em 2012, no cálculo do subsídio de morte. Excluindo este efeito, os custos com pessoal teriam uma

variação de -0,5% e os custos operacionais decresceriam 1,2%. Os gastos gerais somaram 137,2 milhões de euros, com variação homóloga quase nula, e as amortizações situaram-se em 59,8 milhões de euros, -6,4% em relação ao valor registado há um ano atrás.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

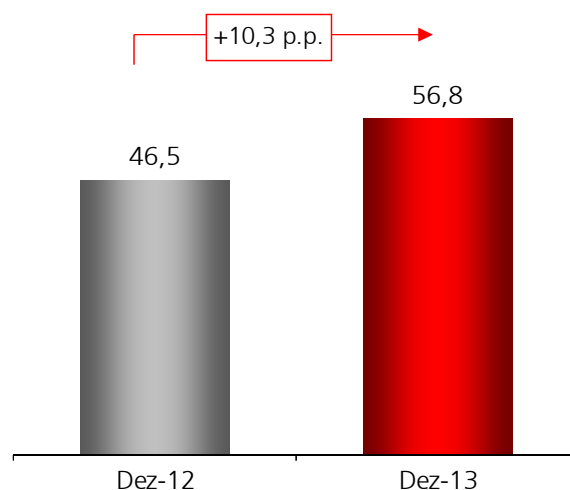
	dez-13	dez-12	%
Custos com Pessoal	(269,6)	(257,6)	+4,6%
Gastos Gerais	(137,2)	(137,5)	-0,2%
Custos de Transformação	(406,7)	(395,1)	+2,9%
Amortizações	(59,8)	(63,9)	-6,4%
Custos Operacionais	(466,5)	(459,0)	+1,6%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	49,5%	40,0%	+9,5 p.p.
Rácio de Eficiência	56,8%	46,5%	+10,3 p.p.

No final de 2013, o rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, atingiu 56,8%, +10,3 p.p. do que o registado em 2012, em consequência das receitas terem decrescido 16,8% e dos custos operacionais terem crescido (+1,6%). Caso se exclua o efeito do subsídio de morte nos custos operacionais, o rácio de eficiência em 2013 teria crescido +9,0 p.p..

O resultado de exploração totalizou 354,5 milhões de euros, que compara com 528,1 milhões de euros registados em 2012 (-32,9%).

RÁCIO DE EFICIÊNCIA

%



Quanto a indicadores de produtividade, destaca-se a evolução favorável do crédito por ponto de atendimento, relevante num contexto macroeconómico de recessão homóloga.

PRODUTIVIDADE

	dez-13	dez-12	%
Crédito ⁽¹⁾ por Colaborador	5,1	5,2	-1,1%
Recursos por Colaborador	4,7	5,0	-4,4%
Crédito ⁽¹⁾ por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	44,3	43,7	+1,4%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	41,3	42,1	-2,0%

(1) Inclui garantias

(2) Inclui balcões, centros de empresa e escritórios de representação

A dotação para imparidade e provisões líquidas ascendeu a 244,0 milhões de euros em comparação com 466,6 milhões de euros registados no período homólogo, com uma variação de -47,7%. Esta evolução resultou da menor necessidade de provisões requeridas pelo modelo de imparidade em 2013, decorrente da implementação de uma política conservadora de concessão de crédito e um sistema de controlo e de seguimento de crédito vencido.

O resultado de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, no valor de 14,1 milhões de euros, 18,6% acima do valor alcançado em 2012, englobou a apropriação do resultado da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola, na Unicre-Instituição Financeira de Crédito, na Partang e na Benim-Sociedade Imobiliária (empresa detida indirectamente pelo Banco por via da TottaUrbe-Empresa de Administração e Construções).

No final de 2013, o resultado antes de impostos e de interesses minoritários de 124,6 milhões de euros, aumentou 69,9%, em relação a Dezembro de 2012.

O Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido de 89,2 milhões de euros, no ano de 2013, comparando com 88,1 milhões de euros registados em 2012, traduzindo uma variação homóloga de +1,2%.

Balanço e Actividade

No final 2013, o volume de negócio totalizou 54,8 mil milhões de euros, variando -4,3% em comparação com 2012.

O crédito (incluindo garantias e avales) decresceu 2,7%, atingindo 28,4 mil milhões de euros, embora com um aumento de 0,3%, em relação ao final do ano passado, no crédito concedido a empresas. Os recursos de clientes situaram-se em 26,4 mil milhões de euros, decrescendo

5,9%, com os recursos de balanço a diminuírem 3,9% e os fora de balanço 13,1%.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

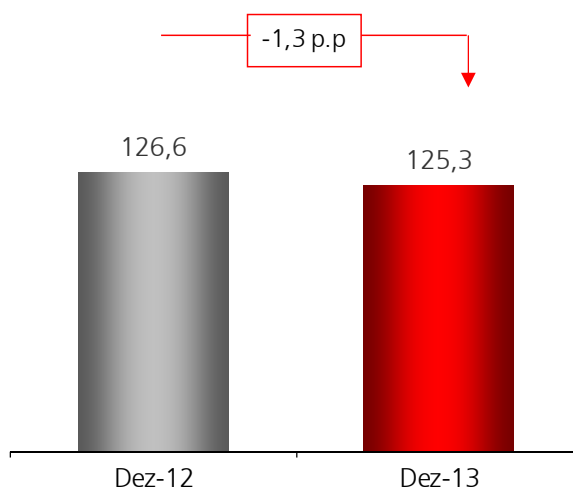
	dez-13	dez-12	%
Volume de Negócio	54.806	57.269	-4,3%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	28.371	29.165	-2,7%
Recursos de Clientes	26.436	28.105	-5,9%

O rácio crédito/depósitos fixou-se em 125,3% em 2013 (rácio calculado de acordo com a definição estabelecida

no Memorando de Entendimento), inferior aos 126,6% verificados no ano anterior.

CRÉDITO/DEPÓSITOS

%



CRÉDITO (milhões de euros)

	dez-13	dez-12	%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	28.371	29.165	-2,7%
Crédito Bruto	27.185	27.945	-2,7%
<i>do qual</i>			
Banca Comercial	24.051	25.415	-5,4%
Crédito a Empresas	6.887	7.633	-9,8%
Negócios	2.677	3.046	-12,1%
Rede Empresas	4.210	4.587	-8,2%
Crédito a Particulares	17.164	17.782	-3,5%
<i>do qual</i>			
Habitação	15.276	15.783	-3,2%
Consumo	1.382	1.414	-2,3%
Grandes Empresas e Institucionais	2.873	2.097	+37,0%

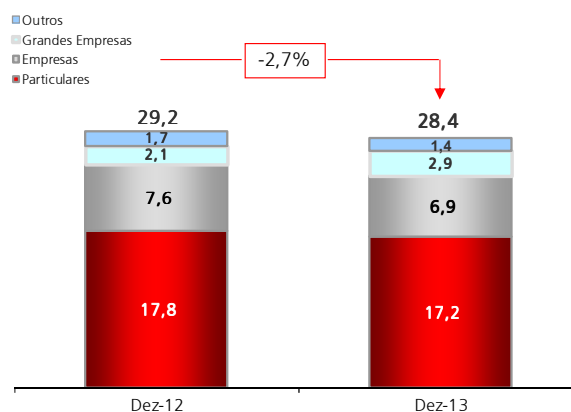
A diminuição do crédito concedido derivou da menor procura de empréstimos por parte dos clientes. A solidez do balanço e a posição confortável de liquidez do Banco permitiu aumentar o crédito ao sector empresarial economicamente viável. No final de 2013, o crédito concedido a empresas atingiu 9,8 mil milhões de euros, estancando a tendência de descida, a que se assistiu nos últimos anos, mediante um aumento de 0,3% em relação ao final de 2012, tendo uma posição destacada nas Linhas PME Investe/Crescimento e no âmbito da campanha Crédito Ativação.

O crédito concedido a particulares ascendeu a 17,2 mil milhões de euros, reflectindo um decréscimo homólogo de 3,5%, com uma variação de -3,2% no crédito à habitação e uma diminuição de 2,3% no crédito ao consumo.

No final de 2013, o rácio de crédito em risco cifrou-se em 5,9%, superior aos 4,3% verificados um ano antes, e com cobertura por provisões de 67,7%. O crédito reestruturado representou 8,7% do crédito total. Os

CRÉDITO

Mil milhões de euros



indicadores de qualidade da carteira de crédito deterioraram-se no último ano, no entanto a um ritmo menor.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	dez-13	dez-12	%
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	4,0%	3,7%	+0,3 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	3,7%	3,5%	+0,2 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	3,8%	3,5%	+0,3 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,9%	4,3%	+1,5 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	8,7%		
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	5,4%		
Cobertura de Crédito Vencido	100,4%	93,9%	+6,5 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	106,4%	98,4%	+8,1 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	104,7%	97,4%	+7,3 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	67,7%	79,7%	-12,0 p.p.

O total de recursos de clientes, no final 2013, totalizou 26,4 mil milhões de euros, decrescendo -5,9% em relação ao valor registado em 2012.

RECURSOS (milhões de euros)

	dez-13	dez-12	%
Recursos de Clientes	26.436	28.105	-5,9%
Recursos de Balanço	21.001	21.853	-3,9%
Depósitos	20.707	21.497	-3,7%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	294	356	-17,5%
Recursos fora de Balanço	5.435	6.252	-13,1%
Fundos de investimento	1.570	1.930	-18,6%
Seguros e outros recursos	3.865	4.322	-10,6%

Os recursos de balanço ascenderam a 21,0 mil milhões de euros, representando 79,4% do total de recursos captados de clientes e decrescendo 3,9% em termos homólogos, com os depósitos a diminuírem 3,7%. Os recursos fora de balanço cifraram-se em 5,4 mil milhões de euros, mediante uma diminuição de 13,1% em relação ao verificado em 2012. Os fundos de investimento de 1,6 mil milhões de euros decresceram 18,6%, consequência da inclusão no perímetro de consolidação do fundo de investimento Novimovest, ocorrida em 2013. Em base comparável, os fundos de investimento teriam aumentado 2,9%. Os seguros de capitalização e outros recursos, de 3,9 mil milhões de euros, variaram -10,6%, em relação ao montante apurado um ano antes.

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

No final de 2013, o Banco Santander Totta continuou a apresentar um balanço sólido, com rácios de capitalização alcançados unicamente com recurso à geração interna de resultados, em paralelo com o decréscimo dos activos ponderados pelo risco. O rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I atingiu 14,2% e o rácio Core Capital situou-se em 12,4% (11,4% e 9,9% em 2012, respectivamente).

CAPITAL (milhões de euros)

	dez-13	dez-12	%
Total de Fundos Próprios	2.284	2.062	+10,8%
Fundos Próprios de Base	2.292	2.069	+10,8%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-8	-7	+8,3%
Ativos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	16.090	18.127	-11,2%
Rácio Core Capital	12,4%	9,9%	+2,5 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	14,2%	11,4%	+2,8 p.p.

Actividade Individual

Demonstração de Resultados

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido, em termos de contas individuais, de 2,4 milhões de euros no exercício de 2013, recuperando do resultado negativo de 9,2 milhões de euros obtido em 2012.

O Banco alcançou um produto bancário de 790,5 milhões de euros em 2013, -10,1% face aos 879,5 milhões de euros observados no ano anterior, principalmente devido ao valor inferior de margem financeira e de resultados de operações financeiras.

Os custos operacionais cifraram-se em 461,4 milhões de euros, aumentando 1,3% em relação ao período homólogo. Excluindo o efeito da alteração legislativa no cálculo do subsídio de morte, teriam diminuído 1,6%. O rácio de eficiência cresceu 6,6 p.p. passando de 51,8% em 2012 para 58,4% em 2013.

A evolução conjunta das receitas e dos custos conduziu a um resultado de exploração de 329,1 milhões de euros, 22,4% inferior ao montante angariado no ano anterior.

A imparidade e provisões líquidas apresentaram um decréscimo de 29,9%, com uma dotação líquida de 311,0 milhões de euros em 2013.

Os impostos sobre lucros cifraram-se em 15,6 milhões de euros.

Balanço e Actividade

No final de 2013, o volume de negócio ascendeu a 54,9 mil milhões de euros, variando +2,2% em relação período homólogo, com o crédito (incluindo garantias e avales) a aumentar 9,4%, alcançando 28,3 mil milhões de euros, e os recursos de clientes com um decréscimo de 4,6%, fixando-se em 26,6 mil milhões de euros, com os recursos de balanço a decrescer 3,5% e os recursos fora de balanço a diminuírem 8,2%.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

	dez-13	dez-12	%
Volume de Negócio	54.908	53.751	+2,2%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	28.294	25.865	+9,4%
Crédito Bruto	27.105	24.645	+10,0%
Recursos de Clientes	26.614	27.886	-4,6%
Recursos de Balanço	20.985	21.751	-3,5%
Depósitos	20.691	21.395	-3,3%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	294	356	-17,5%
Recursos fora de Balanço	5.630	6.135	-8,2%
Fundos de investimento	1.907	1.903	+0,2%
Seguros e outros recursos	3.723	4.231	-12,0%

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

No final de 2013, os rácios de adequação de fundos próprios de base Tier I e Core Capital situaram-se em 12,4% e 9,3%, respectivamente.

CAPITAL (milhões de euros)			
	dez-13	dez-12	%
Total de Fundos Próprios	2.365	2.305	+2,6%
Fundos Próprios de Base	1.933	1.865	+3,6%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	432	440	-1,8%
Ativos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	15.653	18.240	-14,2%
Rácio Core Capital	9,3%	8,6%	+0,7 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	12,4%	10,2%	+2,2 p.p.

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura muito adversa.

Risco de Crédito

Principais vectores da actividade

No exercício de 2013, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do principio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta actuação ao nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos que permitam uma resposta mais rápida e eficaz aos clientes;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido. As permanentes revisões de todas as carteiras permitem concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado;
- No decorrer do ano de 2013, foram implementadas várias medidas na gestão do processo de admissão de novos créditos com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que apresentam novas oportunidades de crédito;
- Nos Riscos Standardizados, e face ao difícil enquadramento macroeconómico actual, o principal foco permaneceu ao nível da manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre o crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros. Neste sentido, estão definidas estratégias de admissão adequadas nos sistemas de decisão do Banco e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Ainda ao nível dos Riscos Standardizados, o Banco, visando melhorar a eficiência do processo de admissão, procedeu à optimização dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Com o objectivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes actuais e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes foram lançadas várias campanhas dirigidas ao segmento de Negócios (Crédito Activação e Crédito Renovação), visando a produção de crédito novo e retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico adverso com consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de recuperações de gestão massiva mantendo, simultaneamente, um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Manteve-se a política de reforço da negociação visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Modernização da área de Recuperações assente por um lado em desenvolvimentos informáticos cirurgicamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e acção executiva;
- Alteração na metodologia de trabalho com a optimização dos vários processos. O objectivo é stressar o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das acções para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível de solvência e controlo de crédito, manteve-se a atenção permanente no conhecimento da carteira, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir

a tomada de medidas e uma gestão correcta dos riscos do Banco;

- Manteve-se, igualmente, o foco nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

Ferramentas de classificação (rating/scoring)

O Banco Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior preditibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável),

é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o

CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rendibilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído, sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta

função está também especializada de acordo com a segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de

forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2013, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou genericamente uma redução moderada, reflectindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com grupos financeiros, verificou-se a contratação de novas operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro, embora a exposição se mantenha relativamente reduzida, mantendo-se igualmente a aplicação de acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

Risco de Balanço

A gestão do risco estrutural é assegurada por um órgão de primeiro nível da estrutura. As decisões são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), cujos poderes são delegados pela Comissão Executiva. Este órgão é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Riscos, Comercial e Marketing. O Comité reúne mensalmente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do Banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar, nomeadamente, o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2013, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis considerados adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco fica mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada. Em Dezembro de 2013, o Banco apresentou uma posição activa no mercado monetário de curto prazo de cerca de 700 milhões de euros.

O mercado de capitais, durante o ano, funcionou de forma muito irregular embora mostrando sinais de abertura no final do ano. Neste contexto o BCE, através da condução de política monetária, assumiu-se como contraparte do sistema através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. Em Dezembro de 2013, o Banco tinha 12,9 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma reserva de liquidez bastante confortável.

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de Balanço: o risco de taxa de juro e liquidez resulta dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, inclui-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço do Banco Santander Totta;
- Riscos Estruturais:
 - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
 - Rendimento variável estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em empresas que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada, no âmbito do Banco Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre

condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

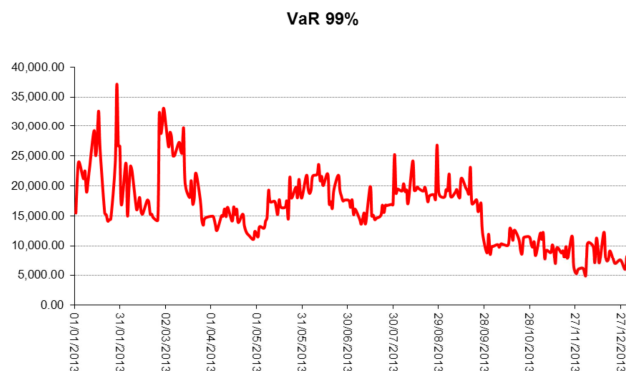
Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2013, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 5 mil euros e os 37 mil euros.

Risco Operacional

O Santander Totta define o risco operacional como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Trata-se em geral, e diferencia-o de outro tipo de riscos, de um risco não associado a produtos ou negócio, que se encontra presente nos processos e/ou activos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direccionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação e informação desse risco.

A prioridade é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de se terem produzido perdas ou não. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional o Grupo optou numa primeira fase pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste

sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica o tratamento de aspectos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A gestão e controlo do risco operacional fazem parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são as próprias que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional, sendo acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As distintas etapas do modelo de gestão permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os *standards* de Basileia II e definir objectivos e analisar o perfil de risco definindo os respectivos limites;
- Realizar um seguimento contínuo das exposições ao risco operacional com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- Implementar procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas de risco operacional assim como as respectivas implicações;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nas seguintes vantagens:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação);
- Traduz-se numa melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio e de suporte;
- A informação de risco operacional contribui para melhorar os processos e os controlos, reduzir as perdas e a volatilidade das receitas.

Anualmente, são formalmente estabelecidos limites de risco operacional. É igualmente estabelecido um apetite de risco, o qual deve sempre situar-se no perfil baixo/médio-baixo.

Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores,

investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2013, foi de € 2.448.854,26 (dois milhões quatrocentos e quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e seis cêntimos) e o Resultado Líquido do Exercício, consolidado, em 2013, foi de € 89.163.757 (oitenta e nove milhões cento e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e sete euros).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: € 244.885,43 (duzentos e quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: € 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil);
- Resultados Transitados: € 973.968,83 (novecentos e setenta e três mil novecentos e sessenta e oito euros e oitenta e três cêntimos).

Lisboa, 24 de Abril de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Santander Totta desenvolve a sua actividade comercial seguindo políticas e aplicando critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco aplica procedimentos em linha com o normativo legal, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica assignada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais.

O quadro de pessoal está formado e é regularmente actualizado nesta matéria para detectar as situações de eventual risco e efectuar de imediato as comunicações ao órgão competente quando se justificarem, dispõe de aplicações informáticas para a movimentação atípica e para avaliar as transacções que se enquadram em tipologias de risco tendo em vista a eventual comunicação às Autoridades, e dispõe de automatismos informáticos para relevar clientes de risco alto a fim de aplicar medidas de diligência reforçada. Anualmente, o sistema é objecto de auditoria.

As unidades sediadas no exterior são seguidas pela estrutura central sediada na sede através de visitas ou de controlo centralizado. É efectuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Estas unidades aplicam os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Dando cumprimento ao determinado no Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012, o Santander Totta elaborou o correspondente Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo relativo ao período entre 1 de Junho de 2012

a 31 de Maio de 2013, o qual uma vez aprovado pelo Conselho de Administração foi dirigido ao Banco de Portugal.

Por outro lado o Banco, dando cumprimento à Instrução do Banco de Portugal nº 46/2012, procedeu à elaboração do Questionário de Auto Avaliação em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo relativo ao período de 1 de Novembro de 2012 a 30 de Novembro de 2013 e ao envio do mesmo ao Banco de Portugal, previamente aprovado em Comissão Executiva.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65%
Taxigest - SGPS, S.A.	14.593.315	2,22%

Movimento de Acções Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 15 de Março de 2013, o Banco Santander Totta, S.A., directamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir acções próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detinha 125.169 acções próprias correspondentes a 0,019% do seu capital social. Durante o ano de 2013, o Banco realizou uma compra de 124.258 acções próprias, correspondente a 0,019% do seu capital social, fechando assim o ano de 2013 com um total de 249.427 acções próprias. A aquisição está inserida na política geral do Banco, no sentido de adquirir acções de accionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSACÇÃO COM ACÇÕES PRÓPRIAS EM 2013

	Número de acções	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2012	125.169	5,41	676.705	0,019%
Aquisição de acções	124.258	6,05	752.112	0,019%
Alienação de acções	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	249.427	5,73	1.428.817	0,038%

Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

I. Modelo de Negócio		
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 11, 22 e 45.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 3 e 27.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
II. Riscos e Gestão de Riscos		
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 48 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados		
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>colateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 48.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira. Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

IV. Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência

16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 48.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de <i>credit default swaps</i>) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 48.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g. <i>ratings, vintages</i>) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. <i>ratings</i> , peso/parcela de activos <i>sub-prime</i> associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. <i>vintages</i> , rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 48.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

V. Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização		
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A.
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f), 7, 8, 12 e 48.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os <i>inputs</i> nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e <i>inputs</i> chave); - <i>Stress</i> cenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 48.
VI. Outros Aspectos Relevantes na Divulgação		
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

Estrutura Orgânica por Pelouros

António Vieira Monteiro

Presidência e Função Gestão de Riscos

Gabinete da Presidência – Sebastião Beltrão
Controlo/Gestão de Riscos – Manuel Aragão

Riscos e Auditoria Interna

Banca Wholesale e Empresas – Amílcar Lourenço
Solvência, Mercados e Controlo de Crédito – Jesus Garcia
Riscos Standardizados – Inês Furtado
Planificação e Projectos de Risco - José Leão
Conselho Superior de Crédito
Auditoria Interna – Miguel Ruiz

Contabilidade e Controlo de Gestão – Ignacio Centenera⁽¹⁾

Contabilidade – Graça Vale
Controlo de Gestão – Cristina Marques
Controlo Interno – Américo Domingues

Recursos Humanos, Organização e Custos – Nuno Costa⁽¹⁾

Recursos Humanos – Isabel Viegas
Imóveis, Serviços Gerais e Segurança – Luís Morais
Organização e Custos – Mário Paulino

José Carlos Sítima

Jurídica e Cumprimento

Assessoria Jurídica do Negócio – Pedro Carvalho
Assuntos Institucionais e Cumprimento – João Labareda
Inspeção – João Mendes

Recuperações e Desinvestimento – José Carlos Ribeiro⁽²⁾

Recuperações – José Sousa
Desinvestimento – Jacinto Galante

Luis Bento dos Santos

Qualidade, Comunicação, Estudos, Universidades e *Public Policy*

Qualidade – Abel Bernardes
Imagem e Comunicação Interna – Rui Santos
Comunicação Externa – Cristina Neves
Relações Públicas e Eventos – Cristina Carvalho
Accionistas – José Pacheco
Economic Research – Rui Constantino
Universidades – Marcos Ribeiro
Public Policy – António Terra da Motta

José Leite Maia

Banca de Retalho

Particulares e Negócios Norte – Manuel Cerejeira Castro
Particulares e Negócios Sul – Sofia Frère
Controlo e Dinamização de Rede de P&N – Paulo Lourenço
Apoio à Rede de Particulares e Negócios – Pedro Louceiro
Private Banking Norte – Miguel Coimbra
Private Banking Sul – Luís Santos
Apoio ao Negócio *Private* – Miguel Cordovil
Gestão de Activos *Private* – Catarina Roseira
Promotores e Mediadores Imobiliários – José Alberto Moura
Controlo de Irregulares – Jorge Mogo
Internacional - Residentes Estrangeiro – António Carneiro

⁽¹⁾ Director Agregado da Comissão Executiva

⁽²⁾ Adjunto da Administração

Pedro Castro e Almeida

Empresas – Paulo Natal⁽¹⁾

Empresas Norte – Paulo Costa
Empresas Sul – António Velez do Peso
Controlo e Dinamização da R. Empresas – Mota Veiga
Gestão e Coordenação com Riscos – Marcos Heitor
Negócio Internacional – Pedro Correia
Crédito Predial/Fomento Construção – António Fontes
Clientes Institucionais – Pedro Fialho

Banca Global e Mercados – João Veiga Anjos⁽¹⁾

Corporate and Investment Banking – João Veiga Anjos
Credit Markets – Cristina Melo Antunes
Global Transaction Banking – Hélder Gomes
Tesouraria – Alexandra Gomes
Middle Office e Controlo – António Rebocho
Controlo de Negócio – José Viegas
Financial Institutions Group – Carlos Ramalho

João Baptista Leite

Tecnologia e Operações

Tecnologia e Sistemas de Negócio – Elsa Graça
Operações – Luís Alves
Risco Tecnológico e Operacional – Esther Casillas
Integração de Dados e Informação – Otilia Casquilho

Manuel Preto (*)

Financeira – Miguel Carvalho⁽¹⁾

Financeira – Miguel Carvalho

Inteligência Comercial – Joaquim Filipe⁽¹⁾

Estratégia e Gestão Multicanal – Isabel Guerreiro
Segmento *Mid & Mass Market* – Luis Coito
Segmento Premium/Select – Jorge Alcobia
Segmento de Empresas – Inês Oom de Sousa
Canais Complementares – Rute Medo
Estudos e CRM – Sara Fonseca

José Manuel Elias da Costa (**)

Produtos e Marketing – Armindo Escalda⁽¹⁾

Produtos e Serviços de Particulares – Cláudia Barrocas
Produtos e Serviços de Empresas – Jorge Gaspar
Meios de Pagamento – Paula Resende
Marketing – José Saks

(*) Coadjuva o Presidente da Comissão Executiva na área de Inteligência Comercial

(**) Assume também as relações com as áreas de Seguros e de Gestão de Activos

⁽¹⁾ Adjunto da Administração

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração do BANCO SANTANDER TOTTA, SA, desempenham fora da sociedade, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Basagoiti Garcia-Tuñón	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vogal da Comissão Delegada de Riscos do Conselho de Administração, da Comissão Internacional e da Comissão de Tecnologia, Produtividade e Qualidade
	Santander Totta, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Fundación Santander	Membro Patronato
	Fundación Banesto Sociedad y Tecnologia	Presidente
	Fundación Cultural Banesto	Presidente
	Fundación Eugenio Rodriguez Pascual	Presidente
	Fundación Príncipe de Asturias	Patrono e Membro do Júri do Prémio da Concordia
	A.T. Kearney	Membro <i>External Advisory Board</i>
	Círculo de Empresários	Membro da Junta Directiva
	Real Asociación Amigos del Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia	Membro
	Fundación Amigos del Museo del Prado	Membro
	Real Club Náutico de Calpe	Vice-Presidente Económico
Fundación Silos	Patrono	
António José Sacadura Vieira Monteiro	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova	Membro do Conselho Geral
	Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
	Vieira Monteiro, Lda.	Gerente
José Carlos Brito Sítima	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
José Manuel Alves Elias da Costa	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Serfin International Bank & Trust	Administrador
	Taxagest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Santotta – International, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda	Gerente
	Totta & Açores Financing, Ltd.	Administrador
	Totta Ireland, Plc	Administrador
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
João Baptista Leite	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
José Urgel Moura Leite Maia	Associação dos Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Trem – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Trem II – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Presidente do Conselho de Administração
	SIBS – <i>Forward Payment Solutions</i> , S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (1)
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Santander Totta, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
	Fundação de Serralves	Vice-Presidente
	SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	Presidente
	Galp Energia, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Fundação Centro Cultural de Belém	Vice-Presidente do Conselho Directivo
	Universidade Nova de Lisboa	Professor
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Clube do Autor, S.A.	Administrador
Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal Suplente do Conselho Fiscal

(1) Cessação de funções em 11-01-13

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2013, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/12	Movimentos em 2013				Posição 31/12/13
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
João Baptista Leite	Obrigações BST – Caixa EUA - Cx	820					820
	Obrig. BST – Caixa Rendimento América Latina TOP 3	400					400

I - Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. O capital social do Banco é detido em 97,647% pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

Do restante capital do Banco há ainda uma percentagem de 2,222% que pertence a uma Sociedade igualmente sob domínio integral, directo ou indirecto das Sociedades Santander Totta, SGPS, Santusa e Banco Santander.

O capital remanescente, correspondente a 0,131% do total, encontra-se disperso por diversos accionistas, sendo 0,038% correspondente a acções próprias do BST.

2. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade

3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiros desde o décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

4. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.

5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2c do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação do Banco. Reúne quinzenalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

Tem-se como objectivo permanente a racionalização e uniformização dos serviços operacionais e técnicos de suporte à rede comercial.

7. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

No âmbito do normal exercício da actividade bancária, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o

direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista do Banco, em linha com o que é corrente e comum na prática bancária.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

8. As principais áreas de negócio do Banco são:

- Banca de Retalho – refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionados com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares (telefone, internet, etc.);
- Banca de Empresas – considera-se nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos de capital de trabalho, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário;
- *Global Banking & Markets* – inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros (mercados de taxa de juro, cambial e de acções) e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de *Corporate* e *Project Finance*, assim como de serviços de custódia de títulos e corretagem das ordens de bolsa recebidas dos clientes;
- Actividades Corporativas – nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com o *core business*, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

9. O modelo global de governo da sociedade é o que consta do ponto IV

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da instituição.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções.

Comité de Direcção

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva e integrando membros desta e responsáveis das áreas de negócios do Banco, reúne quinzenalmente. Exerce os poderes delegados pela Comissão Executiva.

O Comité de Direcção tem como principais objectivos a análise, decisão e seguimento de:

- Evolução da actividade comercial, assegurando que decorre dentro dos objectivos e prazos definidos, e da adequabilidade das estratégias comerciais definidas, bem como das iniciativas relacionadas com a acção comercial multicanal assegurando a articulação entre as áreas intervenientes;
- Políticas de crédito, exposição ao risco, modelos de decisão e programas de gestão de crédito;
- Política, estratégia, objectivos e seguimento das acções da Qualidade e Experiência do Cliente.

Conselho Superior de Crédito

Órgão máximo de decisão da estrutura de Riscos e exerce os poderes delegados pela Comissão Executiva.

Riscos de Mercado e Financeiros

Analisar a informação de “governance” da área de Riscos; analisar e controlar os diversos riscos; aprovar procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes.

ALCO – Assets and Liabilities Committee

Gerir o risco estrutural de mercado e liquidez, estabelecer planos de contingência, promover estratégias de *hedging*, decidir posicionamentos estratégicos, de modo a otimizar a margem financeira e a rentabilidade dos capitais próprios.

Recursos Humanos

Analisar e deliberar sobre as alterações e excepções às atuais políticas de gestão de RH.

CAR – Comité Análise e Resolução

Prevenir o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e efectuar as comunicações estabelecidas na Lei.

Comercialização e Seguimento de Produtos

Aprovar produtos e serviços e fazer o respectivo seguimento, com especial destaque para as incidências que ocorram e o risco reputacional que possam gerar.

Pensões

Executar a política corporativa de pensões e controlar os riscos de forma integral.

Controlo Interno e Cumprimento

Seguir e fiscalizar as políticas de cumprimento e promover um ambiente de controlo interno, nomeadamente através da aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos.

Risco Tecnológico e Operacional

Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

Alienação de Imóveis

Analisar e decidir sobre a alienação de imóveis de montante igual ou superior a 200 mil euros.

Modelos de Risco

Garantir o alinhamento das áreas locais envolvidas no desenvolvimento e acompanhamento de modelos de risco, bem como na integração dos mesmos na gestão. O envolvimento deve ocorrer a nível da Alta Direcção.

Análise e Seguimento de Provisões

Assegurar o bom funcionamento das provisões de riscos constituídas e decidir sobre as provisões de crédito, com carácter vinculativo.

Public Policy

Acompanhar projectos conhecidos de carácter legislativo ou regulatório, bem como de normas de conduta.

Sustentabilidade

Definir o Plano Estratégico de Responsabilidade Social, em articulação com o plano corporativo do Grupo Santander.

Fiscalidade

Apreciar as alterações legais e regulamentação tributária com impacto nas instituições do Grupo e determinar as medidas que se mostrem apropriadas ao cumprimento das determinações e obrigações constantes do normativo jurídico-tributário.

Local de Inovação de Meios de Pagamento

Definir o plano de implementação de soluções inovadoras de Meios de Pagamento para os clientes, tomando por base a estratégia definida corporativamente no Grupo Santander.

Executivo de Continuidade de Negócio

Promover uma cultura organizativa que assegure a continuidade do negócio, disponibilizar os recursos necessários para a implementação do PCN do BST e outras entidades e assegurar que os planos e procedimentos aprovados e implementados se encontram alinhados com o PCN Corporativo.

Perfis Funcionais

Definir os perfis de acesso aos sistemas centrais, sistemas departamentais, redes locais de comunicações e às várias aplicações que suportam o negócio.

Seguimento da Rede Física de Balcões

Analisar e decidir sobre propostas de novos balcões, remodelação, deslocalização, fusão ou encerramento e avaliar os seus impactos.

Redes Sociais

Decidir sobre propostas de acção a implementar nas redes sociais.

No ano de 2013, foram criadas 2 novas áreas:

- Inteligência Comercial – integra a definição estratégica e a gestão dos segmentos de *Mass-Market*, Select, Negócios e Empresas, e ainda Canais Complementares e Estudos e CRM, sendo a sua interligação com as áreas de Banca de Retalho e Banca de Empresas assegurada através das respectivas áreas de controlo e dinamização de rede.
- Desinvestimento e Recuperações – abrange toda a actividade desenvolvida relativa à recuperação de crédito e a gestão e venda de activos adquiridos no exercício da actividade de recuperação de crédito.

10. O Banco cumpre integralmente o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, relativo ao Controlo Interno.

Neste quadro, o Banco pratica um sistema de identificação e gestão de riscos em conformidade com os arts. 11º e 12º do referido Aviso e está organizado em ordem a potenciar um apropriado ambiente de controlo e um sólido sistema de gestão de riscos.

Estão especificamente definidos e são praticados políticas e procedimentos respeitantes a todos os riscos referenciados no citado art. 11º do Aviso 5/2008.

Tais políticas e procedimentos estão disponíveis e são facilmente acessíveis por todos os colaboradores da instituição por via da sua divulgação em espaço próprio do sistema de Intranet do Banco.

O Banco, à semelhança do Grupo em que está inserido, cumpre, desde 2006, com as exigências da Lei americana Sarbanes Oxley (SOX), norma que a Securities Exchange Commission (SEC) tornou obrigatória para as entidades cotadas na Bolsa de New York e que é das mais exigentes ao nível dos requisitos de um adequado e fiável Modelo de Controlo Interno.

11. Estão institucionalizadas as funções de gestão de riscos, cumprimento e auditoria nos termos legais e regulamentares.

Dá-se seguidamente conta das linhas gerais a que obedece a organização e funcionamento das três funções.

a) Função de Gestão de Riscos

A função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Grupo Santander Totta. A função está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR), constituído na orgânica do BST.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, procedeu-se à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum pela FGR a todas as instituições de crédito e sociedades financeiras directa ou indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A função tem por missão geral a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos conforme o art. 16º do citado Aviso 5/2008 do BdP, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira ou segunda linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim com capacidade para efectuar os seus próprios testes.

A Comissão Executiva conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de crédito, mercado, liquidez, cambial, taxa de juro, liquidação,

operacional, tecnológico, cumprimento, reputacional e estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;

- Efectuar a ligação entre a equipa local e as áreas corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o relatório anual relativo à Função de Gestão de Riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o GCFGR foi criado na dependência directa da Comissão Executiva, o que lhe assegura também maior autonomia e liberdade no exercício das suas funções.

Está em aplicação pelo GCFGR uma metodologia própria desenvolvida para avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de riscos, que se materializou num conjunto de testes ou verificações de requisitos formulados de forma específica para cada tipo de risco. Estes testes e requisitos foram inspirados nas recomendações efectuadas pelo Comité de Basileia e da European Banking Authority (EBA, ex-CEBS), Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), Federal Reserve System (FED), Lei Sarbanes-Oxley (SOX), Financial Services Authority (FSA) e outras entidades normativas e reguladores. Teve-se ainda presente o caso português, em especial a regulamentação sobre aspectos de controlo interno constante no Regime Geral das instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e documentação conexas como o Aviso 5/2008 do BdP, o Aviso Regulamentar 3/2008 da CMVM e em particular no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR).

Como habitualmente a actividade desenvolvida pela Função de Gestão de Riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, "Relatório da FGR", datando o último de Maio de 2013. Este documento destina-se a servir de apoio ao Sistema de Gestão de Risco do Santander Totta, sendo muito relevante o acompanhamento dos controlos e promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas acções que constam do referido relatório.

De modo complementar, a actividade, desde final de 2012, está também direccionada para o acompanhamento do *Special On-Site Inspection Programme* (SIP) promovido pelo Banco de Portugal, com o apoio de auditores e consultores internacionais, sob a supervisão da missão conjunta do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia (FMI/BCE/EU), cujos resultados têm

vindo a confirmar, em todas as vertentes a convicção da boa adequação das políticas, procedimentos e controlos instituídos pelo Santander Totta.

b) Função de Cumprimento

O Banco privilegia, de há muito, a autonomização, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC) que integra, no seu seio, uma unidade especificamente adstrita à Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, com quadro de pessoal afecto em exclusividade. O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, directa e exclusivamente dependente da Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros da Instituição, exclusivamente afecto ao exercício das funções cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade do Banco que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da Instituição;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;
- O Banco dispõe de um Código Geral de Conduta, de um Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e de um Código de Conduta na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e entre outros aspectos relevantes privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses. O cumprimento do Código de Conduta para o Mercado de Valores é especialmente controlado pela DCAIC, que igualmente apoia e segue o

cumprimento do Código Geral, cujo controlo, todavia, está a cargo da Direcção de Coordenação de Recursos Humanos;

- Estão aprovadas e instituídas políticas e procedimentos de comercialização de produtos, bem como o processo e órgãos para a respectiva aprovação e seguimento que visam, por um lado, garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, por outro, assegurar o seguimento de incidências que possam vir a verificar-se, avaliando o seu significado e, sendo o caso, introduzindo as medidas de superação que se justifiquem, que podem incluir a suspensão ou termo da comercialização quando as circunstâncias o determinem ou aconselhem. Neste contexto, assume especial importância a avaliação e seguimento do risco reputacional inerente aos produtos ou que se possa gerar na sua vigência pela ocorrência de vicissitudes pontuais que, de algum modo, os afectem, ou se projectem relevantemente na relação com os clientes;
- Embora com o apoio e condução executiva das unidades locais, a política de cumprimento é extensível, em toda a sua amplitude, às filiais e sucursais no exterior. Algumas destas dispõem de responsáveis locais de cumprimento que aí exercem as funções correspondentes. Nos demais casos, em que o tipo e modo de exercício da actividade não justificam essa opção, o próprio responsável operativo da unidade assegura o procedimento em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, tanto os locais como os que devam ser cumpridos por via das imposições a que o Banco se acha sujeito em Portugal. A DCAIC, no quadro das suas funções, controla o desempenho da função pelos responsáveis a quem a execução está confiada.

Noutro plano, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz a sua missão, a Direcção promoveu a institucionalização de comités específicos de cumprimento especialmente vocacionados para as áreas consideradas mais sensíveis, nomeadamente as mais directamente relacionadas com mercados financeiros, de funcionamento periódico – em regra, de base mensal – que permitem apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter as áreas informadas acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o cumprimento de obrigações informativas e outras aplicáveis, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esses Comités são dirigidos e coordenados pela DCAIC, neles tendo participação os responsáveis das áreas envolvidas.

Por outro lado, tanto no âmbito destes Comités, como fora deles, a DCAIC mantém uma relação regular de

articulação com as demais áreas de controlo (Auditoria e Função Geral de Riscos), em ordem a potenciar a perspetivação, seguimento e controlo global de riscos.

Destaca-se ainda, neste quadro, a articulação institucionalizada com a área de Qualidade - responsável pelo seguimento e tratamento das reclamações de clientes - em ordem a, por um lado, acompanhar a evolução da situação nesse domínio e, principalmente escrutinar, a partir da tipologia das reclamações, eventuais omissões ou práticas inadequadas que possam indiciar, com vista a providenciar os ajustamentos ou correcções apropriados.

A Direcção de Cumprimento integra igualmente o Comité de Controlo Interno e Cumprimento que tem funções gerais de controlo e gestão de risco.

Sem prejuízo dos contactos constantes e sistemáticos com a Comissão Executiva do Banco, e principalmente com o administrador especialmente encarregado do pelouro, a actividade desenvolvida no âmbito da função de cumprimento é objecto de relatório anual.

Em consonância, o Director de Cumprimento apresentou à Administração o relatório da actividade de *compliance* desenvolvida no período decorrente entre o último relatório (Maio de 2012) e o final de Maio de 2013.

Em linha com o que fica exposto, o Director de Cumprimento é de opinião que o Banco procede em conformidade com o enquadramento regulamentar da função de *compliance*, constante do Aviso nº5/2008.

c) Função de Auditoria

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito, operativo, (incluindo o

adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;

- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;
- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;
- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é nomeado pela Administração, que lhe conferiu todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, Riscos Operativos e Riscos Tecnológicos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Risco prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai. Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último "rating" obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF. Adicionalmente, as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.

II. Remuneração

1. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aplicável no exercício de 2013

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 15 de Março de 2013 aprovou a declaração de política de remunerações que a seguir se transcreve.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

A. Enquadramento

A Política remuneratória do Banco Santander Totta enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do respectivo capital do Banco.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco.

A actual Comissão de Vencimentos foi eleita, para um mandato de três anos, na reunião da Assembleia Geral de 28 de Maio de 2010, com a seguinte composição:

- D. Alfredo Saenz Abad, representante da Santander Totta SGPS
- D. José Luis Gómez Alciturri
- D. Matias Pedro Rodriguez Inciarte, nomeado em 27 de Maio de 2011.

B. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração no Banco Santander Totta

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;
- Não estão implementados, quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

D. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A Política de Remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector .
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, pelo Administrador Delegado do Grupo, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- Relativamente aos administradores não executivos, o Presidente do Conselho de Administração não aufer qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerado exclusivamente pela sua actividade em Espanha, outro Administrador não executivo aufer uma Remuneração Fixa e variável, cujo montante está directamente relacionado com os resultados do Banco Caixa Geral Totta de Angola, onde desempenha funções executivas e outro Administrador não executivo não aufer qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerado exclusivamente pela sua actividade nos Estados Unidos da América.
- Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas uma remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal.
- Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2013, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na totalidade da remuneração, tendo em conta o que tem sido a prática em anos anteriores.

D.1. Remuneração Fixa

- A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Remuneração Fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não se prevendo que represente, em 2013, uma parcela inferior a 40% da Remuneração Total.

D.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, não se prevendo que represente, em 2013, mais do que 60% da Remuneração Total;
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados do Banco e do Grupo em que se integra, embora, quanto a estes últimos, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- A atribuição da Remuneração Variável depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos;
- A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2013 se estima não superior a 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos;
- A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos;

D.2.1. Diferimento da Remuneração Variável

- Como elemento da Remuneração Variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander;
- O diferimento da Remuneração Variável é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do grupo económico Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo Santander; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- A parte diferida representará 40% do valor total da Remuneração Variável, no que diz respeito à generalidade dos administradores executivos podendo, em situações específicas, atingir 50%;
- O valor da parte não diferida é pago metade em acções e metade em dinheiro;
- Metade do montante do diferimento é pago em acções e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos seguintes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*, em *b*);
- As acções atribuídas aos membros da Comissão Executiva não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respectivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da Remuneração Total (sem prejuízo da possibilidade de alienação

de acções que sejam necessárias com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções);

D.2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Do exercício de 2010, encontram-se, relativamente a dois administradores, diferidos dois terços da Remuneração Variável Diferida, sendo que um terço será pago no corrente mês.

Do exercício de 2011 encontra-se por pagar a totalidade da Remuneração Variável Diferida, sendo que um terço será pago no corrente mês.

Da Remuneração Variável de 2012 foram pagos 30% em dinheiro e será entregue no corrente mês 30% em acções. O pagamento do remanescente encontra-se diferido.

D.3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2013, montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco.

D.4. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

- Os administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a duas vezes o valor da Remuneração Fixa do titular em causa;
- Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de um plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7. do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por um período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador;
- Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco e não obstante a suspensão do referido contrato, encontram-se cobertos por um plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo para todos os seus quadros directivos e cujos termos foram aprovados nos respectivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano;
- Os administradores executivos beneficiam igualmente de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação colectiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

E. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2013.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2013, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

F. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

2. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

As remunerações fixas e variáveis, em termos agregados de 2013 no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foram, respectivamente de mEuros 2.749 para as fixas e de mEuros 3.561 para as variáveis.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2013 consta do quadro abaixo.

Em 31 de Dezembro de 2013 o conjunto cumulado e vigente de créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração ao abrigo do artigo 85 do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras era de mEuros 1.009.

Remuneração Anual

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração fixa
António Basagoiti Garcia -Tuñón **	Presidente	460
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	500
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	178
Eduardo José Stock da Cunha ***	Vogal não executivo	-
João Baptista Leite	Vogal	200
José Carlos Brito Sítima	Vogal	273
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	200
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	257
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	231
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	210
Manuel António Amaral Franco Preto *	Vogal	141
		<hr/> <hr/> 2.650

* Foi nomeado em 01 de Abril de 2013

** Foi nomeado em 01 de Maio de 2013

*** Renunciou em 16 de Outubro de 2013

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração fixa
Luís Campos e Cunha	Presidente	60
Mazars & Associados, SROC	Vogal	15
Ricardo Castro	Vogal	24
		<hr/> <hr/> 99

Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho 2013 (pecuniário)
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	150
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	75
João Baptista Leite	Vogal	72
José Carlos Brito Sítima	Vogal	150
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	105
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	130
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	129
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	161
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	90
		<hr/> <hr/> 1.062

Parcela acções:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio
		desempenho 2013 retido por um ano
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	144
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	72
João Baptista Leite	Vogal	68
José Carlos Brito Sítima	Vogal	144
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	101
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	125
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	123
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	154
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	86
		<u>1.017</u>

Este montante corresponde a 158.901 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,40 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, incluindo naturalmente o Banco Santander Totta, S.A., que está dividido em ciclos.

Em Julho de 2013, foi finalizado o quinto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos, não tendo sido atribuída qualquer acção, por não se ter atingido os objectivos.

Remuneração Diferida

A parcela pecuniária da remuneração referente ao exercício de 2013 diferida é a seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2013		
		2015	2016	2017
		Pecuniário	Pecuniário	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	50	50	50
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	17	17	17
João Baptista Leite	Vogal	16	16	16
José Carlos Brito Sítima	Vogal	33	33	33
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	23	23	23
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	29	29	29
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	29	29	29
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	36	36	36
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	20	20	20
		<u>252</u>	<u>252</u>	<u>252</u>

A parcela em acções da remuneração referente ao exercício de 2013 diferida é a seguinte:

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2013		
		2014	2015	2016
		acções	acções	acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	7.485	7.485	7.485
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	2.495	2.495	2.495
João Baptista Leite	Vogal	2.380	2.380	2.381
José Carlos Brito Sítima	Vogal	4.990	4.990	4.990
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	3.502	3.502	3.502
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	4.339	4.339	4.340
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.281	4.281	4.282
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	5.339	5.339	5.340
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	2.994	2.994	2.994
		37.805	37.805	37.809

Na presente data, encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida relativa a 2012, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2012 entregue em Fevereiro 2014			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,3	5	53	54
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	0,2	2	19	19
João Baptista Leite	Vogal	0,1	2	18	18
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,1	3	27	28
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,1	3	27	28
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,2	3	32	33
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,2	3	29	30
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,2	4	38	39
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	0,1	2	21	22
		1,5	24	262	270

O valor das acções corresponde a 40.704 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2012			
		2015		2016	
		Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	8.169	53	8.168	53
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	2.885	19	2.884	19
João Baptista Leite	Vogal	2.723	18	2.723	18
José Carlos Brito Sítima	Vogal	4.220	27	4.221	27
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	4.149	27	4.149	27
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	4.963	32	4.964	32
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	4.452	29	4.452	29
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	5.876	38	5.876	38
Manuel António Amaral Franco Preto	Vogal	3.267	21	3.268	21
		40.704	261	40.705	261

Na presente data, encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida relativa a 2011, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2011 entregue em Fevereiro 2014			
		Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	0,2	2	10	11
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	-	2	-	12
João Baptista Leite	Vogal	0,1	1	6	7
José Carlos Brito Sítima	Vogal	0,2	2	10	11
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	0,2	2	10	11
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	0,3	3	14	16
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	0,3	3	12	14
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	0,6	6	26	29
		1,9	21	87	111

O valor das acções corresponde a 17.011 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,56 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2011	
		2015	
		Acções	Pecuniário
António José Sacadura Vieira Monteiro	Vice - Presidente	1.704	10
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Vogal não executivo	1.772	-
João Baptista Leite	Vogal	1.086	6
José Carlos Brito Sítima	Vogal	1.704	10
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	1.704	10
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	2.409	14
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Vogal	2.138	12
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	4.496	26
		17.013	87

A remuneração variável relativa a 2010 paga foi a seguinte:

Nome	Cargo	Prémio desempenho de 2010 entregue em Fevereiro de 2014	
		Dividendo	Acções
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal	1	4
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vogal	6	21
		7	24

O valor das acções corresponde a 3.725 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,56 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Outros Benefícios

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST e que não estão inseridos no plano abaixo, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco.

No exercício de 2010, o Grupo constituiu um plano de contribuição definida para todos os seus quadros directivos. Este plano integra também os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano abaixo.

Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador.

Em 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 15.598 e encontravam-se cobertas por provisão registada no balanço do Banco.

Cessações Contratuais

Não houve, durante o ano 2013, quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

3. Política de Remuneração aplicável no exercício de 2013 aos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta, S.A.

Por decisão do Conselho de Administração de 27 de Junho de 2013 foi aprovada a política de remunerações que a seguir se transcreve.

Política de Remunerações dos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é divulgada a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o "Banco"), (i) desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco ou (ii) exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, *in casu*, os responsáveis pelas Direcções de Auditoria, Controlo Geral de Riscos do Banco, *Compliance* e Riscos de Crédito e Mercado, bem como os responsáveis pela área Financeira e pela de Contabilidade e Controlo de Gestão.

A. Enquadramento

A Política de Remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital do Banco Santander Totta.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição também participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

B. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração destes grupos de trabalhadores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade;
- Para os colaboradores que exerçam funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhes sejam devidos, a componente variável da respectiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objectivos específicos relacionados com as funções que exercem, não estando dependente do desempenho das áreas de negócio, não sendo correspondentemente aplicável neste domínio a alínea c) do número 2 do Capítulo IV;
- À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento.

D. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- Esta Política de Remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;

- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente, pelos Administradores dos respectivos pelouros. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos Dirigentes. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2013, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na totalidade da remuneração, tendo por referência o que tem sido a prática em anos anteriores.

D.1. Retribuição Fixa

- A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Retribuição Fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação colectiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não se prevendo que represente, em 2013, uma parcela inferior a 50% da Remuneração Total.

D. 2. Remuneração Variável

- A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa, não se prevendo que represente, em 2013, uma parcela superior a 50% da Remuneração Total.
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo;
- Relativamente aos Directores abrangidos por força do Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, a determinação da Remuneração variável obedece aos seguintes critérios: (i) avaliação individual do colaborador, tendo exclusivamente em conta os objectivos específicos relacionados com as funções por si exercidas; (ii) desempenho global do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos.
- Relativamente aos demais Directores, a determinação do valor da Remuneração Variável terá por base os seguintes critérios: (i) desempenho do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; (ii) prestação individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- A atribuição da Remuneração Variável refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objectivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de Desempenho;
- A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2013 se estima não superior a 150% do valor de referência, tal como definido ao nível do accionista de referência.

D.2.1. Diferimento da Remuneração Variável

- A Remuneração variável atribuída aos Directores abrangidos pelo aviso 5/2008 do Banco de Portugal está sujeita a diferimento parcial no pagamento e repartido na proporção de 50% em dinheiro e 50% em acções do Banco Santander, de acordo com o referido nas alíneas seguintes;
- Em aplicação de Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander, S.A., o diferimento da Remuneração Variável é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante período

pré-estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo Santander; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;

- A parte diferida representará 40% do valor da Remuneração Variável;
- O valor da parte não diferida é pago metade em acções e metade em dinheiro;
- Metade do montante do diferimento é pago em acções e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos seguintes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas *supra*, em *b*);
- As acções imediatamente entregues aos trabalhadores abrangidos são-no com condição de manutenção durante um ano, não beneficiando de qualquer contrato de cobertura de risco; as acções entregues diferidamente não estão sujeitas a condição de manutenção.

D.2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da Remuneração Variável de 2012 dos Directores abrangidos pelo Aviso 5/2008 do Banco de Portugal foram pagos 30% em dinheiro e entregues 30% em acções. O pagamento do remanescente, verificando-se os pressupostos em 2.1 b) é diferido ao longo de 2014 e 2016.

Relativamente aos demais Directores, a Remuneração Variável de 2012 foi já inteiramente paga.

D.3. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal), todos os Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário;
- Seguro de Acidentes Pessoais, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário.

Alguns trabalhadores beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander, S.A.

Alguns trabalhadores beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

E. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Totta em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se

contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

4. Remuneração e Outros Benefícios Atribuídos aos Dirigentes e Quadros Directivos

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A. (o “Banco”), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os “Dirigentes”).

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:	mEuros 1.078
Montante da retribuição variável:	mEuros 495
Número de beneficiários:	7

Prémio de desempenho de 2013 retido por um ano no montante mEuros 242 corresponde a 37.743 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,40 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Remuneração Diferida	<u>Entregue</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Exercício de 2012				
Parcela pecuniária (mEuros)	45	44	44	-
Acções	38	6.821	6.821	-

O valor das acções entregue corresponde a 5.720 acções do Banco Santander, S.A., ao valor por acção de 6,64 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respectiva atribuição.

Exercício de 2013				
Parcela pecuniária (mEuros)	-	58	58	58
Acções	-	8.752	8.752	8.751

Estes dirigentes estão também inseridos no plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos. Em Julho de 2013, foi finalizado o quinto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos, não tendo sido atribuída qualquer acção, por não se ter atingido os objectivos.

Outros Benefícios

Os Dirigentes gozam dos benefícios de seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário e de seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário.

Alguns Dirigentes beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander, S.A.

Alguns Dirigentes beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

Novas Contratações

Não ocorreram novas contratações. Todavia, em Julho de 2013 foi incluído neste universo o Responsável da Área de Recursos Humanos, Organização e Custos.

Cessações Contratuais

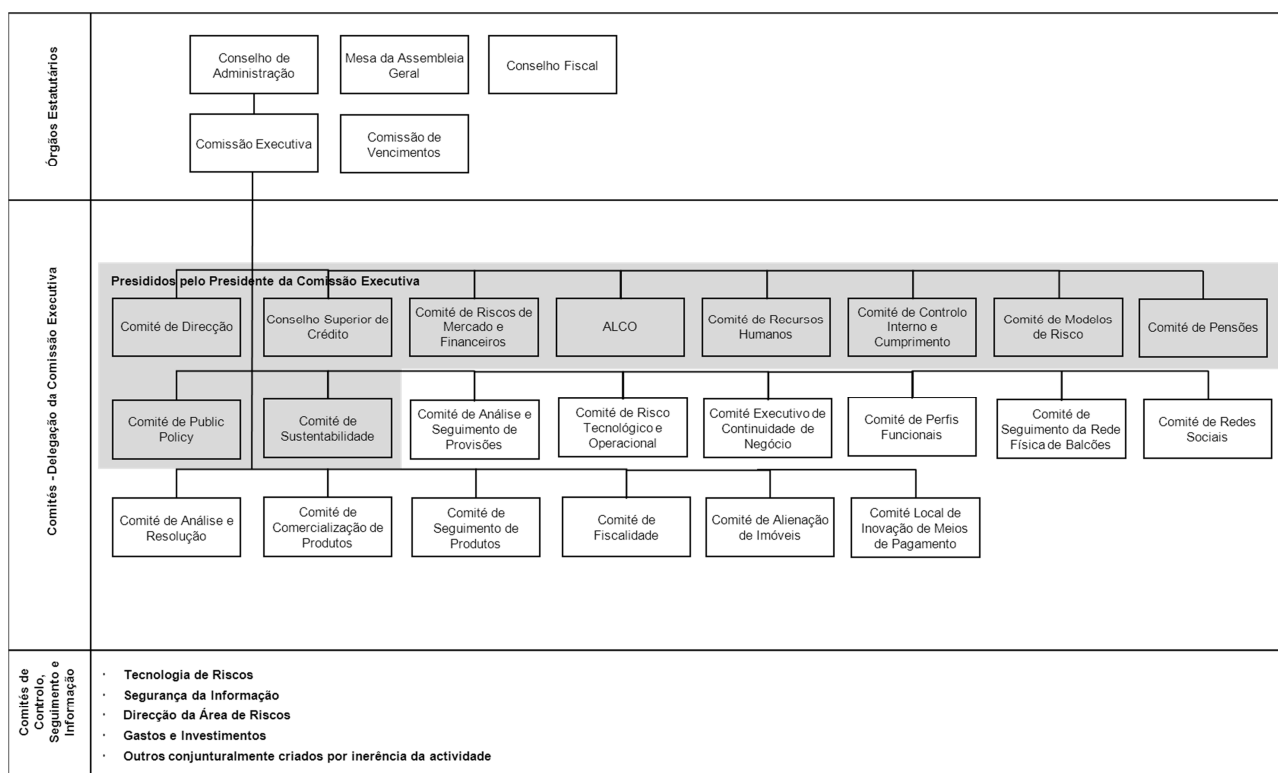
Durante o ano de 2013, o Dirigente Responsável pela área Financeira foi nomeado Administrador, tendo sido indicado outro Dirigente para estas funções.

III. Política de Remuneração para 2014

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco Santander Totta, para o ano de 2014, será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento do artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012).

A política de Remuneração vigente para os Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de 27 de Junho de 2013, aplicável no exercício de 2013 e 2014. Até nova deliberação, essa política é a que atrás ficou transcrita. Está prevista a reapreciação da matéria em Junho de 2014.

IV. Modelo de Governação Interna



Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2013, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon
Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente

Carlos Manuel Amaral de Pinho
Vogal

João Batista Leite
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Urgel Moura Leite Maia
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Manuel António Amaral Franco Preto
Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A., aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de gestão, as Contas anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2013, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Vogais: Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2013		2012		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2013	2012
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	337.841	-	337.841	352.365	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	552.921	-	552.921	385.323	Recursos de bancos centrais	19	6.241.410	5.837.242
Activos financeiros detidos para negociação	7	1.949.115	-	1.949.115	2.265.495	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.619.768	2.048.743
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	-	-	-	93.735	Recursos de outras instituições de crédito	20	4.175.058	1.949.574
Activos financeiros disponíveis para venda	9	4.443.991	61.738	4.382.253	3.489.864	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	20.707.001	21.497.174
Aplicações em instituições de crédito	10	3.270.970	-	3.270.970	3.097.422	Responsabilidades representadas por títulos	22	2.534.161	3.953.519
Crédito a clientes	11	27.185.397	1.077.876	26.107.521	26.979.649	Derivados de cobertura	12	370.684	455.911
Derivados de cobertura	12	199.427	-	199.427	284.850	Provisões	23	62.039	72.271
Activos não correntes detidos para venda	13	319.525	112.582	206.943	206.840	Passivos por impostos correntes	17	14.313	4.687
Propriedades de investimento	14	467.949	-	467.949	-	Passivos por impostos diferidos	17	58.524	75.303
Outros activos tangíveis	15	831.593	512.931	318.662	336.084	Passivos subordinados	24	4.307	4.311
Activos intangíveis	15	364.498	312.030	52.468	65.842	Outros passivos	25	292.900	303.417
Investimentos em associadas	16	148.790	1.060	147.730	142.994	Total do Passivo		<u>36.080.165</u>	<u>36.202.152</u>
Activos por impostos correntes	17	17.458	-	17.458	4.246	Capital Próprio			
Activos por impostos diferidos	17	540.675	-	540.675	631.578	Capital	26	656.723	656.723
Outros activos	18	281.693	23.098	258.595	190.956	Prémios de emissão	26	193.390	193.390
						Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000
						Reservas de reavaliação	26	(573.189)	(699.202)
						Outras reservas e resultados transitados	26	1.477.217	1.421.512
						(Acções próprias)		(43.312)	(42.560)
						Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	89.164	88.068
						Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		1.934.993	1.752.931
						Interesses minoritários	28	795.370	572.160
						Total do Capital Próprio		<u>2.730.363</u>	<u>2.325.091</u>
						Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>38.810.528</u>	<u>38.527.243</u>
Total do Activo		<u>40.911.843</u>	<u>2.101.315</u>	<u>38.810.528</u>	<u>38.527.243</u>				

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	30	1.271.127	1.648.148
Juros e encargos similares	31	(763.859)	(1.106.614)
Margem financeira		507.268	541.534
Rendimentos de instrumentos de capital	32	1.313	1.698
Rendimentos de serviços e comissões	33	370.626	384.701
Encargos com serviços e comissões	34	(55.116)	(53.893)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	20.326	37.183
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	4.534	(2.696)
Resultados de reavaliação cambial	37	4.039	5.652
Resultados de alienação de outros activos	38	2.476	85.689
Outros resultados de exploração	39	(34.431)	(12.760)
Produto bancário		821.035	987.108
Custos com o pessoal	40	(269.577)	(257.636)
Gastos gerais administrativos	41	(137.159)	(137.496)
Amortizações do exercício	15	(59.777)	(63.873)
Provisões líquidas de anulações	23	(6.930)	(22.821)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	(197.039)	(378.147)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(3.155)	(16.504)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(36.827)	(49.137)
Resultados de associadas	42	14.069	11.864
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		124.640	73.358
Impostos			
Correntes	17	(35.321)	(29.593)
Diferidos	17	(9.037)	44.303
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		80.282	88.068
Interesses minoritários	28	8.882	-
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	89.164	88.068
Acções em circulação	27	641.959.603	642.021.170
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	27	0,14	0,14

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2013		31 de Dezembro de 2012	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses minoritários	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses minoritários
Resultado consolidado do exercício	89.164	(8.882)	88.068	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões				
. Valor bruto	(37.785)	-	(35.093)	-
. Impacto fiscal	7.447	-	10.178	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	(4.487)	(11.811)	1.527	(5.377)
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	767	-	1.446	-
. Impacto fiscal	(157)	-	(420)	-
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
. Justo valor	278.591	-	427.590	-
. Impacto fiscal	(79.604)	-	(124.000)	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(55.108)	-	40.944	-
. Impacto fiscal	15.760	-	(11.874)	-
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>214.588</u>	<u>(20.693)</u>	<u>398.366</u>	<u>(5.377)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total do capital próprio	
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial								
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.435.951)	(6.116)	410.361	243.633	934.465	226.484	(42.400)	47.121	577.520	1.963.475
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	229	2.229	30.069	14.594	-	(47.121)	-	-
. Ações preferenciais	-	-	-	-	-	(1.268)	-	-	(29.346)	-	-	-	16	(30.598)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(616)	-	-	-	-	(616)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(160)	-	-	-	(160)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Rendimento integral consolidado do exercício de 2012	-	-	-	-	434.887	1.527	(126.116)	-	-	-	-	88.068	(5.377)	392.989
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	656.723	193.390	135.000	23.245	(1.001.064)	(5.857)	284.474	245.862	934.572	241.078	(42.560)	88.068	572.160	2.325.091
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	453	-	(3.908)	91.523	-	(88.068)	-	-
. Ações preferenciais	-	-	-	-	-	136	-	-	(30.750)	-	-	-	36	(30.578)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(799)	-	-	-	-	(799)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(752)	-	-	(752)
Entradas no perímetro de consolidação:														
. Fundo Novimovest	-	-	-	-	-	-	-	-	(358)	-	-	-	111.241	110.883
. Fundo Santander Multioperações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.701	132.701
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	(75)	(78)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2013	-	-	-	-	186.465	(4.487)	(56.554)	-	-	-	-	89.164	(20.693)	193.895
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	656.723	193.390	135.000	23.245	(814.599)	(10.208)	228.373	245.862	898.754	332.601	(43.312)	89.164	795.370	2.730.363

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.490.692	1.862.203
Pagamento de juros e comissões	(738.522)	(1.065.914)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(414.641)	(430.528)
Contribuições para o fundo de pensões	(56.000)	(12.023)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(41.654)	(14.081)
Recuperação de créditos incobráveis	7.457	8.638
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>247.332</u>	<u>348.295</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(171.659)	(403.229)
Activos financeiros detidos para negociação	433.845	(257.082)
Créditos a clientes	556.972	981.684
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	(14.399)	(32.618)
Activos não correntes detidos para venda	(55.204)	(108.330)
Outros activos	<u>(55.098)</u>	<u>(28.209)</u>
	<u>694.457</u>	<u>152.216</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	2.588.358	(723.734)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(734.970)	1.585.956
Passivos financeiros detidos para negociação	(428.975)	385.444
Outros passivos	<u>(1.457)</u>	<u>20.553</u>
	<u>1.422.956</u>	<u>1.268.219</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	2.364.745	1.768.730
Impostos pagos	<u>(31.459)</u>	<u>(19.588)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>2.333.286</u>	<u>1.749.142</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.313	1.698
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(1.205.590)	(435.853)
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	379.880	1.873.570
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	148.823	229.159
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(36.798)	(33.341)
Vendas de activos tangíveis	5.535	7.945
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(706.837)</u>	<u>1.643.178</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(1.378.946)	(3.283.192)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(94.338)	(116.114)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(91)	(125)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(1.473.375)</u>	<u>(3.399.431)</u>
Aumento/ (Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>153.074</u>	<u>(7.111)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	737.688	744.799
Caixa e seus equivalentes no fim do período	890.762	737.688

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2013 e de 2012 encontram-se detalhados na Nota 46.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi reportada a 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 604 balcões (633 balcões em 31 de Dezembro de 2012) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efectuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

Durante o exercício de 2013, o Banco adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no final daquele exercício:

- IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” (Empréstimos do governo) (alteração) - Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
- IFRS 7 - “Divulgações de instrumentos financeiros” (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros) (alteração) - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
- IAS 1 - “Apresentação de demonstrações financeiras” (Outro rendimento integral) (alteração) - Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o “Outro rendimento integral” e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se “Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral”.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) - A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; e (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
- IFRS 13 – “Mensuração ao justo valor” - Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. Adicionalmente, de acordo com o previsto nesta norma, no primeiro ano da sua aplicação não é obrigatória a divulgação de informação comparativa.
- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 1 – “Aplicação repetida da norma”, IAS 1 – “Informação comparativa”, IAS 16 – “Equipamento de serviço”, IAS 32 – “Efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio” e IAS 34 – “Informação de segmentos”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A adopção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações.

Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações já adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” – Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e a SIC 12 – “Consolidação – Entidades com finalidade especial”. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores” e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (alteração) – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 28 - “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (alteração) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” (entidades de investimento) (alteração) - Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidades de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 32 – “Compensação entre activos e passivos financeiros” (alteração) - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 36 – “Imparidade” (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) (alteração) - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou activos intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Esta norma vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não foram ainda adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que a sua adopção não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2013) e IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” - A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2010-2012): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2011-2013): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) - Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas por si directamente e indirectamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Banco assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 28).

No âmbito da sua actividade de gestão de fundos, o Banco gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Banco, excepto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando detém mais de 50% das unidades de participação, casos esses em que são consolidados pelo método da integração global.

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas de “cash-flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivaleu ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Banco reavalia por resultados as participações nas quais perde controlo (Nota 4).

Por outro lado, o Banco decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco na rubrica de “Reservas de reavaliação - De flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Imparidade

Periodicamente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Por outro lado, relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Banco efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 e que estejam classificados em “morosidade de gestão” no seu sistema de acompanhamento; e
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.000 se classificados em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Banco inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Banco (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Banco considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Banco incorreu numa perda por imparidade em crédito e em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respectivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Banco para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses activos e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 38). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade.

Factoring

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de "Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring". As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de "Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring".

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do activo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e;
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo da operação de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no activo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não existem créditos titularizados desreconhecidos.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os rendimentos.

e) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os activos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento fixo ou variável transaccionados em mercados activos adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os outros activos financeiros ao justo valor através de resultados incluíam em 31 de Dezembro de 2012 títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não são transaccionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de reavaliação – De justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração”, o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo desta alteração encontra-se descrita na Nota 9.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros a pagar.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efectua. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles activos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transacções em mercado secundário

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados, ou diferidas pelo período de vigência das obrigações.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos e passivos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos, (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“bid prices”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa de juro efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, para cobertura do risco de taxa de juro resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e

- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efectua testes de imparidade aos seus activos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, a qual em média corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Pártenon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

j) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 18). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados para estes activos são adequados e reflectem a realidade de mercado.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Desta forma, esta rubrica do passivo, de acordo com a IAS 37, inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 23).

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que definiu que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 44).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados de “Custos com o pessoal”.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 44).

Por outro lado, em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida em que os seus colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2004, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, tal como previsto na versão revista da IAS 19.

A partir de 1 de Janeiro de 2013 na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco regista na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas actuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos actuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos activos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Nota 25).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabeleceu um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 99,30% e 98,80%, respectivamente (Nota 44).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O Banco determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos - Encargos a pagar - Relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade" (Nota 25).

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a qual terá de ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados eram sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficaram sujeitas a uma taxa de 5%. Esta disposição implicou que a taxa fiscal aplicável nos exercícios de 2012 e 2013 no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício fosse de 26,5% para mEuros 1.500 de lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 de lucro tributável e 31,5% para o remanescente. De referir que o Banco apurou prejuízos fiscais nos exercícios de 2012 e 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro, a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre a matéria colectável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que mEuros 1.500 0%;
 - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
 - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
 - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Desta forma, a acima referida alteração implicou que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no exercício de 2013 fosse de 23% para prejuízos fiscais reportáveis e de 29,5% para as diferenças temporárias (25% e 29% no exercício de 2012).

Por outro lado, os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2012 e 2013 poderão ser utilizados nos cinco períodos de tributação posteriores (ou nos doze períodos de tributação posteriores para os prejuízos fiscais gerados a partir de 2014, inclusive). Contudo, nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável (70% a partir do exercício de 2014) podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são de 0,05% e 0,00015%, respectivamente, conforme previsto nos números 1 e 2 do artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões, na sequência da alteração da política contabilística descrita na Nota 1.3. I).

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor nos exercícios de 2013 e 2012 está incluída na Nota 47.

p) Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

q) Acções preferenciais

As acções preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Banco em reembolsar (em numerário ou em outro activo financeiro) as acções preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das acções preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Banco; e
- As distribuições de dividendos efectuadas pelo Banco aos detentores das acções preferenciais são discricionárias.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco classificou como instrumentos de capital próprio as emissões de acções preferenciais da Totta & Açores Financing e do BST International Bank, Inc. – Porto Rico.

As acções preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Interesses minoritários”.

r) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3. e) e f). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias potenciais resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2013 e 2012, de acordo com a interpretação das mesmas efectuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente os mencionados na Nota 50, bem como a respectiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, a qual no entanto poderá vir a não concretizar-se.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a 5 milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Gestão de activos:

Esta área inclui a actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos que têm por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Banco.

No final do exercício de 2013, o Banco alienou as empresas responsáveis por este segmento de negócio a uma empresa do Grupo Santander.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2013 apresenta o seguinte detalhe:

	2013					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	95.721	281.023	157.883	(1.784)	(25.575)	507.268
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.313	1.313
Margem Financeira Alargada	95.721	281.023	157.883	(1.784)	(24.262)	508.581
Comissões líquidas	63.663	231.843	22.722	5.122	(7.840)	315.510
Outros resultados da actividade bancária	-	1.421	-	(15.375)	(20.477)	(34.431)
Margem Comercial	159.384	514.287	180.605	(12.037)	(52.579)	789.660
Resultado de operações financeiras	2.065	839	429	9.187	18.855	31.375
Produto Bancário	161.449	515.126	181.034	(2.850)	(33.724)	821.035
Custos de transformação	(17.063)	(337.141)	(45.758)	(6.774)	-	(406.736)
Amortizações do exercício	(2.230)	(54.202)	(3.189)	(156)	-	(59.777)
Margem de Exploração	142.156	123.783	132.087	(9.780)	(33.724)	354.522
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(10.755)	(182.189)	(75.398)	1.433	22.958	(243.951)
Resultados de associadas	-	-	12.669	-	1.400	14.069
Resultado antes de Impostos	131.401	(58.406)	69.358	(8.347)	(9.366)	124.640
Impostos	(38.106)	17.428	(16.441)	(3.062)	(4.177)	(44.358)
Interesses minoritários	-	-	-	8.903	(21)	8.882
Resultado líquido do exercício	93.295	(40.978)	52.917	(2.506)	(13.564)	89.164

Em 31 de Dezembro de 2013, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2013					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	15.277.265	-	-	-	15.277.265
Crédito ao consumo	-	1.399.152	-	-	-	1.399.152
Outros créditos	2.758.628	2.632.642	4.039.834	-	-	9.431.104
Total de activos afectos	2.758.628	19.309.059	4.039.834	-	-	26.107.521
Activos não afectos						12.703.007
Total do Activo						38.810.528
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de clientes e outros empréstimos	763.842	16.448.582	2.084.356	-	1.410.221	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	-	289.272	101.557	-	2.143.332	2.534.161
	763.842	16.737.854	2.185.913	-	3.553.553	23.241.162
Garantias e avales	171.674	167.383	846.410	-	-	1.185.467
Fundos de Investimento	-	1.151.870	394.550	871.953	-	2.418.373

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2012 apresenta o seguinte detalhe:

	2012					Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	
Margem financeira estrita	77.148	307.299	166.108	-	(9.021)	541.534
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.698	1.698
Margem Financeira Alargada	77.148	307.299	166.108	-	(7.323)	543.232
Comissões líquidas	55.052	252.197	23.186	5.847	(5.474)	330.808
Outros resultados da actividade bancária	-	2.785	-	12	(15.557)	(12.760)
Margem Comercial	132.200	562.281	189.294	5.859	(28.354)	861.280
Resultado de operações financeiras	12.786	(355)	(372)	-	113.769	125.828
Produto Bancário	144.986	561.926	188.922	5.859	85.415	987.108
Custos de transformação	(18.649)	(329.346)	(42.190)	(4.947)	-	(395.132)
Amortizações do exercício	(2.943)	(56.947)	(3.735)	(248)	-	(63.873)
Margem de Exploração	123.394	175.633	142.997	664	85.415	528.103
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(23.632)	(265.638)	(91.083)	(1.353)	(84.903)	(466.609)
Resultados de associadas	-	-	10.808	-	1.056	11.864
Resultado antes de Impostos	99.762	(90.005)	62.722	(689)	1.568	73.358
Impostos	(28.931)	26.401	(15.054)	200	32.094	14.710
Resultado líquido do exercício	70.831	(63.604)	47.668	(489)	33.662	88.068

Em 31 de Dezembro de 2012, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	2012					Total Consolidado
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito hipotecário	-	15.788.523	-	-	-	15.788.523
Crédito ao consumo	-	1.433.532	-	-	-	1.433.532
Outros créditos	2.024.753	3.309.047	4.423.794	-	-	9.757.594
Total de activos afectos	2.024.753	20.531.102	4.423.794	-	-	26.979.649
Activos não afectos	-	-	-	-	-	11.547.594
Total do Activo						38.527.243
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de clientes e outros empréstimos	415.014	18.193.057	2.889.103	-	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	-	353.878	328.165	-	3.271.476	3.953.519
	415.014	18.546.935	3.217.268	-	3.271.476	25.450.693
Garantias e avales	206.332	189.279	824.119	-	-	1.219.730
Fundos de Investimento	-	1.261.600	641.874	813.723	-	2.717.197

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2013							Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total			
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros				
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	-	-	-	-	-	-	337.841	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.432	1.566	-	5.479	438	7.483	(6.994)	552.921	
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	-	-	-	1.949.115	
Activos financeiros disponíveis para venda	4.382.253	1.186.994	-	-	-	1.186.994	(1.186.994)	4.382.253	
Aplicações em instituições de crédito	3.270.749	50.000	-	424.659	327.238	801.897	(801.676)	3.270.970	
Crédito a clientes	26.107.521	-	-	-	-	-	-	26.107.521	
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427	
Activos não correntes detidos para venda	206.943	-	-	-	-	-	-	206.943	
Propriedades de investimento	467.949	-	-	-	-	-	-	467.949	
Outros activos tangíveis	318.636	2	-	-	24	26	-	318.662	
Activos intangíveis	52.468	-	-	-	-	-	-	52.468	
Investimentos em associadas	32.334	-	115.396	-	-	115.396	-	147.730	
Activos por impostos correntes	17.458	-	-	-	-	-	-	17.458	
Activos por impostos diferidos	540.675	-	-	-	-	-	-	540.675	
Outros activos	257.890	5.500	-	1.175	694	7.369	(6.664)	258.595	
Total do Activo Líquido	38.693.691	1.244.062	115.396	431.313	328.394	2.119.165	(2.002.328)	38.810.528	
Passivo									
Recursos de bancos centrais	6.241.410	-	-	-	-	-	-	6.241.410	
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768	
Recursos de outras instituições de crédito	4.175.058	704.921	-	6.676	-	711.597	(711.597)	4.175.058	
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.568.824	-	-	138.177	-	138.177	-	20.707.001	
Responsabilidades representadas por títulos	2.534.161	-	-	-	-	-	-	2.534.161	
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684	
Provisões	62.039	-	-	-	-	-	-	62.039	
Passivos por impostos correntes	13.475	-	-	-	-	-	838	14.313	
Passivos por impostos diferidos	41.990	-	-	-	-	-	16.534	58.524	
Passivos subordinados	4.307	-	-	-	-	-	-	4.307	
Outros passivos	290.702	140.767	-	1.935	178	142.880	(140.682)	292.900	
Total do Passivo	35.922.418	845.688	-	146.788	178	992.654	(834.907)	36.080.165	
Capital próprio									
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.535.536	398.374	115.396	23.485	29.623	566.878	(1.167.421)	1.934.993	
Interesses minoritários	235.737	-	-	261.040	298.593	559.633	-	795.370	
Total do capital próprio	2.771.273	398.374	115.396	284.525	328.216	1.126.511	(1.167.421)	2.730.363	
Total do passivo e do capital próprio	38.693.691	1.244.062	115.396	431.313	328.394	2.119.165	(2.002.328)	38.810.528	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	-	-	-	-	-	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	384.850	11.366	-	6.039	396	17.801	(17.328)	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.493	-	-	-	-	-	2	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	-	-	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.489.864	1.311.876	-	-	-	1.311.876	(1.311.876)	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	3.097.194	50.001	-	465.202	311.790	826.993	(826.765)	3.097.422
Crédito a clientes	26.979.649	-	-	-	-	-	-	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
Activos não correntes detidos para venda	206.840	-	-	-	-	-	-	206.840
Outros activos tangíveis	336.047	-	-	-	34	34	3	336.084
Activos intangíveis	65.842	-	-	-	-	-	-	65.842
Investimentos em associadas	31.710	-	111.284	-	-	111.284	-	142.994
Activos por impostos correntes	4.001	-	-	-	-	-	245	4.246
Activos por impostos diferidos	631.578	-	-	-	-	-	-	631.578
Outros activos	190.010	3	-	1.996	942	2.941	(1.995)	190.956
Total do Activo Líquido	38.414.028	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.157.714)	38.527.243
Passivo								
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	-	-	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.741	-	-	-	-	-	2	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.949.574	1.013.953	-	4.227	-	1.018.180	(1.018.180)	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.323.190	-	-	171.022	-	171.022	2.962	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	3.953.519	-	-	-	-	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	455.906	-	-	-	-	-	5	455.911
Provisões	72.271	-	-	-	-	-	-	72.271
Passivos por impostos correntes	3.702	-	-	-	-	-	985	4.687
Passivos por impostos diferidos	57.911	-	-	-	-	-	17.392	75.303
Passivos subordinados	4.311	-	-	-	-	-	-	4.311
Outros passivos	302.838	-	-	3.313	191	3.504	(2.925)	303.417
Total do Passivo	36.009.205	1.013.953	-	178.562	191	1.192.706	(999.759)	36.202.152
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas	2.404.071	359.293	111.284	21.824	14.414	506.815	(1.157.955)	1.752.931
Interesses minoritários	752	-	-	272.851	298.557	571.408	-	572.160
Total do capital próprio	2.404.823	359.293	111.284	294.675	312.971	1.078.223	(1.157.955)	2.325.091
Total do passivo e do capital próprio	38.414.028	1.373.246	111.284	473.237	313.162	2.270.929	(2.157.714)	38.527.243

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2013						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Juros e rendimentos similares	1.271.030	47.944	-	25.697	-	73.641	(73.544)	1.271.127
Juros e encargos similares	(758.938)	(9.878)	-	(4.982)	-	(14.860)	9.939	(763.859)
Margem financeira	512.092	38.066	-	20.715	-	58.781	(63.605)	507.268
Rendimentos de instrumentos de capital	1.313	-	-	-	-	-	-	1.313
Rendimentos de serviços e comissões	370.626	5.498	-	-	-	5.498	(5.498)	370.626
Encargos com serviços e comissões	(54.873)	-	-	(1)	(242)	(243)	-	(55.116)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	20.327	-	-	(1)	-	(1)	-	20.326
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.534	-	-	-	-	-	-	4.534
Resultados de reavaliação cambial	3.984	-	-	55	-	55	-	4.039
Resultados de alienação de outros activos	2.475	-	-	-	1	1	-	2.476
Outros resultados de exploração	(34.340)	-	-	(4)	(87)	(91)	-	(34.431)
Produto bancário	826.138	43.564	-	20.764	(328)	64.000	(69.103)	821.035
Custos com o pessoal	(268.637)	(177)	-	(193)	(570)	(940)	-	(269.577)
Gastos gerais administrativos	(136.461)	(329)	-	(115)	(254)	(698)	-	(137.159)
Amortizações do exercício	(59.767)	(1)	-	-	(9)	(10)	-	(59.777)
Provisões líquidas de anulações	(6.930)	-	-	-	-	-	-	(6.930)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(197.039)	-	-	-	-	-	-	(197.039)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.155)	-	-	-	-	-	-	(3.155)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(36.827)	-	-	-	-	-	-	(36.827)
Resultados de associadas	1.400	-	12.669	-	-	12.669	-	14.069
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	118.722	43.057	12.669	20.456	(1.161)	75.021	(69.103)	124.640
Impostos correntes	(29.042)	(6.266)	-	-	(13)	(6.279)	-	(35.321)
Impostos diferidos	(9.895)	858	-	-	-	858	-	(9.037)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	79.785	37.649	12.669	20.456	(1.174)	69.600	(69.103)	80.282
Interesses minoritários	(8.882)	-	-	-	-	-	-	(8.882)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	88.667	37.649	12.669	20.456	(1.174)	69.600	(69.103)	89.164

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012							Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional					Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros				
Juros e rendimentos similares	1.648.133	74.042	-	24.542	-	98.584	(98.569)	1.648.148	
Juros e encargos similares	(1.100.401)	(3.767)	-	(5.941)	-	(9.708)	3.495	(1.106.614)	
Margem financeira	547.732	70.275	-	18.601	-	88.876	(95.074)	541.534	
Rendimentos de instrumentos de capital	1.698	-	-	-	-	-	-	1.698	
Rendimentos de serviços e comissões	384.701	-	-	-	-	-	-	384.701	
Encargos com serviços e comissões	(53.651)	-	-	(1)	(241)	(242)	-	(53.893)	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37.172	-	-	-	-	-	11	37.183	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.696)	-	-	-	-	-	-	(2.696)	
Resultados de reavaliação cambial	5.639	-	-	13	-	13	-	5.652	
Resultados de alienação de outros activos	85.691	-	-	-	(2)	(2)	-	85.689	
Outros resultados de exploração	(12.679)	-	-	(5)	(78)	(83)	2	(12.760)	
Produto bancário	993.607	70.275	-	18.608	(321)	88.562	(95.061)	987.108	
Custos com o pessoal	(256.632)	(176)	-	(200)	(628)	(1.004)	-	(257.636)	
Gastos gerais administrativos	(136.747)	(421)	-	(129)	(307)	(857)	108	(137.496)	
Amortizações do exercício	(63.846)	-	-	-	(27)	(27)	-	(63.873)	
Provisões líquidas de anulações	(22.821)	-	-	-	-	-	-	(22.821)	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(378.147)	-	-	-	-	-	-	(378.147)	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(16.504)	-	-	-	-	-	-	(16.504)	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(49.137)	-	-	-	-	-	-	(49.137)	
Resultados de associadas	2.296	-	9.568	-	-	9.568	-	11.864	
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	72.069	69.678	9.568	18.279	(1.283)	96.242	(94.953)	73.358	
Impostos correntes	(20.614)	(8.958)	-	(4)	(22)	(8.984)	5	(29.593)	
Impostos diferidos	44.303	-	-	-	-	-	-	44.303	
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	95.758	60.720	9.568	18.275	(1.305)	87.258	(94.948)	88.068	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	95.758	60.720	9.568	18.275	(1.305)	87.258	(94.948)	88.068	

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste Anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais próprios		Resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	40.260.305	38.501.791	1.471.117	1.212.474	2.449	(9.180)
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. ⁽³⁾	-	-	24,99	24,99	1.371.384	1.199.433	247.304	183.537	52.120	44.023
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (5)}	100,00	100,00	100,00	100,00	311.787	311.789	311.787	311.789	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	32.592	33.736	32.578	33.717	320	401
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.180	1.187	1.014	1.013	47	(88)
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	1.011.636	1.373.246	298.037	359.293	2.732	4.040
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	110.807	101.468	74.397	74.865	4.933	4.293
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	114.033	112.634	110.246	109.225	1.997	2.474
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽³⁾	-	-	25,81	25,81	n/d	11.427	n/d	8.249	n/d	(283)
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	49.795	41.656	49.417	41.633	7.784	1.331
SANTANDER ASSET MANAGEMENT, SGFIM, S.A. ⁽⁹⁾	-	100,00	-	100,00	-	26.426	-	22.270	-	11
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (6)}	100,00	100,00	100,00	100,00	431.322	473.237	284.486	294.675	20.457	18.276
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,00	99,00	55.731	55.043	55.724	54.963	761	(37)
PARTANG, SGPS, S.A. ⁽³⁾	0,49	0,49	49,00	49,00	152.642	139.611	140.714	130.108	25.616	21.433
SANTANDER PENSÕES, S.A. ⁽⁹⁾	-	100,00	-	100,00	-	3.685	-	3.607	-	769
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	21,50	21,50	21,50	21,50	315.889	305.005	89.696	84.595	9.785	11.256
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	194.678	215.728	(1.654)	(3.423)	(152)	(2.061)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.147.748	1.220.666	(13.619)	(20.466)	(2.036)	(8.699)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	972.764	1.021.215	(8.404)	(12.215)	(1.155)	(5.081)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	1.258.561	-	(17.739)	-	(5.684)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	428.640	569.976	(13.187)	(23.142)	3.434	(15.292)
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	179.215	202.335	178.077	201.123	(24)	(2.282)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.107.500	1.182.405	1.104.994	1.178.445	(1.035)	(9.982)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	953.003	1.004.670	947.977	1.001.819	(1.932)	(7.814)
HIPOTOTTA nº 7 FTC ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	1.226.920	-	1.228.066	-	(13.001)
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	347.423	485.651	350.252	506.336	(1.599)	(15.108)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ⁽⁸⁾	71,60	-	71,60	-	477.098	-	360.442	-	(28.670)	-
SANTANDER MULTIBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável ⁽⁸⁾	64,32	-	64,32	-	374.590	-	371.951	-	8.824	-

n/d – não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a actividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação é como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. ⁽³⁾	Bancária	Angola	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING ⁽¹⁾⁽⁵⁾	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Madeira	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽³⁾	Promoção imobiliária	Portugal	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER ASSET MANAGEMENT, SGFIM, S.A. ⁽⁹⁾	Gestão de fundos	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ⁽¹⁾⁽⁶⁾	Bancária	Porto Rico	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS, S.A. ⁽³⁾	Gestão de participações sociais	Portugal	Equivalência patrimonial
SANTANDER PENSÕES, S.A. ⁽⁹⁾	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 Ltd ⁽⁷⁾	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC ⁽⁷⁾	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ⁽⁸⁾	Gestão de fundos	Portugal	Integral
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável ⁽⁶⁾	Gestão de fundos	Portugal	Integral

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 28).
- (2) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Valorizada pelo método da equivalência patrimonial.
- (4) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, os montantes reflectidos nas colunas do "Resultado do exercício" correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2013 e 2012, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a mEuros 41.105 e mEuros 56.680, respectivamente.
- (5) O capital desta subsidiária está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Euro cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (6) O capital desta subsidiária está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (7) Esta entidade foi liquidada durante o exercício de 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (8) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez durante o exercício de 2013, em virtude do Banco deter mais de 50% das suas unidades de participação em circulação.
- (9) Em Dezembro de 2013, o Banco alienou a Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e a Santander Pensões, S.A. por mEuros 41.500, tendo gerado uma mais-valia de mEuros 12.588 (Nota 38).

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua actividade, nomeadamente, as obrigações emitidas por aquelas entidades com maior grau de subordinação (Nota 45). Aquelas entidades estão acima identificadas como Leasetotta Ltd ou Hipototta FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipototta PLC ou Ltd (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

Durante o exercício de 2013, o Banco reforçou a sua participação no Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest, gerido pela Santander Asset Management, SGFIM, S.A. ("SAM"), passando a deter uma participação superior a 50%. De acordo com a política contabilística adoptada pelo Banco, os fundos de investimento são consolidados (pelo método da consolidação integral) quando existir controlo, ou seja, quando forem detidas mais de 50% das suas unidades de participação.

A partir de 1 de Julho de 2013, o Banco passou a consolidar aquele Fundo.

Pelos motivos acima referidos, o Banco procedeu igualmente em 31 de Dezembro de 2013 à consolidação do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações, igualmente gerido pela SAM.

Em 31 de Dezembro de 2013, os Fundos consolidados pela primeira vez durante o exercício, a sua actividade, a percentagem de participação detida pelo Banco e o montante suportado com a sua aquisição, eram como segue:

Entidade	Actividade desenvolvida	% de participação	Montante pago
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto - Novimovest	Fundo de investimento imobiliário	71,60%	275.910
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável - Santander Multiobrigações	Fundo de investimento mobiliário	64,32%	239.249

Dado que as unidades de participação nos fundos de investimento acima referidos eram registadas pelo seu justo valor, apurado com base no valor da unidade de participação divulgado periodicamente pela SAM junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, e dado que a totalidade das subscrições das unidades de participação foram efectuadas com base naquela fonte de valorização, não foi gerado goodwill nestas aquisições. Por outro lado, todas as subscrições de unidades de participação naqueles fundos tiveram como contrapartida numerário.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013, o balanço daqueles Fundos apresentava a seguinte composição:

	Novimovest	Multioperações	Total
Carteira de títulos	3.151	344.421	347.572
Carteira de imóveis	449.758	-	449.758
Contas de terceiros	23.257	-	23.257
Disponibilidades	513	28.150	28.663
Acréscimos e diferimentos	419	2.019	2.438
	<u>477.098</u>	<u>374.590</u>	<u>851.688</u>
Capital do Fundo	360.442	371.951	732.393
Ajustamentos e provisões	5.285	580	5.865
Contas de terceiros	104.260	1.718	105.978
Acréscimos e diferimentos	7.111	341	7.452
	<u>477.098</u>	<u>374.590</u>	<u>851.688</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, o resultado líquido consolidado inclui um prejuízo de mEuros 18.428 atribuível ao Fundo Novimovest.

Em Dezembro de 2013, o Banco, através da Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A., procedeu à alienação de 100% das acções que detinha na Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e na Santander Pensões, S.A. a uma entidade do Grupo Santander, tendo registado um ganho de mEuros 12.588, o qual foi apurado da seguinte forma:

	Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Santander Pensões, S.A.	Total
Activos líquidos alienados	25.440	3.472	28.912
Montante recebido em numerário	37.400	4.100	41.500
Ganho apurado na operação			12.588

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	221.706	210.763
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	116.135	141.602
	-----	-----
	337.841	352.365
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Cheques a cobrar	54.077	62.074
Depósitos à ordem	756	490
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	496.556	321.138
Cheques a cobrar	1.532	1.621
	-----	-----
	552.921	385.323
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as sub rubricas de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de mEuros 165.375 e mEuros 188.916, respectivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor positivo	1.599.893	2.031.856
Títulos – Instrumentos de dívida	346.070	-
Títulos - Unidades de participação	3.152	233.639
	-----	-----
	1.949.115	2.265.495
	=====	=====
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor negativo	(1.619.768)	(2.048.743)
	-----	-----
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(19.875)	(16.887)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	2013			2012		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 12)
FRA's	-	-	-	227	-	227
Forwards	1.250	1.311	(61)	576	746	(170)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	1.119	7.400	(6.281)	3.179	18.900	(15.721)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.203.389	1.217.597	(14.208)	1.687.138	1.689.107	(1.969)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	76.883	76.233	650	113.516	112.843	673
Opções	137.907	137.912	(5)	22.343	22.343	-
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	179.345	179.315	30	204.877	204.804	73
	<u>1.599.893</u>	<u>1.619.768</u>	<u>(19.875)</u>	<u>2.031.856</u>	<u>2.048.743</u>	<u>(16.887)</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” incluem os montantes de, aproximadamente, mEuros 187.800 e mEuros 168.000, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Títulos – Instrumentos de dívida” apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valor de balanço
Emitidos por residentes	
De dívida pública portuguesa	76.613
De outros	23.583
Emitidos por não residentes	
De emissores públicos estrangeiros	7.667
De outros	238.207
Total	<u>346.070</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Títulos - Unidades de participação” corresponde aos seguintes fundos mobiliários e imobiliários:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent	3.152	-
Santander Multiobrigações	-	233.613
Outros	-	26
	-----	-----
	<u>3.152</u>	<u>233.639</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Santander Multiobrigações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica correspondia exclusivamente a Obrigações do Tesouro Português cujo vencimento ocorreu em Setembro de 2013.

Os juros e os resultados da valorização daquelas obrigações ao seu justo valor, até à data do seu reembolso, foram reflectidos na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 35).

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013							Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 23)	
				Positiva	Negativa	Total (Nota 26)		
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	2.130.470	29.161	105.608	106	(136.469)	(136.363)	(231)	2.128.645
Outros emissores públicos nacionais	479.002	1.119	-	13.155	(1.456)	11.699	-	491.820
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	86.505	87	-	-	(23.349)	(23.349)	-	63.243
Dívida não subordinada	416.584	8.013	-	7.662	(11.220)	(3.558)	(231)	420.808
Dívida subordinada	128.233	36	-	-	(7.256)	(7.256)	(11.193)	109.820
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.007.249	23.108	120.005	109	(75.105)	(74.996)	-	1.075.366
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	121.633	-	-	374	(326)	48	(42.655)	79.026
Valorizados ao custo histórico	19.732	-	-	-	-	-	(6.683)	13.049
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	16	-	-	-	-	-	-	16
Valorizados ao custo histórico	1.205	-	-	-	-	-	(745)	460
	4.390.629	61.524	225.613	21.406	(255.181)	(233.775)	(61.738)	4.382.253
	2012							
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	1.612.565	25.395	155.226	461	(229.662)	(229.201)	(252)	1.563.733
Outros emissores públicos nacionais	420.456	3.385	-	-	(9.442)	(9.442)	-	414.399
Outros residentes								
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	93.047	88	-	-	(27.688)	(27.688)	-	65.447
Dívida não subordinada	170.285	579	-	-	(25.481)	(25.481)	(230)	145.153
Dívida subordinada	127.294	28	-	-	(10.808)	(10.808)	(15.674)	100.840
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	1.007.573	23.111	166.351	294	(207.771)	(207.477)	-	989.558
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	234.432	-	-	670	(2.939)	(2.269)	(36.114)	196.049
Valorizados ao custo histórico	20.192	-	-	-	-	-	(5.967)	14.225
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao custo histórico	1.206	-	-	-	-	-	(746)	460
	3.687.050	52.586	321.577	1.425	(513.791)	(512.366)	(58.983)	3.489.864

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de Obrigações do Tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 225.613 e mEuros 321.577, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentam as seguintes características:

Descrição	2013					2012					Valor de balanço	
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade		
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	649.159	4.981	12.388	(7.573)	-	658.955	50.676	747	-	460	-	51.883
. Com vencimento entre um e três anos	-	-	-	-	-	-	771.722	5.906	28.518	(28.560)	-	777.586
. Com vencimento entre três e cinco anos	517.531	6.447	-	(4.195)	-	519.783	114.678	1.009	-	(7.666)	-	108.021
. Com vencimento entre cinco e dez anos	675.000	17.728	93.220	(124.701)	-	661.247	675.000	17.728	126.708	(193.435)	-	626.001
Bilhetes do Tesouro - Portugal	288.293	-	-	106	-	288.399	-	-	-	-	-	-
Outros	487	5	-	-	(231)	261	489	5	-	(252)	-	242
	<u>2.130.470</u>	<u>29.161</u>	<u>105.608</u>	<u>(136.363)</u>	<u>(231)</u>	<u>2.128.645</u>	<u>1.612.565</u>	<u>25.395</u>	<u>155.226</u>	<u>(229.201)</u>	<u>(252)</u>	<u>1.563.733</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	120.005	(75.105)	-	1.067.928	1.000.000	23.028	166.351	(207.771)	-	981.608
Outros	7.249	80	-	109	-	7.438	7.573	83	-	294	-	7.950
	<u>1.007.249</u>	<u>23.108</u>	<u>120.005</u>	<u>(74.996)</u>	<u>-</u>	<u>1.075.366</u>	<u>1.007.573</u>	<u>23.111</u>	<u>166.351</u>	<u>(207.477)</u>	<u>-</u>	<u>989.558</u>
	<u>3.137.719</u>	<u>52.269</u>	<u>225.613</u>	<u>(211.359)</u>	<u>(231)</u>	<u>3.204.011</u>	<u>2.620.138</u>	<u>48.506</u>	<u>321.577</u>	<u>(436.678)</u>	<u>(252)</u>	<u>2.553.291</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no montante de mEuros 2.666.582 e mEuros 1.115.614, respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Instrumentos de dívida – Emitidos por residentes - Outros residentes” inclui, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	2013				Valor de balanço	2012				Valor de balanço
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade		Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGY ON NO.2 CLASS A NOTES 2025	86.455	87	(23.329)	-	63.213	92.998	88	(27.673)	-	65.413
Outros	50	-	(20)	-	30	49	-	(15)	-	34
	<u>86.505</u>	<u>87</u>	<u>(23.349)</u>	<u>-</u>	<u>63.243</u>	<u>93.047</u>	<u>88</u>	<u>(27.688)</u>	<u>-</u>	<u>65.447</u>
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	199.820	7.144	6.521	-	213.485	-	-	-	-	-
GALP ENERGIA 2013/2017	99.226	446	1.141	-	100.813	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	35.000	98	(2.295)	-	32.803	70.000	235	(10.290)	-	59.945
IBERWIND II P. CONSULTORIA SENIOR A	29.956	32	(5.845)	-	24.143	32.078	30	(1.482)	-	30.626
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2014	24.300	50	(294)	-	24.056	24.300	47	(1.011)	-	23.336
EDIA 2010/2030	19.250	227	(1.413)	-	18.064	19.250	248	(11.144)	-	8.354
AUTO SUECO 2009/2014	-	-	-	-	-	15.000	3	(1.202)	-	13.801
Outros	9.032	16	(1.373)	(231)	7.444	9.657	16	(352)	(230)	9.091
	<u>416.584</u>	<u>8.013</u>	<u>(3.558)</u>	<u>(231)</u>	<u>420.808</u>	<u>170.285</u>	<u>579</u>	<u>(25.481)</u>	<u>(230)</u>	<u>145.153</u>
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 2017	111.360	32	-	(11.193)	100.199	110.492	24	-	(15.674)	94.842
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	2	(5.150)	-	8.852	14.000	1	(8.428)	-	5.573
Outros	2.873	2	(2.106)	-	769	2.802	3	(2.380)	-	425
	<u>128.233</u>	<u>36</u>	<u>(7.256)</u>	<u>(11.193)</u>	<u>109.820</u>	<u>127.294</u>	<u>28</u>	<u>(10.808)</u>	<u>(15.674)</u>	<u>100.840</u>

As operações de papel comercial contratadas no exercício de 2011 venceram-se no primeiro semestre de 2012. Por outro lado, as emissões subscritas em 2012 e 2013 passaram a ser registadas na rubrica de “Crédito a clientes”.

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante o exercício de 2013, o Banco reverteu mEuros 4.481 de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Instrumentos de capital “ inclui os seguintes títulos:

Descrição	2013			2012			Valor de balanço	
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas		Imparidade
Valorizados ao justo valor								
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	28.491	-	(3.850)	24.641	25.014	(2.478)	-	22.536
FUNDO SOLUÇÃO À RENDIMENTO	24.915	(319)	-	24.596	15.000	-	-	15.000
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	-	(1.998)	24.381	26.379	(461)	-	25.918
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	1.759	51	-	1.810	2.086	-	-	2.086
Outros	6.690	316	(3.392)	3.614	6.628	21	(2.699)	3.950
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	-	-	-	-	125.910	649	-	126.559
Títulos com imparidade a 100%	33.415	-	(33.415)	-	33.415	-	(33.415)	-
	<u>121.649</u>	<u>48</u>	<u>(42.655)</u>	<u>79.042</u>	<u>234.432</u>	<u>(2.269)</u>	<u>(36.114)</u>	<u>196.049</u>
Valorizados ao custo histórico								
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS S.A.	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	(404)	3.345
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	-	3.749
Outros	4.951	-	(1.339)	3.612	6.158	-	(2.028)	4.130
Títulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	4.281	-	(4.281)	-
	<u>20.937</u>	<u>-</u>	<u>(7.428)</u>	<u>13.509</u>	<u>21.398</u>	<u>-</u>	<u>(6.713)</u>	<u>14.685</u>

Durante o ano de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest.

Nos anos de 2013 e 2012, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR nos montantes de mEuros 3.477 e mEuros 6.658, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha em carteira 28.427 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

Durante o ano de 2012, o Banco subscreveu 3.002.028 de unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional no montante de mEuros 15.000. O capital foi realizado em numerário no montante de mEuros 2 e o montante remanescente através da entrega de imóveis. Durante o ano de 2013, o Banco reforçou a sua posição naquele Fundo em mEuros 9.915 através da entrega de imóveis.

No primeiro semestre de 2012, o Banco procedeu à reclassificação das unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda”. O impacto da reclassificação daquelas unidades de participação em resultados e na reserva de justo valor foi o seguinte:

Valor de balanço na data de reclassificação:	
. Unidades de participação	50.289
. Direitos de crédito sobre o Fundo Lusimovest	15.890

	66.179

Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 31 de Dezembro de 2012	50.015

Reserva de justo valor das unidades de participação reclassificadas em 2012 (excluindo efeito fiscal)	(274)
	==

Por outro lado, em Outubro de 2012, o Banco reclassificou da rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica “Devedores e outras aplicações – Outros devedores” o saldo relativo aos direitos de crédito detidos sob o Fundo Lusimovest, o qual naquela data ascendia a mEuros 24.500 (Nota 18).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Por último, no primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 13) as 2.748.238 unidades de participação recebidas no exercício de 2011 do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Imorent, no montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de dívida referente a um crédito concedido. Este Fundo encontra-se em processo de liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2013				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	2.968.000	52.608	225.613	(224.250)	3.021.971
. Entre 25% e 50%	100.505	88	-	(28.500)	72.093
. Superior a 50%	2.873	3	-	(2.105)	771
	<u>3.071.378</u>	<u>52.699</u>	<u>225.613</u>	<u>(254.855)</u>	<u>3.094.835</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	24.988	-	-	(326)	24.662
	<u>3.096.366</u>	<u>52.699</u>	<u>225.613</u>	<u>(255.181)</u>	<u>3.119.497</u>
	2012				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	2.297.157	33.638	194.869	(265.195)	2.260.469
. Entre 25% e 50%	778.551	17.817	126.708	(223.703)	699.373
. Superior a 50%	36.052	252	-	(21.954)	14.350
	<u>3.111.760</u>	<u>51.707</u>	<u>321.577</u>	<u>(510.852)</u>	<u>2.974.192</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	51.393	-	-	(2.939)	48.454
	<u>3.163.153</u>	<u>51.707</u>	<u>321.577</u>	<u>(513.791)</u>	<u>3.022.646</u>

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicações no Banco Central Europeu	1.600.000	900.000
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.407	-
Empréstimos	36.522	46.581
Juros a receber	3.523	261
	-----	-----
	240.452	46.842
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1.158.953	1.192.627
Outras aplicações	172.463	709.874
Aplicações a muito curto prazo	68.797	216.402
Juros a receber	30.305	31.677
	-----	-----
	1.430.518	2.150.580
	-----	-----
	3.270.970	3.097.422
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de mEuros 172.446 e de mEuros 209.856, respectivamente.

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	3.898.652	4.148.746
Crédito em conta corrente	1.011.146	1.195.764
Créditos tomados	995.271	905.312
Locação financeira	460.387	455.646
Descobertos	105.260	337.700
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	144.180	137.300
Outros créditos	20.309	26.898
A particulares		
Habitação	12.554.234	11.745.561
Consumo e outros	1.722.630	1.798.911
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	132.935	124.141
Créditos tomados	57.974	42.147
Crédito em conta corrente	11.615	9.558
Locação financeira	2.282	3.276
Descobertos	440	2.559
Outros créditos	3.231	1.541
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	128	85
A particulares		
Habitação	361.067	377.167
Consumo e outros	32.147	39.894
	-----	-----
	21.513.888	21.352.206
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos		
Papel comercial	2.003.612	1.451.055
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 45)		
Empresas		
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	335.458	462.375
Particulares		
Empréstimos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	177.830	200.164
. Hipototta nº 4	1.103.384	1.177.349
. Hipototta nº 5	945.687	997.032
. Hipototta nº 7	-	1.217.069
Locação financeira		
. Leasetotta nº 1	206	685
	-----	-----
	2.562.565	4.054.674
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	61.292	45.689
Há mais de 90 dias	948.738	891.127
Activos titularizados não desreconhecidos	63.934	89.771
	-----	-----
	1.073.964	1.026.587
	-----	-----
	27.154.029	27.884.522
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	47.101	52.626
Crédito titulado	4.791	4.161
Activos titularizados não desreconhecidos	3.165	6.852
Despesas com encargo diferido	77.414	89.526
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(105.303)	(98.476)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.200	6.100
	-----	-----
	31.368	60.789
	-----	-----
	27.185.397	27.945.311
Imparidade em crédito a clientes (Nota 23)	(1.077.876)	(965.662)
	-----	-----
	26.107.521	26.979.649
	=====	=====

Nos exercícios de 2013 e 2012 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidas ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2013 e 2012 ganhos líquidos nos montantes de mEuros 2.321 e mEuros 4.117, respectivamente (Nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” inclui créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de mEuros 8.245.739 e mEuros 7.675.686, respectivamente (Nota 22).

Durante o exercício de 2012 foram liquidadas antecipadamente as operações de titularização Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1. Durante o exercício de 2013 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Hipototta nº 7, a qual justificou o aumento da rubrica de “Crédito interno – A particulares – Habitação”.

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até três meses	61.292	46.934
Entre três e seis meses	32.115	97.166
Entre seis meses e um ano	163.839	247.703
Entre um ano e três anos	627.701	515.542
Mais de três anos	189.017	119.242
	-----	-----
	1.073.964	1.026.587
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2013			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	151.426	8.971	160.397	0,59%
Pescas	3.122	35	3.157	0,01%
Indústrias extractivas	23.673	1.739	25.412	0,09%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	402.914	10.408	413.322	1,52%
Têxteis, vestuário e couro	172.748	7.202	179.950	0,66%
Madeira e cortiça	95.945	4.358	100.303	0,37%
Papel, gráficas e editoriais	186.370	2.394	188.764	0,70%
Indústria química	176.807	3.483	180.290	0,66%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	247.283	2.088	249.371	0,92%
Metalurgia	114.182	7.608	121.790	0,45%
Máquinas e material de transporte	180.979	10.768	191.747	0,71%
Electricidade, água e gás	277.654	1.355	279.009	1,03%
Construção e obras públicas	1.354.987	220.361	1.575.348	5,80%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	642.398	50.003	692.401	2,55%
Comércio de retalho	842.497	57.899	900.396	3,32%
Restaurantes e hotéis	398.633	27.176	425.809	1,57%
Transportes e comunicações	540.288	13.912	554.200	2,04%
Instituições financeiras não monetárias	702.904	31	702.935	2,59%
Sector público administrativo	551.843	2.760	554.603	2,04%
Outras empresas de serviços	1.307.674	128.433	1.436.107	5,29%
Crédito a particulares	16.217.460	489.350	16.706.810	61,53%
Crédito ao exterior	339.914	5.851	345.765	1,27%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	811.988	9.967	821.955	3,03%
Outros créditos	336.376	7.812	344.188	1,27%
	<u>26.080.065</u>	<u>1.073.964</u>	<u>27.154.029</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	196.186	10.979	207.165	0,74%
Pescas	22.465	885	23.350	0,08%
Indústrias extractivas	76.740	3.341	80.081	0,29%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	377.099	12.505	389.604	1,40%
Têxteis, vestuário e couro	367.730	17.189	384.919	1,38%
Madeira e cortiça	87.374	5.657	93.031	0,33%
Papel, gráficas e editoriais	253.911	4.114	258.025	0,93%
Indústria química	139.790	1.108	140.898	0,51%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	227.827	3.158	230.985	0,83%
Metalurgia	140.131	7.236	147.367	0,53%
Máquinas e material de transporte	234.778	11.074	245.852	0,88%
Electricidade, água e gás	269.065	4.332	273.397	0,98%
Construção e obras públicas	1.535.568	204.745	1.740.313	6,24%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	622.867	39.232	662.099	2,37%
Comércio de retalho	668.126	44.678	712.804	2,56%
Restaurantes e hotéis	397.555	43.092	440.647	1,58%
Transportes e comunicações	614.601	15.413	630.014	2,26%
Instituições financeiras não monetárias	449.620	4.232	453.852	1,63%
Sector público administrativo	653.341	7.028	660.369	2,37%
Outras empresas de serviços	1.495.854	86.876	1.582.730	5,68%
Crédito a particulares	16.782.550	459.107	17.241.657	61,83%
Crédito ao exterior	369.628	4.588	374.216	1,34%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	738.732	31.100	769.832	2,76%
Outros créditos	136.397	4.918	141.315	0,51%
	<u>26.857.935</u>	<u>1.026.587</u>	<u>27.884.522</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentam o seguinte detalhe:

	2013		
	<u>Crédito</u> <u>vencido</u>	<u>Crédito</u> <u>vivo</u>	<u>Crédito</u> <u>total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	9.015.937	9.015.937
· Com indícios de imparidade	562.922	324.947	887.869
	-----	-----	-----
	562.922	9.340.884	9.903.806
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	14.314.279	14.314.279
· Com indícios de imparidade	339.470	664.763	1.004.233
	-----	-----	-----
	339.470	14.979.042	15.318.512
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.047.541	1.047.541
· Com indícios de imparidade	35.496	48.351	83.847
	-----	-----	-----
	35.496	1.095.892	1.131.388
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	233.736	233.736
· Com indícios de imparidade	35.152	3.508	38.660
	-----	-----	-----
	35.152	237.244	272.396
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	353.916	353.916
· Com indícios de imparidade	100.924	73.087	174.011
	-----	-----	-----
	100.924	427.003	527.927
	-----	-----	-----
	1.073.964	26.080.065	27.154.029
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012		
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	9.254.210	9.254.210
· Com indícios de imparidade	547.969	217.601	765.570
	547.969	9.471.811	10.019.780
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	14.823.138	14.823.138
· Com indícios de imparidade	303.252	701.747	1.004.999
	303.252	15.524.885	15.828.137
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.048.143	1.048.143
· Com indícios de imparidade	37.458	62.869	100.327
	37.458	1.111.012	1.148.470
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	248.211	248.211
· Com indícios de imparidade	31.912	12.159	44.071
	31.912	260.370	292.282
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	412.022	412.022
· Com indícios de imparidade	105.996	77.835	183.831
	105.996	489.857	595.853
	<u>1.026.587</u>	<u>26.857.935</u>	<u>27.884.522</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013			2012		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	46.101	272.356	(226.255)	90.407	370.277	(279.870)
"Equity swaps"	51.381	37.484	13.897	50.522	14.273	36.249
Opções AutoCallable	-	49.951	(49.951)	2.656	71.361	(68.705)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	101.945	10.893	91.052	141.265	-	141.265
	<u>199.427</u>	<u>370.684</u>	<u>(171.257)</u>	<u>284.850</u>	<u>455.911</u>	<u>(171.061)</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	2013								
	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras		30.337	58.904	7.202	81	-	96.524	45.471	51.053
. Vendas	(61)	30.306	58.916	7.214	81	-	96.517	42.220	54.297
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras		1.212.071	-	-	-	-	1.212.071	-	1.212.071
. Vendas	(6.281)	1.218.426	-	-	-	-	1.218.426	1.218.426	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras		-	-	-	19.848	85.295	105.143	105.143	-
. Vendas		-	-	-	(19.848)	(85.295)	(105.143)	-	(105.143)
Outros	(14.208)	196.193	373.775	443.024	1.910.362	3.420.108	6.343.462	6.305.502	37.960
Swaps sobre cotações (equity swaps)	650	60.402	39.107	58.837	818.959	1.137.609	2,114.914	2,114.914	-
FRA's	-	20.000	-	-	-	-	20.000	20.000	-
Opções de moeda									
. Compras		13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
. Vendas	(5)	13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
Opções de cotações									
. Compras		-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
. Vendas		-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
Caps	30	33.214	41.834	2.804	78.768	1.251.253	1,407.873	1,407.873	-
Floors	-	-	53.171	-	6.611	491.948	551.730	523.559	28.171
	<u>(19.875)</u>	<u>2.827.927</u>	<u>695.777</u>	<u>539.747</u>	<u>3.508.042</u>	<u>6.300.918</u>	<u>13.872.411</u>	<u>12.522.446</u>	<u>1.349.965</u>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	41.625	48.320	46.510	891.120	191.241	212.566	1,389.757	1,389.757	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(267.880)	-	-	400.000	-	1,675.000	2,075.000	2,075.000	-
Opções AutoCallable	(49.951)	62.160	153.520	1.140	21.253	-	238.073	238.073	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	13.897	185.571	207.162	586.121	2,426.063	34.303	3,439.220	3,270.182	169.038
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	91.052	1,000.000	-	-	1,375.000	1,525.000	3,900.000	3,900.000	-
FRA's	-	2,200.000	-	-	-	-	2,200.000	2,200.000	-
	<u>(171.257)</u>	<u>3.496.051</u>	<u>407.192</u>	<u>1.878.381</u>	<u>4.013.557</u>	<u>3.446.869</u>	<u>13.242.050</u>	<u>13.073.012</u>	<u>169.038</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Tipo de instrumento financeiro	2012								Valor nocional	
	Valor de balanço	Valor nocional					Total	Valor nocional		
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros	
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)										
Forwards										
. Compras	(170)	27.327	15.579	3.176	-	-	46.082	14.566	31.516	
. Vendas		27.428	15.603	3.168	-	-	46.199	24.243	21.956	
Swaps de divisas (currency swaps)										
. Compras	(15.721)	1.258.038	38.379	-	-	-	1.296.417	19.393	1.277.024	
. Vendas		1.273.385	38.371	-	-	-	1.311.756	1.292.770	18.986	
Swaps de taxa de juro										
Outros	(1.969)	572.113	961.321	1.761.715	3.356.906	4.874.011	11.526.066	11.420.878	105.188	
Swaps sobre cotações (equity swaps)	673	6.223	1.646	6.415	479.683	170.714	664.681	652.815	11.866	
FRA's	227	44.800	20.000	80.000	20.000	-	164.800	164.800	-	
Opções de moeda										
. Compras	-	16.955	2.445	-	-	-	19.400	-	19.400	
. Vendas		16.955	2.445	-	-	-	19.400	-	19.400	
Opções de taxa de juro										
. Compras	-	812	619	993	191	800.558	803.173	800.791	2.382	
. Vendas		762	619	810	191	-	2.382	-	2.382	
Caps	142	6.456	9.343	73.214	231.706	1.387.886	1.708.605	1.708.605	-	
Floors	(69)	-	-	30.000	64.903	535.041	629.944	597.457	32.487	
	(16.887)	3.251.254	1.106.370	1.959.491	4.153.580	7.768.210	18.238.905	16.696.318	1.542.587	
2. Instrumentos derivados de cobertura										
Cobertura de justo valor										
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)										
. Passivos e crédito	83.928	32.081	1.008.950	197.190	1.110.756	270.106	2.619.083	2.585.397	33.686	
. Activos financeiros disponíveis para venda	(363.798)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-	
Opções AutoCallable	(68.705)	70.745	12.662	152.725	241.453	-	477.585	477.585	-	
Swaps sobre cotações (equity swaps)	36.249	159.592	52.006	158.633	2.389.435	57.458	2.817.124	2.678.041	139.083	
Cobertura de fluxos de caixa										
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)										
. Fluxos de caixa	141.265	300.000	250.000	-	1.200.000	1.200.000	2.950.000	2.950.000	-	
	(171.061)	562.418	1.323.618	508.548	5.341.644	3.202.564	10.938.792	10.766.023	172.769	

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transacciona derivados, nomeadamente, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O justo valor corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	268.035	245.155
Imóveis de serviço próprio para venda	28.706	31.428
Unidades de participação (Nota 9)	18.663	18.663
Equipamento	4.021	5.559
Outros imóveis	100	100
	-----	-----
	319.525	300.905
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	(112.582)	(94.065)
	-----	-----
	206.943	206.840
	=====	=====

O movimento ocorrido na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013										
	31 de Dezembro de 2012					Imparidade (Nota 23)			31 de Dezembro de 2013		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências (Nota 15)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	245.155	(71.078)	158.002	(135.122)	-	(55.840)	18.718	20.523	268.035	(87.677)	180.358
. Serviço próprio para venda	31.528	(15.413)	114	(9.820)	6.984	(6.765)	50	4.150	28.806	(17.978)	10.828
Equipamento	5.559	(3.574)	5.477	(7.015)	-	(3.914)	3.376	1.185	4.021	(2.927)	1.094
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	<u>300.905</u>	<u>(94.065)</u>	<u>163.593</u>	<u>(151.957)</u>	<u>6.984</u>	<u>(66.519)</u>	<u>22.144</u>	<u>25.858</u>	<u>319.525</u>	<u>(112.582)</u>	<u>206.943</u>

	2012										
	31 de Dezembro de 2011					Imparidade (Nota 23)			31 de Dezembro de 2012		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 9 e 15)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	177.737	(53.639)	178.631	(111.213)	-	(38.106)	4.328	16.339	245.155	(71.078)	174.077
. Serviço próprio para venda	26.625	(10.757)	55	(507)	5.355	(5.024)	292	76	31.528	(15.413)	16.115
Equipamento	3.982	(2.785)	2.808	(1.231)	-	(1.485)	610	86	5.559	(3.574)	1.985
Unidades de participação	-	-	-	-	18.663	(4.000)	-	-	18.663	(4.000)	14.663
	<u>208.344</u>	<u>(67.181)</u>	<u>181.494</u>	<u>(112.951)</u>	<u>24.018</u>	<u>(48.615)</u>	<u>5.230</u>	<u>16.501</u>	<u>300.905</u>	<u>(94.065)</u>	<u>206.840</u>

O Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtidos através de prospecção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas sobre os imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

No exercício de 2011 o Banco recebeu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido, tendo registado esse activo na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda". No entanto, no primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou essas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existir a probabilidade da sua alienação ocorrer no curto prazo (Nota 9).

14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	449.758	-
Hotel	18.191	-
	-----	---
	467.949	-
	=====	===

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest, cujo principal activo são imóveis para arrendamento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentam as seguintes características:

Terrenos	
Urbanizados	47.809
Não urbanizados	9.457
Construções acabadas	
Arrendadas	307.213
Não arrendadas	85.279

	449.758
	=====

Por outro lado, durante o exercício de 2013, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

Rendas	22.744
Impostos	(4.762)
Condomínio	(1.369)
Conservação e reparação	(945)
Seguros	(316)

	15.352
	=====

Por último, durante o primeiro semestre de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado naquela data em mEuros 18.660. Em simultâneo, o Banco celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco actualizou o justo valor daquele imóvel.

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi como segue:

	Saldo a 1 de Janeiro de 2013	Entradas	Alteração do perímetro de consolidação	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de Dezembro de 2013
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	-	-	523.886	(25.978)	(48.150)	449.758
Hotel	-	18.660	-	(469)	-	18.191
	-	18.660	523.886	(26.447)	(48.150)	467.949

O efeito da valorização a justo valor das propriedades de investimento encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração - Valias não realizadas em propriedades de investimento” (Nota 39).

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, na sua maioria com uma periodicidade anual, recorrendo a entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 13.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	31-12-2013			
	Técnicas de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Propriedades de investimento	-	-	467.949	467.949

Em cumprimento dos requisitos da IFRS 13, apresentamos de seguida para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de Dezembro de 2013, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adoptadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor	Técnica de valorização	Inputs relevantes
Hotel Delfim - Alhor Hotel em Portimão	Arrendado	33.284	Método do rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	31.796	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	31.006	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Hotel em Cascais	Arrendado	18.191	Método do rendimento / Método do custo de reposição amortizado	Taxa de capitalização Taxa de ocupação
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	17.315	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	12.441	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Estrada da Outurela, 119, Camaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	12.399	Método de rendimento / Método do custo	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	11.799	Método de rendimento / Método do custo	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado	10.823	Método de rendimento / Método do custo	Taxa de capitalização Valor de renda por m2
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	8.224	Método comparativo de mercado/ Método do custo/ Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		<u>187.278</u>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer um aumento dos custos de construção ou de comercialização, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2013																Valor líquido		
	31-12-2012			Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação			Abates e vendas		Transferências		Amortizações do exercício	Reversão de Imparidade (Nota 23)	Diferenças de câmbio		31-12-2013				
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas			De/Para activos detidos para venda (Nota 13)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto		Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)
Activos tangíveis																			
Imóveis																			
. Imóveis de serviço próprio	408.502	126.731	3.875	-	-	5.922	1010	412	(8.569)	(1601)	7.294	(32)	-	-	404.845	132.012	3.843	268.5	
. Despesas em edifícios arrendados	134.256	110.170	-	(258)	(258)	790	5.527	5.504	-	-	6.578	-	(7)	(7)	129.254	110.979	-	18.2	
. Outros imóveis	306	4	20	-	-	6	-	-	-	-	2	-	-	-	312	6	20	2	
Activos tangíveis em curso																			
. Imóveis de serviço próprio	131	-	-	-	-	406	-	-	-	-	-	-	-	-	537	-	-	5	
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	
	<u>543.196</u>	<u>236.905</u>	<u>3.895</u>	<u>(258)</u>	<u>(258)</u>	<u>7.128</u>	<u>6.537</u>	<u>5.916</u>	<u>(8.569)</u>	<u>(1601)</u>	<u>13.874</u>	<u>(32)</u>	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>	<u>534.953</u>	<u>242.997</u>	<u>3.863</u>	<u>288.0</u>	
Equipamento																			
. Mobiliário e material	23.219	19.287	-	(669)	(669)	65	356	356	-	-	1.268	-	(2)	(2)	22.257	19.528	-	2.7	
. Máquinas e ferramentas	3.966	3.854	-	(187)	(187)	22	54	54	-	-	41	-	(2)	(2)	3.745	3.652	-	-	
. Equipamento informático	124.725	113.064	-	(1.280)	(1.245)	2.720	10.666	10.32	-	-	4.756	-	(1)	(1)	125.098	115.542	-	9.5	
. Instalações interiores	92.346	84.120	-	(254)	(254)	3.170	3.356	3.344	(66)	(50)	2.545	-	-	-	91.840	83.017	-	8.5	
. Material de transporte	17.708	11.970	-	(160)	(133)	2.597	1.007	928	-	-	2.224	-	(3)	(2)	19.135	13.131	-	6.0	
. Equipamento de segurança	27.593	26.904	-	-	-	154	731	731	-	-	333	-	-	-	27.016	26.506	-	1	
. Outro equipamento	5.801	4.008	-	-	-	139	210	210	-	-	616	-	-	-	5.730	4.414	-	13	
. Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	
	<u>295.358</u>	<u>263.207</u>	<u>-</u>	<u>(2.550)</u>	<u>(2.488)</u>	<u>8.869</u>	<u>6.780</u>	<u>6.655</u>	<u>(66)</u>	<u>(50)</u>	<u>11.783</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(7)</u>	<u>294.823</u>	<u>265.790</u>	<u>-</u>	<u>29.0</u>	
Outros activos tangíveis																			
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-	
. Património artístico	1537	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1536	-	-	15	
	<u>1818</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1817</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	
	<u>840.372</u>	<u>500.393</u>	<u>3.895</u>	<u>(2.809)</u>	<u>(2.746)</u>	<u>15.997</u>	<u>13.317</u>	<u>12.571</u>	<u>(8.635)</u>	<u>(1.651)</u>	<u>25.657</u>	<u>(32)</u>	<u>(16)</u>	<u>(14)</u>	<u>831.593</u>	<u>509.068</u>	<u>3.863</u>	<u>318.6</u>	
Activos intangíveis																			
Software adquirido a terceiros	342.991	277.149	-	(1.999)	(1.945)	20.800	758	758	-	-	34.120	-	-	-	361.034	308.566	-	52.4	
Trespases	3.585	3.585	-	-	-	-	121	121	-	-	-	-	-	-	3.464	3.464	-	-	
Outros	29	29	-	(29)	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<u>346.605</u>	<u>280.763</u>	<u>-</u>	<u>(2.028)</u>	<u>(1.974)</u>	<u>20.800</u>	<u>879</u>	<u>879</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>364.498</u>	<u>312.030</u>	<u>-</u>	<u>52.4</u>	

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a coluna de “Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação” refere-se à Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e à Santander Pensões, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

		2012																		
		Transferências																		
		De/Para activos detidos																		
		31-12-2011				Abates e vendas		para venda (Nota 13)		Entre activos fixos		Amortizações do exercício		Reversão de Imparidade		Diferenças de câmbio		31-12-2012		
		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Activos tangíveis																				
Imóveis																				
. Imóveis de serviço próprio																				
		45.472	20.714	2.486	351	1.548	3	(6.914)	(1.602)	1.144	(164)	7.786	1.389	-	(3)	-	408.502	226.731	3.875	277.896
. Despesas em edifícios arrendados																				
		134.230	105.217	-	912	-	1.470	(166)	(166)	(713)	163	6.429	-	-	(7)	(3)	134.256	110.170	-	24.086
. Outros imóveis																				
		347	1	43	-	41	-	-	-	-	-	1	-	(23)	-	2	306	4	20	282
Activos tangíveis em curso																				
. Imóveis de serviço próprio																				
		240	-	-	336	-	-	-	-	(445)	-	-	-	-	-	-	131	-	-	131
. Despesas em edifícios arrendados																				
		1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
		550.290	225.932	2.529	1.599	1.589	1.473	(7.080)	(1.768)	(14)	(1)	14.216	1.389	(23)	(10)	(1)	543.196	236.905	3.895	302.396
Equipamento																				
. Mobiliário e material																				
		23.160	17.689	-	192	133	133	-	-	-	-	-	1.732	-	-	-	23.219	19.287	-	3.932
. Máquinas e ferramentas																				
		3.922	3.817	-	57	13	13	-	-	-	-	-	52	-	-	-	3.966	3.854	-	112
. Equipamento informático																				
		124.015	107.115	-	1.524	814	678	-	-	-	-	-	6.627	-	-	-	124.725	113.064	-	11.661
. Instalações interiores																				
		91.268	82.545	-	2.153	1.031	1.029	(59)	(16)	14	1	2.621	-	-	1	(2)	92.346	84.120	-	8.226
. Material de transporte																				
		18.482	11.002	-	2.070	2.841	2.629	-	-	-	-	3.597	-	-	(3)	-	17.708	11.970	-	5.738
. Equipamento de segurança																				
		27.805	26.737	-	59	272	272	-	-	-	-	439	-	-	1	-	27.593	26.904	-	689
. Outro equipamento																				
		5.663	3.359	-	178	41	41	-	-	-	-	692	-	-	1	(2)	5.801	4.008	-	1.793
		294.315	252.264	-	6.233	5.415	4.795	(59)	(16)	14	1	15.760	-	-	(7)	-	295.358	263.207	-	32.151
Outros activos tangíveis																				
. Equipamento em locação financeira																				
		281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico																				
		1535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1.537	-	-	1.537
		1816	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1.818	281	-	-	1.537
		846.421	478.477	2.529	7.832	6.734	6.268	(7.139)	(1.784)	-	-	29.976	1.389	(23)	(8)	(8)	840.372	500.393	3.895	336.084
Activos intangíveis																				
Software adquirido a terceiros																				
		317.482	243.252	-	13.933	-	-	-	-	11.576	-	33.897	-	-	-	-	342.991	277.149	-	65.842
Activos intangíveis em curso																				
		-	-	-	11.576	-	-	-	-	(11.576)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trespases																				
		3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Outros																				
		29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29	-	-
		321.096	246.866	-	25.509	-	-	-	-	-	-	33.897	-	-	-	-	346.605	280.763	-	65.842

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Software – adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 50.783 e mEuros 64.273, respectivamente.

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013		2012	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	115.396	49,00	111.284
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Unicre)	21,50	31.265	21,50	30.168
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	2.129	25,81	2.202
		-----		-----
		148.790		143.654
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 23)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. (Benim)		(1.060)		(660)
		-----		-----
		147.730		142.994
		=====		=====

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (Santotta) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A. (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. ("BCGTA"), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% directamente pelo BST).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Partang detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência daquela operação, o Banco passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, naquela data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Desta forma, a participação na Partang passou a ser registada pelo método de equivalência patrimonial.

Por outro lado, o Banco tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Banco na Partang, com um limite de 80% do capital social e respectivos direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O resumo dos dados financeiros da principal associada do Banco em 31 de Dezembro de 2013 é como segue:

	<u>Partang</u>
<u>Balanço</u>	
Activos correntes	10.558
Activos não correntes	142.084
	<u>152.642</u>
Passivos correntes	10.555
Passivos não correntes	1.373
	<u>11.928</u>
Capital próprio, excluindo resultado líquido	115.098
Resultado líquido do exercício	25.616
<u>Demonstração de resultados</u>	
Resultado operacional	25.643
Resultado antes de impostos	25.643
Resultado líquido do exercício	25.616

17. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	16.973	3.889
. Outros	485	357
	-----	-----
	17.458	4.246
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar do exercício	3.361	1.898
. Imposto sobre rendimentos prediais (Fundo Novimovest)	4.762	-
. IRC a pagar de exercícios anteriores	6.190	2.789
	-----	-----
	14.313	4.687
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	500.144	604.209
. Prejuízos fiscais reportáveis	40.531	27.369
	-----	-----
	540.675	631.578
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	54.759	71.442
. Por créditos fiscais	3.765	3.861
	-----	-----
	58.524	75.303
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Activos por impostos correntes – IRC a recuperar” inclui mEuros 9.807 pagos pelo Banco relativos a correcções efectuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos em exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correcções, o Banco apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos correntes		
. Do exercício	(20.214)	(23.715)
. Contribuição especial sobre o sector bancário	(10.802)	(11.842)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(1.597)	(1.482)
. Outros	(2.708)	7.446
	-----	-----
	(35.321)	(29.593)
	-----	-----
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	(8.941)	44.803
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	(96)	(500)
	-----	-----
	(9.037)	44.303
	-----	-----
	(44.358)	14.710
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2013				Saldos em 31-12-2013
	Saldos em 31-12-2012	Rendimento integral	Resultados	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação e regularizações	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos	235.044	-	6.238	-	241.282
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(5.755)	-	3.756	-	(1.999)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.861)	-	96	-	(3.765)
Pensões:					
Reformas antecipadas	27.317	-	(3.073)	-	24.244
Pensões de reforma e desvios actuariais	162.482	-	(22.711)	-	139.771
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	5.442	-	(521)	-	4.921
Prémio de antiguidade	7.871	-	552	-	8.423
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(283)	-	32	-	(251)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.850)	-	277	-	(8.573)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.034)	-	(383)	-	(18.417)
Prejuízos fiscais reportáveis	27.369	-	14.062	(900)	40.531
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos fixos tangíveis e intangíveis	22	-	(1.540)	-	(1.518)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(28.852)	15.760	-	-	(13.092)
Activos financeiros disponíveis para venda	148.587	(79.604)	-	-	68.983
Diferimento de comissões	3.263	-	(3.263)	-	-
Valias fiscais não contabilísticas	(1.815)	-	48	-	(1.767)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(461)	(157)	4	(184)	(798)
Incentivos de longo prazo	3.568	-	(1.073)	-	2.495
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.226	-	(1.541)	-	1.685
Outros	(5)	-	3	(2)	(4)
	<u>556.275</u>	<u>(64.001)</u>	<u>(9.037)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>482.151</u>
	2012				
	Saldos em 31-12-2011	Rendimento integral	Resultados	Transferências e regularizações	Saldos em 31-12-2012
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos	180.675	-	54.369	-	235.044
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(8.324)	-	2.569	-	(5.755)
Reavaliação de activos tangíveis	(4.109)	-	248	-	(3.861)
Pensões:					
Reformas antecipadas	19.543	-	7.774	-	27.317
Pensões de reforma e desvios actuariais	193.852	-	(31.370)	-	162.482
Transferências de responsabilidades com pensões para a segurança social	6.047	-	(605)	-	5.442
Prémio de antiguidade	7.471	-	400	-	7.871
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	193	-	(193)	-	-
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(439)	-	156	-	(283)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.622)	-	(228)	-	(8.850)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(17.130)	-	(904)	-	(18.034)
Prejuízos fiscais reportáveis	13.690	-	13.679	-	27.369
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos fixos tangíveis e intangíveis	77	-	(55)	-	22
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(16.978)	(11.874)	-	-	(28.852)
Activos financeiros disponíveis para venda	272.587	(124.000)	-	-	148.587
Diferimento de comissões	2.663	-	600	-	3.263
Valias fiscais não contabilísticas	(1.854)	-	39	-	(1.815)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(402)	(420)	(59)	420	(461)
Incentivos de longo prazo	3.098	-	470	-	3.568
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	(2.583)	-	3.226
Outros	(2)	-	(4)	1	(5)
	<u>647.845</u>	<u>(136.294)</u>	<u>44.303</u>	<u>421</u>	<u>556.275</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2013 e 2012, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva, é como segue:

	2013		2012	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro antes de impostos		124.640		73.358
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as participadas	22,67%	28.252	-28,84%	(21.154)
Correcções relativas a exercícios anteriores	1,67%	2.084	3,30%	2.421
Efeito na taxa efectiva do resultado de associadas	-3,35%	(4.172)	-4,69%	(3.438)
Constituição/(reversão) de provisões tributadas	4,74%	5.903	5,13%	3.761
Impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos	-3,93%	(4.902)	0,00%	-
Prejuízos fiscais dedutíveis (ACE's)	0,01%	8	-0,44%	(323)
Dividendos não tributáveis	-0,20%	(246)	-0,42%	(307)
Benefícios fiscais	-0,31%	(386)	-0,46%	(341)
Utilização de prejuízos fiscais cujos activos por impostos diferidos não foram reconhecidos em exercícios anteriores	-0,90%	(1.122)	0,00%	-
Contribuição especial sobre o sector bancário	8,67%	10.802	16,14%	11.842
Tributação autónoma	2,17%	2.699	5,07%	3.720
Anulação de imposto diferido pela não atribuição de incentivos de longo prazo	1,43%	1.777	0,00%	-
Mais/ menos valias não tributadas na alienação de participadas	-2,98%	(3.713)	0,00%	-
Outros	5,92%	7.375	-14,85%	(10.891)
Imposto sobre os lucros do exercício	35,61%	44.358	-20,06%	(14.710)

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2014, o Banco passou a apurar e a registar os activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 23% (25% em 31 de Dezembro de 2012) e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29,5% (29% em 31 de Dezembro de 2012).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 46º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2011, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2011, o Banco foi sujeito em sede de IRC a uma liquidação adicional relativa a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correcções efectuadas à matéria colectável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos a reformas antecipadas e utilização de provisões para crédito vencido. Parte destas correcções são meramente temporárias.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas (no exercício ou em exercícios anteriores), o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outras disponibilidades	315	333
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	12.548	3.895
IVA a recuperar	1.905	548
Devedores por bonificações a receber	4.617	5.939
Outros devedores	56.481	47.850
Devedores e outras aplicações - capital vencido	6.441	528
Devedores por capital não realizado	38	38
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.	2.443	2.443
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.503	2.465
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	72.477	104.672
Rendimentos a receber	66.441	25.314
Outros rendimentos a receber - Titularização	4.991	10.767
Despesas com encargo diferido por participações em ACE's		
NORTREM - Aluguer Material Ferroviário ACE	2.093	2.762
TREM - Aluguer Material Circulante ACE	-	137
TREM II - Aluguer Material Circulante ACE	216	443
Despesas com encargo diferido	6.891	7.893
Operações fora de bolsa a regularizar	-	28
Operações a regularizar	40.803	253
	-----	-----
	281.693	216.798
	-----	-----
Perdas por imparidade (Nota 23):		
. Contratos de suprimentos	(2.222)	(2.042)
. Activos recebidos em dação em pagamento	(14.933)	(22.921)
. Devedores e outras aplicações	(5.943)	(879)
	-----	-----
	(23.098)	(25.842)
	-----	-----
	258.595	190.956
	=====	=====

A rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações - Outros devedores” inclui o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 24.500 referentes a resgates liquidados por conta do Fundo. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica incluía mEuros 16.488 relativos a valores a receber pelo Fundo Novimovest por vendas de imóveis realizadas no exercício.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores e outras aplicações – capital vencido” inclui mEuros 5.017 relativos a rendas vencidas de imóveis arrendados pelo Fundo Novimovest. Para aquelas rendas, o Fundo constituiu imparidades no mesmo montante.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Rendimentos a receber” inclui maioritariamente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus seguros (mEuros 61.647 e mEuros 13.712, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros rendimentos a receber - Titularização” refere-se ao valor a receber dos “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e os veículos de titularização. O valor a pagar relativo a estas operações encontra-se registado na rubrica “Outros passivos – Encargos a pagar – Relativos a swap agreements” (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Operações a regularizar” inclui, entre outros, os seguintes saldos devedores e (credores):

- mEuros 45.022 associados a juros a receber de swaps estabelecidos com algumas entidades do sector público português (Nota 50);
- mEuros 30.128 relativos a cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar;
- mEuros 26.317 relativos a valores a receber no âmbito do Sistema de Compensação de Débitos Directos;
- mEuros 9.957 relativos a valores a cobrar a fornecedores no âmbito de contratos de confirming;
- (mEuros 37.645) referentes a transferências a pagar no âmbito do SEPA (Single Euro Payments Área); e
- (mEuros 34.736) relativos a saldos credores a regularizar em ATM's.

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	6.200.000	5.837.226
Juros a pagar	41.394	-
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	16	16
	-----	-----
	6.241.410	5.837.242
	=====	=====

20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	136.765	31.788
Juros a pagar	39	47
Outros recursos	-	2
	-----	-----
	136.804	31.837
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	3.082.444	1.115.715
Depósitos	711.980	745.391
Recursos a muito curto prazo	41.261	48.976
Outros recursos	202.242	7.236
Juros a pagar	327	419
	-----	-----
	4.038.254	1.917.737
	-----	-----
	4.175.058	1.949.574
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	2013			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.595.639	891	(270)	1.596.260
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.070.943	426	(191)	1.071.178
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	362.758	287	(84)	362.961
Obrigações Hipotecárias emitidas pelo BST	52.029	395	(379)	52.045
	<u>3.081.369</u>	<u>1.999</u>	<u>(924)</u>	<u>3.082.444</u>
Tipo de subjacente	2012			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	146.305	46	(9)	146.342
Obrigações do Tesouro - Espanha	969.309	123	(59)	969.373
	<u>1.115.614</u>	<u>169</u>	<u>(68)</u>	<u>1.115.715</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos” inclui mEuros 200.000 relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos a prazo	13.062.376	14.431.667
Depósitos à ordem	4.595.022	4.890.448
Outros depósitos estruturados	2.766.498	1.764.839
Depósitos de poupança	36.599	55.081
Depósitos com pré-aviso	18.267	21.365
	-----	-----
	20.478.762	21.163.400
	-----	-----
Juros e custos a pagar	156.382	171.186
Cheques e ordens a pagar	75.843	117.294
Correcções de valor por operações de cobertura	(3.986)	45.294
	-----	-----
	228.239	333.774
	-----	-----
	20.707.001	21.497.174
	=====	=====

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	7.132.300	5.880.000
Readquiridas	(6.255.750)	(4.003.450)
Juros a pagar	5.365	23.576
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	2.714.309	4.270.551
Readquiridas	(1.538.636)	(3.004.781)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(1.496)	(1.597)
Obrigações de caixa		
Emitidas	614.557	660.960
Readquiridas	(255.543)	(33.446)
Juros a pagar	11.023	9.782
	-----	-----
	2.426.129	3.801.595
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN	141.830	160.530
Readquiridas	(2.940)	-
Juros a pagar	4	1.123
	-----	-----
	138.894	161.653
	-----	-----
Correcções de valor por operações de cobertura	(30.862)	(9.729)
	-----	-----
	2.534.161	3.953.519
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Entre Maio de 2008 e Dezembro de 2013, o BST procedeu a onze emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as obrigações hipotecárias têm um património autónomo constituído por:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito a clientes (Nota 11)	8.245.739	7.675.686
Juros de crédito	8.649	8.888
Comissões	(36.575)	(34.574)
Despesas com encargo diferido	11.222	14.552
	-----	-----
	8.229.035	7.664.552
	-----	-----
Derivados de cobertura	11.642	42.106
	-----	-----
	8.240.677	7.706.658
	=====	=====

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2012 e 2013 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6.370.376	(3.591.441)	2.289.570	(22.920)
. Emissões efectuadas	250.000	-	900	-
. Emissões reembolsadas	(79.416)	8.332	(2.129.940)	800.790
. Emissões readquiridas	-	(453.787)	-	(777.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	<u>6.540.960</u>	<u>(4.036.896)</u>	<u>160.530</u>	<u>-</u>
. Emissões efectuadas	3.250.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.103)	1.004.624	(18.700)	-
. Emissões readquiridas	-	(3.479.021)	-	(2.940)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	<u>7.746.857</u>	<u>(6.511.293)</u>	<u>141.830</u>	<u>(2.940)</u>

As emissões de dívida readquiridas durante o exercício de 2013 originaram menos-valias no montante de, aproximadamente, mEuros 11.100, as quais se encontram registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 38) e que foram na sua maioria compensadas por ganhos na liquidação de operações de derivados.

Em 2012 a rubrica “Emissões reembolsadas” inclui o reembolso antecipado de obrigações emitidas ao abrigo do programa EMTN no montante de mEuros 739.860.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do seu programa de European Medium Term Notes (EMTN):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções		
. Com vencimento entre um e três anos	109.530	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300	32.300
Obrigações com taxa fixa		
. Com vencimento a um ano	-	18.700
	-----	-----
	141.830	160.530
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2013 e 2012 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	4.972.943	(2.748.088)
Reembolsadas	(702.392)	68.117
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 1 - Classe A	-	(26.140)
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(241.122)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(57.548)
	-	(324.810)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.270.551	(3.004.781)
Reembolsadas	(1.556.242)	1.479.075
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(9.803)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(3.127)
	-	(12.930)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	<u>2.714.309</u>	<u>(1.538.636)</u>

Em 2013 e 2012 o Banco readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização tendo registado mais-valias de mEuros 2.942 e mEuros 84.193, respectivamente (Nota 38).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)23. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013					31-12-2013
	31-12-2012	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	5.246	-	835	(1.607)	-	4.474
Provisões para pensões e outros encargos	31.846	-	9.863	-	(16.231)	25.478
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	14.893	-	540	(6.309)	-	9.124
Outras provisões	20.286	168	14.002	(10.394)	(1.099)	22.963
	<u>72.271</u>	<u>168</u>	<u>25.240</u>	<u>(18.310)</u>	<u>(17.330)</u>	<u>62.039</u>

	2012					31-12-2012
	31-12-2011	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para contingências fiscais	16.683	263	-	-	(11.700)	5.246
Provisões para pensões e outros encargos	29.957	14.049	-	(12.160)	-	31.846
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	8.254	15.570	(8.931)	-	-	14.893
Outras provisões	20.588	7.749	(5.879)	(2.172)	-	20.286
	<u>75.482</u>	<u>37.631</u>	<u>(14.810)</u>	<u>(14.332)</u>	<u>(11.700)</u>	<u>72.271</u>

	2013						
	31-12-2012	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	31-12-2013	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):							
Crédito interno	319.663	-	69.020	(101.647)	-	287.036	-
Crédito ao exterior	2.120	-	-	(463)	-	1.657	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	22.742	-	187	(8.260)	-	14.669	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.460	-	8.836	-	-	12.296	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):							
Crédito interno	543.351	-	296.873	(54.264)	(91.192)	694.768	(7.456)
Crédito ao exterior	17.269	-	6.671	(2.892)	(245)	20.803	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	54.480	-	13.329	(20.318)	(844)	46.647	-
Outros créditos e valores a receber titulados	2.577	-	-	(2.577)	-	-	-
	<u>965.662</u>	<u>-</u>	<u>394.916</u>	<u>(190.421)</u>	<u>(92.281)</u>	<u>1.077.876</u>	<u>(7.456)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:							
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	58.983	-	11.100	(8.345)	-	61.738	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 16)	660	-	400	-	-	1.060	-
	<u>59.643</u>	<u>-</u>	<u>11.500</u>	<u>(8.345)</u>	<u>-</u>	<u>62.798</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros:							
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	94.065	-	66.519	(22.144)	(25.858)	112.582	-
Activos tangíveis (Nota 15)	3.895	-	-	(32)	-	3.863	-
Outros activos (Nota 18)	25.842	5.095	12.340	(19.856)	(323)	23.098	-
	<u>123.802</u>	<u>5.095</u>	<u>78.859</u>	<u>(42.032)</u>	<u>(26.181)</u>	<u>139.543</u>	<u>-</u>
	<u>1.149.107</u>	<u>5.095</u>	<u>485.275</u>	<u>(240.798)</u>	<u>(118.462)</u>	<u>1.280.217</u>	<u>(7.456)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012					
	31-12-2011	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	31-12-2012	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):						
Crédito interno	219.831	142.063	(40.966)	(1.265)	319.663	-
Crédito ao exterior	869	1.251	-	-	2.120	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	67.955	2.580	(47.793)	-	22.742	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.094	366	-	-	3.460	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):						
Crédito interno	325.816	336.800	(29.683)	(89.582)	543.351	(8.544)
Crédito ao exterior	10.095	8.405	(913)	(318)	17.269	(96)
Créditos titularizados não desreconhecidos	44.203	23.302	(11.151)	(1.874)	54.480	-
Outros créditos e valores a receber titulados	51	2.526	-	-	2.577	-
	<u>671.914</u>	<u>517.293</u>	<u>(130.506)</u>	<u>(93.039)</u>	<u>965.662</u>	<u>(8.640)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)						
	64.670	17.280	(936)	(22.031)	58.983	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 16)						
	500	160	-	-	660	-
	<u>65.170</u>	<u>17.440</u>	<u>(936)</u>	<u>(22.031)</u>	<u>59.643</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)						
	67.181	48.615	(5.230)	(16.501)	94.065	-
Activos tangíveis (Nota 15)						
	2.529	1.389	(23)	-	3.895	-
Outros activos (Nota 18)						
	21.653	9.196	(4.810)	(197)	25.842	-
	<u>91.363</u>	<u>59.200</u>	<u>(10.063)</u>	<u>(16.698)</u>	<u>123.802</u>	<u>-</u>
	<u>828.447</u>	<u>593.933</u>	<u>(141.505)</u>	<u>(131.768)</u>	<u>1.149.107</u>	<u>(8.640)</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as provisões para pensões e outros encargos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Planos de reestruturação	9.880	18.111
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 46)	15.598	13.735
	-----	-----
	<u>25.478</u>	<u>31.846</u>
	=====	=====

Durante o exercício de 2013, a redução ocorrida na "Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos" resultou, essencialmente, da redução das linhas de programas de papel comercial (Nota 29) e da execução de algumas garantias bancárias de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outras provisões" inclui:

- Provisões para processos judiciais na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de mEuros 4.094 e mEuros 3.358, respectivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento; e
- Outras provisões nos montantes de mEuros 18.869 e mEuros 16.928, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, aquelas provisões destinavam-se, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

24. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	-----	-----
	288.540	288.540
Títulos readquiridos	(284.265)	(284.265)
Juros a pagar	32	36
	-----	-----
	4.307	4.311
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (Nota 18)	12.548	3.895
Recursos diversos		
Recursos conta cativa	38.474	42.912
Recursos conta caução	3.250	892
Outros recursos	1.438	1.411
Sector público administrativo		
IVA a pagar	3.047	7.828
Retenção de impostos na fonte	17.622	24.073
Contribuições para a Segurança Social	3.883	3.873
Outros	84	12
Cobranças por conta de terceiros	162	161
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.534	1.526
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	45.443	36.178
Credores por fornecimentos de bens	9.196	1.635
Outros credores	15.483	8.398
Encargos a pagar		
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	28.552	27.140
Férias e subsídio de férias	31.211	31.559
Outras remunerações variáveis	24.593	17.592
Outros custos com o pessoal	381	789
Gastos gerais administrativos	25.007	33.828
Relativos a "Swap agreements" (Nota 18)	5.185	10.526
Outros	5.146	6.384
Responsabilidades com pensões (Nota 44):		
Responsabilidades totais	882.308	829.811
Valor patrimonial do Fundo de Pensões	(871.649)	(816.279)
Outras receitas com rendimento diferido	1.873	1.977
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações passivas a regularizar	7.229	2.865
Outros	900	24.431
	-----	-----
	292.900	303.417
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os valores a regularizar com clientes e bancos correspondem, essencialmente, a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do período subsequente.

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2013		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	249.427	0,04	249
Outros	610.922	0,09	611
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====
	2012		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	125.169	0,02	125
Outros	735.180	0,11	735
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Banco procedeu à aquisição de 124.258 e 26.239 acções próprias, pelos montantes de mEuros 752 e mEuros 160, respectivamente.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Banco não procedeu à distribuição de dividendos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	(233.775)	(512.366)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	3.317	2.521
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	44.382	99.490
Ganhos e perdas actuariais (Nota 44)		
Fundo de Pensões BST	(621.069)	(583.394)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(6.076)	(5.966)
Ganhos e perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(1.378)	(1.349)
Reservas de flutuação cambial	(10.208)	(5.857)
Reservas de reavaliações legais à data de transição para as IFRS	23.245	23.245
	-----	-----
	(801.562)	(983.676)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	68.983	148.587
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(788)	(622)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(13.092)	(28.852)
Impacto fiscal dos desvios actuariais	176.863	169.416
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	400	391
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(3.861)	(4.314)
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
	-----	-----
	228.373	284.474
	-----	-----
	(573.189)	(699.202)
	=====	=====

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente, mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reserva legal	245.862	245.862
	-----	-----
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	149.216	190.849
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	81.660	74.727
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras	619	1.737
	-----	-----
	898.754	934.572
	-----	-----
Resultados transitados	332.601	241.078
	-----	-----
	1.477.217	1.421.512
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2013 e 2012, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2013		2012	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (atividade individual)	2.449	2.449	(9.180)	(9.180)
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
BST International Bank, Inc.	20.457	20.457	18.276	18.276
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (BCGTA)	55.120	13.025	44.023	11.001
Partang, SGPS, S.A.	25.616	12.552	21.433	10.502
Totta & Açores, Financing, Ltd (TAF)	12.360	12.360	12.360	12.360
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	7.784	7.784	1.331	1.331
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	4.933	4.933	4.293	4.293
Totta Ireland, Plc. ⁽¹⁾	43.837	43.837	60.720	60.720
Unicre, S.A.	9.785	2.104	11.256	2.420
Totta Urbe, S.A.	1.997	1.997	2.474	2.474
Taxagest, S.A.	761	753	(37)	(37)
Serfin International Bank & Trust (SIBT)	320	320	401	401
Totta & Açores, Inc. - Newark	47	47	(88)	(88)
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	3.202	3.202	11	11
Santander Pensões, S.A.	624	624	769	769
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(28.670)	(18.428)	-	-
	<u>158.173</u>	<u>105.567</u>	<u>177.222</u>	<u>124.433</u>
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.	(45.145)	(45.145)	(63.380)	(63.380)
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	(10.826)	(10.826)	(8.216)	(8.216)
Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A.	(5.595)	(5.595)	(4.411)	(4.411)
Partang, SGPS, S.A.	(5.047)	(5.047)	(4.018)	(4.018)
Unicre, S.A.	(985)	(985)	(1.036)	(1.036)
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	-	-	(9.430)	(9.430)
Santander Pensões, S.A.	-	(760)	(1.000)	(1.000)
		<u>(68.358)</u>		<u>(91.491)</u>
Anulação da valorização por equivalência patrimonial pela Partang da participação no BCGTA		(8.110)		(6.534)
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de titularização (Nota 38)		2.942		84.193
Ajustamentos relacionados com operações de titularização:				
Imparidade e diferimento de comissões de créditos titularizados reconhecidos pelo BST		44.278		(9.381)
Outros ajustamentos		(11.785)		(7.795)
Valia obtida com a venda da Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e com a Santander Pensões, S.A.		12.588		-
Anulação da imparidade reconhecida no BST para as unidades de participação do Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto		17.821		-
Anulação de reversões de imparidade para prestações suplementares entre sociedades do perímetro de consolidação do BST		(5.500)		-
Outros		(279)		3.823
Resultado consolidado do exercício		<u>89.164</u>		<u>88.068</u>

- (1) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, o montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro, acrescido do resultado líquido do período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2013 e 2012, o qual ascendeu a mEuros 41.105 e mEuros 56.680, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do BST	89.164	88.068
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	656.723.284	656.723.284
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	14.763.681	14.702.114
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	641.959.603	642.021.170
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BST (em Euros)	0,14	0,14

28. INTERESSES MINORITÁRIOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>
Acções preferenciais BST				
International Bank, Inc.	261.040	-	272.851	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Fundo Mobiliário Multiobrigações	132.701	-	-	-
Fundo Imobiliário Novimovest	102.353	(8.886)	-	-
Taxagest	554	3	550	-
Dividendos antecipados	(1.407)	-	(1.443)	-
Outros	129	1	202	-
	-----	-----	-----	---
	795.370	(8.882)	572.160	-
	=====	=====	=====	==

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o BST Porto Rico garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o TAF garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emissor de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Durante o exercício de 2013, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Mobiliário Santander Multiobrigações e o Fundo Imobiliário Novimovest, razão pela qual foi reflectida na rubrica de Interesses Minoritários a quota parte da participação de terceiros naqueles Fundos.

Em 31 de Dezembro de 2013, os principais dados financeiros do BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) e do Totta & Açores Financing (TAF), eram como segue:

	<u>BST Porto Rico (*)</u>	<u>TAF</u>
<u>Balanco</u>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	11.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	593.203	297.750
Outros activos	1.634	2.250
	<u>594.837</u>	<u>311.787</u>
Recursos de outras instituições de crédito	9.207	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	190.623	-
Outros passivos	2.672	-
	<u>202.502</u>	<u>-</u>
Capital próprio (excluindo resultado líquido do exercício)	365.179	299.427
Resultado líquido do exercício	27.156	12.360
	<u>594.837</u>	<u>311.787</u>
<u>Demonstração de Resultados</u>		
Margem financeira	27.499	13.110
Produto bancário	27.565	13.335
Resultado antes de impostos	27.156	12.360
Resultado líquido do exercício	27.156	12.360

(*) Montantes expressos em milhares de Dólares dos Estados Unidos.

29. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.185.467	1.219.730
Créditos documentários abertos	199.314	125.913
Activos dados em garantia		
Por empréstimo de títulos	526.722	478.249
Banco de Portugal	142.677	122.829
Fundo de Garantia de Depósitos	71.645	84.425
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.980	4.864
Outros passivos eventuais	6	6
	-----	-----
	2.130.811	2.036.016
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.207.922	4.502.905
Irrevogáveis	652.278	1.496.610
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.178	2.625
Outros compromissos irrevogáveis	11.447	11.235
Outros compromissos revogáveis	215	478.466
	-----	-----
	4.929.132	6.545.933
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	51.992.816	51.506.012
Valores recebidos para cobrança	142.214	131.479
Valores administrados pelo Banco		
Outros valores	13	7.656.254
	-----	-----
	52.135.043	59.293.745
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Compromissos – Por linhas de crédito – Irrevogáveis” incluía mEuros 553.450 relativos a linhas de programas de papel comercial que se venceram durante o exercício de 2013.

Durante o exercício de 2013, a redução ocorrida na rubrica “Compromissos – Outros compromissos revogáveis” resultou, essencialmente, de uma operação de empréstimo de títulos que se venceu durante o exercício.

Durante o exercício de 2013, a redução ocorrida na rubrica “Valores administrados pelo Banco – Outros valores” resultou da alteração do perímetro de consolidação como resultado da alienação de 100% das acções detidas na Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e na Santander Pensões, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de mEuros 3.918. Nesse exercício, o Banco assumiu igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2013 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de mEuros 4.642 e mEuros 4.906, respectivamente (Nota 39).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas responsabilidades ascendem a mEuros 3.178 e mEuros 2.625, respectivamente.

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	950	1.719
Em instituições de crédito	16	221
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	-	999
Em outras instituições de crédito	5.474	7.281
Em instituições de crédito no estrangeiro	53.150	49.809
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	593.748	708.390
Crédito ao exterior	16.115	18.739
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	64.284	47.200
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	35.719	42.468
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	41.725	158.077
Juros de crédito vencido (Nota 48)	8.643	8.087
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda	157.758	198.167
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.506	4.267
Derivados de cobertura	248.278	302.753
Devedores e outras aplicações	-	16
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	40.764	98.656
Outros	997	1.299
	-----	-----
	1.271.127	1.648.148
	=====	=====

31. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	9.646	23.299
De emigrantes	17.421	21.462
De outros residentes	346.024	406.696
Não residentes	28.781	27.208
	-----	-----
	401.872	478.665
	-----	-----
Juros de outros recursos de clientes	-	7.225
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	25.542	52.015
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	1.000	8.448
No estrangeiro	26.922	30.425
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	44.994	86.421
EMTN	430	81.761
Comissões	-	30
Juros de derivados de cobertura	217.973	261.123
Juros e comissões de outros passivos subordinados	189	202
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	116	246
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	44.821	100.053
	-----	-----
	361.987	627.949
	-----	-----
	763.859	1.106.614
	=====	=====

32. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	881	1.075
Finangest	206	16
PME Investimentos	120	88
Unicampus	88	87
Fundo Imorent	-	355
Visa	-	16
Outros	18	61
	-----	-----
	1.313	1.698
	=====	=====

33. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.294	16.704
Créditos documentários abertos	3.605	3.202
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Revogáveis	4.619	4.822
Irrevogáveis	2.823	2.369
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	63.742	71.042
Operações de crédito	44.327	53.281
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	24.994	25.475
Anuidades	14.434	14.067
Cobrança e administração de valores	12.706	13.602
Outros	7.681	9.866
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	39.961	31.899
Outras	424	482
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	89.491	93.589
Depósitos à ordem	25.603	20.361
Cheques	11.702	14.517
Cadernetas	8.192	9.381
Outras	28	42
	-----	-----
	370.626	384.701
	=====	=====

34. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	805	1.083
Por compromissos assumidos por terceiros		
Compromissos revogáveis	76	1.734
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	12.868	12.050
Cobrança e administração de valores	3.535	3.813
Transacções de clientes	29.548	26.065
Outros	4.524	4.736
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.972	2.378
Outras	1.274	1.209
Outras comissões pagas	514	825
	-----	-----
	55.116	53.893
	=====	=====

35. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	5.034	12.629
Instrumentos derivados:		
. "FRA's"	(14)	410
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	256	(117)
Contratos de taxa de juro	13.792	4.244
Contratos sobre cotações	12.892	3.219
Outros	(10.198)	2.593
. Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	476	(329)
Contratos de taxa de juro	-	104
Contratos sobre cotações	(24)	474
Outros	135	-
. Contratos de garantia de taxa de juro	63	(48)
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.777)	14.230
	-----	-----
	20.635	37.409
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	62.331	(90.993)
. Contratos sobre cotações	(43.648)	(2.568)
. Opções "Auto-callable"	17.701	(64.328)
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura:		
. Crédito a clientes	(1.738)	774
. Activos financeiros disponíveis para venda	(95.965)	111.437
. Recursos de clientes e outros empréstimos	49.207	(44.747)
. Responsabilidades representadas por títulos	11.803	90.199
	-----	-----
	(309)	(226)
	-----	-----
	20.326	37.183
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013			2012		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	573	-	573	-	(1)	(1)
De outros residentes	-	-	-	36	(35)	1
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	3.723	-	3.723	758	-	758
De outros não residentes	-	-	-	3.097	(3.101)	(4)
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	-	-	-	2.199	-	2.199
Valorizados ao custo histórico	-	(2)	(2)	-	-	-
Outros	240	-	240	9	(5.658)	(5.649)
	<u>4.536</u>	<u>(2)</u>	<u>4.534</u>	<u>6.099</u>	<u>(8.795)</u>	<u>(2.696)</u>

37. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	46.506	42.084
Perdas na reavaliação da posição cambial	(42.467)	(36.432)
	-----	-----
	4.039	5.652
	=====	=====

38. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas (Nota 4)	12.588	-
Ganhos em activos tangíveis	3.728	832
Ganhos na recompra pelo Banco de obrigações emitidas em operações de titularização de crédito à habitação (Nota 22)	2.942	84.193
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	2.696	2.855
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	2.321	5.535
Outros	-	2
	-----	-----
	24.276	93.417
	-----	-----
Perdas na recompra de emissão de dívida (Nota 22)	(11.107)	-
Perdas em activos tangíveis	(5.952)	(297)
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(3.869)	(4.222)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 11)	-	(1.418)
Outras	(872)	(1.791)
	-----	-----
	(21.800)	(7.728)
	-----	-----
	2.476	85.689
	=====	=====

Em Março de 2012 o BST realizou uma oferta de aquisição (“Tender offer”) para um conjunto de obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander com um valor nominal de mEuros 311.394. Com esta operação, o Banco registou ganhos no montante de mEuros 80.409.

Em Agosto de 2012 o BST voltou a adquirir obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander com um valor nominal de mEuros 10.370. Com esta operação, o Banco registou ganhos no montante de mEuros 3.172.

Por último, em Outubro de 2012, o BST realizou uma oferta de troca (“Exchange offer”) de mEuros 3.046 de obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de crédito hipotecário detidas por entidades não pertencentes ao Grupo Santander por obrigações hipotecárias. Com esta operação, o Banco registou ganhos no montante de mEuros 612.

39. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	15.455	16.847
Rendas auferidas	11.792	322
Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.585	5.195
Reembolso de despesas	2.787	2.942
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento (Nota 14)	2.767	-
Outros	2.180	1.580
	-----	-----
	40.566	26.886
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Menos valias não realizadas		
em propriedades de investimento (Nota 14)	(29.214)	-
Outros encargos e gastos operacionais	(13.882)	(12.206)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(10.677)	(11.885)
Quotizações e donativos	(5.087)	(3.820)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.848)	(4.385)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 29)	(4.642)	(4.906)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(4.205)	-
Outros impostos		
Directos	(1.703)	(1.596)
Indirectos	(738)	(848)
	-----	-----
	(74.997)	(39.646)
	-----	-----
	(34.431)	(12.760)
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Rendas auferidas" inclui o montante de mEuros 11.036 relativo a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

40. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 46)	6.310	5.675
Empregados	186.346	187.564
Plano de acções (Nota 47)	1.802	3.104
Outras remunerações variáveis	17.189	18.424
	-----	-----
	211.647	214.767
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	50.172	51.291
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 44)	1.924	(2.167)
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 44)	(416)	(13.745)
Efeito da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	-	58
Outros encargos sociais obrigatórios	815	968
	-----	-----
	52.495	36.405
	-----	-----
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	599	556
Plano complementar de reforma (Nota 44)	583	583
Outros	4.253	5.325
	-----	-----
	5.435	6.464
	-----	-----
	269.577	257.636
	=====	=====

Nos exercícios de 2013 e 2012 o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 23).

O saldo da rubrica "Encargos sociais obrigatórios - Redução das responsabilidades com subsídio por morte" refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços especializados	40.592	40.819
Manutenção de software e equipamento informático	36.624	33.859
Comunicações	12.953	14.288
Rendas e alugueres	10.273	11.037
Publicidade e edição de publicações	9.550	10.489
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	7.778	7.888
Material de consumo corrente	1.894	2.212
Outros	278	358
Deslocações, estadas e representação	4.590	5.007
Conservação e reparação	3.536	2.545
Transportes	2.337	2.393
Formação de pessoal	1.807	1.796
Seguros	1.063	819
Outros	3.884	3.986
	-----	-----
	137.159	137.496
	=====	=====

42. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Partang, SGPS, S.A.	12.668	9.568
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.473	2.420
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(72)	(124)
	-----	-----
	14.069	11.864
	=====	=====

A Partang SGPS, S.A. é participada pelo Banco em 49% e por sua vez detém 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta Angola, S.A..

43. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos (Nota 18), tal como segue:

	2013			2012		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total (Nota 31)	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total (Nota 31)
Santander Totta Seguros	77.742	204	77.946	82.313	239	82.552
Liberty Seguros	-	10.268	10.268	-	9.699	9.699
Outras	-	1.277	1.277	-	1.338	1.338
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	77.742	11.749	89.491	82.313	11.276	93.589
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros activos – Rendimentos a receber” (Nota 18) inclui comissões a receber de seguradoras, de acordo com o seguinte detalhe:

	2013	2012
Santander Totta Seguros	61.647	13.712
Outras	1.197	1.006
	-----	-----
	62.844	14.718
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante os últimos três trimestres de 2013 e ao último trimestre de 2012, respectivamente.

44. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2013 e 2012 pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2013 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012	2011	2010	2009
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	282.028	251.252	210.669	275.580	255.009
. Pensionistas	22.891	21.002	18.455	36.406	34.692
. Reformados e reformados antecipadamente	399.434	388.656	387.608	855.952	896.251
	<u>704.353</u>	<u>660.910</u>	<u>616.732</u>	<u>1.167.938</u>	<u>1.185.952</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	137.970	129.267	117.422	127.822	127.877
- Subsídio por morte	4.562	4.331	16.973	18.184	17.728
	<u>846.885</u>	<u>794.508</u>	<u>751.127</u>	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	840.543	784.937	758.244	1.312.888	1.395.849
	<u>840.543</u>	<u>784.937</u>	<u>758.244</u>	<u>1.312.888</u>	<u>1.395.849</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>(6.342)</u>	<u>(9.571)</u>	<u>7.117</u>	<u>(1.056)</u>	<u>64.292</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	42.565	73.518	(103.831)	-	(51.086)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(1.775)	(25.383)	(23.708)	(29.458)	(21.172)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(3.115)	(15.796)	339.627	103.392	61.639
	<u>(4.890)</u>	<u>(41.179)</u>	<u>315.919</u>	<u>73.934</u>	<u>40.467</u>
	<u>37.675</u>	<u>32.339</u>	<u>212.088</u>	<u>73.934</u>	<u>(10.619)</u>

O aumento das responsabilidades no exercício de 2013 é explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados.

A diminuição das responsabilidades com subsídio por morte no exercício de 2012 é justificada, essencialmente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual prevê um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais. O ganho no exercício de 2012 resultante da diminuição de responsabilidades como consequência desta alteração foi de mEuros 13.745 (Nota 40).

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	4,00%	4,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	4,30%	4,85%
- Inactivos	3,54%	4,00%
Taxa de crescimento salarial para 2014 e 2015 (2013 e 2014)	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial após 2015 (2014)	2,35%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2014 e 2015 (2013 e 2014)	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2015 (2014)	1,35%	1,35%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Em 2013, as taxas de desconto para os activos de 4,30% e de 3,54% para os inactivos correspondem a uma taxa média de 4%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse utilizada uma taxa de 4% para a totalidade da população. Em 2012 a taxa correspondente foi de 4,5%.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do sector bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2014 e 2015 (2013 e 2014)	0,50%	0,50%
. Após 2015 (2014)	2,35%	2,35%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2013		Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012		Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011		Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro		Redução de 0,5% por ano

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de Dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 2014 e para 2015 para os 66 anos, deixando contudo de ser aplicável o factor de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A taxa de desconto foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a conseqüente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Responsabilidades no início do período	794.508	751.127
Custo dos serviços correntes	1.054	398
Custo dos juros	32.880	37.483
(Ganhos)/perdas actuariais	40.790	48.135
Reformas antecipadas	14.028	9.862
Valores pagos	(38.285)	(41.005)
Contribuições dos empregados	2.326	2.297
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 40)	(416)	(13.745)
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	-	(44)
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	846.885	794.508
	=====	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2013 e 2012, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 40):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo dos serviços correntes	1.054	398
Custo dos juros	32.880	37.483
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(32.449)	(40.748)
	-----	-----
Plano de benefício definido	1.485	(2.867)
Plano de contribuição definida	42	39
Plano da Sucursal de Londres	397	603
Outros	-	58
	-----	-----
	1.924	(2.167)
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios actuariais nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	551.055

Perdas actuariais com pensões geradas em 2012	37.239
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2012	(12.913)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	10.896
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2012	(2.883)

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 26)	583.394

Perdas actuariais com pensões geradas em 2013	32.728
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2013	(2.653)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	8.062
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2013	(462)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 26)	621.069
	=====

Os desvios actuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012 podem ser explicados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alteração de pressupostos actuariais	34.831	60.058
Alteração da tabela salarial		
com impacto em pensões e salários	(4.362)	(24.152)
Alterações na população	2.693	1.837
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(4.049)	(5.227)
. Por permanência	3.299	3.636
. Por pensões de sobrevivência e orfandade	3.074	2.505
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(2.758)	(1.418)
	-----	-----
	32.728	37.239
	=====	=====

Em 2013 a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,5% para 4,0%, em média.

Em 2012 a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,5% para 4,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial, para os anos de 2013 e 2014, de 1,35% para 0,00% e de 2,35% para 0,5%, respectivamente.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2014 e 2015.

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2013 e 2012 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,63% e 2,46%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2013 e 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e com o subsídio por morte ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012 podem ser explicados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alteração de pressupostos	7.734	13.460
Alterações salariais e de nível	130	(2.293)
Outros	198	(271)
	-----	-----
	8.062	10.896
	=====	=====

Em 2014, o BST espera efectuar uma contribuição de mEuros 2.694 para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo activos e reformados.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.409	5.518
Pensionistas	996	954
Reformados e reformados antecipadamente	5.339	5.332
	-----	-----
	11.744	11.804
	=====	=====

(1) Dos quais 181 e 177 empregados pertencem ao plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2013 e 2012 foram as seguintes:

	Activos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de Dezembro de 2011	157	5.451	5.338	926
Saídas:				
. De activos	(18)	(55)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(77)	(32)
Transferências	-	(56)	56	-
Entradas	38	1	15	60
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954
Saídas:				
. De activos	(16)	(42)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(78)	(30)
Transferências	-	(74)	74	-
Entradas	20	3	11	72
Número total em 31 de Dezembro de 2013	181	5.228	5.339	996

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244

Contribuições do Banco (monetárias)	8.959
Contribuições dos empregados	2.297
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	40.748
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	15.796
Valores pagos	(41.005)
Transferência para a Segurança Social	(102)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937

Contribuições do Banco (monetárias)	56.000
Contribuições dos empregados	2.326
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	32.449
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	3.116
Valores pagos	(38.285)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	840.543
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2013 e 2012 foram de 4,66% e 7,65%, respectivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de activos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente acções, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Activos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Liquidez	0% a 15%
Imobiliário	5% a 25%
Obrigações Taxa Fixa	0% a 40%
Obrigações Taxa Variável	20% a 60%
Commodities	0% a 5%
Acções	0% a 35%
Alternativos	0% a 10%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	-	14.394
. Rating BBB	83.939	139.877
. Rating BB	164.839	124.042
. Rating B	22.161	17.822
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	36.372	13.082
Fundos de Investimento Mobiliário	207.011	221.462
Fundos de Investimento Imobiliário	141.059	150.809
Depósitos	75.556	33.936
Imóveis:		
. Espaços comerciais	63.316	67.966
. Terrenos	860	860
Instrumentos de capital:		
. Acções portuguesas – cotadas	2.582	-
. Acções portuguesas – não cotadas	152	152
. Acções estrangeiras – cotadas	44.316	-
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	(1.765)	-
Outros	145	535
	-----	-----
	840.543	784.937
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a metodologia de apuramento do justo valor dos activos e passivos acima referidos adoptada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 48), foi como segue:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de Investimento	138.865	16.004	193.201	348.070	141.699	18.020	212.552	372.271
Instrumentos de dívida	246.197	22.846	38.268	307.311	230.436	47.076	31.705	309.217
Instrumentos de capital	46.898	-	152	47.050	-	-	152	152
Instrumentos financeiros derivados	(1.765)	-	-	(1.765)	-	-	-	-
Imóveis	-	-	64.176	64.176	-	-	68.826	68.826
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	430.195	38.850	295.797	764.842	372.135	65.096	313.235	750.466
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imóveis arrendados	21.918	22.791
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	160.279	168.989
	-----	-----
	182.197	191.780
	=====	=====

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2013 e 2012, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 40).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estavam abrangidos por este plano 111 e 107 colaboradores, respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento salarial	3,70%	2,80%
Taxa de crescimento das pensões	2,10%	1,90%
Taxa de inflação	2,70%	2,20%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	35.037	35.303
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	30.720	31.342
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.317)	(3.961)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011	29.260

Custo dos serviços correntes	207
Custo dos juros	1.447
Perdas actuariais	4.533
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	687

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012	35.303

Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.513
Ganhos actuariais	(353)
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(745)

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013	35.037
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	25.440

Rendimento líquido do Fundo	2.916
Contribuição da Sucursal	3.219
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	598

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	31.342

Rendimento líquido do Fundo	741
Contribuição da Sucursal	152
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(660)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	30.720
	=====

Os custos com o plano de benefício definido nos exercícios de 2013 e 2012 da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo dos serviços correntes	174	207
Custo dos juros	1.513	1.447
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(1.290)	(1.051)
	-----	-----
	397	603
	===	===

Os desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.212

Perdas actuariais com pensões em 2012	4.533
Ganhos financeiros com pensões em 2012	(1.865)
Variações cambiais	86

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	5.966

Perdas actuariais com pensões em 2013	(353)
Ganhos financeiros com pensões em 2013	548
Variações cambiais	(85)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 26)	6.076
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Instrumentos de dívida	25.218	26.649
Instrumentos de capital	5.413	4.497
Depósitos	89	196
	-----	-----
Valor do Fundo	30.720	31.342
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
(Insuficiência) / excesso de financiamento (plano de benefício definido)	(6.342)	(9.571)
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(4.317)	(3.961)
	-----	-----
Total (Nota 25)	(10.659)	(13.532)
	=====	=====

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor actualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões; contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rentabilidade do Fundo de Pensões.
- Risco de longevidade – o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada aquela data conduziria aos seguintes impactos no valor actual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo a Sucursal de Londres):

	<u>(Redução)/Acréscimo</u>	
	<u>em %</u>	<u>em valor</u>
Alteração na taxa de desconto:		
· Acréscimo de 0,5%	(7,5%)	(61.988)
· Redução de 0,5%	8,5%	70.339
Alteração da taxa de crescimento dos salários:		
· Acréscimo de 0,5%	5,1%	42.095
· Redução de 0,5%	(4,6%)	(37.779)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:		
· Acréscimo de 0,5%	7,8%	64.147
· Redução de 0,5%	(7,2%)	(59.372)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2013			2012		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição +1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição +1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.228	32.130	43.814	5.341	26.997	36.813
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	181	104	142	177	59	81
Pensionistas	996	4.784	6.524	954	4.537	6.187
Reformados e reformados antecipadamente	5.339	79.725	108.717	5.332	77.787	106.073
	<u>11.744</u>	<u>116.743</u>	<u>159.197</u>	<u>11.804</u>	<u>109.380</u>	<u>149.154</u>

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefícios definidos em virtude de as mesmas estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

45. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta nº 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Re-transfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.462.000.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.752.357.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada por BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada por Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.792.480.

Em Outubro de 2011, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 8. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 907.828.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 11 e o Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 626.373.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 7. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.196.403.

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo Santander não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd. com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd. efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Como forma de financiamento, os Hipototta e o LeaseTotta PLC/Ltd. emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2013, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	164.951	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	10.636	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	4.687	A-	Ba2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>180.274</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>191.274</u>						

Hipototta nº 4 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	971.232	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	35.335	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	111.592	B	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.118.159</u>					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.132.159</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	847.992	BBB	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	BBB-	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BBB-	B2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>954.992</u>						
Classe F	10.000	9.951	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>964.943</u>						

Leasetotta nº 1 Ltd						
Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração	
	Inicial	Actual			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.040.000	100.933	AAH	Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 0,30%	
Classe B	260.000	260.000		Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 4,75%	
	<u>1.300.000</u>	<u>360.933</u>				
Classe C	65.000	65.000		Janeiro de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.365.000</u>	<u>425.933</u>				

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta nº 1 Ltd vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta e para o LeaseTotta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta e o LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4, as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5 e as obrigações da classe C, no que se refere ao LeaseTotta nº 1 Ltd constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito. Para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

46. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções nos exercícios de 2013 e 2012 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
Santander Global Facilities	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander de Titulizacion SGFT	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc.	EUA
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Santander Asset Management, S.A., SGIIC	Espanha
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	2013		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.674	-	1.780
Activos financeiros detidos para negociação	262.686	25.416	27.450
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	9.251
Aplicações em instituições de crédito	1.256.990	1.686	218.579
Crédito a clientes	-	35.717	13.151
Derivados de cobertura	174.964	-	-
Investimentos em associadas	-	147.730	-
Outros activos	17.536	5.047	64.722
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.552.750	-	53.544
Recursos de outras instituições de crédito	574.924	154.986	7.099
Recursos de clientes e outros empréstimos	132.692	10.801	1.402.466
Responsabilidades representadas por títulos	125.496	-	80.985
Derivados de cobertura	370.487	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.307
Outros passivos	5.329	-	1.586
Custos:			
Juros e encargos similares	228.345	551	69.893
Encargos com serviços e comissões	26	-	1.320
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.009.308	-	47.942
Resultados de reavaliação cambial	-	-	312
Gastos gerais administrativos	-	-	39.889
Imparidade em investimentos em associadas e filiais	-	400	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	268.873	145	5.856
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.181.389	-	45.839
Resultados de reavaliação cambial	642	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	161	-	86.660
Resultados de associadas	-	14.069	-
Resultados de outros activos	-	-	12.588
Outros resultados de exploração	-	-	203
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	11.642	-	96.969
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	19.669	6.058	48.386
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.678.434	23.078	819.796
Responsabilidades por prestação de serviços	2.761.815	32.487	2.741.556

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.372	-	8.539
Activos financeiros detidos para negociação	262.786	-	5.825
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.973
Aplicações em instituições de crédito	1.825.070	-	1.405
Crédito a clientes	-	-	38.179
Derivados de cobertura	247.437	-	-
Investimentos em associadas	-	142.994	-
Outros activos	14.553	4.018	16.186
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.835.739	-	69.014
Recursos de outras instituições de crédito	599.332	158.341	24.286
Recursos de clientes e outros empréstimos	85.938	9.545	1.818.110
Responsabilidades representadas por títulos	165.547	-	298.674
Derivados de cobertura	453.444	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.311
Outros passivos	10.663	-	2.840
Custos:			
Juros e encargos similares	348.656	958	90.756
Encargos com serviços e comissões	880	-	3.081
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.204.438	-	102.309
Gastos gerais administrativos	-	-	36.922
Imparidade em investimentos em associadas e filiais	-	160	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	386.852	5	8.037
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.559.475	-	80.279
Resultados de reavaliação cambial	360	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	275	-	85.648
Resultados de associadas	-	11.864	-
Outros resultados de exploração	-	-	199
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	15.784	-	523.224
Garantias recebidas	710	-	1.400
Compromissos perante terceiros	515	784	561.030
Compromissos assumidos por terceiros	-	-	301.417
Operações cambiais e instrumentos derivados	21.073.204	881	1.073.094
Responsabilidades por prestação de serviços	2.812.706	34.592	8.079.659

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 1.009 e mEuros 1.135, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas mEuros 6.310 e mEuros 5.675, respectivamente (Nota 40).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 47 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de “Custos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é apresentado de seguida:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	-	87
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	118	225
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	11	15
	-----	-----
	129	327
	===	===

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. I).

Em Assembleia Geral de Accionistas do BST de 30 de Maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento da pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 15.598 e mEuros 13.735, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

A remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas do Banco e respectivas empresas da rede no exercício de 2013, excluindo IVA, foi a seguinte:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria Externa (a)	791
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade (a)	1.347
Consultoria Fiscal (b)	122
Outros (b)	95

	2.355
	=====

(a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício de 2013, independentemente da sua facturação.

(b) Corresponde aos montantes facturados durante o exercício de 2013.

47. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção para os primeiros três ciclos e o retorno total para o accionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Acções Vinculado a Objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51
Quarto	9 de Julho de 2012	200.897	4,88
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2013 e 2012, o custo total do Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	-	575
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	736	1.473
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	1.066	1.056
	-----	-----
	<u>1.802</u>	<u>3.104</u>
	=====	=====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:					
PI12	747.059	4,5112	jul-2012	318	2009
PI13	779.212	5,5707	jul-2013	320	2010
PI14	609.358	4,5254	jul-2014	309	2011
Movimento em 2012:					
PI12 - Acções disponibilizadas	(200.897)	-	jul-2012	(320)	-
PI12 - Acções não disponibilizadas ^(b)	(471.823)	-	-	-	-
PI12 - Anulações ^(a)	(74.339)	-	-	(2)	-
PI13 - Anulações ^(a)	(76.339)	-	-	(2)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	702.873	5,5707	jul-2013	318	2010
PI14	609.358	4,5254	jul-2014	309	2011
Movimento em 2013:					
PI13 - Acções não disponibilizadas	(702.873)	-	jul-2013	(318)	-
PI14 - Anulações ^(a)	(2.600)	-	jul-2014	(1)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2013:					
PI14	606.758	4,5254	jul-2014	308	2011

Notas:

(a) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(b) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os Planos de Acções Vinculados a Objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2013 (6º ciclo), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de vigência do plano;
- O valor relacionado com a posição relativa do retorno total para o accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “MonteCarlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	<u>P14</u>
Volatilidade (*)	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	6,06%
Taxa de juro sem risco	4,073%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação acima referido assume um valor percentual de 55,39% para o P14, ao qual se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo do RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)48. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2013				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	497.312	55.609	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.423.054	-	20.937	(61.738)	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	-	-	3.270.970
Crédito a clientes	42.520	27.142.877	-	(1.077.876)	26.107.521
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	199.427
	6.614.116	31.027.294	298.252	(1.139.614)	36.800.048
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	-	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	17.009.744	75.842	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.326.599	1.207.562	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	6.938.466	28.638.081	75.842	-	35.652.389
2012					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	321.628	63.695	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.527.449	-	21.398	(58.983)	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	-	-	3.097.422
Crédito a clientes	49.565	27.895.746	-	(965.662)	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	284.850
	6.221.094	31.456.398	295.856	(1.024.645)	36.948.703
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	-	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.949.574	-	-	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.416	18.309.464	117.294	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.637.250	1.316.269	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.311	-	-	4.311
	8.212.320	27.416.860	117.294	-	35.746.474

No exercício de 2013, não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros.

No exercício de 2012, não ocorreram movimentos de reclassificação de activos financeiros, excepto no que se refere à reclassificação das unidades de participação dos Fundos Imobiliários Lusimovest e Novimovest da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" para a rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 9).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2013					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.855.042	(1.832.630)	22.412	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.841	(2.112)	1.729	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	75.747	(11.262)	64.485	278.591	-	278.591
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	59.590	-	59.590	-	-	-
Crédito a clientes	1.156.998	(556.752)	600.246	-	-	-
Derivados de cobertura	433.812	(367.122)	66.690	-	(55.108)	(55.108)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(53.464)	(53.464)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	95.610	(401.938)	(306.328)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	34.453	(65.155)	(30.702)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(189)	(189)	-	-	-
	<u>3.715.093</u>	<u>(3.290.624)</u>	<u>424.469</u>	<u>278.591</u>	<u>(55.108)</u>	<u>223.483</u>
Garantias prestadas	24.849	(217)	24.632	-	-	-
Linhas de crédito	8.802	(323)	8.479	-	-	-
	<u>8.802</u>	<u>(323)</u>	<u>8.479</u>			
	2012					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.217.416	(3.194.239)	23.177	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18.497	-	18.497	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	318.338	(26.234)	292.104	427.590	-	427.590
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	60.028	-	60.028	-	-	-
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	1.188.647	(532.224)	656.423	-	-	-
Derivados de cobertura	452.599	(568.855)	(116.256)	40.944	-	40.944
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(90.889)	(90.889)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	43.685	(531.025)	(487.340)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	187.022	(180.835)	6.187	-	-	-
Passivos subordinados	-	(202)	(202)	-	-	-
	<u>5.486.232</u>	<u>(5.124.503)</u>	<u>361.729</u>	<u>468.534</u>	<u>-</u>	<u>468.534</u>
Garantias prestadas	23.082	(10.595)	12.487	-	-	-
Linhas de crédito	12.945	(4.975)	7.970	-	-	-
	<u>12.945</u>	<u>(4.975)</u>	<u>7.970</u>			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 4.039 e mEuros 5.652, respectivamente (Nota 37).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2013					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.855.042	(1.832.630)	22.412	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.841	(2.112)	1.729	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	75.747	(11.262)	64.485	278.591	-	278.591
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	59.590	-	59.590	-	-	-
Crédito a clientes	1.156.998	(556.752)	600.246	-	-	-
Derivados de cobertura	433.812	(367.122)	66.690	-	(55.108)	(55.108)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(53.464)	(53.464)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	95.610	(401.938)	(306.328)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	34.453	(65.155)	(30.702)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(189)	(189)	-	-	-
	<u>3.715.093</u>	<u>(3.290.624)</u>	<u>424.469</u>	<u>278.591</u>	<u>(55.108)</u>	<u>223.483</u>
Garantias prestadas	24.849	(217)	24.632	-	-	-
Linhas de crédito	<u>8.802</u>	<u>(323)</u>	<u>8.479</u>	-	-	-

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Crédito a clientes	<u>44.327</u>	<u>(14.142)</u>	<u>30.185</u>	<u>53.281</u>	<u>(12.050)</u>	<u>41.231</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>37.307</u>	<u>-</u>	<u>37.307</u>	<u>20.361</u>	<u>-</u>	<u>20.361</u>

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2013 e 2012 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 8.643 e mEuros 8.087, respectivamente (Nota 30).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2013					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	38.085	38.323	4.200	42.523	38.086	(4.477)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.830	225.613	2.344.443	2.075.000	(267.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.576.534)	(3.625.401)	3.986	(3.621.415)	3.579.439	33.602
Responsabilidades representadas por títulos	(1.341.104)	(1.357.461)	30.862	(1.326.599)	1.449.525	(23.554)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	4.492.042	4.492.042	-	4.492.042	5.450.000	80.640
Responsabilidades representadas por títulos	1.141.190	1.141.190	-	1.141.190	650.000	10.412
	<u>2.828.679</u>	<u>2.807.523</u>	<u>264.661</u>	<u>3.072.184</u>	<u>13.242.050</u>	<u>(171.257)</u>
	2012					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	43.084	43.446	6.100	49.546	43.085	(6.414)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	321.577	2.440.410	2.075.000	(363.798)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.154.198)	(3.181.058)	(45.294)	(3.226.352)	3.143.327	60.476
Responsabilidades representadas por títulos	(2.612.943)	(2.646.979)	9.729	(2.637.250)	2.727.613	(2.590)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.974.694	3.974.694	-	3.974.694	2.950.000	141.265
	<u>325.637</u>	<u>308.936</u>	<u>292.112</u>	<u>601.048</u>	<u>10.939.025</u>	<u>(171.061)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2013					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	<u>40.959</u>	<u>8.125</u>	<u>6.861</u>	<u>48.869</u>	<u>(13.762)</u>	<u>91.052</u>
	2012					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	<u>33.743</u>	<u>12.489</u>	<u>3.821</u>	<u>61.976</u>	<u>29.236</u>	<u>141.265</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(1.738)	1.738	-	774	(774)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(95.965)	95.965	-	111.437	(111.437)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.207	(29.353)	19.854	(44.748)	45.026	278
Responsabilidades representadas por títulos	11.803	(31.966)	(20.163)	90.199	(90.703)	(504)
	<u>(36.693)</u>	<u>36.384</u>	<u>(309)</u>	<u>157.662</u>	<u>(157.888)</u>	<u>(226)</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	552.921	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.368.744	13.509	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	3.270.970
Crédito a clientes	42.523	26.064.998	26.107.521
Derivados de cobertura	199.427	-	199.427
	<u>6.559.809</u>	<u>30.240.239</u>	<u>36.800.048</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	17.085.586	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.326.599	1.207.562	2.534.161
Derivados de cobertura	370.684	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	4.307
	<u>6.938.466</u>	<u>28.713.923</u>	<u>35.652.389</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012		Total
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	352.365	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	385.323	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.475.179	14.685	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	-	3.097.422	3.097.422
Crédito a clientes	49.546	26.930.103	26.979.649
Derivados de cobertura	284.850	-	284.850
	6.168.805	30.779.898	36.948.703
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.949.574	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.416	18.426.758	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.637.250	1.316.269	3.953.519
Derivados de cobertura	455.911	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.311	4.311
	8.212.320	27.534.154	35.746.474

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2013					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
<u>Activo</u>						
Activos financeiros detidos para negociação	355.921	1.650	1.591.544	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.369.692	61.522	(233.773)	225.613	(54.310)	4.368.744
Crédito a clientes	38.085	324	4.200	-	(86)	42.523
Derivados de cobertura	-	-	199.427	-	-	199.427
	4.763.698	63.496	1.561.398	225.613	(54.396)	6.559.809
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.619.768	-	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.576.534	48.867	-	(3.986)	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	1.340.822	16.639	-	(30.862)	-	1.326.599
Derivados de cobertura	-	-	370.684	-	-	370.684
	4.917.356	65.506	1.990.452	(34.848)	-	6.938.466

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	233.413	-	2.032.082	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.279	1.344	2.112	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.665.652	52.586	(512.366)	321.577	(52.270)	3.475.179
Crédito a clientes	43.084	381	-	6.100	(19)	49.546
Derivados de cobertura	-	-	284.850	-	-	284.850
	4.032.428	54.311	1.806.678	327.677	(52.289)	6.168.805
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2.048.743	-	-	2.048.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.999.936	25.186	-	45.294	-	3.070.416
Responsabilidades representadas por títulos	2.612.943	34.036	-	(9.729)	-	2.637.250
Derivados de cobertura	-	-	455.911	-	-	455.911
	5.612.879	59.222	2.504.654	35.565	-	8.212.320

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2013			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	267.025	1.540.019	142.071	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	3.417.440	686.315	264.989	4.368.744
Crédito a clientes	-	42.523	-	42.523
Derivados de cobertura	-	199.427	-	199.427
	3.684.465	2.468.284	407.060	6.559.809
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.621.415	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.326.599	-	1.326.599
Derivados de cobertura	-	370.684	-	370.684
	-	6.938.466	-	6.938.466

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	233.612	2.031.883	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.207.474	227.682	40.023	3.475.179
Crédito a clientes	-	49.546	-	49.546
Derivados de cobertura	-	284.850	-	284.850
	<u>3.534.821</u>	<u>2.593.961</u>	<u>40.023</u>	<u>6.168.805</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	2.048.743	-	2.048.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.070.416	-	3.070.416
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.637.250	-	2.637.250
Derivados de cobertura	-	455.911	-	455.911
	<u>-</u>	<u>8.212.320</u>	<u>-</u>	<u>8.212.320</u>

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

Adicionalmente, no apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

- Contrapartes com credit default swaps cotados – Cotações publicadas em mercados activos;
- Contrapartes sem credit default swaps cotados:
 - Cotações publicadas em mercados activos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 45% para outros clientes).

Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados valorizados a justo valor no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

No exercício de 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna "Nível 3" apresentou o seguinte detalhe:

	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda	Total
	Títulos	Derivados		
Saldo inicial	-	-	40.023	40.023
Entradas no perímetro de consolidação (Multiobrigações)	32.802	-	-	32.802
Aquisições	3.886	-	13.807	17.693
Alienações	-	-	(694)	(694)
Reclassificações	-	106.119	239.561	345.680
Alterações de justo valor	(736)	-	(21.190)	(21.926)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	(6.518)	(6.518)
Saldo final	35.952	106.119	264.989	407.060

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As transferências ocorridas no exercício de 2013 para o Nível 3 podem ser explicadas como se segue:

- Reclassificação de Nível 1 e Nível 2 de unidades de participação detidas em Fundos de Investimento Imobiliário Fechados ou com liquidez reduzida;
- Reclassificação de Nível 2 de instrumentos de dívida cuja valorização se baseou, nomeadamente, em *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco;
- Classificação em Nível 3 dos instrumentos financeiros derivados cujos respectivos *Credit Value Adjustments/Debit Value Adjustments* foram apurados tendo em conta *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Activos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os inputs utilizados e o justo valor apurado
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>			
Titulos de dívida	Preço disponibilizado pela contraparte	. Sem informação	Não aplicável
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m ² . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m ² ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m ² ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de <i>default</i> (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> maior ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> menor ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>			
Titulos de dívida	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m ² . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m ² ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m ² ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	31-12-2013		31-12-2012	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,28%	0,31%	0,50%	0,30%
1 mês	0,44%	0,25%	0,12%	0,19%
3 meses	0,39%	0,25%	0,19%	0,25%
6 meses	0,38%	0,27%	0,32%	0,46%
9 meses	0,39%	0,29%	0,43%	0,62%
1 ano	0,40%	0,31%	0,55%	0,77%
3 anos	0,74%	0,86%	0,47%	0,48%
5 anos	1,26%	1,80%	0,76%	0,83%
7 anos	1,70%	2,51%	1,11%	1,25%
10 anos	2,21%	3,18%	1,55%	1,76%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2013		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	552.921	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.509	13.509	-
Aplicações em instituições de crédito	3.270.970	3.358.931	87.961
Crédito a clientes	26.064.998	23.114.032	(2.950.966)
	<u>30.240.239</u>	<u>27.377.234</u>	<u>(2.863.005)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	6.241.410	6.122.608	118.802
Recursos de outras instituições de crédito	4.175.058	4.197.975	(22.917)
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.085.586	17.230.163	(144.577)
Responsabilidades representadas por títulos	1.207.562	920.474	287.088
Passivos subordinados	4.307	4.301	6
	<u>28.713.923</u>	<u>28.475.521</u>	<u>238.402</u>
<u>2012</u>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.365	352.365	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	385.323	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14.685	14.685	-
Aplicações em instituições de crédito	3.097.422	3.279.009	181.587
Crédito a clientes	26.930.103	24.481.609	(2.448.494)
	<u>30.779.898</u>	<u>28.512.991</u>	<u>(2.266.907)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	5.837.242	4.936.307	900.935
Recursos de outras instituições de crédito	1.949.574	1.986.334	(36.760)
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.426.758	18.619.478	(192.720)
Responsabilidades representadas por títulos	1.316.269	1.062.612	253.657
Passivos subordinados	4.311	4.299	12
	<u>27.534.154</u>	<u>26.609.030</u>	<u>925.124</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, caso fosse calculado o justo valor da maior parte dos passivos emitidos sujeitos a operações de cobertura incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos, para a segunda emissão de obrigações hipotecárias, o mesmo seria inferior ao respectivo valor de balanço em aproximadamente mEuros 9.128 (mEuros 28.227 em 31 de Dezembro de 2012).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2013			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.509	13.509
Aplicações em instituições de crédito	-	3.270.970	-	3.270.970
Crédito a clientes	-	-	26.064.998	26.064.998
	-	4.161.732	26.078.507	30.240.239
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	6.241.410
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.175.058	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	17.085.586	17.085.586
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1.207.562	1.207.562
Passivos subordinados	-	-	4.307	4.307
	-	10.416.468	18.297.455	28.713.923

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre do ano, para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros, foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

GESTÃO DE RISCOS**RISCO DE CRÉDITO**

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2013		2012	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	352.365	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	552.921	385.323	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	1.949.115	2.265.495	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	93.735	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	4.382.253	4.382.253	3.489.864	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	3.270.970	3.270.970	3.097.422	3.097.422
Crédito a clientes	26.107.521	30.967.721	26.979.649	32.979.164
Derivados de cobertura	199.427	199.427	284.850	284.850
Investimentos em associadas	147.730	147.730	142.994	142.994
	<u>36.947.778</u>	<u>41.807.978</u>	<u>37.091.697</u>	<u>43.091.212</u>
Garantias prestadas (Nota 29)	<u>1.384.781</u>	<u>1.384.781</u>	<u>1.345.643</u>	<u>1.345.643</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2013, inclui mEuros 652.278 e mEuros 4.207.922 referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.496.610 e mEuros 4.502.905 em 31 de Dezembro de 2012, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Banco analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, o BST efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito ao consumo	1.047.541	1.048.143
Crédito à habitação	14.314.279	14.823.138
Outros créditos concedidos a particulares	353.916	412.022
Cartões de crédito de particulares	221.456	235.682
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	<u>15.937.192</u>	<u>16.518.985</u>
Crédito concedido a grandes empresas	1.468.521	1.540.037
Crédito concedido a médias empresas	3.226.212	3.934.174
Crédito concedido a pequenas empresas	574.941	582.817
Leasing	693.098	803.190
Factoring	1.049.553	942.936
Cartões de crédito de empresas	12.280	12.529
Papel comercial	2.003.612	1.451.056
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	<u>9.028.217</u>	<u>9.266.739</u>
Garantias prestadas	1.291.103	1.254.586
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	<u>26.256.512</u>	<u>27.040.310</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Genericamente, a classificação de rating interno do Banco pode ser descrita e classificada da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2013		2012	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	179.533	35.001	82.325	22.249
Rating 4 - 6	4.660.640	954.308	5.008.549	973.574
Rating 1 - 3	821.852	92.463	759.243	115.581
	5.662.025	1.081.772	5.850.117	1.111.404
Sem Rating	1.350.300	110.025	1.953.037	107.554
	7.012.325	1.191.797	7.803.154	1.218.958
Cartões de crédito de empresas	12.280	-	12.529	-
Instituições financeiras	-	99.306	-	35.628
Papel comercial	2.003.612	-	1.451.056	-
	9.028.217	1.291.103	9.266.739	1.254.586

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 ascendem a mEuros 53.607 e mEuros 56.185, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,34% e 0,34%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vincendo	1.114.656	1.072.211
Vencido		
. Até 90 dias	61.292	46.934
. Entre 90 e 180 dias	32.115	97.166
. Mais de 180 dias	980.557	882.487
	-----	-----
	1.073.964	1.026.587
	-----	-----
	2.188.620	2.098.798
	=====	=====
Garantias prestadas	96.639	91.057
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Garantia superior ao capital em dívida	407.194	1.331.091	368.871	963.298
Garantia inferior ao capital em dívida	96.939	34.483	350.710	82.764
Sem garantia	1.584.634	-	1.303.597	-
	-----		-----	
	<u>2.088.767</u>		<u>2.023.178</u>	

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 271.850 e mEuros 272.476, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	268.035	245.156
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	4.021	5.558
Propriedades de investimento (Nota 14)	18.191	-
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 18)	72.477	104.672
Activos financeiros disponíveis para venda	22.121	22.121
	-----	-----
	403.508	396.170
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 13):		
. De imóveis recebidos em dação em pagamento	(87.677)	(71.078)
. De unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. De equipamento	(2.927)	(3.574)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 18)	(14.933)	(22.921)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.121)	(22.121)
	-----	-----
	<u>(131.658)</u>	<u>(123.694)</u>
	<u>271.850</u>	<u>272.476</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Crédito reestruturado

Em 31 de Dezembro de 2013, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (substitui a Instrução nº 18/2012) que estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respectivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O BST até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estão identificados os seguintes valores de operações de crédito reestruturado por parte do BST:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Crédito		Total	Imparidade	Crédito		Total	Imparidade
	Vivo	Vencido			Vivo	Vencido		
Empresas	835.336	293.063	1.128.399	(303.260)	867.806	264.220	1.132.026	(235.565)
Particulares								
Habitação	836.299	49.675	885.974	(77.159)	488.340	18.058	506.398	(43.837)
Outros créditos	263.246	75.373	338.619	(108.886)	231.743	76.235	307.978	(98.806)
	<u>1.934.881</u>	<u>418.111</u>	<u>2.352.992</u>	<u>(489.305)</u>	<u>1.587.889</u>	<u>358.513</u>	<u>1.946.402</u>	<u>(378.208)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos instrumentos de dívida e de capital apresenta o seguinte detalhe, por rating externo, de acordo com a notação de rating da Standard & Poor's:

<u>Instrumentos de dívida</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	2.098	-
A+ / A / A-	53.382	-
BBB+ / BBB / BBB-	96.913	-
BB+ / BB / BB-	101.169	-
B+ / B / B-	7.815	-
Sem rating externo	84.693	-
	<u>346.070</u>	<u>-</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
BB+ / BB / BB-	-	93.735
	<u>-</u>	<u>93.735</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	7.437	7.948
BBB+ / BBB / BBB-	1.067.927	981.608
BB+ / BB / BB-	2.246.906	1.658.576
B+ / B / B-	362.756	291.757
Sem rating externo	697.227	549.975
	<u>4.382.253</u>	<u>3.489.864</u>
	<u>4.728.323</u>	<u>3.583.599</u>

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings das agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 141.830 e mEuros 160.530, respectivamente.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2013							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	222.107	72	221	588	587	123.086	-	346.661
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552.921	-	-	-	-	-	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.115	-	-	-	-	-	-	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	2	299.222	1.106.694	532.235	1.100.163	1.963.112	142.567	5.143.995
Aplicações em instituições de crédito	1.679.810	42.892	124.521	1.411.556	63.308	53.578	-	3.375.665
Crédito a clientes	665.187	2.908.286	3.989.822	4.465.835	3.072.981	15.022.088	-	30.124.199
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	147.730	147.730
	5.268.569	3.250.472	5.221.258	6.410.214	4.237.039	17.161.864	290.297	41.839.713
Passivo								
Recursos de bancos centrais	41.410	2.200.138	-	4.030.742	-	-	-	6.272.290
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	474.345	2.869.871	86.833	575.931	5.370	206.009	-	4.218.359
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.227.653	3.018.611	5.135.818	7.348.145	359.500	296.950	-	21.386.677
Responsabilidades representadas por títulos	(30.862)	55.762	1.228.197	348.438	188.069	812.124	-	2.601.728
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Passivos subordinados	-	4.320	-	-	-	-	-	4.320
	7.702.998	8.148.702	6.450.848	12.303.256	552.939	1.315.083	-	36.473.826

	2012							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210.893	265	811	2.152	2.155	189.963	-	406.239
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385.323	-	-	-	-	-	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.265.495	-	-	-	-	-	-	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	94.901	-	-	-	-	94.901
Activos financeiros disponíveis para venda	2	3.394	328.007	1.380.559	408.460	2.049.478	254.623	4.424.523
Aplicações em instituições de crédito	1.121.616	62.420	41.207	1.621.882	367.855	88.395	-	3.303.375
Crédito a clientes	502.799	2.746.191	4.504.003	4.864.323	3.258.002	15.457.201	-	31.332.519
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	142.994	142.994
	4.770.978	2.812.270	4.968.929	7.868.916	4.036.472	17.785.037	397.617	42.640.219
Passivo								
Recursos de bancos centrais	800.116	-	-	5.115.850	-	-	-	5.915.966
Passivos financeiros detidos para negociação	2.048.743	-	-	-	-	-	-	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	382.424	980.845	27.004	325.569	277.780	-	-	1.993.622
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.157.636	3.934.261	4.749.942	4.967.092	1.954.508	467.408	-	22.230.847
Responsabilidades representadas por títulos	(9.730)	37.907	1.158.565	1.757.213	252.846	866.583	-	4.063.384
Derivados de cobertura	455.911	-	-	-	-	-	-	455.911
Passivos subordinados	-	4.325	-	-	-	-	-	4.325
	9.835.100	4.957.338	5.935.511	12.165.724	2.485.134	1.333.991	-	36.712.798

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional dos riscos. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*loss triggers* e *stop losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	Exposição a		2013		
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	552.921	-	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	-	346.070	3.152	1.599.893	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	3.457.589	790.358	134.306	-	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	2.432.516	804.626	33.828	-	3.270.970
Crédito a clientes	2.382.892	23.698.903	25.726	-	26.107.521
Derivados de cobertura	-	-	-	199.427	199.427
	8.272.997	25.756.092	971.639	1.799.320	36.800.048
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.200.016	41.394	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.619.768	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.582.505	592.187	366	-	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.696.775	4.781.987	228.239	-	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	1.341.104	1.209.023	(15.966)	-	2.534.161
Derivados de cobertura	-	-	-	370.684	370.684
Passivos subordinados	-	4.307	-	-	4.307
	20.620.384	12.787.520	254.033	1.990.452	35.652.389
2012					
	Exposição a		2012		
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.602	210.763	-	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	385.323	-	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	233.639	2.031.856	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.279	-	3.456	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	2.880.140	551.079	58.645	-	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	1.717.489	1.347.731	32.202	-	3.097.422
Crédito a clientes	1.639.586	25.224.780	115.283	-	26.979.649
Derivados de cobertura	-	-	-	284.850	284.850
	6.327.494	27.265.192	1.039.311	2.316.706	36.948.703
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.800.016	37.226	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	2.048.743	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.512.634	272.851	164.089	-	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.251.049	4.912.351	333.774	-	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	2.629.994	1.300.370	23.155	-	3.953.519
Derivados de cobertura	-	-	-	455.911	455.911
Passivos subordinados	-	4.275	36	-	4.311
	20.393.677	12.289.863	558.280	2.504.654	35.746.474

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira pode sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva *forward* subjacente; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações de 100 basis points (bp's) para um horizonte temporal de um ano corresponde a:

	2013		2012	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.132	(452)	1.379	(759)
Activos financeiros disponíveis para venda	5.039	(2.070)	3.855	(2.472)
Aplicações em instituições de crédito	25.314	(10.162)	19.133	(11.033)
Crédito a clientes	199.861	(80.391)	202.472	(110.796)
	<u>231.346</u>	<u>(93.075)</u>	<u>226.839</u>	<u>(125.060)</u>
Derivados de cobertura	<u>(34.983)</u>	<u>14.108</u>	<u>(36.845)</u>	<u>21.261</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	61.056	(18.487)	57.222	(39.964)
Recursos de outras instituições de crédito	35.474	(14.124)	21.464	(13.221)
Recursos de clientes e outros empréstimos	62.425	(25.699)	80.401	(48.644)
Responsabilidades representadas por títulos	9.368	(3.769)	10.131	(6.191)
	<u>168.323</u>	<u>(62.079)</u>	<u>169.218</u>	<u>(108.020)</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos de 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
VaR Percentil 99%	(4)	(9)
VaR Weighted Percentil 99%	(2)	(13)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco cambial**

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela Área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2013			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329.257	5.391	3.193	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	493.501	34.386	25.034	552.921
Activos financeiros detidos para negociação	1.908.412	38.432	2.271	1.949.115
Activos financeiros disponíveis para venda	4.374.816	7.437	-	4.382.253
Aplicações em instituições de crédito	2.924.538	326.942	19.490	3.270.970
Crédito a clientes	26.043.429	38.177	25.915	26.107.521
Derivados de cobertura	198.634	793	-	199.427
	<u>36.272.587</u>	<u>451.558</u>	<u>75.903</u>	<u>36.800.048</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.618.606	1.111	51	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.779.243	393.149	2.666	4.175.058
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.784.630	764.049	158.322	20.707.001
Responsabilidades representadas por títulos	2.534.161	-	-	2.534.161
Derivados de cobertura	368.086	2.598	-	370.684
Passivos subordinados	4.307	-	-	4.307
	<u>34.330.443</u>	<u>1.160.907</u>	<u>161.039</u>	<u>35.652.389</u>
2012				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	346.048	3.736	2.581	352.365
Disponibilidades em outras instituições de crédito	357.445	12.559	15.319	385.323
Activos financeiros detidos para negociação	2.263.593	1.871	31	2.265.495
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.735	-	-	93.735
Activos financeiros disponíveis para venda	3.481.916	7.948	-	3.489.864
Aplicações em instituições de crédito	2.704.835	352.396	40.191	3.097.422
Crédito a clientes	26.912.436	37.617	29.596	26.979.649
Derivados de cobertura	284.180	670	-	284.850
	<u>36.444.188</u>	<u>416.797</u>	<u>87.718</u>	<u>36.948.703</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.046.582	2.085	76	2.048.743
Recursos de outras instituições de crédito	1.576.925	366.025	6.624	1.949.574
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.491.407	826.056	179.711	21.497.174
Responsabilidades representadas por títulos	3.953.519	-	-	3.953.519
Derivados de cobertura	454.133	1.778	-	455.911
Passivos subordinados	4.311	-	-	4.311
	<u>34.364.119</u>	<u>1.195.944</u>	<u>186.411</u>	<u>35.746.474</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
VaR Percentil 99%	(7)	(11)
VaR Weighted Percentil 99%	(5)	(9)

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

49. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

A partir de Junho de 2009, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método padrão para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). A carteira de cartões começou a ser tratada de acordo com o método IRB a partir de Março de 2011 e a carteira de pequenos negócios a partir de Dezembro de 2012. O risco soberano e operações manuais são tratados pelo método padrão.

Em Dezembro de 2010, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, o BST passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos do risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do BST nos finais de 2013 e 2012 (montantes expressos em milhões de Euros):

Valores em milhões de Euros		
	2013 (*)	2012
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.292	2.069
Capital Elegível	943	943
Reservas e Resultados Elegíveis	1.103	967
Interesses Minoritários Elegíveis	500	449
Impactos de transição IAS (regime transitório)	14	28
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(268)	(318)
B - FUNDOS PRÓPRIOS Complementares (TIER II)	-	-
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	4	4
Passivos subordinados com vencimento determinado	-	-
Reservas de reavaliação	24	24
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	(28)	(28)
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	(8)	(7)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.284	2.062
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	16.090	18.127

RÁCIOS	2013 (*)	2012
TIER I (A/E)	14,2%	11,4%
CORE CAPITAL	12,4%	9,9%
TIER II (B/E)	0,0%	0,0%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	14,2%	11,4%

(*) De acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal, excluindo os resultados gerados em 2013, o rácio de adequação de fundos próprios é 14,2%, o rácio Tier I é 14,2% e o Corte Tier I é de 12,4%.

Embora num contexto macroeconómico difícil, os rácios de solvabilidade do Banco consolidado aumentaram durante o ano de 2013. Os rácios core capital e Tier I subiram de 9,9% e 11,4% em Dezembro de 2012 para, respectivamente, 12,4% e 14,2% em Dezembro de 2013. O rácio de adequação de fundos próprios atingiu 14,2% em Dezembro de 2013. Para esta melhoria, contribuiu fundamentalmente o processo de desalavancagem concretizado pelo Banco.

50. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projecção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do sector público, nomeadamente do sector dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 31 de Dezembro de 2013 ascendia a cerca de mEuros 1.030.000 o qual se encontra reflectido no balanço anexo na rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 7). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até Setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do sector público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respectivos contratos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Setembro de 2013, já após a instauração das acções judiciais acima mencionadas, as empresas do sector público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas acções judiciais fossem julgadas. Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica do balanço “Outros activos – Operações a regularizar” inclui cerca de mEuros 45.000 relativos aos juros não liquidados (Nota 18).

Em Novembro de 2013, as empresas do sector público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às acções interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de mEuros 134.000.

No dia 14 de Fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do sector público. Actualmente, estas acções judiciais encontram-se em curso, seguindo os trâmites normais.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportada pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que estão reunidas todas as condições para que o tribunal dê seguimento às suas pretensões, nomeadamente declarando a validade dos acima referidos contratos e notificando as empresas do sector público para liquidarem os juros que lhes estão associados, motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável daquelas acções.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2013, existia um conjunto de reclamações/acções judiciais interpostas contra o Banco por parte dos seus clientes relacionadas com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/acções, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos pagos por si no passado. Em 31 de Dezembro de 2013, os montantes envolvidos naquelas reclamações/acções judiciais eram os seguintes:

Juros recebidos de clientes	34.216
Juros pagos a clientes	(3.992)
	<u>30.224</u>
Juros vencidos não pagos pelos clientes	10.911
Mark to Market dos swaps	267
Imparidade registada	(7.195)
	<u>3.983</u>
Exposição	<u><u>34.207</u></u>

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/acções judiciais acima referidas.

Por outro lado, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram interpostas novas acções judiciais contra o Banco, nomeadamente duas no montante total de mEuros 290.000, associadas a contratos de swap, sendo uma delas uma acção judicial Popular contra o Banco e contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. envolvendo o montante total de aproximadamente mEuros 274.500. No entanto, esta última acção judicial incide sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., os quais já são objecto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

51. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Abril de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanco Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanco Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	(3)	1.917	Variável	28-jun-2010	28-jun-2014	2 índices accionistas
Performance Mais	EUR	63.096	63.096	-	-	-	-	Variável	24-nov-2009	24-nov-2014	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13.731	13.731	-	-	-	-	Variável	22-dez-2009	15-jan-2015	Cabaz de índices
Rendimento Europeu	EUR	99.796	99.796	-	-	-	-	Variável	6-ago-2009	6-ago-2014	Cabaz de índices
ST Diversificação Invest 3º amortização Clientes	EUR	23.913	6.925	16.988	611	1.673	19.272	Variável	17-mar-2009	28-mar-2015	Cabaz de índices
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	6.925	16.988	-	-	16.988	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	351	194	22.078	Variável	30-set-2010	30-set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.993	-	9.993	158	63	10.214	Variável	2-nov-2010	2-nov-2015	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65.042	29.342	35.700	1.029	548	37.277	Variável	14-fev-2011	13-fev-2015	Cabaz de acções
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	26.513	31.379	1.105	430	32.914	Variável	9-mar-2011	9-mar-2015	Cabaz de acções
Valorização China	EUR	56.379	9.215	47.164	1.294	582	49.040	Variável	11-abr-2011	2-abr-2015	Índice FTSE China 25
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	57	9	2.241	Variável	20-mai-2011	20-mai-2014	Cabaz de Fundos
EUA	EUR	74.607	-	74.607	2.806	272	77.685	Variável	30-jun-2011	30-jun-2014	Índice de acções Standard & Poor's 500
America Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	3.612	663	104.272	Variável	1-ago-2011	31-out-2014	Índice de acções FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15	EUR	570	-	570	-	(317)	253	Variável	1-ago-2011	31-out-2014	Cabaz de acções
		614.557	255.543	359.014	11.023	4.114	374.151				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecárias II	EUR	1.000.000	125.750	874.250	5.334	13.836	893.420	3,250%	21-out-2009	21-out-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias IV - 1ª Tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	3,050%	12-jan-2011	12-jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias IV - 2ª Tranche	EUR	2.300	-	2.300	31	-	2.331	2,825%	21-jan-2011	12-jan-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	-	2,698%	23-mai-2011	23-mai-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias VI - 1ª Tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	2,707%	4-nov-2011	4-nov-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias VII - 1ª Tranche	EUR	380.000	380.000	-	-	-	-	2,707%	4-nov-2011	4-nov-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias VIII - 1ª Tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	2,708%	4-nov-2011	4-nov-2014	Taxa Fixa
Hipotecárias IX - 1ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	2,585%	2-abr-2013	2-abr-2016	Taxa Fixa
Hipotecárias IX - 2ª Tranche	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	2,461%	15-abr-2013	15-abr-2017	Taxa Fixa
Hipotecárias X	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	2,475%	26-jul-2013	26-jul-2017	Taxa Fixa
Hipotecárias XI - 1ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	2,148%	19-dez-2013	19-dez-2017	Taxa Fixa
Hipotecárias XI - 2ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	2,243%	19-dez-2013	19-dez-2017	Taxa Fixa
		7.132.300	6.255.750	876.550	5.365	13.836	895.751				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	164.951	134.113	30.838	9	-	30.847	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	10.636	10.636	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	4.687	4.687	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado em Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	971.232	492.492	478.740	(1.140)	-	477.600	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	35.335	35.335	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	111.592	59.678	51.914	2	-	51.916	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	847.992	233.811	614.181	(367)	-	613.814	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	9.951	9.951	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Leasetotta - Classe A - Notes	EUR	100.933	100.933	-	-	-	-	Variável	20-abr-2009	15-jan-2042	Euribor 3m+0,30%
Leasetotta - Classe B - Notes	EUR	260.000	260.000	-	-	-	-	Variável	20-abr-2009	15-jan-2042	Euribor 3m+4,75%
Leasetotta - Classe C - Notes	EUR	65.000	65.000	-	-	-	-	Variável	20-abr-2009	15-jan-2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		2.714.309	1.538.636	1.175.673	(1.496)		1.174.177				
Outros											
EMTN's	EUR	141.830	2.940	138.890	4	(48.812)	90.082				
		141.830	2.940	138.890	4	(48.812)	90.082				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS		10.602.996	8.052.869	2.550.127	14.896	(30.862)	2.534.161				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	159	159	-	-	2,08%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	32	-	32	4.307	2,11%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	104	104	-	-	2,11%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		<u>288.540</u>	<u>284.265</u>	<u>4.275</u>	<u>295</u>	<u>263</u>	<u>32</u>	<u>4.307</u>			

Relatórios e Pareceres Consolidados



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 do Banco Santander Totta, S.A. e subsidiárias (“Banco” ou “BST”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 38.810.528 mEuros e capital próprio total de 2.730.363 mEuros, incluindo um resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST de 89.164 mEuros, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do Artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme explicitado em detalhe na Nota 50 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se pendentes de decisão junto de tribunais ingleses diversas acções judiciais que o Banco tentou envolvendo algumas empresas do sector público português dos transportes relativamente à validade e ao carácter vinculante de um conjunto de contratos de swap de taxa de juro celebrados entre as partes em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2013, o justo valor positivo daqueles contratos de swap, os juros cujo pagamento se encontra suspenso e os juros que estão agora a ser objecto de um pedido de devolução são apresentados na referida Nota. Conforme indicado na Nota 50, é convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que o desfecho daquelas acções judiciais lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões para esta situação nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.



Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

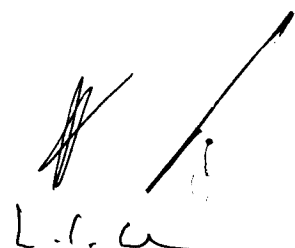
Lisboa, 28 de Abril de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2013.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.
4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece o seu acordo.



L. S. A.



6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2013, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pelo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.
7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2013.

Lisboa, 28 de Abril de 2014

O CONSELHO FISCAL

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2013			2012		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2013	2012
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	337.841	-	337.841	352.236	Passivo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	520.833	-	520.833	333.759	Recursos de bancos centrais	18	6.241.410	5.837.242	
Activos financeiros detidos para negociação	6	1.839.142	-	1.839.142	2.332.457	Passivos financeiros detidos para negociação	6	1.619.768	2.115.705	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	-	-	-	82.009	Recursos de outras instituições de crédito	19	4.447.413	2.212.783	
Activos financeiros disponíveis para venda	8	5.315.401	78.913	5.236.488	5.102.777	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	20.690.967	21.395.468	
Aplicações em instituições de crédito	9	3.893.566	-	3.893.566	4.016.336	Responsabilidades representadas por títulos	21	1.512.105	2.943.089	
Crédito a clientes	10	27.105.439	888.451	26.216.988	23.908.297	Passivos financeiros associados a activos transferidos	22	2.447.539	843.324	
Derivados de cobertura	11	199.427	-	199.427	284.850	Derivados de cobertura	11	370.684	455.912	
Activos não correntes detidos para venda	12	316.877	111.012	205.865	205.675	Provisões	23	251.018	251.163	
Propriedades de investimento	13	18.191	-	18.191	-	Passivos por impostos correntes	16	3.364	3.720	
Outros activos tangíveis	14	792.925	504.162	288.763	306.164	Passivos por impostos diferidos	16	25.063	38.875	
Activos intangíveis	14	364.422	311.962	52.460	65.710	Outros passivos subordinados	24	898.130	909.872	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	15	606.538	-	606.538	606.538	Outros passivos	25	281.727	282.164	
Activos por impostos correntes	16	11.823	-	11.823	2.057	Total do Passivo		<u>38.789.188</u>	<u>37.289.317</u>	
Activos por impostos diferidos	16	555.175	-	555.175	675.078	Capital Próprio				
Outros activos	17	297.578	20.373	277.205	227.848	Capital	26	656.723	656.723	
						Prémios de emissão	26	193.390	193.390	
						Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000	
						Reservas de reavaliação	26	(613.224)	(881.267)	
						Outras reservas e resultados transitados	26	1.098.208	1.118.485	
						(Acções próprias)	26	(1.429)	(677)	
						Resultado líquido do exercício		2.449	(9.180)	
						Total do Capital Próprio		<u>1.471.117</u>	<u>1.212.474</u>	
Total do Activo		<u>42.175.178</u>	<u>1.914.873</u>	<u>40.260.305</u>	<u>38.501.791</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>40.260.305</u>	<u>38.501.791</u>	

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2013.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	28	1.254.782	1.696.667
Juros e encargos similares	29	(831.525)	(1.255.092)
Margem financeira		<u>423.257</u>	<u>441.575</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	30	58.302	83.767
Rendimentos de serviços e comissões	31	364.917	378.415
Encargos com serviços e comissões	32	(59.234)	(52.181)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	20.937	36.824
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	4.293	(856)
Resultados de reavaliação cambial	34	3.985	5.639
Resultados de alienação de outros activos	34	(9.554)	3.158
Outros resultados de exploração	35	(16.353)	(16.864)
Produto bancário		<u>790.550</u>	<u>879.477</u>
Custos com o pessoal	36	(266.948)	(254.539)
Gastos gerais administrativos	37	(134.662)	(137.166)
Amortizações do exercício	14	(59.835)	(63.884)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	(17.185)	5.325
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(237.579)	(383.234)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(20.554)	(16.294)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(35.703)	(49.192)
Resultado antes de impostos		<u>18.084</u>	<u>(19.507)</u>
Impostos			
Correntes	16	(29.217)	(35.230)
Diferidos	16	13.582	45.557
Resultado líquido do exercício	26	<u>2.449</u>	<u>(9.180)</u>
Acções em circulação	26	641.959.603	642.021.170
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	26	0,0038	(0,0143)

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individuais por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido do exercício	<u>2.449</u>	<u>(9.180)</u>
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
. Desvios actuariais e financeiros relativos a encargos com pensões	(37.786)	(35.095)
. Impacto fiscal	7.447	10.178
Itens que serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
. Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	472.709	708.585
. Impacto fiscal	(135.432)	(205.490)
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa	(55.109)	40.944
. Impacto fiscal	15.760	(11.874)
	<u>267.589</u>	<u>507.248</u>
Rendimento integral do exercício	<u>270.038</u>	<u>498.068</u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas e resultados transitados			Acções próprias	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
				De justo valor	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	656.723	193.390	135.000	(1.957.415)	568.671	(1.388.744)	913.187	215.634	1.128.821	(518)	22.289	746.961
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2011	-	-	-	-	229	229	2.230	19.830	22.060	-	(22.289)	-
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(31.840)	(31.840)	-	-	(31.840)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(558)	-	(558)	-	-	(558)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159)	-	(159)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	2
Rendimento integral do exercício	-	-	-	714.434	(207.186)	507.248	-	-	-	-	(9.180)	498.068
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	656.723	193.390	135.000	(1.242.981)	361.714	(881.267)	914.859	203.626	1.118.485	(677)	(9.180)	1.212.474
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2012	-	-	-	-	454	454	-	(9.634)	(9.634)	-	9.180	-
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(9.882)	(9.882)	-	-	(9.882)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(761)	-	(761)	-	-	(761)
Aquisição de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(752)	-	(752)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	379.814	(112.225)	267.589	-	-	-	-	2.449	270.038
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	656.723	193.390	135.000	(863.167)	249.943	(613.224)	914.098	184.110	1.098.208	(1.429)	2.449	1.471.117

O Anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.435.473	1.768.117
Pagamento de juros e comissões	(811.993)	(1.160.675)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(403.151)	(420.319)
Contribuições para o fundo de pensões	(56.000)	(12.023)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(19.828)	(19.863)
Recuperação de créditos incobráveis	7.457	8.638
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>151.958</u>	<u>163.875</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	132.503	(1.242.508)
Activos financeiros detidos para negociação	521.802	(257.868)
Créditos a clientes	(960.040)	1.481.887
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	83.118	(17.287)
Activos não correntes detidos para venda	(62.694)	(127.607)
Outros activos	(41.919)	119.556
	<u>(327.230)</u>	<u>(43.827)</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	2.635.558	(441.835)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(642.195)	1.224.960
Passivos financeiros detidos para negociação	(495.937)	452.413
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(33.143)	(6.559.923)
Outros passivos	(437)	(21.260)
	<u>1.463.846</u>	<u>(5.345.645)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1.288.574	(5.225.597)
Impostos pagos	(27.854)	(9.940)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>1.260.720</u>	<u>(5.235.537)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	47.219	83.727
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(1.766.975)	(2.188.979)
Alienação/reembolso de activos financeiros disponíveis para venda	2.001.047	9.565.451
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	168.016	349.963
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(36.771)	(33.249)
Vendas de activos tangíveis	7.814	5.794
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>420.350</u>	<u>7.782.707</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão/(reembolso) de dívida titulada e subordinada	(1.401.380)	(2.385.037)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(68.141)	(96.424)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(38.870)	(42.857)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(1.508.391)</u>	<u>(2.524.318)</u>
Aumento / (Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>172.679</u>	<u>22.852</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	685.995	663.143
Caixa e seus equivalentes no fim do período	858.674	685.995

nexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BST”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal, na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2013 e de 2012 encontram-se detalhados na Nota 41.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporado por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010 o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi reportada a 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 604 balcões (633 balcões em 31 de Dezembro de 2012) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA's correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

- i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro.
- ii) Benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19.

Até Junho de 2008 inclusive, de acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro e nº 12/2005 de 30 de Dezembro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto decorrente da transição para os IAS/IFRS relativo a benefícios aos empregados, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, podia ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, cujo plano de amortização podia ir até 31 de Dezembro de 2011. A partir de Junho de 2008, de acordo com o Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal de 14 de Outubro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto ainda por reconhecer em 30 de Junho de 2008 passou a poder ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à prevista nos avisos anteriores, isto é, até 31 de Dezembro de 2014 para a parte referente aos impactos da alteração da tábua de mortalidade e das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e até 31 de Dezembro de 2012 para os restantes impactos (Nota 39).

- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

Durante o exercício de 2013, o Banco adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no final daquele exercício:

- IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” (Empréstimos do governo) (alteração) - Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
- IFRS 7 - “Divulgações de instrumentos financeiros” (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros) (alteração) - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
- IAS 1 - “Apresentação de demonstrações financeiras” (Outro rendimento integral) (alteração) - Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o “Outro rendimento integral” e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se “Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral”.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) - A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; e (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
- IFRS 13 – “Mensuração ao justo valor” - Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. Adicionalmente, de acordo com o previsto nesta norma, no primeiro ano da sua aplicação não é obrigatória a divulgação de informação comparativa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 1 – “Aplicação repetida da norma”, IAS 1 – “Informação comparativa”, IAS 16 – “Equipamento de serviço”, IAS 32 – “Efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio” e IAS 34 – “Informação de segmentos”.

A adopção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações.

Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações já adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” – Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e a SIC 12 – “Consolidação – Entidades com finalidade especial”. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores” e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (alteração) – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 28 - “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” (2011) (alteração) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” e IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras entidades” (entidades de investimento) (alteração) - Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidades de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 32 – “Compensação entre activos e passivos financeiros” (alteração) - Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IAS 36 – “Imparidade” (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) (alteração) - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou activos intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Esta norma vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não foram ainda adoptadas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua adopção não ser ainda obrigatória. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que a sua adopção não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2013) e IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” - A emenda à IFRS 9 insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2010-2012): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2011-2013): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) - Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais o Banco exerce controlo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. As empresas associadas são entidades em que o Banco exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (activos não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transacção, conforme previsto na IAS 21.

d) Crédito e contas a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e os empréstimos titulados (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva.

O Banco classifica nas rubricas de crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e reconhecidas provisões para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis” (Nota 35).

Crédito titularizado não desreconhecido

O BST não desreconheceu do activo os créditos titularizados nas operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004 (Nota 40), dado que reteve a maior parte dos riscos e benefícios associados à posse dos mesmos. As operações de titularização realizadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004 foram desreconhecidas.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados em contas próprias “Crédito a clientes - Activos titularizados não desreconhecidos” (Nota 10) e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo das operações de crédito.

Os fundos recebidos pelas operações de titularização são registados, na data de recebimento, na rubrica de “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2010, na sequência da venda de parte dos instrumentos de dívida emitidos no âmbito de operações de securitização (“Notes”), o Banco transferiu parte dos riscos / benefícios associados aos créditos e desreconheceu proporcionalmente os activos titularizados não desreconhecidos anteriormente por contrapartida da rubrica de “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Notas 10 e 22). Durante o exercício de 2013, no seguimento da actual crise financeira e da reduzida probabilidade de ocorrência de alguns dos pressupostos utilizados nas estimativas de transferência de riscos / benefícios formulados pelo Banco, nomeadamente do exercício da opção de reembolso antecipado das obrigações emitidas no âmbito daquelas operações de titularização, aqueles créditos voltaram a ser integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas.

Os créditos titularizados nas operações de securitização realizadas após 31 de Dezembro de 2010 não foram desreconhecidos do activo do Banco, encontrando-se registados na rubrica “Crédito a clientes - Activos titularizados não desreconhecidos” (Nota 10).

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Factoring

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes de operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “Outros passivos”. As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “Outros passivos”.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro) e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

A partir do exercício de 2007, os reforços das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, relativamente ao crédito que se encontre garantido por direitos reais sobre bens imóveis, deixaram de ser aceites como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . Estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos; e (iii) vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do seu valor estimado de realização. Esta provisão não é aceite como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do Artigo 15º do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência; e
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido e garantias e avales prestados, não identificados especificamente.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e das garantias e avales, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003, os reforços desta provisão deixaram de ser aceites para efeitos de cálculo dos impostos correntes.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

Anulação de capital e juros

Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização das provisões constituídas e após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração dos resultados na rubrica "Outros resultados de exploração – Outros rendimentos de exploração - Recuperação de créditos incobráveis" (Nota 35).

Por outro lado, de acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na demonstração de resultados na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda e outros - Resultado de alienação de outros activos" (Nota 34). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses créditos, líquido de provisões.

e) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os rendimentos.

f) Outros activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os activos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento fixo ou variável transaccionados em mercados activos adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os outros activos financeiros ao justo valor através de resultados incluíam em 31 de Dezembro de 2012 títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não são transaccionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de provisões. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de reavaliação – De justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração”, o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

A informação sobre as reclassificações efectuadas ao abrigo desta alteração encontra-se descrita na Nota 8.

iii) Empréstimos e contas a receber

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

Correspondem a activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No momento do reconhecimento inicial, estes activos são valorizados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção.

Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa de juro efectiva ao longo do período de vida das operações.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros a pagar.

v) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção e são posteriormente registados ao custo amortizado.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Outros passivos subordinados” (Notas 21 e 24).

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo seu justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através de resultados.

vi) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui o passivo reconhecido relativamente a operações de titularização de créditos (Nota 22).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes activos e as condições definidas na operação de titularização.

vii) Imparidade em activos financeiros

Sem prejuízo do referido na alínea d), o Banco efectua análises periódicas de imparidade sobre os seus activos financeiros, nomeadamente para o crédito concedido a clientes e para as outras contas a receber.

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efectua. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles activos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

Transacções em mercado secundário

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados, ou diferidas pelo período de vigência das obrigações.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos e passivos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos, (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“bid prices”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“bid prices”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa de juro efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

g) Valorização de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registado ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, para cobertura do risco de taxa de juro resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

h) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efectua testes de imparidade aos seus activos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado actual.

i) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, a qual em média corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Paternon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

j) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem edifícios e terrenos para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

k) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros activos" (Nota 17). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados para estes activos são adequados e reflectem a realidade de mercado.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Desta forma, esta rubrica do passivo, de acordo com a IAS 37, inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 23).

m) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que definiu que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de Janeiro de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações (Nota 39).

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados de "Custos com o pessoal".

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 39).

Por outro lado, em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida em que os seus colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2005, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2005, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19 estão a ser amortizados por contrapartida de resultados transitados durante o período transitório estabelecido pelo Banco de Portugal.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, tal como previsto na versão revista da IAS 19.

A partir de 1 de Janeiro de 2013 na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco regista na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas actuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos actuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos activos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 17 e 25).

Nos termos dos Avisos nº 7/2008 e nº 4/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação da IAS 19 em 1 de Janeiro de 2005 (no montante de mEuros 636.659) foi reconhecido na rubrica de “Outros activos” e foi amortizado por contrapartida de resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e à alteração da tábua de mortalidade, cuja amortização será efectuada até 31 de Dezembro de 2014 (Nota 39).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabeleceu um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 99,30% e 98,80%, respectivamente (Nota 39).

Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O Banco determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos - Encargos a pagar relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade” (Nota 25).

n) Impostos sobre os lucros

O BST está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a qual terá de ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados eram sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficaram sujeitas a uma taxa de 5%. Esta disposição implicou que a taxa fiscal aplicável nos exercícios de 2012 e 2013 no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício fosse de 26,5% para mEuros 1.500 de lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 de lucro tributável e 31,5% para o remanescente. De referir que o Banco apurou prejuízos fiscais nos exercícios de 2012 e 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de Janeiro, a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 23% sobre a matéria colectável (25% no exercício de 2013);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2013); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que mEuros 1.500 0%;
 - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
 - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
 - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Desta forma, a acima referida alteração implicou que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no exercício de 2013 fosse de 23% para prejuízos fiscais reportáveis e de 29,5% para as diferenças temporárias (25% e 29% no exercício de 2012).

Por outro lado, os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2012 e 2013 poderão ser utilizados nos cinco períodos de tributação posteriores (ou nos doze períodos de tributação posteriores para os prejuízos fiscais gerados a partir de 2014, inclusive). Contudo, nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável (70% a partir do exercício de 2014) podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são de 0,05% e 0,00015%, respectivamente, conforme previsto nos números 1 e 2 do artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões, na sequência da alteração da política contabilística descrita na Nota 1.2. m).

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de "Outras reservas", por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor nos exercícios de 2013 e 2012 está incluída na Nota 42.

p) Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

q) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.2. f) e g). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.2. f), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avals prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d)). No entanto, sempre que considera necessário estas provisões são reforçadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.2. f), as menos-valias potenciais resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da rubrica “Reservas de reavaliação”. No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da rubrica reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2013 e 2012, de acordo com a interpretação das mesmas efectuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente os mencionados na Nota 45, bem como a respectiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados / consultores legais do Banco, a qual no entanto poderá vir a não concretizar-se.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a 5 milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As demonstrações dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresentam o seguinte detalhe:

	2013				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	95.721	281.023	157.884	(111.371)	423.257
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	58.302	58.302
Margem financeira alargada	95.721	281.023	157.884	(53.069)	481.559
Comissões líquidas	63.663	231.843	22.723	(12.546)	305.683
Outros resultados da actividade bancária	-	5.783	3.094	(25.230)	(16.353)
Margem comercial	159.384	518.649	183.701	(90.845)	770.889
Resultado de operações financeiras	2.065	839	429	16.328	19.661
Produto bancário	161.449	519.488	184.130	(74.517)	790.550
Custos de transformação	(17.063)	(338.594)	(45.953)	-	(401.610)
Amortizações	(2.230)	(54.404)	(3.201)	-	(59.835)
Margem de exploração	142.156	126.490	134.976	(74.517)	329.105
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(10.755)	(182.189)	(75.398)	(42.679)	(311.021)
Resultado antes de impostos	131.401	(55.699)	59.578	(117.196)	18.084
Impostos	(38.106)	16.054	(16.689)	23.106	(15.635)
Resultado líquido do exercício	93.295	(39.645)	42.889	(94.090)	2.449
	2012				
	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	77.148	307.299	166.108	(108.980)	441.575
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	83.767	83.767
Margem financeira alargada	77.148	307.299	166.108	(25.213)	525.342
Comissões líquidas	55.052	252.253	23.185	(4.256)	326.234
Outros resultados da actividade bancária	-	11.323	44	(28.231)	(16.864)
Margem comercial	132.200	570.875	189.337	(57.700)	834.712
Resultado de operações financeiras	12.786	(355)	(372)	32.706	44.765
Produto bancário	144.986	570.520	188.965	(24.994)	879.477
Custos de transformação	(18.649)	(330.705)	(42.351)	-	(391.705)
Amortizações	(2.943)	(57.190)	(3.751)	-	(63.884)
Margem de exploração	123.394	182.625	142.863	(24.994)	423.888
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(23.633)	(265.638)	(91.081)	(63.043)	(443.395)
Resultado antes de impostos	99.761	(83.013)	51.782	(88.037)	(19.507)
Impostos	(28.931)	24.374	(15.017)	29.901	10.327
Resultado líquido do exercício	70.830	(58.639)	36.765	(58.136)	(9.180)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	221.706	210.764
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	116.135	141.472
	-----	-----
	337.841	352.236
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	54.077	62.074
Depósitos à ordem	705	413
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	464.519	269.651
Cheques a cobrar	1.532	1.621
	-----	-----
	520.833	333.759
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as sub rubricas de “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de mEuros 165.375 e mEuros 188.916, respectivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)6. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de activos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.599.893	2.098.818
Títulos - Unidades de participação	239.249	233.639
	-----	-----
	1.839.142	2.332.457
	-----	-----
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	(1.619.768)	(2.115.705)
	-----	-----
Saldo líquido do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	(19.875)	(16.887)
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Títulos - Unidades de participação” apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações		
Santander Multiobrigações	239.249	233.613
Fundos especiais de investimento	-	26
	-----	-----
	239.249	233.639
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)
FRA's	-	-	-	227	-	227
Forwards	1.250	1.311	(61)	576	746	(170)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio	1.119	7.400	(6.281)	3.179	18.900	(15.721)
Contratos de taxa de juro	1.203.389	1.217.597	(14.208)	1.754.102	1.756.071	(1.969)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	76.883	76.233	650	113.516	112.843	673
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	831	836	(5)	211	211	-
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	137.075	137.075	-	22.130	22.130	-
Contratos de garantia de taxa de juro ("Caps & Floors")	179.346	179.316	30	204.877	204.804	73
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	1.599.893	1.619.768	(19.875)	2.098.818	2.115.705	(16.887)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de activos e passivos de “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 187.800 e mEuros 168.000, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os instrumentos de dívida emitidos na sequência das operações de titularização de créditos que foram mantidos em carteira ou adquiridos apresentam o seguinte detalhe:

	2013				2012	
	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de balanço
Não residentes						
Hipototta nº 1 PLC	149.436	144.758	7	(9.795)	134.970	154.097
Hipototta nº 4 PLC	104.461	102.155	3	(36.501)	65.657	70.799
Hipototta nº 5 PLC	29.005	28.420	11	(8.737)	19.694	17.446
Hipototta nº 7 Ltd	-	-	-	-	-	846.788
Leasetotta nº 1 Ltd	425.933	425.931	3.373	(41.392)	387.912	524.122
	708.835	701.264	3.394	(96.425)	608.233	1.613.252

Os veículos Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer foram liquidados antecipadamente durante o exercício de 2012. Durante o exercício de 2013, o Hipototta nº 7 foi liquidado antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de Obrigações do Tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 225.613 e mEuros 321.578, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentam as seguintes características:

Descrição	2013					2012						
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento até um ano	649.159	4.981	12.389	(7.573)	-	658.956	50.676	747	-	460	-	51.883
. Com vencimento entre um e três anos	-	-	-	-	-	-	771.474	5.901	28.518	(28.551)	-	777.342
. Com vencimento entre três e cinco anos	517.531	6.447	-	(4.195)	-	519.783	114.678	1.009	-	(7.665)	-	108.022
. Com vencimento entre cinco e dez anos	675.000	17.728	93.219	(124.701)	-	661.246	675.000	17.728	126.709	(193.435)	-	626.002
Bilhetes do Tesouro - Portugal	288.293	-	-	106	-	288.399	-	-	-	-	-	-
Outros	487	5	-	-	(231)	261	489	3	-	-	(252)	240
	2.130.470	29.161	105.608	(136.363)	(231)	2.128.645	1.612.317	25.388	155.227	(229.191)	(252)	1.563.489
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	120.005	(75.105)	-	1.067.928	1.000.000	23.028	166.351	(207.771)	-	981.608
Outros	7.249	80	-	109	-	7.438	7.572	83	-	293	-	7.948
	1.007.249	23.108	120.005	(74.996)	-	1.075.366	1.007.572	23.111	166.351	(207.478)	-	989.556
	3.137.719	52.269	225.613	(211.359)	(231)	3.204.011	2.619.889	48.499	321.578	(436.669)	(252)	2.553.045

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha, no montante de mEuros 2.666.582 e mEuros 1.115.614, respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Instrumentos de dívida – Emitidos por residentes - Outros residentes” inclui, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	2013				2012					
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Outras titularizações										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES 2025	86.454	87	(23.329)	-	63.212	92.998	90	(27.673)	-	65.415
ENERGYON NO.2 CLASS B NOTES 2025	50	-	(20)	-	30	50	-	(15)	-	35
	86.504	87	(23.349)	-	63.242	93.048	90	(27.688)	-	65.450
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/ GALP ENERGIA 2013/2017	199.820	7.144	6.521	-	213.485	-	-	-	-	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	99.226	446	1.141	-	100.813	-	-	-	-	-
IBERWIND II P. CONSULTORIA SENIOR A	35.000	98	(2.295)	-	32.803	70.000	235	(10.290)	-	59.945
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2014	29.956	32	(5.845)	-	24.143	32.078	30	(1.482)	-	30.626
EDIA 2010/2030	24.300	50	(294)	-	24.056	24.300	47	(1.011)	-	23.336
AUTO SUECO 2009/2014	19.250	227	(1.413)	-	18.064	19.250	248	(11.144)	-	8.354
Outros	-	-	-	-	-	15.000	3	(1.202)	-	13.801
	9.032	16	(1.373)	(231)	7.444	9.656	16	(352)	(231)	9.089
	416.584	8.013	(3.558)	(231)	420.808	170.284	579	(25.481)	(231)	145.151
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	111.360	32	-	(11.193)	100.199	110.492	24	-	(15.674)	94.842
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	2	(5.150)	-	8.852	14.000	1	(8.428)	-	5.573
BPSM97-TOPS-OB. PERP.SUB. -1./2.	2.873	2	(2.106)	-	769	2.802	3	(2.380)	-	425
	128.233	36	(7.256)	(11.193)	109.820	127.294	28	(10.808)	(15.674)	100.840

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As operações de papel comercial contratadas no exercício de 2011 venceram-se no primeiro semestre de 2012. Por outro lado, as emissões subscritas em 2012 e 2013 passaram a ser registadas na rubrica de “Crédito a clientes”.

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante o exercício de 2013, o Banco reverteu mEuros 4.481 de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui os seguintes títulos:

Descrição	2013			2012			Valor de balanço
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	
Valorizados ao justo valor							
NOVIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	275.910	-	(17.821)	258.089	125.910	649	126.559
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	28.491	-	(3.850)	24.641	25.014	(2.478)	22.536
FUNDO SOLUÇÃO ARRENDAMENTO	24.915	(319)	-	24.596	15.000	-	15.000
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	-	(1.998)	24.381	26.379	(461)	25.918
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUAS	1.759	51	-	1.810	2.086	-	2.086
Outros	6.126	286	(2.989)	3.423	6.064	1	3.748
Titulos com imparidade a 100%	33.172	-	(33.172)	-	33.172	-	-
	<u>396.752</u>	<u>18</u>	<u>(59.830)</u>	<u>336.940</u>	<u>233.625</u>	<u>(2.289)</u>	<u>195.847</u>
Valorizados ao custo histórico							
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	3.345
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE Prestações Suplementares (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	-	3.749
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	210	-	(5)	205	184	-	179
Outros	4.849	-	(1.334)	3.515	5.336	-	4.059
Titulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	5.027	-	-
	<u>21.045</u>	<u>-</u>	<u>(7.428)</u>	<u>13.617</u>	<u>21.506</u>	<u>(6.713)</u>	<u>14.793</u>

Nos anos de 2013 e 2012, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, nos montantes de mEuros 3.477 e mEuros 6.658, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco detinha em carteira 28.484 unidades de participação correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

Durante o ano de 2012, o Banco subscreveu 3.002.028 de unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional no montante de mEuros 15.000. O capital foi realizado em numerário no montante de mEuros 2 e o montante remanescente através da entrega de imóveis. Durante o ano de 2013, o Banco reforçou a sua posição naquele Fundo em mEuros 9.915 através da entrega de imóveis.

No primeiro semestre de 2012, o Banco procedeu à reclassificação das unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário “Novimovest” e “Lusimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda”. O impacto da reclassificação daquelas unidades de participação em resultados e na reserva de justo valor foi o seguinte:

Valor de balanço na data de reclassificação:	
. Unidades de participação	50.289
. Direitos de crédito sobre o Fundo Lusimovest	15.890

	66.179

Justo valor das unidades de participação reclassificadas em 31 de Dezembro de 2012	50.015

Reserva de justo valor das unidades de participação reclassificadas em 2012 (excluindo efeito fiscal)	(274)
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Por outro lado, em Outubro de 2012, o Banco reclassificou da rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica “Devedores diversos” o saldo relativo aos direitos de crédito detidos sob o Fundo Lusimovest, o qual naquela data ascendia a mEuros 24.500 (Nota 17).

Por último, no primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 12) as 2.748.238 unidades de participação recebidas no exercício de 2011 do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário – Imorent, no montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de dívida referente a um crédito concedido. Este Fundo encontra-se em processo de liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2013				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	3.511.445	55.537	225.613	(247.088)	3.545.507
. Entre 25% e 50%	186.183	100	-	(65.930)	120.353
. Superior a 50%	67.873	456	-	(38.278)	30.051
	<u>3.765.501</u>	<u>56.093</u>	<u>225.613</u>	<u>(351.296)</u>	<u>3.695.911</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	24.988	-	-	(326)	24.662
	<u>3.790.489</u>	<u>56.093</u>	<u>225.613</u>	<u>(351.622)</u>	<u>3.720.573</u>
	2012				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	4.052.803	37.157	194.869	(485.161)	3.799.668
. Entre 25% e 50%	857.643	17.826	126.709	(253.788)	748.390
. Superior a 50%	101.052	898	-	(62.805)	39.145
	<u>5.011.498</u>	<u>55.881</u>	<u>321.578</u>	<u>(801.754)</u>	<u>4.587.203</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	51.393	-	-	(2.939)	48.454
	<u>5.062.891</u>	<u>55.881</u>	<u>321.578</u>	<u>(804.693)</u>	<u>4.635.657</u>

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicações no Banco Central Europeu	1.600.000	900.000
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.000	-
Empréstimos	36.522	46.581
Operações de compra com acordo de revenda	-	637.730
Juros a receber	3.522	260
	-----	-----
	240.044	684.571
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	68.797	216.402
Depósitos	1.069.560	1.475.068
Outras aplicações	877.472	709.874
Juros a receber	37.693	31.223
Comissões associadas ao custo amortizado	-	(802)
	-----	-----
	2.053.522	2.431.765
	-----	-----
	3.893.566	4.016.336
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de mEuros 172.446 e de mEuros 209.856, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.011.146	1.195.764
Empréstimos	3.898.653	4.148.746
Locação financeira	460.387	455.646
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	144.180	137.300
Descobertos	207.414	337.700
Créditos tomados - factoring	995.271	905.312
Outros créditos	20.309	26.898
A particulares		
Habitação	12.554.234	11.745.561
Consumo e outros	1.722.630	1.798.911
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	11.615	9.558
Empréstimos	132.935	124.141
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	128	85
Descobertos	440	2.559
Créditos tomados - factoring	57.974	42.147
Operações de locação financeira	2.282	3.276
Outros créditos	3.231	1.541
A particulares		
Habitação	361.067	377.167
Consumo e outros	32.147	39.894
	-----	-----
	21.616.043	21.352.206
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos por residentes		
Papel comercial	2.003.612	1.451.055
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos		
Empresas		
Leasetotta	335.694	463.077
Particulares		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 4	1.103.384	1.177.349
. Hipototta nº 5	945.687	997.032
. Hipototta nº 7	-	1.217.069
Risco / benefício transferido (Nota 22)	-	(3.042.954)
	-----	-----
	2.384.765	811.573
	-----	-----
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	60.773	46.724
Há mais de 90 dias	1.008.831	976.057
Risco / benefício transferido (Nota 22)	-	(58.865)
	-----	-----
	1.069.604	963.916
	-----	-----
Sub-total	27.074.024	24.578.750
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	47.441	52.626
Crédito titulado	4.791	4.161
Activos titularizados não desreconhecidos	2.871	1.147
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.202	6.101
Despesas com encargo diferido	77.413	89.526
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(105.303)	(87.230)
	-----	-----
	31.415	66.331
	-----	-----
	27.105.439	24.645.081
Imparidade em crédito a clientes (Nota 23)	(888.451)	(736.784)
	-----	-----
	26.216.988	23.908.297
	=====	=====

Nos exercícios de 2013 e 2012 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas que na sua maioria já tinham sido abatidos ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2013 e 2012 ganhos líquidos nos montantes de mEuros 2.946 e mEuros 3.940, respectivamente (Nota 34).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” inclui créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de mEuros 8.245.739 e mEuros 7.675.686, respectivamente (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco tinha desreconhecida parte da sua carteira de activos titularizados na sequência da venda de uma parcela das “Notes” associadas àquelas operações, as quais eram por si detidas na carteira de activos financeiros disponíveis para venda em 31 de Dezembro de 2010. Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe da carteira de activos titularizados que foram desreconhecidos, na medida do risco / benefício transferido, era o seguinte:

	Crédito <u>vivo</u>	Crédito e <u>juros vencidos</u>
Hipototta nº 4	828.853	16.893
Hipototta nº 5	997.032	15.091
Hipototta nº 7	1.217.069	25.539
	-----	-----
	3.042.954	57.523
	=====	=====

Durante o exercício de 2013, no seguimento da actual crise financeira e da reduzida probabilidade de ocorrência de alguns dos pressupostos utilizados nas estimativas de transferência de riscos / benefícios formulados pelo Banco, nomeadamente do exercício da opção de reembolso antecipado das obrigações emitidas no âmbito daquelas operações de titularização, os créditos titularizados desreconhecidos voltaram a ser integralmente reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas.

Durante o exercício de 2012 foram liquidadas antecipadamente as operações de titularização Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1. Durante o exercício de 2013 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Hipototta nº 7, a qual justificou o aumento das rubricas de “Crédito interno – A particulares – Habitação” e “Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Como resultado do desreconhecimento das carteiras de activos titularizados, o Banco registou em 2012 um proveito de mEuros 2.936 referente ao desreconhecimento das comissões diferidas associadas àquelas operações. Adicionalmente, em 2012 foram anuladas provisões para crédito no montante de mEuros 48.102, associadas aos activos titularizados.

O movimento ocorrido nas provisões para crédito durante os exercícios de 2013 e 2012 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até três meses	60.773	46.724
Entre três e seis meses	32.057	97.135
Entre seis meses e um ano	163.322	247.118
Entre um ano e três anos	626.294	514.608
Mais de três anos	187.158	117.196
Risco / benefício transferido	-	(58.865)
	-----	-----
	<u>1.069.604</u>	<u>963.916</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2013			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	151.426	8.971	160.397	0,59
Pescas	3.122	35	3.157	0,01
Indústrias extractivas	23.673	1.739	25.412	0,09
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	402.914	10.408	413.322	1,53
Têxteis, vestuário e couro	172.748	7.202	179.950	0,66
Madeira e cortiça	95.945	4.358	100.303	0,37
Papel, gráficas e editoriais	186.370	2.394	188.764	0,70
Indústria química	176.807	3.483	180.290	0,67
Produtos minerais não metálicos	247.283	2.088	249.371	0,92
Metalurgia	114.182	7.608	121.790	0,45
Máquinas e material de transporte	180.979	10.768	191.747	0,71
Electricidade, água e gás	277.654	1.355	279.009	1,03
Construção e obras públicas	1.354.987	220.361	1.575.348	5,82
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	642.398	50.003	692.401	2,56
Comércio de retalho	842.497	57.899	900.396	3,33
Restaurantes e hotéis	398.633	27.176	425.809	1,57
Transportes e comunicações	540.288	13.912	554.200	2,05
Instituições financeiras não monetárias	805.058	31	805.089	2,97
Sector Público Administrativo	551.843	2.760	554.603	2,05
Outras empresas de serviços	1.307.704	128.115	1.435.819	5,30
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desreconhecidos	16.035.428	485.308	16.520.736	61,01
Crédito ao exterior	339.914	5.851	345.765	1,28
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	811.988	9.967	821.955	3,04
Outros créditos	340.579	7.812	348.391	1,29
	<u>26.004.420</u>	<u>1.069.604</u>	<u>27.074.024</u>	<u>100,00</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	196.186	10.979	207.165	0,84
Pescas	22.465	885	23.350	0,10
Indústrias extractivas	76.740	3.341	80.081	0,33
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	377.099	12.505	389.604	1,59
Têxteis, vestuário e couro	367.730	17.189	384.919	1,57
Madeira e cortiça	87.374	5.657	93.031	0,38
Papel, gráficas e editoriais	253.911	4.114	258.025	1,05
Indústria química	139.790	1.108	140.898	0,57
Produtos minerais não metálicos	227.827	3.158	230.985	0,94
Metalurgia	140.131	7.236	147.367	0,60
Máquinas e material de transporte	234.778	11.074	245.852	1,00
Electricidade, água e gás	269.065	4.332	273.397	1,11
Construção e obras públicas	1.535.568	204.745	1.740.313	7,08
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	622.867	39.232	662.099	2,69
Comércio de retalho	668.126	44.678	712.804	2,90
Restaurantes e hotéis	397.555	43.092	440.647	1,79
Transportes e comunicações	614.601	15.413	630.014	2,56
Instituições financeiras não monetárias	449.620	4.232	453.852	1,85
Sector Público Administrativo	653.341	7.028	660.369	2,69
Outras empresas de serviços	1.495.871	86.293	1.582.164	6,44
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados não desreconhecidos	13.533.331	397.020	13.930.351	56,68
Crédito ao exterior	369.628	4.588	374.216	1,52
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	738.732	31.100	769.832	3,13
Outros créditos	142.498	4.917	147.415	0,59
	<u>23.614.834</u>	<u>963.916</u>	<u>24.578.750</u>	<u>100,00</u>

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013			2012		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	46.101	272.356	(226.255)	90.407	370.277	(279.870)
"Equity swaps"	51.381	37.484	13.897	50.522	14.274	36.248
Opções AutoCallable	-	49.951	(49.951)	2.655	71.361	(68.706)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	101.945	10.893	91.052	141.266	-	141.266
	<u>199.427</u>	<u>370.684</u>	<u>(171.257)</u>	<u>284.850</u>	<u>455.912</u>	<u>(171.062)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	2013							Valor nominal	
	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras		30.337	58.904	7.202	81	-	96.524	45.471	51.053
. Vendas	(61)	(30.306)	(58.916)	(7.214)	(81)	-	(96.517)	(42.220)	(54.297)
Sw aps de divisas (currency sw aps)									
. Compras		1.212.071	-	-	-	-	1.212.071	-	1.212.071
. Vendas	(6.281)	(1.218.426)	-	-	-	-	(1.218.426)	(1.218.426)	-
Sw aps de taxa de juro									
Sw aps divisas (cross currency sw aps)									
. Compras	-	-	-	-	19.848	85.295	105.143	105.143	-
. Vendas	-	-	-	-	(19.848)	(85.295)	(105.143)	-	(105.143)
Outros	(14.208)	196.193	373.775	443.024	1.910.362	3.420.108	6.343.462	6.305.502	37.960
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	650	60.402	39.107	58.837	818.959	1.137.609	2.114.914	2.114.914	-
FRA's	-	20.000	-	-	-	-	20.000	20.000	-
Opções de moeda									
. Compras		13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
. Vendas	(5)	13.489	11.956	10.333	-	-	35.778	-	35.778
Opções de cotações									
. Compras	-	-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
. Vendas	-	-	23.079	-	346.590	-	369.669	369.669	-
Caps	30	33.214	41.834	2.804	78.768	1.251.253	1.407.873	1.407.873	-
Floors	-	-	53.171	-	6.611	491.948	551.730	523.559	28.171
	(19.875)	330.463	577.945	525.319	3.507.880	6.300.918	11.242.525	10.001.154	1.241.371
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)									
. Passivos e crédito	41.625	48.320	46.510	891.120	191.241	212.566	1.389.757	1.389.757	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(267.880)	-	-	400.000	-	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(49.951)	62.160	153.520	1.140	21.253	-	238.073	238.073	-
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	13.897	185.571	207.162	586.121	2.426.063	34.303	3.439.220	3.270.182	169.038
Cobertura de fluxos de caixa									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)									
. Fluxos de caixa	91.052	1.000.000	-	-	1.375.000	1.525.000	3.900.000	3.900.000	-
FRA's	-	2.200.000	-	-	-	-	2.200.000	2.200.000	-
	(171.257)	3.496.051	407.192	1.878.381	4.013.557	3.446.869	13.242.050	13.073.012	169.038
2012									
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras		27.327	15.579	3.176	-	-	46.082	14.566	31.516
. Vendas	(170)	(27.428)	(15.603)	(3.168)	-	-	(46.199)	(24.243)	(21.956)
Sw aps de divisas (currency sw aps)									
. Compras		1.258.038	38.379	-	-	-	1.296.417	19.393	1.277.024
. Vendas	(15.721)	(1.273.385)	(38.371)	-	-	-	(1.311.756)	(1.292.770)	(18.986)
Sw aps de taxa de juro									
Sw aps divisas (cross currency sw aps)									
. Compras	-	-	-	-	-	72.701	72.701	72.701	-
. Vendas	-	-	-	-	-	(72.701)	(72.701)	-	(72.701)
Outros	(1.969)	353.696	2.400.751	1.326.819	4.802.633	3.834.915	12.718.814	12.686.326	32.488
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	673	224.640	562.216	441.311	1.033.957	1.064.409	3,326.533	3,314.667	11,866
FRA's	227	44.800	20.000	80.000	20.000	-	164.800	164.800	-
Opções de moeda									
. Compras	-	17.716	3,064	810	191	-	21,781	-	21,781
. Vendas	-	17,716	3,064	810	191	-	21,781	-	21,781
Opções de cotações									
. Compras	-	-	-	-	-	400,279	400,279	400,279	-
. Vendas	-	-	-	-	-	400,279	400,279	400,279	-
Caps	142	6,456	9,343	73,214	231,706	1,387,886	1,708,605	1,708,605	-
Floors	(69)	-	-	30,000	64,903	535,041	629,944	597,457	32,487
	(16,887)	649,576	2,998,422	1,952,972	6,153,581	7,622,809	19,377,360	18,062,060	1,315,300
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)									
. Passivos e crédito	83.928	32.081	1.008.950	197.190	1.110.756	270.106	2.619.083	2.585.397	33.686
. Activos financeiros disponíveis para venda	(363.798)	-	-	-	400.000	1.675.000	2.075.000	2.075.000	-
Opções AutoCallable	(68.706)	70.795	12.662	152.909	241.452	-	477.818	477.818	-
Sw aps sobre cotações (equity sw aps)	36.248	159.642	52.006	158.632	2.389.435	57.459	2.817.174	2.678.091	139.083
Cobertura de fluxos de caixa									
Sw aps de taxa de juro (interest rate sw aps)									
. Fluxos de caixa	141.266	300.000	250.000	-	1.200.000	1.200.000	2.950.000	2.950.000	-
	(171.062)	562.518	1.323.618	508.731	5,341,643	3,202,565	10,939,075	10,766,306	172,769

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transacciona derivados, nomeadamente, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	268.037	245.156
Imóveis de serviço próprio para venda	26.158	28.880
Unidades de participação (Nota 8)	18.663	18.663
Equipamento	4.019	5.558
	-----	-----
	316.877	298.257
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	(111.012)	(92.582)
	-----	-----
	205.865	205.675
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013										
	31 de Dezembro de 2012				Imparidade (Nota 23)				31 de Dezembro de 2013		
	Valor bruto	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências (Nota 14)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	245.156	(71.076)	158.002	(135.121)	-	(55.840)	18.717	20.523	268.037	(87.676)	180.361
. De serviço próprio para venda	28.880	(13.931)	114	(9.820)	6.984	(6.627)	-	4.150	26.158	(16.408)	9.750
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663
Equipamentos	5.558	(3.575)	5.476	(7.015)	-	(3.914)	3.376	1.185	4.019	(2.928)	1.091
	298.257	(92.582)	163.592	(151.956)	6.984	(66.381)	22.093	25.858	316.877	(111.012)	205.865

	2012										
	31 de Dezembro de 2011				Imparidade (Nota 23)				31 de Dezembro de 2012		
	Valor bruto	Imparidade	Entradas	Alienações	Transferências (Notas 8 e 14)	Dotações	Reposições	Utilizações	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis:											
. Recebidos em dação em pagamento	177.737	(53.067)	178.630	(111.211)	-	(38.676)	4.328	16.339	245.156	(71.076)	174.080
. De serviço próprio para venda	24.293	(11.098)	57	(507)	5.037	(3.201)	292	76	28.880	(13.931)	14.949
Unidades de participação	-	-	-	-	18.663	(4.000)	-	-	18.663	(4.000)	14.663
Equipamentos	3.982	(2.088)	2.807	(1.231)	-	(2.184)	610	87	5.558	(3.575)	1.983
	206.012	(66.253)	181.494	(112.949)	23.700	(48.061)	5.230	16.502	298.257	(92.582)	205.675

O Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtidos através de prospecção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas sobre os imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

No exercício de 2011 o Banco recebeu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a um crédito concedido, tendo registado esse activo na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda". No entanto, no primeiro semestre de 2012, o Banco reclassificou essas unidades de participação para esta rubrica por considerar que as mesmas se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existir a probabilidade da sua alienação ocorrer no curto prazo (Nota 8).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Hotel	18.191	-
	=====	====

Durante o primeiro semestre de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado em mEuros 18.660. Em simultâneo, o Banco celebrou um contrato de locação sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco actualizou o justo valor daquele imóvel.

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi como segue:

	Saldo a 1 de Janeiro de 2013	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo a 31 de Dezembro de 2013
Hotel	-	18.660	(469)	-	18.191

O efeito da valorização a justo valor das propriedades de investimento encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração” (Nota 35).

As propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas, com uma periodicidade anual, recorrendo a entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 12.

Em 31 de Dezembro de 2013, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	<u>31-12-2013</u>			
	<u>Técnicas de valorização</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Propriedades de investimento	-	-	18.191	18.191

Em cumprimento dos requisitos da IFRS 13, apresentamos de seguida um resumo das principais características das propriedades de investimento detidas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2013, bem como das técnicas de valorização adoptadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

<u>Descrição do imóvel</u>	<u>Ocupação</u>	<u>Valor</u>	<u>Técnica de valorização</u>	<u>Inputs relevantes</u>
<i>Nível 3</i>				
Hotel em Cascais	Arrendado	<u>18.191</u>	Método do rendimento / Método do custo de reposição amortizado	Taxa de capitalização Taxa de ocupação

Caso venha a ocorrer um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2013												
	31-12-2012			Aquisições	Abates e regularizações		Transferências		Amortizações do exercício	31-12-2013			Valor líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/para activos detidos para venda (Nota 12)			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	
							Valor Bruto	Amortizações Acumuladas					
Activos tangíveis													
Imóveis													
. Imóveis de serviço próprio	358.271	110.892	3.736	5.886	468	9	8.570	1.602	6.330	355.119	115.611	3.736	235.772
. Despesas em edifícios arrendados	145.727	117.029	-	826	5.725	5.698	-	-	7.749	140.828	119.080	-	21.748
. Outros imóveis	167	9	-	-	-	-	-	-	1	167	10	-	157
Activos tangíveis em curso													
. Imóveis de serviço próprio	126	-	-	417	-	-	-	-	-	543	-	-	543
	504.291	227.930	3.736	7.129	6.193	5.707	8.570	1.602	14.080	496.657	234.701	3.736	258.220
Equipamento													
. Mobiliário e material	22.513	18.581	-	65	355	355	-	-	1.268	22.223	19.494	-	2.729
. Máquinas e ferramentas	3.737	3.626	-	22	51	51	-	-	41	3.708	3.616	-	92
. Equipamento informático	123.332	111.724	-	2.719	1.064	1.032	-	-	4.739	124.987	115.431	-	9.556
. Instalações interiores	92.090	83.865	-	3.170	3.354	3.344	68	52	2.545	91.838	83.014	-	8.824
. Material de transporte	17.352	11.706	-	2.597	1.000	922	-	-	2.182	18.949	12.966	-	5.983
. Equipamento de segurança	27.594	26.905	-	154	732	732	-	-	333	27.016	26.506	-	510
. Outro equipamento	5.801	4.008	-	141	211	209	-	-	618	5.731	4.417	-	1.314
	292.419	260.415	-	8.868	6.767	6.645	68	52	11.726	294.452	265.444	-	29.008
Outros activos tangíveis													
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	1.816	281	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	798.526	488.626	3.736	15.997	12.960	12.352	8.638	1.654	25.806	792.925	500.426	3.736	288.763
Activos intangíveis													
Software													
. Adquirido a terceiros	340.936	275.226	-	20.779	758	758	-	-	34.029	360.957	308.497	-	52.460
Outros activos intangíveis													
. Trespases	3.585	3.585	-	-	120	120	-	-	-	3.465	3.465	-	-
	344.521	278.811	-	20.779	878	878	-	-	34.029	364.422	311.962	-	52.460

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012															
	Transferências															Valor líquido
	31-12-2011			Abates e regularizações			De/para activos detidos para venda (Nota 12)		Entre activos fixos		Amortizações do exercício	31-12-2012				
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto		Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)			
Activos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	364.786	105.630	2.486	342	3	3	1.250	6.453	1.459	(401)	(164)	6.888	358.271	110.892	3.736	243.643
. Despesas em edifícios arrendados	145.693	110.955	-	913	1.545	1.470	-	166	166	832	163	7.547	145.727	117.029	-	28.698
. Outros imóveis	167	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	9	-	158
Activos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	238	-	-	333	-	-	-	-	-	(445)	-	-	126	-	-	126
	510.884	216.593	2.486	1.588	1.548	1.473	1.250	6.619	1.625	(14)	(1)	14.436	504.291	227.930	3.736	272.625
Equipamento																
. Mobiliário e material	22.451	16.981	-	192	130	130	-	-	-	-	-	1.730	22.513	18.581	-	3.932
. Máquinas e ferramentas	3.693	3.588	-	57	13	13	-	-	-	-	-	51	3.737	3.626	-	111
. Equipamento informático	122.624	105.790	-	1.520	812	676	-	-	-	-	-	6.610	123.332	111.724	-	11.608
. Instalações interiores	91.014	82.287	-	2.152	1.031	1.028	-	59	16	14	1	2.621	92.090	83.865	-	8.225
. Material de transporte	18.003	10.747	-	2.070	2.721	2.568	-	-	-	-	-	3.527	17.352	11.706	-	5.646
. Equipamento de segurança	27.806	26.738	-	60	272	272	-	-	-	-	-	439	27.594	26.905	-	689
. Outro equipamento	5.666	3.357	-	175	40	40	-	-	-	-	-	691	5.801	4.008	-	1.793
	291.257	249.488	-	6.226	5.019	4.727	-	59	16	14	1	15.669	292.419	260.415	-	32.004
Outros activos tangíveis																
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.535	-	-	1.535
	1.816	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.816	281	-	1.535
	803.957	466.362	2.486	7.814	6.567	6.200	1.250	6.678	1.641	-	-	30.105	798.526	488.626	3.736	306.164
Activos intangíveis																
Software																
. Adquirido a terceiros	315.502	241.447	-	13.859	-	-	-	-	-	11.575	-	33.779	340.936	275.226	-	65.710
Outros activos intangíveis																
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Activos intangíveis em curso																
	-	-	-	11.575	-	-	-	-	-	(11.575)	-	-	-	-	-	-
	319.087	245.032	-	25.434	-	-	-	-	-	-	-	33.779	344.521	278.811	-	65.710

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Software – Adquirido a terceiros” inclui o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 50.783 e mEuros 64.273, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Participação directa (%)	Valor de balanço
Investimentos em filiais		
No país		
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	100,00	203
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100,00	12.408
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100,00	7.418
Taxagest, SGPS, S.A.	99,00	50
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	5.469
No estrangeiro		
Totta Ireland, PLC	100,00	285.691
BST Internacional Bank, Inc.	100,00	4.147
Totta & Açores, Inc - Newark	100,00	75
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	45
		<u>315.506</u>
Prestações suplementares de capital		
Totta Ireland, PLC		164.973
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.		99.760
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.		25.846
Totta & Açores, Inc - Newark		453
		<u>291.032</u>
		<u>606.538</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não ocorreram movimentos nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura do Grupo BST era a seguinte:

	2013			2012		
	Participação (%)			Participação (%)		
	Directa	Indirecta	Efectiva	Directa	Indirecta	Efectiva
Banco Santander Totta, S.A.						
Filiais						
Totta Ireland, PLC	100%	-	100%	100%	-	100%
Totta & Açores Financing	100%	-	100%	100%	-	100%
Totta & Açores, Inc. - Newark	100%	-	100%	100%	-	100%
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (Ex-Madeisisa)	100%	-	100%	100%	-	100%
Partang, SGPS	0,49%	48,51%	49%	0,49%	48,51%	49%
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	-	24,99%	24,99%	-	24,99%	24,99%
Serfin International Bank & Trust	-	100%	100%	-	100%	100%
Totta Urbe - Emp. Admin. e Construções, S.A.	100%	-	100%	100%	-	100%
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	25,81%	25,81%	-	25,81%	25,81%
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100%	-	100%	100%	-	100%
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	-	-	-	-	100%	100%
Santander Pensões, S.A.	-	-	-	-	100%	100%
BST International Bank, Inc.	100%	-	100%	100%	-	100%
Taxagest, SGPS, S.A.	99%	-	99%	99%	-	99%
Associadas						
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50%	-	21,50%	21,50%	-	21,50%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A.(Santotta) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A. (Partang) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% directamente pelo BST).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Partang detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência desta operação, o BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA.

Por outro lado, o Banco tem uma opção de venda à CGD da sua participação na Partang a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Banco na Partang, com um limite de 80% do capital social e respectivos direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos por impostos correntes:		
· IRC a recuperar	10.836	1.433
· Sucursal de Londres	718	511
· Retenções na fonte	199	113
· Pagamentos especiais por conta	70	-
	-----	-----
	11.823	2.057
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
· Imposto a pagar	3.364	3.720
	=====	=====
Activos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	514.956	648.878
· Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	40.219	26.200
	-----	-----
	555.175	675.078
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	19.299	29.261
· Relativos a créditos fiscais	5.764	9.614
	-----	-----
	25.063	38.875
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Activos por impostos correntes – IRC a recuperar” inclui mEuros 9.807 pagos pelo Banco relativos a correcções efectuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos em exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correcções, o Banco apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos correntes:		
. Do exercício	(11.486)	(19.366)
. Agrupamentos Complementares de Empresas	(1.597)	(1.482)
. Contribuição especial sobre o sector bancário	(10.802)	(11.842)
. Outros	(5.332)	(2.540)
	-----	-----
	(29.217)	(35.230)
	-----	-----
Impostos diferidos:		
. Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	13.582	45.557
	-----	-----
	(15.635)	10.327
	=====	=====

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos e passivos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013			
	Saldo em 31-12-2012	Rendimento Integral	Resultados	
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Outros riscos e encargos	10.859	-	4.530	15.389
Imparidade de crédito concedido	187.861	-	14.431	202.292
Activos recebidos em dação em pagamento	20.491	-	(107)	20.384
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	1.779	-	78	1.857
Imparidade de instrumentos de capital	(5.755)	-	3.756	(1.999)
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(3.860)	-	95	(3.765)
Prejuízos fiscais reportáveis	26.200	-	14.019	40.219
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Activos fixos tangíveis	20	-	(18)	2
Cobertura de fluxos de caixa	(28.852)	15.760	-	(13.092)
Activos financeiros disponíveis para venda	232.954	(135.432)	-	97.522
Reformas antecipadas	25.222	-	(3.073)	22.149
Pensões de reforma	12.587	-	(4.466)	8.121
Alteração da política contabilística relativa a pensões	136.574	-	(13.082)	123.492
Transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	5.442	-	(521)	4.921
Prémios de antiguidade	7.871	-	552	8.423
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.226	-	(1.541)	1.685
Incentivos de longo prazo	3.584	-	(1.073)	2.511
	<u>636.203</u>	<u>(119.672)</u>	<u>13.582</u>	<u>530.112</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012			Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 31-12-2011	Rendimento Integral	Resultados	
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Outros riscos e encargos	10.029	-	830	10.859
Imparidade de crédito concedido	144.132	-	43.729	187.861
Activos recebidos em dação em pagamento	17.204	-	3.287	20.491
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	3.016	-	(1.237)	1.779
Imparidade de instrumentos de capital	(8.324)	-	2.569	(5.755)
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(4.081)	-	221	(3.860)
Prejuízos fiscais reportáveis	11.000	-	15.200	26.200
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Activos fixos tangíveis	75	-	(55)	20
Cobertura de fluxos de caixa	(16.978)	(11.874)	-	(28.852)
Activos financeiros disponíveis para venda	438.444	(205.490)	-	232.954
Reformas antecipadas	28.625	(2.385)	(1.018)	25.222
Pensões de reforma	12.585	286	(284)	12.587
Alteração da política contabilística relativa a pensões	151.748	-	(15.174)	136.574
Transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	6.047	-	(605)	5.442
Prémios de antiguidade	7.471	-	400	7.871
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.809	-	(2.583)	3.226
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	193	-	(193)	-
Incentivos de longo prazo	3.114	-	470	3.584
	<u>810.109</u>	<u>(219.463)</u>	<u>45.557</u>	<u>636.203</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva é como segue:

	2013		2012	
	Taxa de Imposto	Montante	Taxa de Imposto	Montante
Resultado antes de impostos		<u>18.084</u>		<u>(19.507)</u>
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	25,00%	4.521	-25,00%	(4.877)
Resultados imputados por ACE's	0,04%	8	-1,66%	(323)
Dividendos não tributados	-79,95%	(14.459)	-106,72%	(20.818)
Constituição/(reversão) de provisões/imparidades não totalmente tributadas	32,64%	5.903	17,94%	3.500
Benefícios fiscais	-2,13%	(386)	-1,75%	(341)
Correcções relativas a exercícios anteriores	10,89%	1.969	15,36%	2.997
Tributação autónoma	14,92%	2.699	19,07%	3.720
Contribuição especial sobre o sector bancário	59,73%	10.802	60,71%	11.842
Impacto da alteração da taxa de imposto no cálculo dos impostos diferidos	-27,11%	(4.902)	0,00%	-
Anulação de imposto diferido pela não atribuição de incentivos de longo prazo	9,83%	1.777	0,00%	-
Outros	42,60%	7.703	-30,90%	(6.027)
Impostos sobre os lucros do exercício	<u>86,46%</u>	<u>15.635</u>	<u>-52,94%</u>	<u>(10.327)</u>

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2014, o Banco passou a apurar e a registar os activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 23% (25% em 31 de Dezembro de 2012) e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29,5% (29% em 31 de Dezembro de 2012).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 46º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2011, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2011, o Banco foi sujeito em sede de IRC a uma liquidação adicional relativa a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correcções efectuadas à matéria colectável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos a reformas antecipadas e utilização de provisões para crédito vencido. Parte destas correcções são meramente temporárias.

Relativamente às liquidações adicionais recebidas (no exercício ou em exercícios anteriores), o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Proveitos a receber:		
· De colocação de fundos mobiliários geridos pela Santander Asset Management SGFIM	1.561	1.448
· De operações de crédito	237	1.179
· De outros serviços prestados	58.237	15.217
· Outros juros e rendimentos similares	7.128	13.845
· Outros	2.257	1.856
Despesas com custo diferido	6.253	6.969
Outras imobilizações financeiras		
· Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	2.093	2.762
· Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	216	443
· Trem - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem)	-	137
· Outras	17	17
Devedores diversos	42.205	50.411
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	72.477	104.673
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.503	2.465
Bonificações a receber do Estado Português	4.617	5.939
Devedores por operações sobre futuros	12.548	3.895
Outras disponibilidades	315	333
Contratos de suprimentos:		
· Santotta – Internacional, SGPS, S.A.	25.433	26.584
· Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.443	2.443
· Fafer – Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A. (Fafer)	273	273
· Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 39)	3.256	14.301
Outros	53.383	1.515
	-----	-----
	297.578	256.831
	-----	-----
Imparidade (Nota 23):		
· Contratos de suprimentos	(2.132)	(1.952)
· Activos recebidos em dação em pagamento	(14.933)	(22.920)
· Devedores e outras aplicações	(3.308)	(4.111)
	-----	-----
	(20.373)	(28.983)
	-----	-----
	277.205	227.848
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Proveitos a receber – De outros serviços prestados” inclui, essencialmente, comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus seguros (mEuros 56.843 e mEuros 13.712, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Proveitos a receber – Outros juros e rendimentos similares” refere-se ao valor a receber de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Banco e as Sociedades de Titularização. O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – Outros juros e encargos a pagar” (Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Devedores diversos” inclui o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest no montante de mEuros 24.500 referentes a resgates liquidados por conta do Fundo.

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Outros” inclui mEuros 45.022 associados a juros a receber de swaps estabelecidos com algumas entidades do sector público português (Nota 45). Por outro lado, inclui mEuros 8.388 relativos a outras operações activas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

- mEuros 38.325 relativos a cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar;
- mEuros 26.317 a receber relativos ao Sistema de Compensação de Débitos Directos;
- mEuros 14.367 relativos a valores a receber de empresas do Grupo;
- mEuros 9.957 relativos a valores a receber de fornecedores no âmbito de contratos de confirming;
- (mEuros 45.869) a pagar referentes a transferências no âmbito do SEPA (Single Euro Payments Área); e
- (mEuros 34.736) a pagar relativos a saldos credores a regularizar em ATM's.

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	6.200.000	5.837.226
Juros a pagar	41.394	-
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	16	16
	-----	-----
	6.241.410	5.837.242
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	136.765	31.788
Juros a pagar	39	47
Outros recursos	-	2
	-----	-----
	136.804	31.837
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	3.082.444	1.115.714
Depósitos	983.118	1.006.555
Outros recursos	202.242	7.236
Recursos a muito curto prazo	41.261	48.976
Juros a pagar	1.544	2.465
	-----	-----
	4.310.609	2.180.946
	-----	-----
	4.447.413	2.212.783
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	2013			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.595.639	891	(270)	1.596.260
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.070.943	426	(191)	1.071.178
Obrigações emitidas pelo BST em operações de titularização	362.758	287	(84)	362.961
Obrigações hipotecárias emitidas pelo BST	52.029	395	(379)	52.045
	-----	-----	-----	-----
	3.081.369	1.999	(924)	3.082.444
	=====	=====	=====	=====
Tipo de subjacente	2012			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	146.305	45	(9)	146.341
Obrigações do Tesouro - Espanha	969.309	123	(59)	969.373
	-----	-----	-----	-----
	1.115.614	168	(68)	1.115.714
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos” inclui mEuros 200.000 relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depósitos à ordem	4.642.923	4.917.813
Depósitos a prazo	12.991.727	14.294.091
Depósitos estruturados	2.766.499	1.764.656
Depósitos de poupança	36.599	55.081
Depósitos com pré-aviso	18.267	21.365
	-----	-----
	20.456.015	21.053.006
Cheques e ordens a pagar	83.737	128.942
Juros a pagar	155.201	168.226
Correcções de valor por operações de cobertura	(3.986)	45.294
	-----	-----
	20.690.967	21.395.468
	=====	=====

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	7.132.300	5.880.000
Readquiridas	(6.105.750)	(3.753.450)
Juros de obrigações hipotecárias	7.767	28.008
Obrigações de caixa		
Emitidas	614.557	660.960
Readquiridas	(255.541)	(33.446)
Juros a pagar	11.023	9.782
	-----	-----
	1.404.356	2.791.854
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN	141.830	160.530
Readquiridas	(2.940)	-
Juros a pagar	3	1.203
	-----	-----
	138.893	161.733
	-----	-----
Despesas com encargo diferido	(282)	(768)
Correcções de valor por operações de cobertura	(30.862)	(9.730)
	-----	-----
	1.512.105	2.943.089
	=====	=====

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Entre Maio de 2008 e Dezembro de 2013, o BST procedeu a onze emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as obrigações hipotecárias têm um património autónomo constituído por:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito a clientes (Nota 10)	8.245.739	7.675.686
Juros de crédito	8.649	8.888
Comissões	(36.575)	(34.574)
Despesas com encargo diferido	11.222	14.552
	-----	-----
	8.229.035	7.664.552
	-----	-----
Derivados de cobertura	11.642	42.106
	-----	-----
	8.240.677	7.706.658
	=====	=====

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6.370.376	(3.341.441)	2.289.570	(22.920)
. Emissões efectuadas	250.000	-	900	-
. Emissões reembolsadas	(79.416)	8.332	(2.129.940)	800.790
. Emissões readquiridas	-	(453.787)	-	(777.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6.540.960	(3.786.896)	160.530	-
. Emissões efectuadas	3.250.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.044.103)	1.004.625	(18.700)	17.040
. Emissões readquiridas	-	(3.579.020)	-	(19.980)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	<u>7.746.857</u>	<u>(6.361.291)</u>	<u>141.830</u>	<u>(2.940)</u>

Em 2012, a rubrica “Emissões reembolsadas” inclui o reembolso antecipado de obrigações emitidas ao abrigo do programa EMTN, no montante de mEuros 739.860.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do programa European Medium Term Notes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações com remuneração indexada a cabazes de acções		
. Com vencimento entre um e três anos	109.530	109.530
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre três e cinco anos	32.300	32.300
Obrigações com taxa fixa		
. Com vencimento a um ano	-	18.700
	-----	-----
	141.830	160.530
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)22. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica corresponde ao montante recebido pelas titularizações de crédito efectuadas após 1 de Janeiro de 2004, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização - Crédito a clientes		
. Crédito a empresas	353.046	485.442
. Crédito à habitação	2.090.649	355.791
Juros de passivos financeiros associados a activos transferidos		
. Crédito a empresas	1.390	1.535
. Crédito à habitação	2.454	556
	-----	-----
	2.447.539	843.324
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe desta rubrica por operação de titularização é o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Hipototta nº 4		
Capital vivo	1.103.384	1.177.349
Capital em incumprimento	84	112
Capital em contencioso	25.167	23.883
Juros	2.150	1.207
	-----	-----
	1.130.785	1.202.551
	-----	-----
Hipototta nº 5		
Capital vivo	945.687	997.032
Capital em incumprimento	28	36
Capital em contencioso	15.400	15.054
Juros	1.203	333
	-----	-----
	962.318	1.012.455
	-----	-----
Hipototta nº 7		
Capital vivo	-	1.217.069
Capital em incumprimento	-	64
Capital em contencioso	-	25.475
Juros	-	552
	---	-----
	-	1.243.160
	---	-----
Leasetotta nº 1		
Capital vivo	335.694	463.077
Capital em incumprimento	17.016	18.879
Imóveis	336	3.523
Juros	1.390	1.498
	-----	-----
	354.436	486.977
	-----	-----
Risco / benefício transferido (Nota 10)	-	(3.101.819)
	-----	-----
	2.447.539	843.324
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme referido na Nota 10, no exercício de 2013 foi liquidada antecipadamente a operação de titularização Hipototta nº 7.

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante anulado na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” na sequência da operação de desreconhecimento de parte da carteira de activos titularizados não desreconhecidos descrita na Nota 10, pode ser apresentado como segue:

Hipototta nº 4	
Capital e juros vivos	828.854
Capital e juros em incumprimento	17.351
Hipototta nº 5	
Capital e juros vivos	997.032
Capital e juros em incumprimento	15.423
Hipototta nº 7	
Capital e juros vivos	1.217.068
Capital e juros em incumprimento	26.091

	3.101.819
	=====

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013					31-12-2013
	31-12-2012	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para crédito (Nota 10)						
Créditos de cobrança duvidosa	176.774	60.942	(85.369)	-	-	152.347
Créditos e juros vencidos	557.887	339.343	(76.874)	(85.912)	-	734.444
Risco país	2.123	-	(463)	-	-	1.660
	<u>736.784</u>	<u>400.285</u>	<u>(162.706)</u>	<u>(85.912)</u>	<u>-</u>	<u>888.451</u>
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	58.359	28.899	(8.345)	-	-	78.913
Imparidade em activos não financeiros						
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	92.582	66.381	(22.093)	(25.858)	-	111.012
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 14)	3.736	-	-	-	-	3.736
Imparidade em outros activos (Nota 17)	28.983	4.352	(12.937)	(25)	-	20.373
	<u>125.301</u>	<u>70.733</u>	<u>(35.030)</u>	<u>(25.883)</u>	<u>-</u>	<u>135.121</u>
Risco país - outras aplicações	129	-	(114)	-	-	15
Riscos gerais de crédito						
. Crédito interno	158.203	13.423	(8.584)	-	-	163.042
. Crédito por assinatura	27.606	540	(9.593)	-	-	18.553
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	6.339	15.194	(7.970)	-	-	13.563
Provisões para riscos fiscais	3.362	835	-	-	-	4.197
Provisões para pensões e outros encargos	31.846	9.863	-	(16.231)	-	25.478
Outras provisões	23.678	14.707	(11.116)	(1.099)	-	26.170
	<u>251.163</u>	<u>54.562</u>	<u>(37.377)</u>	<u>(17.330)</u>	<u>-</u>	<u>251.018</u>
	<u>1.171.607</u>	<u>554.479</u>	<u>(243.458)</u>	<u>(129.125)</u>	<u>-</u>	<u>1.353.503</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012					31-12-2012
	31-12-2011	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para crédito (Nota 10)						
Créditos de cobrança duvidosa	97.553	99.489	(19.005)	(1.263)	-	176.774
Créditos e juros vencidos	332.869	342.626	(41.128)	(76.480)	-	557.887
Risco país	871	1.252	-	-	-	2.123
	<u>431.293</u>	<u>443.367</u>	<u>(60.133)</u>	<u>(77.743)</u>	<u>-</u>	<u>736.784</u>
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	48.710	17.230	(936)	(6.645)	-	58.359
Imparidade em activos não financeiros						
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	66.253	48.061	(5.230)	(16.502)	-	92.582
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 14)	2.486	1.250	-	-	-	3.736
Imparidade em outros activos (Nota 17)	24.069	10.420	(5.309)	(197)	-	28.983
	<u>92.808</u>	<u>59.731</u>	<u>(10.539)</u>	<u>(16.699)</u>	<u>-</u>	<u>125.301</u>
Risco país - outras aplicações	124	5	-	-	-	129
Riscos gerais de crédito						
. Crédito interno	132.007	39.080	(12.884)	-	-	158.203
. Crédito por assinatura	26.930	5.508	(4.832)	-	-	27.606
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	52.993	-	(46.654)	-	-	6.339
Provisões para riscos fiscais	15.062	-	-	-	(11.700)	3.362
Provisões para pensões e outros encargos	29.957	14.049	-	(12.160)	-	31.846
Outras provisões	24.093	7.061	(6.658)	(818)	-	23.678
	<u>281.166</u>	<u>65.703</u>	<u>(71.028)</u>	<u>(12.978)</u>	<u>(11.700)</u>	<u>251.163</u>
	<u>853.977</u>	<u>586.031</u>	<u>(142.636)</u>	<u>(114.065)</u>	<u>(11.700)</u>	<u>1.171.607</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as provisões para pensões e outros encargos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Planos de reestruturação	9.880	18.111
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 41)	15.598	13.735
	<u>25.478</u>	<u>31.846</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Durante o exercício de 2013, a redução ocorrida na provisão para "Riscos gerais de crédito – Crédito por assinatura" resultou, essencialmente, da redução das linhas de programas de papel comercial (Nota 27) e da execução de algumas garantias bancárias de clientes.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outras provisões" inclui:

- Provisões para processos judiciais na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de mEuros 4.094 e mEuros 3.358, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Provisões para crédito titularizado antes de 1 de Janeiro de 2004 que foi desreconhecido nos montantes de mEuros 3.374 e mEuros 3.392, respectivamente; e
- Outras provisões nos montantes de mEuros 18.702 e mEuros 16.928, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, aquelas provisões destinavam-se, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)24. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos do BST International Bank, Inc.	297.750	272.851
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	261.040	297.750
Recursos da Totta Ireland, PLC	50.000	50.000
	-----	-----
	608.790	620.601
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
Obrigações Não Perpétuas Subordinadas MC Factor 2008	2.993	2.993
	-----	-----
	1.123.290	1.135.101
Títulos readquiridos	(225.362)	(225.362)
Despesas com custo diferido	(181)	(265)
Juros a pagar	383	398
	-----	-----
	898.130	909.872
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores	9.179	1.603
Facturas em recepção e conferência	26.215	33.076
Retenção de impostos na fonte	21.481	27.789
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.534	1.526
IVA a pagar	2.751	7.828
Encargos a pagar relativos ao pessoal:		
· Prémio de antiguidade	28.552	27.140
· Férias e subsídio de férias	31.183	31.416
· Outras remunerações variáveis	24.558	17.275
· Outros custos com o pessoal	379	692
Recursos cativos	39.819	43.566
Outros recursos	1.438	1.411
Credores por valores a liquidar	14.744	8.523
Valores a regularizar com bancos e clientes	50.980	58.354
Receitas com proveito diferido	1.710	1.765
Credores por operações sobre futuros (Nota 17)	12.548	3.895
Outros juros e encargos a pagar	4.750	6.738
Adiantamentos por alienação de imóveis recebidos em dação	1.208	993
Outros	8.698	8.574
	-----	-----
	281.727	282.164
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem, essencialmente, a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do período subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2013		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	249.427	0,04	249
Outros	610.922	0,09	611
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====
	2012		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	125.169	0,02	125
Outros	735.180	0,11	735
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Banco procedeu à aquisição de 124.258 e 26.239 acções próprias, pelos montantes de mEuros 752 e mEuros 159, respectivamente.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o Banco não procedeu à distribuição de dividendos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	(330.581)	(803.290)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	44.381	99.490
Desvios actuariais de responsabilidades com pensões (Nota 39)		
Fundo de Pensões BST	(594.133)	(556.458)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres	(6.079)	(5.968)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para as NCA's	23.245	23.245
	-----	-----
	(863.167)	(1.242.981)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor	84.430	204.102
Por desvios actuariais e financeiros	169.373	161.926
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(3.860)	(4.314)
	-----	-----
	249.943	361.714
	-----	-----
	(613.224)	(881.267)
	=====	=====

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente, mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outras reservas		
Reserva legal	245.862	245.862
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e do BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras reservas	977	1.738
Resultados transitados	184.110	203.626
	-----	-----
	1.098.208	1.118.485
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido do exercício	2.449	(9.180)
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	656.723.284	656.723.284
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	14.763.681	14.702.114
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	641.959.603	642.021.170
Resultado por acção básico (em Euros)	0,0038	(0,0143)

27. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.188.428	1.220.126
Créditos documentários abertos	199.314	125.913
Activos dados em garantia		
Por empréstimo de títulos	526.722	478.250
Banco de Portugal	142.677	122.829
Fundo de Garantia de Depósitos	71.645	84.425
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.980	4.864
Outros passivos eventuais	5	5
	-----	-----
	2.133.771	2.036.412
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.218.899	4.502.905
Irrevogáveis	652.278	1.496.610
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.178	2.514
Outros compromissos irrevogáveis	11.447	11.235
Outros compromissos revogáveis	-	478.250
	-----	-----
	4.939.894	6.545.606
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	56.383.744	56.668.846
Valores recebidos para cobrança	142.214	131.479
Valores administrados pelo Banco		
Activos cedidos em operações de titularização		
Capital	181.599	203.694
Juros	190	234
Juros a reclamar à DGT	238	315
Outros	14.276.660	18.406.008
	-----	-----
	70.984.645	75.410.576
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Compromissos – Por linhas de crédito – Irrevogáveis” incluía mEuros 553.450 relativos a linhas de programas de papel comercial que se venceram durante o exercício de 2013.

Durante o exercício de 2013, a redução ocorrida na rubrica “Compromissos – Outros compromissos revogáveis” resultou, essencialmente, de uma operação de empréstimo de títulos que se venceu durante o exercício.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de mEuros 3.918. Nesse exercício, o Banco assumiu igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2013 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de mEuros 4.642 e mEuros 4.906, respectivamente (Nota 35).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas responsabilidades ascendem a mEuros 3.178 e mEuros 2.514, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais - Banco de Portugal	950	1.719
Em outras instituições de crédito	9	92
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País	5.456	8.277
Em instituições de crédito no estrangeiro	59.650	44.679
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	612.057	746.545
Crédito ao exterior	16.114	18.739
Outros créditos e valores a receber (titulados)	64.284	47.200
Activos titularizados não desreconhecidos	51.545	109.714
	-----	-----
	810.065	976.965
	-----	-----
Juros de crédito vencido (Nota 43)	7.669	8.087
Juros de outros activos financeiros		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.878	3.983
Activos financeiros disponíveis para venda	176.170	306.499
Derivados de cobertura	216.153	271.729
Devedores e outras aplicações	42	63
Outros juros e rendimentos similares – swap agreements	41.805	129.341
	-----	-----
	1.254.782	1.696.667
	=====	=====

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	9.644	23.297
De emigrantes	17.422	21.462
De outros residentes	347.298	416.219
Não residentes	23.861	21.650
	-----	-----
	398.225	482.628
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	25.542	52.015
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	943	8.448
No estrangeiro	33.662	34.072
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Obrigações	47.943	71.971
Outras	430	81.761
Juros de derivados de cobertura	185.847	230.097
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	40.464	96.719
Juros de passivos subordinados	39.155	42.892
Outros juros e encargos similares – swap agreements	59.198	154.237
Outros	116	252
	-----	-----
	433.300	772.464
	-----	-----
	831.525	1.255.092
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Unicre	985	1.036
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	881	1.075
Finangest	206	16
PME Investimentos	120	88
Unicampus	88	87
Visa	-	16
Fundo Imorent	-	355
Outras	51	68
	-----	-----
	2.331	2.741
	-----	-----
Investimentos em associadas:		
Totta Ireland, PLC	45.145	63.380
Santotta International, S.A.	10.826	8.216
Santander Gestão Activos, SGPS, S.A.	-	9.430
	-----	-----
	55.971	81.026
	-----	-----
	58.302	83.767
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	17.063	17.485
Créditos documentários abertos	3.605	3.202
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	2.823	2.369
Por compromissos revogáveis assumidos perante terceiros	4.619	4.822
Por serviços prestados		
Gestão de cartões	63.770	71.085
Operações de crédito	44.309	53.256
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	19.662	19.164
Manutenção de contas	15.225	12.801
Anuidades	14.434	14.067
Cobrança de valores	11.317	12.511
Cheques	7.260	9.657
Depósito e guarda de valores	6.016	6.915
Cadernetas	4.442	4.860
Transferência de valores	1.225	1.414
Administração de valores	163	195
Outras	554	1.690
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	39.962	31.909
Outras	424	482
Comercialização de seguros (Nota 38)	89.491	93.575
Outras comissões recebidas	18.553	16.956
	-----	-----
	364.917	378.415
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Operações de crédito	12.869	12.050
Cobrança de valores	4.113	4.017
Outros	33.528	30.539
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.730	2.137
Outras	1.273	1.208
Por compromissos assumidos por terceiros	5.574	1.734
Outras comissões pagas	147	496
	-----	-----
	59.234	52.181
	=====	=====

33. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de capital	5.635	12.629
Instrumentos derivados:		
. "FRA's"	(14)	410
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	256	(117)
Contratos de taxa de juro	13.792	4.245
Contratos sobre cotações	12.892	3.221
Outros	(10.195)	2.594
Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	476	(329)
Contratos de taxa de juro	-	104
Contratos sobre cotações	(25)	497
Contratos de garantia de taxa de juro	63	(49)
Outros	134	-
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.769)	13.874
	-----	-----
	21.245	37.079
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Derivados de cobertura:		
"Swaps":		
Contratos de taxa de juro	62.396	(90.868)
Contratos sobre cotações	(43.653)	(2.568)
Opções - "Auto-callable"	17.642	(64.480)
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura:		
. Crédito a clientes	(1.738)	774
. Activos financeiros disponíveis para venda	(95.965)	111.437
. Recursos de clientes e outros empréstimos	49.207	(44.749)
. Responsabilidades representadas por títulos	11.803	90.199
	-----	-----
	(308)	(255)
	-----	-----
	20.937	36.824
	=====	=====

34. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2013			2012		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros disponíveis para venda	4.294	(1)	4.293	7.939	(8.795)	(856)
Reavaliação cambial	46.137	(42.152)	3.985	42.071	(36.432)	5.639
Resultado de alienação de outros activos						
Títulos próprios	-	(11.347)	(11.347)	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	2.695	(3.869)	(1.174)	2.855	(4.223)	(1.368)
Outros activos tangíveis	2.145	(1.091)	1.054	831	(215)	616
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	(30)	(30)
Alienação de crédito concedido a clientes (Nota 10)	2.946	-	2.946	5.545	(1.605)	3.940
Propriedades de investimento:						
. Resultados realizados	745	(304)	441	-	-	-
Outros	-	(1.474)	(1.474)	-	-	-
	8.531	(18.085)	(9.554)	9.231	(6.073)	3.158
	58.962	(60.238)	(1.276)	59.241	(51.300)	7.941

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as perdas geradas na rubrica "Resultado de alienação de outros activos – Títulos próprios" respeitaram à recompra de obrigações de caixa próprias acima do seu valor nominal, e foram na sua maioria compensadas por ganhos na liquidação de operações de derivados.

35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros rendimentos de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	15.455	16.847
Recuperação de créditos incobráveis	7.457	8.638
Rendimentos da prestação de serviços diversos	5.585	5.135
Reembolso de despesas	2.787	2.942
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	996	1.299
Rendas de locação operacional	756	322
Outros	2.013	2.214
	-----	-----
	35.049	37.397
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(5.049)	(3.781)
Contribuições para o FGD (Nota 27)	(4.642)	(4.906)
Outros impostos		
Directos	(1.651)	(1.586)
Indirectos	(629)	(728)
Perdões de dívida	(6.341)	(13.584)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(10.677)	(11.885)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(4.848)	(4.385)
Fundo de Resolução	(4.205)	-
Outros encargos e gastos operacionais	(12.891)	(13.406)
Perdas não realizadas em propriedades de investimento (Nota 13)	(469)	-
	-----	-----
	(51.402)	(54.261)
	-----	-----
	(16.353)	(16.864)
	=====	=====

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização	6.310	5.675
Empregados	184.908	185.823
Plano de acções (Nota 42)	1.715	2.982
Remunerações variáveis	16.655	17.838
	-----	-----
	209.588	212.318
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	49.861	50.924
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 39)	1.924	(2.167)
Outros encargos sociais obrigatórios	757	905
Efeito da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social	-	59
Redução das responsabilidades com subsídio por morte (Nota 39)	(416)	(13.745)
	-----	-----
	52.126	35.976
	-----	-----
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	599	556
Plano complementar de reforma (Nota 39)	583	583
Outros	4.052	5.106
	-----	-----
	5.234	6.245
	-----	-----
	266.948	254.539
	=====	=====

Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para este efeito (Nota 23).

O saldo da rubrica "Encargos sociais obrigatórios - Redução das responsabilidades com subsídio por morte" refere-se à diminuição de responsabilidades com reformados e pensionistas resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual introduziu um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços especializados	39.278	40.367
Manutenção de software e equipamento informático	35.082	31.929
Comunicações	12.903	14.234
Rendas e alugueres	12.678	13.450
Fornecimentos	9.678	10.414
Publicidade e edição de publicações	9.538	10.480
Deslocações, estadas e representação	4.502	4.922
Conservação e reparação	2.923	2.530
Transportes	2.314	2.371
Formação de pessoal	1.804	1.792
Seguros	879	775
Outros	3.083	3.902
	-----	-----
	134.662	137.166
	=====	=====

38. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos (Nota 17), de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>			<u>2012</u>		
	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u> (Nota 31)	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u> (Nota 31)
Santander Totta Seguros	77.747	204	77.951	82.313	239	82.552
Liberty Seguros	-	10.268	10.268	-	9.699	9.699
Outras	-	1.272	1.272	-	1.324	1.324
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	77.747	11.744	89.491	82.313	11.262	93.575
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros activos – Proveitos a receber – De outros serviços prestados” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Santander Totta Seguros	56.843	13.712
Outras	1.197	1.006
	-----	-----
	58.040	14.718
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante os últimos três trimestres de 2013 e ao último trimestre de 2012, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)39. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2013 e 2012 pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2013 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2013	2012	2011	2010	2009
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	282.028	251.252	210.669	275.580	255.009
. Pensionistas	22.891	21.002	18.455	36.406	34.692
. Reformados e reformados antecipadamente	399.434	388.656	387.608	855.952	896.251
	<u>704.353</u>	<u>660.910</u>	<u>616.732</u>	<u>1.167.938</u>	<u>1.185.952</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	137.970	129.267	117.422	127.822	127.877
- Subsídio por morte	4.562	4.331	16.973	18.184	17.728
	<u>846.885</u>	<u>794.508</u>	<u>751.127</u>	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	840.543	784.937	758.244	1.312.888	1.395.849
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>(6.342)</u>	<u>(9.571)</u>	<u>7.117</u>	<u>(1.056)</u>	<u>64.292</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	42.565	73.518	(103.831)	-	(51.086)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(1.775)	(25.383)	(23.708)	(29.458)	(21.172)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(3.115)	(15.796)	339.627	103.392	61.639
	<u>(4.890)</u>	<u>(41.179)</u>	<u>315.919</u>	<u>73.934</u>	<u>40.467</u>
	<u>37.675</u>	<u>32.339</u>	<u>212.088</u>	<u>73.934</u>	<u>(10.619)</u>

O aumento das responsabilidades no exercício de 2013 é explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados.

A diminuição das responsabilidades com subsídio por morte no exercício de 2012 é justificada, essencialmente, pelas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 133/2012 de 27 de Junho, o qual prevê um limite máximo para o valor do subsídio por morte igual a seis vezes o valor do indexante dos apoios sociais. O ganho no exercício de 2012 resultante da diminuição de responsabilidades como consequência desta alteração foi de mEuros 13.745 (Nota 36).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	4,00%	4,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	4,30%	4,85%
- Inactivos	3,54%	4,00%
Taxa de crescimento salarial para 2014 e 2015 (2013 e 2014)	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial após 2015 (2014)	2,35%	2,35%
Taxa de crescimento das pensões para 2014 e 2015 (2013 e 2014)	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2015 (2014)	1,35%	1,35%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Em 2013, as taxas de desconto para os activos de 4,30% e de 3,54% para os inactivos correspondem a uma taxa média de 4%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse utilizada uma taxa de 4% para a totalidade da população. Em 2012 a taxa correspondente foi de 4,5%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do sector bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:		
. Para 2014 e 2015 (para 2013 e 2014)	0,50%	0,50%
. Após 2015 (após 2014)	2,35%	2,35%
Inflação (n.º 1 do Artigo 27.º)	1,75%	1,75%
Inflação (n.º 2 do Artigo 27.º)	2,00%	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2013		Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012		Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011		Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro		Redução de 0,5% por ano

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de Dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 2014 e para 2015 para os 66 anos, deixando contudo de ser aplicável o factor de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa que se têm verificado implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a conseqüente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Responsabilidades no início do período	794.508	751.127
Custo dos serviços correntes	1.054	398
Custo dos juros	32.880	37.483
(Ganhos)/perdas actuariais	40.790	48.135
Reformas antecipadas	14.028	9.862
Valores pagos	(38.285)	(41.005)
Contribuições dos empregados	2.326	2.297
Diminuição de responsabilidades com subsídio por morte (Nota 36)	(416)	(13.745)
Acerto das responsabilidades transferidas para a Segurança Social	-	(44)
Responsabilidades no fim do exercício	846.885	794.508
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2013 e 2012, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 36):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo dos serviços correntes	1.054	398
Custo dos juros	32.880	37.483
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(32.449)	(40.748)
	-----	-----
Plano de benefício definido	1.485	(2.867)
Plano de contribuição definida	42	39
Plano da Sucursal de Londres	397	603
Outros	-	58
	-----	-----
	1.924	(2.167)
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios actuariais em 2013 e 2012 no Banco foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	524.119

Perdas actuariais com pensões geradas em 2012	37.239
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2012	(12.913)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte geradas em 2012	10.896
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte gerados em 2012	(2.883)

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 26)	556.458

Perdas actuariais com pensões geradas em 2013	32.728
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2013	(2.653)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte geradas em 2013	8.062
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte gerados em 2013	(462)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 26)	594.133
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios actuariais com pensões em 2013 e 2012 podem ser explicados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alteração de pressupostos actuariais	34.831	60.058
Alteração da tabela salarial com impacto em pensões e salários	(4.362)	(24.152)
Alterações na população	2.693	1.837
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(4.049)	(5.227)
. Por permanência	3.299	3.636
. Por pensões de sobrevivência e orfandade	3.074	2.505
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(2.758)	(1.418)
	-----	-----
	32.728	37.239
	=====	=====

Em 2013 a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da redução da taxa de desconto de 4,5% para 4,0%, em média.

Em 2012 a alteração de pressupostos actuariais incluiu o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,5% para 4,5%, em média, e das alterações das taxas de crescimento das pensões e de crescimento salarial, para os anos de 2013 e 2014, de 1,35% para 0,00% e de 2,35% para 0,5%, respectivamente.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram revistos tendo em conta a actual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores actuais, particularmente nos exercícios de 2014 e 2015.

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2013 e 2012 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,63% e 2,46%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial em 2013 e 2012.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2013 e 2012 podem ser explicados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alteração de pressupostos	7.734	13.460
Alterações salariais e de nível	130	(2.293)
Outros	198	(271)
	-----	-----
	8.062	10.896
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O impacto global das alterações nas responsabilidades com pensões e outros benefícios dos colaboradores com referência a 1 de Janeiro de 2005, aquando da transição para as NCA's, foi o seguinte:

	Impacto global	Amortização (2013)	Amortização (2012)
Responsabilidades relativas a cuidados de saúde (SAMS)	117.988	9.076	9.076
Subsídio por morte	14.788	-	986
Reformas antecipadas diferidas no activo em 31.12.04	196.126	-	13.075
Aumento de responsabilidades relativo à alteração das taxas de desconto, de aumento de salários e de pensões	136.279	-	9.085
Aumento de responsabilidades relativo à alteração da tábua de mortalidade	62.941	4.842	4.842
Flutuação de valores, líquida de provisões em 1 de Janeiro de 2004	44.991	-	2.999
Aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, por alteração de pressupostos	21.755	-	1.450
Flutuação de valores no exercício de 2004	18.013	-	1.201
Alteração de pressupostos financeiros em 2004	10.038	-	669
Aumento do custo do exercício de 2004	13.740	-	917
	-----	-----	-----
	636.659	13.918	44.300
	=====	=====	=====

De acordo com o Aviso nº 4/2005, foi definido que o reconhecimento daquelas alterações em resultados transitados seria efectuado de forma faseada, consoante fosse relativo à alteração da tábua de mortalidade, à alteração de outros pressupostos relativos a responsabilidades com pensões e a cuidados médicos pós emprego. Em 2008, na sequência do Aviso nº 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do montante por reconhecer em 30 de Junho de 2008 foi prolongado por mais três anos face à data inicial, terminando em 31 de Dezembro de 2014.

	2013	2012
Responsabilidades a reconhecer em resultados transitados	636.659	636.659
Amortização em 2005	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2006	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2007	(116.993)	(116.993)
Amortização até 30 de Junho de 2008	(58.497)	(58.497)
Amortização de Julho a Dezembro de 2008	(22.150)	(22.150)
Amortização em 2009	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2010	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2011	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2012	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2013	(13.918)	-
(Insuficiência)/Excesso de financiamento (plano de benefício definido)	(6.342)	(9.571)
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(4.317)	(3.961)
	-----	-----
Valor reflectido no activo (Nota 17)	3.256	14.301
	=====	=====

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo activos e reformados.

Em 2014, o BST espera efectuar uma contribuição de mEuros 2.694 para o seu plano de benefício definido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.409	5.518
Pensionistas	996	954
Reformados e reformados antecipadamente	5.339	5.332
	-----	-----
	<u>11.744</u>	<u>11.804</u>
	=====	=====

⁽¹⁾ Dos quais 181 e 177 empregados pertencem ao plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2013 e 2012 foram as seguintes:

	Activos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de Dezembro de 2011	157	5.451	5.338	926
Saídas:				
. De activos	(18)	(55)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(77)	(32)
Transferências	-	(56)	56	-
Entradas	38	1	15	60
Número total em 31 de Dezembro de 2012	177	5.341	5.332	954
Saídas:				
. De activos	(16)	(42)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(78)	(30)
Transferências	-	(74)	74	-
Entradas	20	3	11	72
Número total em 31 de Dezembro de 2013	181	5.228	5.339	996

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do Banco durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244

Contribuições do Banco (monetárias)	8.959
Contribuições dos empregados	2.297
Rendimento líquido do Fundo	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	40.748
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	15.796
Valores pagos	(41.005)
Transferência para a Segurança Social	(102)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	784.937

Contribuições do Banco (monetárias)	56.000
Contribuições dos empregados	2.326
Rendimento líquido do Fundo	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	32.449
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	3.116
Valores pagos	(38.285)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	840.543
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2013 e 2012 foram de 4,66% e 7,65%, respectivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do Banco prevê que a carteira de activos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente acções, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do Banco em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Activos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Liquidez	0% a 15%
Imobiliário	5% a 25%
Obrigações Taxa Fixa	0% a 40%
Obrigações Taxa Variável	20% a 60%
Commodities	0% a 5%
Acções	0% a 35%
Alternativos	0% a 10%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição do Fundo de Pensões do Banco era como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	-	14.394
. Rating BBB	83.939	139.877
. Rating BB	164.839	124.042
. Rating B	22.161	17.822
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	36.372	13.082
Fundos de Investimento Mobiliário	207.011	221.462
Fundos de Investimento Imobiliário	141.059	150.809
Depósitos	75.556	33.936
Imóveis:		
. Espaços comerciais	63.316	67.966
. Terrenos	860	860
Instrumentos de capital:		
. Acções portuguesas – cotadas	2.582	-
. Acções portuguesas – não cotadas	152	152
. Acções estrangeiras – cotadas	44.316	-
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	(1.765)	-
Outros	145	535
	-----	-----
	840.543	784.937
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a metodologia de apuramento do justo valor dos activos e passivos acima referidos adoptada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, tal como preconizada na IFRS 13, (Nota 43) foi como segue:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de Investimento	138.865	16.004	193.201	348.070	141.699	18.020	212.552	372.271
Instrumentos de dívida	246.197	22.846	38.268	307.311	230.436	47.076	31.705	309.217
Instrumentos de capital	46.898	-	152	47.050	-	-	152	152
Instrumentos financeiros derivados	(1.765)	-	-	(1.765)	-	-	-	-
Imóveis	-	-	64.176	64.176	-	-	68.826	68.826
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	430.195	38.850	295.797	764.842	372.135	65.096	313.235	750.466
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imóveis arrendados	21.918	22.791
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	160.279	168.989
	-----	-----
	182.197	191.780
	=====	=====

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2013 e 2012, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 36).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estavam abrangidos por este plano 111 e 107 colaboradores, respectivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativos ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento salarial	3,70%	2,80%
Taxa de crescimento das pensões	2,10%	1,90%
Taxa de inflação	2,70%	2,20%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	35.037	35.303
Cobertura – valor patrimonial do Fundo	30.720	31.342
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.317)	(3.961)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011	29.260

Custo dos serviços correntes	207
Custo dos juros	1.447
Perdas actuariais	4.533
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	687

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2012	35.303

Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.513
Perdas actuariais	(353)
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(745)

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2013	35.037
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	25.440

Rendimento líquido do Fundo	2.916
Contribuição da Sucursal	3.219
Valores pagos	(831)
Variações cambiais	598

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	31.342

Rendimento líquido do Fundo	741
Contribuição da Sucursal	152
Valores pagos	(855)
Variações cambiais	(660)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013	30.720
	=====

Os custos com o plano de benefício definido nos exercícios de 2013 e 2012 da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo dos serviços correntes	174	207
Custo dos juros	1.513	1.447
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(1.290)	(1.051)
	-----	-----
	397	603
	===	===

Os desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentam o seguinte detalhe e movimento:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.212

Perdas actuariais com pensões em 2012	4.533
Ganhos financeiros com pensões em 2012	(1.865)
Variações cambiais	88

Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Nota 26)	5.968

Perdas actuariais com pensões em 2013	(353)
Ganhos financeiros com pensões em 2013	548
Variações cambiais	(84)

Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 26)	6.079
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Instrumentos de dívida	25.218	26.649
Instrumentos de capital	5.413	4.497
Depósitos	89	196
	-----	-----
Valor do Fundo	30.720	31.342
	=====	=====

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor actualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rendibilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões; contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rendibilidade do Fundo de Pensões.
- Risco de longevidade – o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2013, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada àquela data conduziria aos seguintes impactos no valor actual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo a Sucursal de Londres):

	<u>(Redução)/Acréscimo</u>	
	<u>em %</u>	<u>em valor</u>
Alteração na taxa de desconto:		
. Acréscimo de 0,5%	(7,5%)	(61.988)
. Redução de 0,5%	8,5%	70,339
Alteração da taxa de crescimento dos salários:		
. Acréscimo de 0,5%	5,1%	42.095
. Redução de 0,5%	(4,6%)	(37.779)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:		
. Acréscimo de 0,5%	7,8%	64,147
. Redução de 0,5%	(7,2%)	(59.372)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde (SAMS) decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2013			2012		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição +1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição +1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.228	32.130	43.814	5.341	26.997	36.813
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	181	104	142	177	59	81
Pensionistas	996	4.784	6.524	954	4.537	6.187
Reformados e reformados antecipadamente	5.339	79.725	108.717	5.332	77.787	106.073
	11.744	116.743	159.197	11.804	109.380	149.154

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefícios definidos em virtude de as mesmas estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

40. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**Descrição das operações**

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração, através de uma operação cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta n.º 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização em Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização em Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.752.357.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada por BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada por Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.792.480.

Em Outubro de 2011, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 8. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 907.828.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 11 e o Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 626.373.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 7. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.196.403.

Parte dos Fundos Hipototta e Leasetotta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo Santander não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Hipototta e o LeaseTotta PLC/Ltd emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2013, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	164.951	A-	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	10.636	A-	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	4.687	A-	Ba2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>180.274</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>191.274</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 4 PLC							
Divida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	971.232	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	35.335	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	111.592	B	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.118.159</u>					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.132.159</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	847.992	BBB	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	BBB-	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BBB-	B2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>954.992</u>						
Classe F	10.000	9.951	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>964.943</u>						

Leasetotta nº 1 Ltd					
Divida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.040.000	100.933	AAH	Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000		Janeiro de 2042	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.300.000</u>	<u>360.933</u>			
Classe C	65.000	65.000		Janeiro de 2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.365.000</u>	<u>425.933</u>			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta nº 1 Ltd vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta e para o LeaseTotta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta e o LeaseTotta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4, as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5 e as obrigações da classe C, no que se refere ao LeaseTotta nº 1 Ltd constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito. Para as obrigações da classe C do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

Para as operações de titularização efectuadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004, o Banco registou a venda dos créditos cedidos, mantendo um registo em contas extrapatrimoniais por contrato titularizado dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada contrato e dos montantes de bonificações a receber da Direcção Geral do Tesouro (Nota 27).

Os créditos à habitação relativos às operações de titularização que ocorreram após 1 de Janeiro de 2004 não foram desconhecidos do balanço, tendo o Banco registado no activo os créditos concedidos e no passivo o valor recebido equivalente aos créditos titularizados (Notas 10 e 22).

Em 31 de Dezembro de 2010, após a venda de parte das Notes relacionadas com operações de titularização que detinha na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, o Banco considerou a transferência de parte do risco / benefício dos créditos e reconheceu na mesma medida parte dos activos titularizados (Nota 10).

Durante o exercício de 2013, o Banco passou a reconhecer a totalidade dos créditos desconhecidos anteriormente (Nota 10).

O Banco mantém registadas as provisões calculadas para a totalidade dos créditos cedidos não desconhecidos de acordo com o Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro do Banco de Portugal, que alterou o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho.

41. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções nos exercícios de 2013 e 2012 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Banco	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Banco	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Portugal
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal
Santander Pensões, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Banco	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
Santander Global Facilities	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Sovereign Bank	EUA
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda	Portugal
Retama Real Estate, SL	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Cater Allen International Limited	Reino Unido
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	2013			
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Banco	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Banco e controladas conjuntamente pelo Banco	Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Banco
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.674	-	-	1.302
Activos financeiros detidos para negociação	257.490	239.248	25.416	2.726
Activos financeiros disponíveis para venda	-	258.089	107	9.251
Aplicações em instituições de crédito	1.161.342	718.873	1.686	218.357
Crédito a clientes	-	102.496	35.717	13.151
Derivados de cobertura	174.964	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	50.783
Outros activos	17.536	25.439	-	64.722
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.552.750)	-	-	(53.544)
Recursos de outras instituições de crédito	(574.924)	(261.864)	(154.986)	(7.099)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(131.797)	(115.144)	(10.801)	(1.402.466)
Responsabilidades representadas por títulos	(46.160)	(152.130)	-	(65.941)
Derivados de cobertura	(370.487)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(894.004)	-	(4.307)
Outros passivos	(1.296)	(7.411)	-	(1.070)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(259.729)	(11.668)	(145)	(5.905)
Juros e encargos similares	226.202	55.382	551	69.846
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(55.971)	(1.035)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(161)	(17.466)	-	(85.686)
Encargos com serviços e comissões	26	6.410	-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(172.081)	-	-	2.092
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	240	-	-
Resultados de reavaliação cambial	(642)	-	-	312
Outros resultados de exploração	-	-	-	(192)
Custos com o pessoal	-	225	-	-
Gastos gerais administrativos	-	3.354	-	39.273
Amortizações do exercício	-	-	-	32.954
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	17.821	-	-
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	11.642	2.961	-	96.969
Garantias recebidas	710	300.000	-	1.400
Compromissos perante terceiros	19.669	10.977	6.058	48.386
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.678.434	-	23.078	819.796
Responsabilidades por prestações de serviços	14.394.797	478.616	32.487	2.741.556

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012			
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Banco	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Banco e controladas conjuntamente pelo Banco	Empresas significativamente influenciadas pelo Banco	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Banco
Activos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.372	-	-	8.103
Activos financeiros detidos para negociação	262.786	66.964	-	5.825
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	107	5.973
Aplicações em instituições de crédito	1.708.173	1.036.041	-	1.405
Crédito a clientes	-	-	-	38.179
Derivados de cobertura	247.437	-	-	-
Outros activos	14.553	27.964	41	15.265
Passivos:				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.835.739)	(66.964)	-	(69.014)
Recursos de outras instituições de crédito	(599.332)	(250.707)	(158.341)	(24.286)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(85.028)	(61.592)	(9.545)	(1.818.110)
Responsabilidades representadas por títulos	(80.811)	(253.663)	-	(282.569)
Derivados de cobertura	(453.444)	(6)	-	-
Outros passivos subordinados	-	(905.827)	-	(4.311)
Outros passivos	(2.886)	(1.688)	-	(1.787)
Demonstração dos resultados				
Juros e rendimentos similares	(376.107)	(2.444)	(5)	(8.121)
Juros e encargos similares	332.921	57.542	958	90.608
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(81.025)	(1.076)	-
Rendimentos de serviços e comissões	(275)	(16.833)	-	(84.714)
Encargos com serviços e comissões	880	909	-	1.768
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(644.963)	(442)	-	22.030
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(2.236)	-	-
Resultados de reavaliação cambial	(360)	-	-	(311)
Outros resultados de exploração	-	-	-	(198)
Gastos gerais administrativos	-	3.541	-	34.801
Extrapatrimoniais:				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	15.784	396	-	523.224
Garantias recebidas	710	-	-	1.400
Compromissos perante terceiros	515	-	784	561.030
Operações cambiais e instrumentos derivados	21.073.204	4.000.284	881	1.073.094
Responsabilidades por prestações de serviços	6.493.667	15.163.398	34.592	3.237.645

ÓRGÃOS SOCIAIS**Conselho de Administração**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 1.009 e mEuros 1.135, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nessas datas mEuros 6.310 e mEuros 5.675, respectivamente (Nota 36).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 42 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica "Custos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é apresentado de seguida:

	2013	2012
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	-	84
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	118	217
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	11	11
	-----	-----
	129	312
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	--	n/a

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.2. m).

Em Assembleia Geral de Accionistas do BST de 30 de Maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento da pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 15.998 e mEuros 13.735, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 23).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

A remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas do Banco e respectivas empresas da rede no exercício de 2013, excluindo IVA, foi a seguinte:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria Externa (a)	607
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade (a)	1.278
Consultoria Fiscal (b)	122
Outros (b)	95

	2.102
	=====

- (a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício de 2013, independentemente da sua facturação.
(b) Corresponde aos montantes facturados durante o exercício de 2013.

42. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovados até ao momento seis ciclos. O BST está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção para os primeiros três ciclos e o retorno total para o accionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Acções Vinculado a Objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326.681	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	540.822	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	571.640	7,51
Quarto	9 de Julho de 2012	200.897	4,88
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n.a.

Conforme descrito na Nota 1.2. o), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 2013 e 2012, o custo total do “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander” para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	-	547
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	710	1.420
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	1.015	1.015
	-----	-----
	1.715	2.982
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:					
PI12	725.639	4,5112	jul-2012	309	2009
PI13	763.564	5,5707	jul-2013	311	2010
PI14	590.678	4,5254	jul-2014	299	2011
Movimento em 2012:					
PI 12 - Acções Disponibilizadas	(194.471)	-	jul-2012	(307)	-
PI 12 - Acções não Disponibilizadas ^(b)	(456.829)	-	-	-	-
PI 12 - Anulações ^(a)	(74.339)	-	-	(2)	-
PI 13 - Anulações ^(a)	(76.339)	-	-	(2)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2012:					
PI13	687.225	5,5707	jul-2013	309	2010
PI14	590.678	4,5254	jul-2014	299	2011
Movimento em 2013:					
PI13 - Acções não disponibilizadas	(687.225)	-	jul-2013	(309)	-
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2013:					
PI14	590.678	4,5254	jul-2014	299	2011

Notas:

^(a) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

^(b) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

Para o Plano de Acções Vinculados a Objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2013 (6º ciclo), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de vigência do plano;
- O valor relacionado com a posição relativa do retorno total para o accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “MonteCarlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI14
Volatilidade (*)	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	6,06%
Taxa de juro sem risco	4,073%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação acima referido assume um valor percentual de 55,39% para o PI14, ao qual se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo do RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)43. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2013				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	465.224	55.609	-	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.839.142	-	-	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.294.356	-	21.045	(78.913)	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	-	3.893.566	-	-	3.893.566
Crédito a clientes	42.609	27.062.830	-	(888.451)	26.216.988
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	199.427
	<u>7.375.534</u>	<u>31.537.755</u>	<u>298.360</u>	<u>(967.364)</u>	<u>38.244.285</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.447.413	-	-	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	16.985.815	83.737	-	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.427.511	84.594	-	-	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	2.447.539	-	-	2.447.539
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	370.684
Outros passivos subordinados	-	898.130	-	-	898.130
	<u>7.039.378</u>	<u>31.104.901</u>	<u>83.737</u>	<u>-</u>	<u>38.228.016</u>
2012					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.472	210.764	-	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	270.064	63.695	-	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.332.457	-	-	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.139.630	-	21.506	(58.359)	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	-	4.016.336	-	-	4.016.336
Crédito a clientes	49.566	24.595.515	-	(736.784)	23.908.297
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	284.850
	<u>7.888.512</u>	<u>29.023.387</u>	<u>295.965</u>	<u>(795.143)</u>	<u>36.412.721</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	-	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.115.705	-	-	-	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.212.783	-	-	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.132	18.196.394	128.942	-	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.737.250	205.839	-	-	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	843.324	-	-	843.324
Derivados de cobertura	455.912	-	-	-	455.912
Outros passivos subordinados	-	909.872	-	-	909.872
	<u>8.378.999</u>	<u>28.205.454</u>	<u>128.942</u>	<u>-</u>	<u>36.713.395</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2013 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

No exercício de 2012, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros, excepto no que se refere à reclassificação das unidades de participação dos Fundos “Lusimovest” e “Novimovest” da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” (Nota 8).

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2013					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	66.065	-	66.065	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.924.202	(1.901.189)	23.013	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.878	(1.769)	1.109	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	240.856	(174.581)	66.275	472.709	-	472.709
Crédito a clientes	990.894	(445.059)	545.835	-	-	-
Derivados de cobertura	401.580	(334.889)	66.691	-	(55.109)	(55.109)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(60.147)	(60.147)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	95.465	(398.291)	(302.826)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	31.511	(79.428)	(47.917)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(40.464)	(40.464)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(39.155)	(39.155)	-	-	-
	3.753.451	(3.474.972)	278.479	472.709	(55.109)	417.600
Garantias prestadas	21.157	(217)	20.940	-	-	-
Linhas de crédito	16.662	(323)	16.339	-	-	-

	2012					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	54.767	-	54.767	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.234.462	(3.211.260)	23.202	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	17.857	-	17.857	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	429.512	(26.024)	403.488	708.585	-	708.585
Crédito a clientes	1.125.448	(497.560)	627.888	-	-	-
Derivados de cobertura	421.663	(537.945)	(116.282)	40.944	-	40.944
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(94.536)	(94.536)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	43.312	(527.764)	(484.452)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	102.829	(166.363)	(63.534)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(96.719)	(96.719)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(42.892)	(42.892)	-	-	-
	5.429.850	(5.201.063)	228.787	749.529	-	749.529
Garantias prestadas	23.862	(533)	23.329	-	-	-
Linhas de crédito	8.847	(4.975)	3.872	-	-	-

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 3.985 e de mEuros 5.639, respectivamente (Nota 34).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	950	-	950	1.719	-	1.719
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9	-	9	92	-	92
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.878	-	2.878	3.983	-	3.983
Activos financeiros disponíveis para venda	176.170	-	176.170	306.499	-	306.499
Aplicações em instituições de crédito	65.106	-	65.106	52.956	-	52.956
Crédito a clientes	757.233	(116)	757.117	935.937	(250)	935.687
	1.002.346	(116)	1.002.230	1.301.186	(250)	1.300.936
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(25.542)	(25.542)	-	(52.015)	(52.015)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(34.605)	(34.605)	-	(42.521)	(42.521)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.872	(398.225)	(389.353)	8.417	(482.630)	(474.213)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(48.373)	(48.373)	-	(153.732)	(153.732)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(40.464)	(40.464)	-	(96.719)	(96.719)
Outros passivos subordinados	-	(39.155)	(39.155)	-	(42.892)	(42.892)
	8.872	(586.364)	(577.492)	8.417	(870.509)	(862.092)
Garantias prestadas	20.669	-	20.669	20.687	-	20.687
Linhas de crédito	7.443	-	7.443	7.190	-	7.190

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	42.844	(14.142)	28.702	53.201	(13.259)	39.942
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.321	-	37.321	34.895	-	34.895

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2013 e 2012 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 7.669 e mEuros 8.087, respectivamente (Nota 28).

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2013			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	38.085	38.321	4.202	42.523	38.085	(4.477)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	225.613	2.344.446	2.075.000	(267.880)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.576.534)	(3.625.401)	3.986	(3.621.415)	3.579.439	33.602
Responsabilidades representadas por títulos	(1.441.104)	(1.458.373)	30.862	(1.427.511)	1.449.526	(23.554)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	4.492.042	4.492.042	-	4.492.042	5.450.000	80.640
Responsabilidades representadas por títulos	1.141.190	1.141.190	-	1.141.190	650.000	10.412
	2.728.679	2.706.612	264.663	2.971.275	13.242.050	(171.257)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	43.084	43.446	6.101	49.547	43.085	(6.415)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.833	321.578	2.440.411	2.075.000	(363.798)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.999.652)	(3.024.838)	(45.294)	(3.070.132)	3.143.377	60.475
Responsabilidades representadas por títulos	(2.712.943)	(2.746.980)	9.730	(2.737.250)	2.727.613	(2.590)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.974.694	3.974.694	-	3.974.694	2.950.000	141.266
	<u>380.183</u>	<u>365.155</u>	<u>292.115</u>	<u>657.270</u>	<u>10.939.075</u>	<u>(171.062)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2013					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps de taxa de juro	<u>40.959</u>	<u>8.125</u>	<u>6.861</u>	<u>48.869</u>	<u>(13.762)</u>	<u>91.052</u>

	2012					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps de taxa de juro	<u>33.743</u>	<u>12.489</u>	<u>3.821</u>	<u>61.976</u>	<u>29.237</u>	<u>141.266</u>

Os ganhos e perdas financeiras reconhecidas nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	2013			2012		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(1.738)	1.738	-	774	(774)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(95.965)	95.965	-	111.437	(111.437)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.207	(29.352)	19.855	(44.749)	45.000	251
Responsabilidades representadas por títulos	11.803	(31.966)	(20.163)	90.199	(90.705)	(506)
	<u>(36.693)</u>	<u>36.385</u>	<u>(308)</u>	<u>157.661</u>	<u>(157.916)</u>	<u>(255)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	520.833	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.839.142	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.222.871	13.617	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	-	3.893.566	3.893.566
Crédito a clientes	42.523	26.174.465	26.216.988
Derivados de cobertura	199.427	-	199.427
	<u>7.303.963</u>	<u>30.940.322</u>	<u>38.244.285</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.447.413	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.621.415	17.069.552	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.427.511	84.594	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	2.447.539	2.447.539
Derivados de cobertura	370.684	-	370.684
Outros passivos subordinados	-	898.130	898.130
	<u>7.039.378</u>	<u>31.188.638</u>	<u>38.228.016</u>
<u>2012</u>			
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	352.236	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	333.759	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.332.457	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.087.985	14.792	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	-	4.016.336	4.016.336
Crédito a clientes	49.547	23.858.750	23.908.297
Derivados de cobertura	284.850	-	284.850
	<u>7.836.848</u>	<u>28.575.873</u>	<u>36.412.721</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	5.837.242	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.115.705	-	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	-	2.212.783	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.070.132	18.325.336	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.737.250	205.839	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	843.324	843.324
Derivados de cobertura	455.912	-	455.912
Outros passivos subordinados	-	909.872	909.872
	<u>8.378.999</u>	<u>28.334.396</u>	<u>36.713.395</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2013					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	239.249	-	1.599.893	-	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.334.410	64.914	(330.581)	225.613	(71.485)	5.222.871
Crédito a clientes	38.085	322	-	4.202	(86)	42.523
Derivados de cobertura	-	-	199.427	-	-	199.427
	<u>5.611.744</u>	<u>65.236</u>	<u>1.468.739</u>	<u>229.815</u>	<u>(71.571)</u>	<u>7.303.963</u>
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.619.768	-	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.576.534	48.867	-	(3.986)	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	1.441.104	17.269	-	(30.862)	-	1.427.511
Derivados de cobertura	-	-	370.684	-	-	370.684
	<u>5.017.638</u>	<u>66.136</u>	<u>1.990.452</u>	<u>(34.848)</u>	<u>-</u>	<u>7.039.378</u>
	2012					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	
Activo						
Activos financeiros detidos para negociação	233.413	-	2.099.044	-	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.065	1.175	1.769	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.564.582	56.761	(803.290)	321.578	(51.646)	5.087.985
Crédito a clientes	43.084	380	-	6.101	(18)	49.547
Derivados de cobertura	-	-	284.850	-	-	284.850
	<u>5.920.144</u>	<u>58.316</u>	<u>1.582.373</u>	<u>327.679</u>	<u>(51.664)</u>	<u>7.836.848</u>
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2.115.705	-	-	2.115.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.999.652	25.186	-	45.294	-	3.070.132
Responsabilidades representadas por títulos	2.712.943	34.037	-	(9.730)	-	2.737.250
Derivados de cobertura	-	-	455.912	-	-	455.912
	<u>5.712.595</u>	<u>59.223</u>	<u>2.571.617</u>	<u>35.564</u>	<u>-</u>	<u>8.378.999</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2013			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	239.249	1.493.774	106.119	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	3.417.142	674.418	1.131.311	5.222.871
Crédito a clientes	-	42.523	-	42.523
Derivados de cobertura	-	199.427	-	199.427
	<u>3.656.391</u>	<u>2.410.142</u>	<u>1.237.430</u>	<u>7.303.963</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.619.768	-	1.619.768
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.621.415	-	3.621.415
Responsabilidades representadas por títulos	-	1.427.511	-	1.427.511
Derivados de cobertura	-	370.684	-	370.684
	<u>-</u>	<u>7.039.378</u>	<u>-</u>	<u>7.039.378</u>
2012				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	233.639	2.098.818	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	3.207.027	227.682	1.653.276	5.087.985
Crédito a clientes	-	49.547	-	49.547
Derivados de cobertura	-	284.850	-	284.850
	<u>3.522.675</u>	<u>2.660.897</u>	<u>1.653.276</u>	<u>7.836.848</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	2.115.705	-	2.115.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.070.132	-	3.070.132
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.737.250	-	2.737.250
Derivados de cobertura	-	455.912	-	455.912
	<u>-</u>	<u>8.378.999</u>	<u>-</u>	<u>8.378.999</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

Adicionalmente, no apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

- Contrapartes com credit default swaps cotados – Cotações publicadas em mercados activos;
- Contrapartes sem credit default swaps cotados:
 - Cotações publicadas em mercados activos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (específica para clientes de project finance e 45% para outros clientes).

Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados valorizados a justo valor no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificadas, nomeadamente, as obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de créditos e outros títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2013, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Nível 3” apresenta o seguinte detalhe:

	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros detidos para negociação - Derivados	Total
Saldo inicial	1.653.276	-	1.653.276
Aquisições	173.540	-	173.540
Alienações	(694)	-	(694)
Liquidações	(846.788)	-	(846.788)
Reclassificações	366.120	106.119	472.239
Alterações de justo valor	(189.798)	-	(189.798)
Imparidade reconhecida no exercício	(24.345)	-	(24.345)
Saldo final	1.131.311	106.119	1.237.430

As transferências ocorridas no exercício de 2013 para o Nível 3 podem ser explicadas como se segue:

- Reclassificação de Nível 1 e Nível 2 de unidades de participação detidas em Fundos de Investimento Imobiliário Fechados ou com liquidez reduzida;
- Reclassificação de Nível 2 de instrumentos de dívida cuja valorização se baseou, nomeadamente, em *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco;
- Classificação em Nível 3 dos instrumentos financeiros derivados cujos respectivos *Credit Value Adjustments/Debit Value Adjustments* foram apurados tendo em conta *spreads* de crédito apurados internamente pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Activos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os inputs utilizados e o justo valor apurado
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>			
Titulos de dívida	Preço disponibilizado pela contraparte	. Sem informação	Não aplicável
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m ² ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m ² ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	. Probabilidade de <i>default</i> (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas	Caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> maior ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> menor ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>			
Titulos de dívida	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado
Unidades de participação em Fundos de Capital de Risco	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	. Sem informação	Não aplicável.
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	31-12-2013		31-12-2012	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,28%	0,31%	0,50%	0,30%
1 mês	0,44%	0,25%	0,12%	0,19%
3 meses	0,39%	0,25%	0,19%	0,25%
6 meses	0,38%	0,27%	0,32%	0,46%
9 meses	0,39%	0,29%	0,43%	0,62%
1 ano	0,40%	0,31%	0,55%	0,77%
3 anos	0,74%	0,86%	0,47%	0,48%
5 anos	1,26%	1,80%	0,76%	0,83%
7 anos	1,70%	2,51%	1,11%	1,25%
10 anos	2,21%	3,18%	1,55%	1,76%

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2013		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	520.833	520.833	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.617	13.617	-
Aplicações em instituições de crédito	3.893.566	3.965.831	72.265
Crédito a clientes	26.174.465	23.236.743	(2.937.722)
	<u>30.940.322</u>	<u>28.074.865</u>	<u>(2.865.457)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	6.241.410	6.122.608	118.802
Recursos de outras instituições de crédito	4.447.413	4.488.144	(40.731)
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.069.552	17.117.067	(47.515)
Responsabilidades representadas por títulos	84.594	84.577	17
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2.447.539	2.082.318	365.221
Outros passivos subordinados	898.130	875.304	22.826
	<u>31.188.638</u>	<u>30.770.018</u>	<u>418.620</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352.236	352.236	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	333.759	333.759	-
Activos financeiros disponíveis para venda	14.792	14.792	-
Aplicações em instituições de crédito	4.016.336	4.160.679	144.343
Crédito a clientes	23.858.750	21.451.047	(2.407.703)
	<u>28.575.873</u>	<u>26.312.513</u>	<u>(2.263.360)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	5.837.242	4.936.307	900.935
Recursos de outras instituições de crédito	2.212.783	2.274.922	(62.139)
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.325.336	18.457.963	(132.627)
Responsabilidades representadas por títulos	205.839	202.112	3.727
Passivos financeiros associados a activos transferidos	843.324	333.353	509.971
Outros passivos subordinados	909.872	880.021	29.851
	<u>28.334.396</u>	<u>27.084.678</u>	<u>1.249.718</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2013, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2013			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 2)	(Nível 3)		
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	337.841	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	520.833	-	520.833
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.617	13.617
Aplicações em instituições de crédito	-	3.893.566	-	3.893.566
Crédito a clientes	-	-	26.174.465	26.174.465
	-	<u>4.752.240</u>	<u>26.188.082</u>	<u>30.940.322</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	6.241.410	-	6.241.410
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.447.413	-	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	17.069.552	17.069.552
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	84.594	84.594
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	2.447.539	2.447.539
Passivos subordinados	-	-	898.130	898.130
	-	<u>10.688.823</u>	<u>20.499.815</u>	<u>31.188.638</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre do ano, para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros, foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Crédito concedido**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2013		2012	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	337.841	337.841	352.236	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	520.833	520.833	333.759	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	1.839.142	1.839.142	2.332.457	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	82.009	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.236.488	5.236.488	5.102.777	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	3.893.566	3.893.566	4.016.336	4.016.336
Crédito a clientes	26.216.988	31.088.165	23.908.297	29.907.812
Derivados de cobertura	199.427	199.427	284.850	284.850
	38.244.285	43.115.462	36.412.721	42.412.236
Garantias prestadas	1.387.742	1.387.742	1.346.039	1.346.039

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2013, inclui mEuros 652.278 e mEuros 4.218.899 referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.496.610 e mEuros 4.502.905 em 31 de Dezembro de 2012, respectivamente) (Nota 27).

Crédito concedido

Paralelamente ao processo de constituição de provisões, nos termos preconizados pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d), o Banco analisa periodicamente o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, o Banco efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2013	2012
Crédito ao consumo	1.047.541	1.048.143
Crédito à habitação	14.142.422	11.707.837
Outros créditos concedidos a particulares	353.916	412.022
Cartões de crédito de particulares	221.455	235.682
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	15.765.334	13.403.684
Crédito concedido a grandes empresas	1.468.521	1.540.037
Crédito concedido a médias empresas	3.328.366	3.934.174
Crédito concedido a pequenas empresas	574.941	582.817
Leasing	693.098	803.190
Factoring	1.049.553	942.936
Cartões de crédito de empresas	12.280	12.529
Papel comercial	2.003.612	1.451.055
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	9.130.371	9.266.738
Garantias prestadas	1.291.103	1.254.982
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	26.186.808	23.925.404

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2013		2012	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	179.533	35.001	82.325	22.249
Rating 4 - 6	4.762.794	954.308	5.008.549	973.574
Rating 1 - 3	821.852	92.463	759.243	115.581
	5.764.179	1.081.772	5.850.117	1.111.404
Sem Rating	1.350.300	110.025	1.953.037	107.950
	7.114.479	1.191.797	7.803.154	1.219.354
Cartões de crédito de empresas	12.280	-	12.529	-
Instituições financeiras	-	99.306	-	35.628
Papel comercial	2.003.612	-	1.451.055	-
	9.130.371	1.291.103	9.266.738	1.254.982

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 ascendem a mEuros 53.607 e mEuros 48.869, respectivamente, correspondentes às percentagens nas mesmas datas de 0,35% e 0,34%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vincendo	1.108.715	944.417
Vencido		
· Até 90 dias	60.773	46.302
· Entre 90 e 180 dias	32.057	94.699
· Mais de 180 dias	976.774	822.915
	-----	-----
	1.069.604	963.916
	-----	-----
	2.178.319	1.908.333
	=====	=====
Garantias prestadas	96.639	91.057
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Garantia superior ao capital em dívida	401.132	1.309.397	280.931	778.751
Garantia inferior ao capital em dívida	96.938	34.483	347.939	80.733
Sem garantia	1.584.634	-	1.303.597	-
	<u>2.082.704</u>		<u>1.932.467</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 271.859 e mEuros 272.479, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	268.037	245.156
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	4.019	5.558
Propriedades de investimento (Nota 13)	18.191	-
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	72.477	104.673
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>22.121</u>	<u>22.121</u>
	<u>403.508</u>	<u>396.171</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. De imóveis recebidos em dação em pagamento	(87.676)	(71.076)
. De unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. De equipamento	(2.928)	(3.575)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	(14.933)	(22.920)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	<u>(22.121)</u>	<u>(22.121)</u>
	<u>(131.658)</u>	<u>(123.692)</u>
	<u>271.850</u>	<u>272.479</u>

Crédito reestruturado

Em 31 de Dezembro de 2013, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (substitui a Instrução nº 18/2012) que estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respectivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estão identificados os seguintes valores de operações de crédito reestruturado por parte do BST:

	31-12-2013				31-12-2012			
	Crédito			Imparidade	Crédito			Imparidade
	Vivo	Vencido	Total		Vivo	Vencido	Total	
Empresas	835.336	293.063	1.128.399	(303.260)	867.806	264.220	1.132.026	(235.565)
Particulares								
Habituação	836.299	49.675	885.974	(77.159)	488.340	18.058	506.398	(43.837)
Outros créditos	263.246	75.373	338.619	(108.886)	231.743	76.235	307.978	(98.806)
	<u>1.934.881</u>	<u>418.111</u>	<u>2.352.992</u>	<u>(489.305)</u>	<u>1.587.889</u>	<u>358.513</u>	<u>1.946.402</u>	<u>(378.208)</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe por rating externo, de acordo com a notação da Standard & Poor's:

	2013	2012
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
BB	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P e outros		
AA	7.437	7.948
A	260.310	1.333.576
BA	-	65.413
BBB	1.125.748	981.608
BB	2.450.644	1.666.254
B	350.156	291.757
Sem rating externo	691.636	545.581
	<u>4.885.931</u>	<u>4.892.137</u>
	<u>4.885.931</u>	<u>4.974.146</u>

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings das agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 141.830 e mEuros 160.530, respectivamente.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2013							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	221.706	72	221	588	587	123.086	-	346.260
Disponibilidades em outras instituições de crédito	520.833	-	-	-	-	-	-	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.839.142	-	-	-	-	-	-	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	2	370.508	1.210.707	791.253	1.268.695	2.098.483	350.558	6.090.206
Aplicações em instituições de crédito	2.661.148	47.949	840.184	1.405.321	-	2.459	-	4.957.061
Crédito a clientes	665.150	2.921.725	4.080.529	4.433.976	3.044.895	14.920.728	-	30.067.003
Derivados de cobertura	199.427	-	-	-	-	-	-	199.427
	<u>6.107.408</u>	<u>3.340.254</u>	<u>6.131.641</u>	<u>6.631.138</u>	<u>4.314.177</u>	<u>17.144.756</u>	<u>350.558</u>	<u>44.019.932</u>
Passivo								
Recursos de bancos centrais	41.410	2.200.138	-	4.030.742	-	-	-	6.272.290
Passivos financeiros detidos para negociação	1.619.768	-	-	-	-	-	-	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	550.864	2.933.305	122.727	584.891	14.330	313.861	-	4.519.979
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.216.427	2.996.433	5.082.127	7.338.018	358.725	296.950	-	21.288.680
Responsabilidades representadas por títulos	-	84.990	1.265.678	182.002	34.005	-	-	1.566.675
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2.488	48.298	141.301	327.369	272.605	1.634.062	-	2.426.123
Derivados de cobertura	370.684	-	-	-	-	-	-	370.684
Outros passivos subordinados	-	451.805	273.682	303.796	908	60.714	-	1.090.905
	<u>7.801.641</u>	<u>8.714.969</u>	<u>6.885.515</u>	<u>12.766.818</u>	<u>680.573</u>	<u>2.305.587</u>	<u>-</u>	<u>39.155.104</u>
2012								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	210.764	265	811	2.152	2.154	189.962	-	406.108
Disponibilidades em outras instituições de crédito	333.759	-	-	-	-	-	-	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.332.457	-	-	-	-	-	-	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	82.009	-	-	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	2	56.211	487.308	1.802.411	724.122	3.127.768	210.640	6.408.462
Aplicações em instituições de crédito	2.557.081	703.193	38.403	1.614.386	298.842	3.161	-	5.215.066
Crédito a clientes	499.682	2.700.426	4.350.054	4.478.612	2.907.140	13.153.622	-	28.089.536
Derivados de cobertura	284.850	-	-	-	-	-	-	284.850
	<u>6.218.595</u>	<u>3.460.095</u>	<u>4.958.585</u>	<u>7.897.561</u>	<u>3.932.258</u>	<u>16.474.513</u>	<u>210.640</u>	<u>43.152.247</u>
Passivo								
Recursos de bancos centrais	800.113	-	-	5.115.850	-	-	-	5.915.963
Passivos financeiros detidos para negociação	2.115.705	-	-	-	-	-	-	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	419.234	985.224	154.130	334.529	286.740	112.332	-	2.292.189
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.284.211	3.654.814	4.660.385	4.952.753	1.951.583	467.456	-	21.971.202
Responsabilidades representadas por títulos	-	16.404	1.090.770	1.832.536	89.681	-	-	3.029.391
Passivos financeiros associados a activos transferidos	4.214	14.682	55.482	135.775	119.415	575.609	-	905.177
Derivados de cobertura	455.912	-	-	-	-	-	-	455.912
Outros passivos subordinados	-	440.570	273.558	36.640	299.537	59.471	-	1.109.776
	<u>10.079.389</u>	<u>5.111.694</u>	<u>6.234.325</u>	<u>12.408.083</u>	<u>2.746.956</u>	<u>1.214.868</u>	<u>-</u>	<u>37.795.315</u>

O apuramento dos cash flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Banco, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	Exposição a		2013		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	116.135	221.706	-	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	520.833	-	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	239.249	1.599.893	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	3.257.769	1.679.888	298.831	-	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	3.143.277	709.073	41.216	-	3.893.566
Crédito a clientes	2.382.735	24.691.289	(857.036)	-	26.216.988
Derivados de cobertura	-	-	-	199.427	199.427
	8.783.781	27.196.385	464.799	1.799.320	38.244.285
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	6.200.016	-	41.394	-	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.619.768	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.778.244	667.586	1.583	-	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.626.126	4.913.626	151.215	-	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.441.122	83.334	(12.351)	-	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.700	2.432.994	3.845	-	2.447.539
Derivados de cobertura	-	-	-	370.684	370.684
Outros passivos subordinados	558.790	339.138	202	-	898.130
	27.614.998	8.436.678	185.888	1.990.452	38.228.016

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2012				
	Exposição a		Não sujeito a		
	Taxa fixa	Taxa variável	risco de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	141.472	210.764	-	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	333.759	-	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	233.639	2.098.818	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.065	-	2.944	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	2.879.892	2.455.643	(232.758)	-	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	2.748.255	1.237.400	30.681	-	4.016.336
Crédito a clientes	1.639.415	22.939.335	(670.453)	-	23.908.297
Derivados de cobertura	-	-	-	284.850	284.850
	<u>7.346.627</u>	<u>26.773.850</u>	<u>(91.424)</u>	<u>2.383.668</u>	<u>36.412.721</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	5.800.016	-	37.226	-	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	2.115.705	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	1.738.106	472.166	2.511	-	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.113.697	5.068.250	213.521	-	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.729.993	184.601	28.495	-	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	28.655	812.578	2.091	-	843.324
Derivados de cobertura	-	-	-	455.912	455.912
Outros passivos subordinados	570.601	339.138	133	-	909.872
	<u>26.981.068</u>	<u>6.876.733</u>	<u>283.977</u>	<u>2.571.617</u>	<u>36.713.395</u>

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano corresponde a:

	2013		2012	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.132	(452)	1.379	(759)
Activos financeiros disponíveis para venda	9.953	(4.029)	18.978	(11.122)
Aplicações em instituições de crédito	28.619	(11.553)	25.188	(14.579)
Crédito a clientes	199.582	(80.267)	201.008	(110.009)
	<u>239.286</u>	<u>(96.301)</u>	<u>246.553</u>	<u>(136.469)</u>
Derivados de cobertura	<u>(32.583)</u>	<u>13.149</u>	<u>(36.845)</u>	<u>21.261</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	61.056	(18.487)	57.222	(39.964)
Recursos de outras instituições de crédito	40.172	(16.047)	22.694	(14.155)
Recursos de clientes e outros empréstimos	62.608	(25.761)	80.363	(48.446)
Responsabilidades representadas por títulos	162	(67)	1.661	(947)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	16.160	(6.462)	26.858	(14.047)
Outros passivos subordinados	382	(149)	378	(206)
	<u>180.540</u>	<u>(66.973)</u>	<u>189.176</u>	<u>(117.765)</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

Os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
VaR Percentil 99%	(4)	(8)
VaR Weighted Percentil 99	(2)	(15)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2013			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329.257	5.391	3.193	337.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	450.475	43.836	26.522	520.833
Activos financeiros detidos para negociação	1.798.439	38.432	2.271	1.839.142
Activos financeiros disponíveis para venda	5.229.051	7.437	-	5.236.488
Aplicações em instituições de crédito	3.561.568	312.236	19.762	3.893.566
Crédito a clientes	26.153.203	37.966	25.819	26.216.988
Derivados de cobertura	198.634	793	-	199.427
	37.720.627	446.091	77.567	38.244.285
Passivo				
Recursos de bancos centrais	6.241.397	-	13	6.241.410
Passivos financeiros detidos para negociação	1.618.606	1.111	51	1.619.768
Recursos de outras instituições de crédito	3.968.803	451.744	26.866	4.447.413
Recursos de clientes e outros empréstimos	19.798.770	674.221	217.976	20.690.967
Responsabilidades representadas por títulos	1.512.105	-	-	1.512.105
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2.447.539	-	-	2.447.539
Derivados de cobertura	368.086	2.598	-	370.684
Outros passivos subordinados	637.090	261.040	-	898.130
	36.592.396	1.390.714	244.906	38.228.016
2012				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	345.919	3.736	2.581	352.236
Disponibilidades em outras instituições de crédito	287.375	29.926	16.458	333.759
Activos financeiros detidos para negociação	2.330.556	1.871	30	2.332.457
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	82.009	-	-	82.009
Activos financeiros disponíveis para venda	5.094.829	7.948	-	5.102.777
Aplicações em instituições de crédito	3.640.921	335.228	40.187	4.016.336
Crédito a clientes	23.841.307	37.460	29.530	23.908.297
Derivados de cobertura	284.180	670	-	284.850
	35.907.096	416.839	88.786	36.412.721
Passivo				
Recursos de bancos centrais	5.837.229	-	13	5.837.242
Passivos financeiros detidos para negociação	2.113.544	2.085	76	2.115.705
Recursos de outras instituições de crédito	1.766.211	415.719	30.853	2.212.783
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.422.160	808.240	165.068	21.395.468
Responsabilidades representadas por títulos	2.943.089	-	-	2.943.089
Passivos financeiros associados a activos transferidos	843.324	-	-	843.324
Derivados de cobertura	454.134	1.778	-	455.912
Outros passivos subordinados	637.021	272.851	-	909.872
	35.016.712	1.500.673	196.010	36.713.395

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	2013	2012
VaR Percentil 99%	(18)	(7)
VaR Weighted Percentil 99	(16)	(6)

Risco de cotações de activosInstrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)44. GESTÃO DO CAPITAL

O BST procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

A partir de Junho de 2009, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método padrão para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). A carteira de cartões começou a ser tratada de acordo com o método IRB a partir de Março de 2011 e a carteira de pequenos negócios a partir de Dezembro de 2012. O risco soberano e operações manuais são tratados pelo método padrão.

Em Dezembro de 2010, o BST passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em Junho de 2012, o BST passou a utilizar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos do risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (montantes expressos em milhões de Euros):

Valores em milhões de Euros		
	2013	2012
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	1.934	1.865
Capital Elegível	984	984
Reservas e Resultados Elegíveis	675	701
Interesses Minoritários Elegíveis	403	392
Impactos de transição IAS (regime transitório)	14	28
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(142)	(240)
B - FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER II)	439	447
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	286	286
Passivos subordinados com vencimento determinado	53	53
Reservas de reavaliação	23	24
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	77	84
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	(8)	(7)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.365	2.305
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	15.653	18.240

RÁCIOS	2013	2012
TIER I (A/E)	12,4%	10,2%
CORE CAPITAL	10,3%	8,6%
TIER II (B/E)	2,8%	2,4%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	15,1%	12,6%

Embora num contexto macroeconómico difícil, os rácios de solvabilidade do Banco aumentaram durante o ano de 2013. Em particular, o rácio Tier I subiu de 10,2% em Dezembro de 2012 para 12,4% em Dezembro de 2013, e o rácio de adequação de fundos próprios subiu de 12,6% em Dezembro de 2012 para 15,1% em Dezembro de 2013. Para esta melhoria, contribuiu fundamentalmente o processo de desalavancagem acordado com o Banco de Portugal.

45. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projecção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do sector público, nomeadamente do sector dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 31 de Dezembro de 2013 ascendia a cerca de mEuros 1.030.000, o qual se encontra reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 6). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até Setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do sector público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respectivos contratos.

Em Setembro de 2013, já após a instauração das acções judiciais acima mencionadas, as empresas do sector público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas acções judiciais fossem julgadas. Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” inclui cerca de mEuros 45.000 relativos aos juros não liquidados (Nota 17).

Em Novembro de 2013, as empresas do sector público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às acções interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de mEuros 134.000.

No dia 14 de Fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do sector público. Actualmente, estas acções judiciais encontram-se em curso, seguindo os trâmites normais.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que estão reunidas todas as condições para que o tribunal dê seguimento às suas pretensões, nomeadamente declarando a validade dos acima referidos contratos e notificando as empresas do sector público para liquidarem os juros que lhes estão associados, motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável daquelas acções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2013, existia um conjunto de reclamações/acções judiciais interpostas contra o Banco por parte dos seus clientes relacionadas com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/acções, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos pagos por si no passado. Em 31 de Dezembro de 2013, os montantes envolvidos naquelas reclamações/acções judiciais eram os seguintes:

Juros recebidos de clientes	34.216
Juros pagos a clientes	(3.992)
	<u>30.224</u>
Juros vencidos não pagos pelos clientes	10.911
Mark to Market dos swaps	267
Imparidade registada	(7.195)
	<u>3.983</u>
Exposição	<u><u>34.207</u></u>

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/acções judiciais acima referidas.

Por outro lado, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram interpostas novas acções judiciais contra o Banco, nomeadamente duas no montante total de mEuros 290.000, associadas a contratos de swap, sendo uma delas uma acção judicial Popular contra o Banco e contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. envolvendo o montante total de aproximadamente mEuros 274.500. No entanto, esta última acção judicial incide sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., os quais já são objecto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

46. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Abril de 2014.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação Total	Total Balço	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquirido	Balço						
ST Diversificao Invest 3º amortização	EUR	23.913	6.925	16.988	611	17.599	Variável	17/mar/09	28/03/2015	Taxa de câmbio EUR/USD
ST Diversificao Invest 4º amortização	EUR	23.913	6.925	16.988	-	16.988	Variável	17/mar/09	28/03/2017	Taxa de câmbio EUR/USD
Rendimento Europeu	EUR	99.796	99.796	-	-	-	Variável	6/ago/09	06/08/2014	Índice accionista
Performance Mais	EUR	63.096	63.096	-	-	-	Variável	24/nov/09	24/11/2014	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13.731	13.731	-	-	-	Variável	22/dez/09	15/01/2015	Cabaz de índices
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	1.920	Variável	28/jun/10	28/06/2014	Índices accionistas
Valorização Performance 5 anos-Set	EUR	21.533	-	21.533	351	21.884	Variável	30/set/10	30/09/2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos-Nov	EUR	9.993	-	9.993	158	10.151	Variável	2/nov/10	02/11/2015	Cabaz de índices
Top Alemanha	EUR	65.042	29.342	35.700	1.029	36.729	Variável	14/fev/11	13/02/2015	Cabaz de ações
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	26.513	31.379	1.105	32.484	Variável	9/mar/11	09/03/2015	Cabaz de ações
Valorização China	EUR	56.379	9.213	47.166	1.294	48.460	Variável	11/abr/11	02/04/2015	Índice FTSE China 25
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	57	2.232	Variável	20/mai/11	20/05/2014	Cabaz de fundos
EUA	EUR	74.607	-	74.607	2.806	77.413	Variável	30/jun/11	30/06/2014	Índice de ações Standard & Poor's 500
America Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	3.612	103.609	Variável	1/ago/11	31/10/2014	Índice de ações FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15	EUR	570	-	570	-	570	Variável	29/set/11	29/09/2014	Índice de ações FTSE Latibex Top
Obrigações Hipotecárias II	EUR	1.000.000	25.750	974.250	6.246	980.496	3,25%	21/out/09	21/10/2014	
Obrigações Hipotecárias IV - 1ª Tranche	EUR	750.000	700.000	50.000	1.491	51.491	Variável	12/jan/11	12/01/2014	
Obrigações Hipotecárias IV - 2ª Tranche	EUR	2.300	-	2.300	30	2.330	Variável	21/jan/11	12/01/2014	
Obrigações Hipotecárias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	Variável	23/mai/11	23/05/2014	
Obrigações Hipotecárias VI - 1ª Tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	Variável	4/nov/11	04/11/2014	
Obrigações Hipotecárias VII - 1ª Tranche	EUR	380.000	380.000	-	-	-	Variável	4/nov/11	04/11/2014	
Obrigações Hipotecárias VIII - 1ª Tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	Variável	20/jul/12	20/07/2015	
Obrigações Hipotecárias IX - 1ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	Variável	2/abr/13	02/04/2016	
Obrigações Hipotecárias IX - 2ª Tranche	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	Variável	15/abr/13	15/04/2017	
Obrigações Hipotecárias X	EUR	750.000	750.000	-	-	-	Variável	26/jul/13	26/07/2017	
Obrigações Hipotecárias XI	EUR	500.000	500.000	-	-	-	Variável	19/dez/13	19/12/2017	
Obrigações Hipotecárias XI - 2ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	Variável	19/dez/13	19/12/2017	
		7.746.857	6.361.291	1.385.566	18.790	1.404.356				
EMTN		141.830	2.940	138.890	3	138.893				
Despesas com encargo diferido		-	-	-	(282)	(282)				
Correcções de valor por operações de cobertura		(30.862)	-	(30.862)	-	(30.862)				
		7.857.825	6.364.231	1.493.594	18.511	1.512.105				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Montante			Periodificações	Total de Balanço	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Emitido	Readquirido	Líquido					
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	EUR	297.750	-	297.750	36	297.786	Variável 4,403%	Perpétuas	
Recursos do BST International Bank, Inc	EUR	261.040	-	261.040	51	261.091	Fixa 7,010%	Perpétuas	
Recursos do Totta Ireland	EUR	50.000	-	50.000	1	50.001	Variável 0,873%	Perpétuas	
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	EUR	284.315	13.868	270.447	159	270.606	Variável 2,142%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	172.833	159.016	13.817	104	13.921	Variável 2,096%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54.359	50.084	4.275	32	4.307	Variável 2,096%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Subordinadas MC Factor 08	EUR	2.993	2.394	599	-	599	Variável 2,844%	Perpétuas	
		1.123.290	225.362	897.928	383	898.311			
Despesas com custo diferido		-	-	-	(181)	(181)			
		1.123.290	225.362	897.928	202	898.130			

Relatórios e Pareceres Individuais



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 do Banco Santander Totta, S.A. (“Banco” ou “BST”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 40.260.305 mEuros e capital próprio total de 1.471.117 mEuros, incluindo um resultado líquido do exercício de 2.449 mEuros, as Demonstrações individuais dos resultados e do outro rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do Artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Totta, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

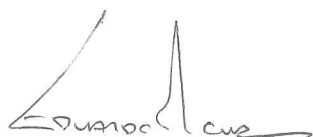
6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

7. Conforme explicitado em detalhe na Nota 45 do Anexo às demonstrações financeiras, encontram-se pendentes de decisão junto de tribunais ingleses diversas acções judiciais que o Banco intentou envolvendo algumas empresas do sector público português dos transportes relativamente à validade e ao carácter vinculante de um conjunto de contratos de swap de taxa de juro celebrados entre as partes em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2013, o justo valor positivo daqueles contratos de swap, os juros cujo pagamento se encontra suspenso e os juros que estão agora a ser objecto de um pedido de devolução são apresentados na referida Nota. Conforme indicado na Nota 45, é convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que o desfecho daquelas acções judiciais lhe será favorável, razão pela qual não foram constituídas quaisquer provisões para esta situação nas demonstrações financeiras anexas.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2013 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do Artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 28 de Abril de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2013.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário e verificou que no mesmo se encontram tratados os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual merece o seu acordo.
6. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2013, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade nesse período.


L. G. C.

7. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

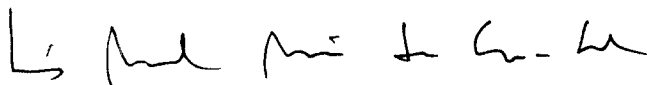
PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 28 de Abril de 2014

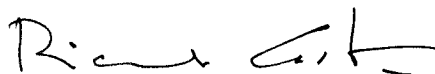
O CONSELHO FISCAL



Luis Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)



Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)